

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GUILHERME GUIARI SILVA CORREIA

**CAFEICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR EM CAMPOS GERAIS – MG:
AGENTES, DINÂMICAS E PROCESSOS**

**ALFENAS/MG
2025**

GUILHERME GUIARI SILVA CORREIA

**CAFEICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR EM CAMPOS GERAIS – MG:
AGENTES, DINÂMICAS E PROCESSOS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise Sócio-Espacial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

ALFENAS/MG

2025

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Correia, Guilherme Guiari Silva .

Cafeicultura e agricultura familiar em Campos Gerais - MG : agentes, dinâmicas e processos / Guilherme Guiari Silva Correia. - Alfenas, MG, 2025. 265 f. : il. -

Orientador(a): Flamarion Dutra Alves.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2025.

Bibliografia.

1. Cafeicultura. 2. Campos Gerais. 3. Sul de Minas. 4. Agricultura Familiar. 5. Campo-Cidade. I. Alves, Flamarion Dutra, orient. II. Título.

GUILHERME GUIARI SILVA CORREIA

CAFEICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR EM CAMPOS GERAIS – MG: AGENTES, DINÂMICAS E PROCESSOS

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise sócio-espacial e ambiental

Aprovada em: 20 de março de 2025.

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

Presidente da Banca Examinadora

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL/MG

Prof. Dr. Glaucio José Marafon

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PUC/RJ

Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia - UFU/MG



Documento assinado eletronicamente por **Flamarion Dutra Alves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/03/2025, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1464590** e o código CRC **42DA1E2D**.

Dedico este trabalho à minha mãe, a quem considero pai e à minha avó por me ensinarem, antes mesmo da Geografia, o significado de lugar.

AGRADECIMENTOS

Agradecer essa conquista parece uma tarefa mais fácil do que realmente a é. Penso, que assim como a própria materialidade do espaço e os idealismos humanos, nossa história é uma construção social e coletiva permeada por inúmeras e incontáveis relações das quais mesmo as mais insignificantes exercem poder fundante para que sejamos quem somos. Reitero, assim, agradecimento já realizado em outra etapa de minha formação, a todos aqueles que fizeram parte ou mesmo brevemente cruzaram seus caminhos aos meus. Pois, todas essas relações, longas ou curtas, significantes ou esquecidas, foram elementos fundamentais que me trouxeram até aqui.

Às pessoas que conheci, que vivo e mesmo aquelas que já não mais tenho visto, meu muito obrigado! Vocês todos fazem parte disto.

Mas, impossível seria não agradecer de todo meu ser e coração, as pessoas que me acompanharam em todo esse processo. Que viram durante esse caminho meus momentos de angústia, de felicidade, minhas frustrações e conquistas, meus sonhos e anseios. Reflito, enquanto escrevo, sobre minhas próprias contradições, pois a essas pessoas, agradecer me parece a tarefa mais fácil do mundo.

Assim, agradeço primeiramente a minha família, em especial a minha mãe, avó e tios, que além de estarem e serem presentes – leia-se na polissemia da palavra – me ensinaram, antes mesmo da geografia, o que é o conceito de lugar.

Agradeço aos meus amigos, os quais sabem sua importância nesse processo e momento da minha vida. Dessa vez, não citarei nomes, pois para minha felicidade, isso tomaria grande tempo e esforço. Saibam, portanto, que carrego comigo todas as críticas e conselhos, as risadas e os conflitos que tornam nossa relação viva e humana.

Agradeço aos professores e funcionários da Universidade Federal de Alfenas, que me acompanharam e apoiaram desde o momento da minha graduação. Levo em mim, contribuições de grandes docentes e de magníficas pessoas.

Dentre eles, agradeço em especial duas pessoas que exerceram grande influência na minha jornada acadêmica, enquanto pessoa e pesquisador. Ao professor Flamarion Dutra Alves, pelos anos de orientação e amizade, desde minha primeira iniciação científica, iniciada em 2019. À professora Sandra de Castro de Azevedo, a qual me incentivou a participar do meu primeiro evento acadêmico

resultando na escrita do meu primeiro artigo, publicado em 2018. A todos os professores, mas em especial a vocês dois, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos professores Glaucio José Marafon e Mirlei Fachini Vicente Pereira, por gentilmente aceitarem participar da banca examinadora desta pesquisa e por contribuir de forma significativa para a melhoria das discussões nela propostas.

Agradeço ainda, meus colegas de pós-graduação, pelas constantes trocas e experiências compartilhadas. Em especial ao Deilson Alves Dias e seus familiares, pela inesperada, mas feliz parceria. Ganho, assim, um grande amigo do qual compartilhei grandes experiências e que tenho certeza, se tornará um grande pesquisador – mais do que o já é.

Por fim, agradeço a minha colega de graduação Allana e seus pais, por me ajudarem, de forma incondicional, na mediação com a cidade de Campos Gerais e com os agricultores do município. À minha colega Renata, que em vários momentos me auxiliou antes e durante toda a etapa do mestrado. Sem a ajuda de vocês, essa pesquisa não seria possível.

À financiadora FAPEMIG, “o presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)”.

À CAPES, “o presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.”

RESUMO

A cafeicultura desempenha um papel central nas dinâmicas socioespaciais e econômicas do Brasil, especialmente na região Sul/Sudoeste de Minas Gerais, onde a relação entre o urbano e o rural se manifesta de forma dialética. O município de Campos Gerais, situado no Sul de Minas, destaca-se como um dos maiores produtores de café do estado, caracterizando-se pela expressiva presença da agricultura familiar. Neste contexto, a pesquisa buscou compreender a participação da agricultura familiar na produção da commodity, suas interações com cooperativas agrícolas, políticas públicas e sua relação com os espaços urbano e rural. A metodologia adotada combinou técnicas qualitativas e quantitativas, incluindo análise documental e entrevistas. Inicialmente, foram realizadas revisões bibliográficas sobre conceitos fundamentais para a compreensão da problemática, como território, mundialização, mercantilização e financeirização da agricultura, além dos conceitos de agricultura familiar e agronegócio. A partir da perspectiva de que a realidade material resulta de processos históricos e do uso desigual de técnicas e objetos na produção do espaço, reconstruiu-se a trajetória histórico-geográfica da cafeicultura na região, analisando sua disseminação e consolidação. Por meio de dados secundários, sobretudo do IBGE, investigou-se a evolução da produção agropecuária municipal e a expansão espacial do café em Campos Gerais, considerando também fatores fisiográficos que influenciam sua produção. A relação campo-cidade foi abordada a partir da interdependência desses espaços no contexto capitalista e do papel da cidade na rede urbana regional. A pesquisa também examinou a aplicação do PRONAF no município em 2023, com base em dados do MAPA, para compreender o uso do financiamento pelos agricultores familiares e suas implicações para o cooperativismo agrícola contemporâneo. Percebeu-se que houve uma grande diminuição na produção de alimentos no município em prol da manutenção da cafeicultura e do aumento na produção de outras commodities agrícolas, mesmo pela agricultura familiar. Esse fenômeno está diretamente relacionado com a utilização de políticas públicas e o papel do cooperativismo regional. As entrevistas realizadas com representantes de uma cooperativa local e com agricultores familiares revelaram que a cafeicultura, além de estar profundamente enraizada na cultura e na economia locais, representa uma estratégia de sobrevivência diante da crescente mercantilização da agricultura, especialmente no mercado externo. A relação entre agricultura familiar, Estado e cooperativismo reflete os efeitos da modernização desigual da agricultura, resultando em paisagens comoditizadas pela produção familiar. No entanto, as características essenciais da agricultura familiar permanecem presentes no espaço rural de Campos Gerais, representando uma alternativa contra-hegemônica para o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Cafeicultura; Campos Gerais; Sul de Minas; Agricultura Familiar; Campo-Cidade.

ABSTRACT

Coffee farming plays a central role in Brazil's socio-spatial and economic dynamics, especially in the South/Southwest region of Minas Gerais, where the relationship between urban and rural areas manifests dialectically. The municipality of Campos Gerais, located in southern Minas Gerais, stands out as one of the state's largest coffee producers, characterized by a significant presence of family farming. In this context, the research aimed to understand the participation of family farming in the production of this agricultural commodity, its interactions with agricultural cooperatives and public policies, and its relationship with both urban and rural spaces. The methodology combined qualitative and quantitative techniques, including documentary analysis and interviews. Initially, bibliographic reviews were conducted on key concepts essential to understanding the research problem, such as territory, globalization, commodification, and financialization of agriculture, as well as the notions of family farming and agribusiness. From the perspective that material reality results from historical processes and the unequal use of techniques and objects in spatial production, the historical-geographical trajectory of coffee farming in the region was reconstructed, analyzing its dissemination and consolidation. Using secondary data, primarily from the IBGE, the study examined the temporal evolution of municipal agricultural and livestock production and the spatial expansion of coffee in Campos Gerais, also considering physiographic factors that influence its production. The rural-urban relationship was addressed in terms of the interdependence of these spaces within the capitalist context and the city's role in the regional urban network. The research also analyzed the application of PRONAF in the municipality in 2023, based on MAPA data, to understand how family farmers use financing and its implications for contemporary agricultural cooperativism. It was observed that there has been a significant decline in food production in the municipality in favor of maintaining coffee farming and increasing the production of other agricultural commodities, even within family farming. This phenomenon is directly related to the use of public policies and the role of regional cooperativism. Interviews conducted with representatives of a local cooperative and family farmers revealed that coffee farming, besides being deeply rooted in the local culture and economy, also represents a survival strategy amid the growing commodification of agriculture, especially in the external market. The relationship between family farming, the state, and cooperativism reflects the effects of the uneven modernization of agriculture, resulting in landscapes commodified by family production. However, the essential characteristics of family farming remain present in the rural space of Campos Gerais, representing a counter-hegemonic alternative for rural development.

Keywords: Coffee farming; Campos Gerais; Southern Minas; Family farming; Rural-urban relations.

Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana.

(SANTOS, 2000, p. 194)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trajetória histórico-geográfica do café no Sul de Minas	95
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dinâmica da área plantada de café no Sul de Minas entre 1990 e 2022	88
Gráfico 2 - Média anual dos preços das sacas de café (em dólares) - 1986 – 2023	89
Gráfico 3 - Valor das exportações mineiras de café entre os anos de 1997 a 2024	91
Gráfico 4 - População residente por sexo e idade em Campos Gerais, 2022	101
Gráfico 5 - Evolução populacional em Campos Gerais por situação de domicílio - série histórica (1970-2010).	102
Gráfico 6 - Evolução populacional em Campos Gerais (MG) por sexo e situação de domicílio	104
Gráfico 7 - Cruzamento de dados entre o número de propriedades familiares e não familiares e a área dos estabelecimentos	106
Gráfico 8 - Produto Interno Bruto de Campos Gerais e o percentual advindo da agropecuária - análise temporal de 2002 a 2021	115
Gráfico 9 - Análise temporal de rebanho bovino e bubalino no município de Campos Gerais (MG) - de 1988 a 2022	118
Gráfico 10 - Análise temporal de rebanho suíno no município de Campos Gerais (MG) - de 1988 a 2022.....	119
Gráfico 11 - Análise temporal de rebanho equino no município de Campos Gerais (MG) - de 1988 a 2022.....	121
Gráfico 12 - Análise temporal de rebanho de galináceos no município de Campos gerais (MG) - de 1988 a 2022	122
Gráfico 13 - Análise temporal da produção da aquicultura em Campos Gerais (MG) - de 2013 a 2022:	124
Gráfico 14 - Análise temporal da produção leiteira (em mil litros) em Campos Gerais - 1988 a 2022.....	125
Gráfico 15 - Análise temporal da produção de ovos de galinha (em mil ovos) em Campos Gerais - 1988 a 2022	126
Gráfico 16 - Análise temporal da produção de mel (em kg) em Campos Gerais - 1992 a 2022	127
Gráfico 17 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de grãos no	

município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022	129
Gráfico 18 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de cana-de- açúcar no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022	130
Gráfico 19 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de tubérculos no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022	131
Gráfico 20 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de frutas no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022	132
Gráfico 21 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de cereais no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022	134
Gráfico 22 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de café no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022	136
Gráfico 23 - Toneladas de café produzidas entre os anos de 1988 a 2022 no município de Campos Gerais (MG)	138
Gráfico 24 - Pirâmide econômica de subordinação dos atores responsáveis pela produção do espaço agrícola na produção para o mercado exterior	174
Gráfico 25 - Gênero dos agricultores familiares que utilizaram o PRONAF em Campos Gerais - 2023	189
Gráfico 26 - Faixa etária dos agricultores familiares que utilizaram o PRONAF em Campos Gerais - 2023	190
Gráfico 27 - Número de residentes nas propriedades familiares que utilizaram o PRONAF em Campos Gerais - 2023	191
Gráfico 28 - Escolaridade dos agricultores familiares que utilizaram o PRONAF em Campos Gerais - 2023	192
Gráfico 29 - Renda média dos agricultores familiares que utilizaram o PRONAF em Campos Gerais - 2023	193
Gráfico 30 - Categoria dos produtos pela agricultura familiar que utilizou o PRONAF em Campos Gerais - 2023	195
Gráfico 31 - Número de residentes nas propriedades familiares entrevistadas	203
Gráfico 32 - Qualificação se todos os membros da família residem na propriedade:	204
Gráfico 33 - Propriedades onde algum dos residentes exerce atividades fora da propriedade	205
Gráfico 34 - Quantidade de membros que trabalham na propriedade	208

Gráfico 35 - Qualificação sobre a renda da cafeicultura segundo os agricultores entrevistados	209
Gráfico 36 - Condição dos agricultores entrevistados em relação às terras	215
Gráfico 37 - Tamanho das propriedades dos agricultores entrevistados	216
Gráfico 38 - Outras culturas cultivadas nas propriedades dos entrevistados	217
Gráfico 39 - Cultivos voltados para comercialização produzidos nas propriedades dos entrevistados	220
Gráfico 40 - Cultivos voltados para a subsistência produzidos nas propriedades dos entrevistados	221
Gráfico 41 - Área destinada ao cultivo do café nas propriedades dos entrevistados	225
Gráfico 42 - Origem da mão de obra nas lavouras das propriedades que fizeram parte da entrevista	226
Gráfico 43 - Contratos temporários para trabalhos na lavoura entre as propriedades entrevistadas	227
Gráfico 44 - Maquinários e/ou implementos presentes nas propriedades dos agricultores entrevistados.....	228
Gráfico 45 - Utilização de crédito financeiro para a produção entre as famílias entrevistadas	231
Gráfico 46 - Bancos e organizações utilizadas na obtenção do crédito pelos agricultores entrevistados.....	232
Gráfico 47 - Agricultores, dentre os entrevistados, que utilizam ou já utilizaram o PRONAF	233
Gráfico 48 - Cooperativas agrícolas das quais os agricultores entrevistados são associados	234
Gráfico 49 - Local de beneficiamento do café produzido pelos agricultores entrevistados	238

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Área ocupada pela cultura do café no Sul/Sudoeste de Minas – 2017	92
Mapa 2 - Mapa da área de café plantado nos municípios que compõe a mesorregião Sul/Sudoeste de Minas entre os anos de 1990 a 2020.	93
Mapa 3 - Mapa do município de Campos Gerais e as Regiões Imediata de Alfenas e Intermediária de Varginha	100
Mapa 4 - Delimitação das propriedades rurais no município de Campos Gerais (MG) no ano de 2023	107
Mapa 5 - Mapa hipsométrico do município de Campos Gerais (MG), em 2024	110
Mapa 6 - Distribuição de tipos de solo pelo município de Campos Gerais (MG).....	111
Mapa 7 - Mapeamento de cruzamento de dados entre as propriedades rurais e a área de produção de café, 2020	145
Mapa 8 - Localização dos estabelecimentos relacionados ao atendimento da agropecuária na cidade de Campos Gerais	150
Mapa 9 - Exportações de café pelos municípios de Varginha, Alfenas e Campos Gerais no ano de 2023	164

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Placa rodoviária próxima ao acesso do município pela BR-369	148
Fotografia 2 - Futuras instalações da COOXUPÉ.	151
Fotografia 3 - Cafezais ao lado da entrada da cidade	151
Fotografia 4 - Consumos produtivos da agropecuária em Campos Gerais	153
Fotografia 5 - Consumos produtivos da agropecuária em Campos Gerais	154
Fotografia 6 - Filial da COOPERCAM no distrito do Córrego do Ouro	177
Fotografia 7 - Café da tarde em uma das propriedades entrevistadas.....	206
Fotografia 8 - Outras culturas e criações nas propriedades dos entrevistados	219
Fotografia 9 - Criações de animais nas propriedades entrevistadas.....	222
Fotografia 10 - Árvores frutíferas nas propriedades dos entrevistados	223
Fotografia 11 - Maquinários e infraestruturas nas propriedades entrevistadas	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios sul mineiros que tiveram a área de cultivo de café aumentada - 1990 a 2020	93
Tabela 2 - Municípios sul mineiros que mantiveram a média de cultivo do café –2020	94
Tabela 3 - Percentual do número de propriedades rurais a partir da área:	109
Tabela 4 - Análise do uso e cobertura da terra no município de Campos Gerais entre os anos de 1990 a 2020	113
Tabela 5 - Valores adicionados, por setores, ao PIB municipal de Campos Gerais (MG) no ano de 2021	116
Tabela 6 - Área e valor da produção cafeeira em Campos Gerais por tipologia dos atores no ano de 2017	139
Tabela 7 - Total de estabelecimentos com orientação técnica recebida por tipo de agricultura e participação das cooperativas agrícolas na orientação técnica	140
Tabela 8 - Tamanho das propriedades familiares que receberam assistência técnica até o ano de 2017	141
Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural ..	143
Tabela 10 - Quantidade e valor de café pelas agroindústrias rurais entre agricultura familiar e não familiar	144
Tabela 11 - Quantidade produzida, quantidade exportada e valor de exportação de café pelos municípios de Campos Gerais, Alfenas e Varginha em 2023	157
Tabela 12 – Tamanho das propriedades com PRONAF em Campos Gerais (2023)	188
Tabela 13 – Enquadramento dos contratos do PRONAF em Campos Gerais (2023)	189
Tabela 14 - Categoria dos agricultores que utilizavam o PRONAF em Campos Gerais (2023)	194
Tabela 15 - Produções custeadas pelo PRONAF em Campos Gerais (2023), divididas em consumo familiar e comercialização	196
Tabela 16 - Valores produzidos pelas culturas creditadas pelo PRONAF em Campos Gerais (2023)	198

Tabela 17 - Idade e qualificação dos agricultores entrevistados	202
Tabela 18 - Membro(s) responsável(s) pela tomada de decisões em relação às atividades a serem realizadas nas propriedades entrevistadas	211
Tabela 19 - Membro(s) das famílias aposentado(s)	214
Tabela 20 - Tempo e por qual cooperativa os agricultores entrevistados são associados	235

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIC	Acordo Internacional do Café
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAR	Cadastro Ambiental Rural
COOMAP	Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu Ltda
COOPERCAM	Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio
COOXUPÉ	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
CETEC	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FUNCAFÉ	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBC	Instituto Brasileiro do Café
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
FAO/ONU	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
PPM	Pequena Produção Mercantil
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PRRC	Planos de Renovação e Revigoramento dos Cafezais
PSM	Produção Simples de Mercadorias
PIB	Produto Interno Bruto
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	22
1.1	METODOLOGIA	28
1.2	OBJETIVOS	35
1.1.1	Objetivo geral.....	35
1.1.2	Objetivos específicos.....	35
2.	TERRITÓRIO E ESPAÇO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO	37
2.1	OS TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA HODIERNA – MUNDIALIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR ...	42
2.2	O AGRONEGÓCIO ‘BRASILEIRO’	48
2.3	AS DIVERSAS AGRICULTURAS FAMILIARES.....	53
3.	TRAJETÓRIA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA CAFEICULTURA NO SUL DE MINAS: DA PRODUÇÃO LOCAL À AGRICULTURA MUNDIAL	72
3.1	SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: O TEMPO LENTO DO MEIO TÉCNICO NA CAFEICULTURA SUL MINEIRA.....	73
3.2	O PAPEL DO ESTADO NA DIFUSÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO NA CAFEICULTURA SUL MINEIRA.....	81
3.2.1	Meio técnico-científico-informacional	86
4.	DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DA AGROPECUÁRIA EM CAMPOS GERAIS	96
4.1	DE POVOADO A MUNICÍPIO	96
4.2	ASPECTOS GERAIS E DEMOGRÁFICOS.....	99
4.2.1	Situação agrária.....	105
4.2.2	A geograficidade do café em Campos Gerais - aspectos fisiográficos e o espaço geográfico.....	109
4.2.3	Aspectos socioeconômicos	115
4.2.4	Produção agrícola e pecuária.....	117
4.2.5	Produção agrícola	128
4.3	CAFÉ EM CAMPOS GERAIS	135
5.	RELAÇÃO ENTRE O CAMPO E A CIDADE DE CAMPOS GERAIS: UMA CIDADE PELO CAFÉ.....	147
5.1	CAMPOS GERAIS E A DIALÉTICA URBANO E RURAL.....	148

5.2	CAMPOS GERAIS: UMA CIDADE DO AGRONEGÓCIO?.....	155
6.	COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO SÉCULO XXI: COOPERAÇÃO OU MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO?.....	166
6.1	A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PARA O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA EM CAMPOS GERAIS.....	175
6.2	COOPERCAM E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO NA PROMULGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL	178
7.	PRONAF EM CAMPOS GERAIS: DA AGRICULTURA FAMILIAR À COMMODITIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	187
8.	AGRICULTURA FAMILIAR EM CAMPOS GERAIS: DA REALIDADE IDEAL À REALIDADE CONCRETA.....	201
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
	REFERÊNCIAS	247
	APÊNDICES.....	258

1. INTRODUÇÃO

O território brasileiro conheceu grandes mudanças socioespaciais, principalmente a partir do último quartil do século XX. A expansão da integração econômica engendrada pela hegemonia do modo de produção capitalista e resultado do avanço tecnológico nos meios de comunicação e de transportes propiciou o aparecimento de uma economia interestelar e de uma divisão social e territorial do trabalho muito mais fluida e dinâmica que nos períodos precedentes, conquanto socialmente excludente refletindo as perfídias do modo hegemônico de produção. A agricultura brasileira, influenciada principalmente pelas ideologias neoliberais, sofreu uma reestruturação produtiva através da implementação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e inseriu-se em uma lógica mercadológica mundial de expansão do capital.

Essas transformações econômicas e espaciais não apenas alteraram o espaço rural, mas também propiciaram, no caso brasileiro, uma reestruturação urbana com o surgimento de diversas cidades pequenas e expansão de médios centros urbanos com fortes relações entre o campo e a cidade. Houve, então, o surgimento dessa agricultura mundializada conhecida a partir da noção de agronegócio brasileiro voltado principalmente à produção de *commodities*. Ademais, esse modo de produzir e mercantilizar o campo tem influenciado na produção de inúmeros agricultores familiares que visam sua permanência e (re)produção como indivíduos, gerando diversas contradições socioespaciais e econômicas sobre o espaço de produção e reprodução do modo de produção hegemônico.

Esse setor produtivo é comumente exaltado pelos poderes políticos, atores hegemônicos e pela própria mídia como sendo essencial para o desenvolvimento brasileiro e exclusivamente positivo para a macroeconomia nacional, o que mascara o caráter predador e excludente desse modo de (re)produção capitalista que cada vez mais concentra terras, fragiliza a economia local, causa graves danos ambientais e sociais através de sua territorialização e ocupa o espaço produtivo de outros alimentos essenciais à nutrição humana. Não obstante, esse modo de produzir no campo, além das diversas fragilidades sociais, econômicas e culturais resultantes têm como característica necessitar que as cidades próximas ao campo produtor tenham suas formas e funções alteradas em detrimento de

atender às exigências imediatas de produção e escoamento da produção. Essas cidades do campo como propôs Santos (1988), do agronegócio, segundo Elias e Pequeno (2007), ou mesmo rurais, em análise da rede urbana sul-mineira por Alves (2021), refletem a gestão urbana de centros especializados para o atendimento de um capital mundializado da agricultura.

Campos Gerais é um município sul-mineiro localizado na Região Geográfica Imediata de Alfenas e com população de 26.105 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). A região possui uma economia fortemente ligada à agropecuária, com principal foco na produção cafeeira, sendo essa dinâmica responsável por boa parte dos empregos formais e informais e que causa uma organização espacial e territorial particular, voltada à produção e ao atendimento das necessidades produtivas e de distribuição do agronegócio regional. Em relação ao município em questão, assim como na região, há um alto número de propriedades familiares, porém em uma estrutura fundiária ainda concentrada tornando-se necessária uma análise de como a produção do café se faz presente e como a agricultura familiar está inserida nessas relações mercadológicas e competitivas.

No município eram, no total, 3.009 estabelecimentos agropecuários e destes, 2.116 eram propriedades familiares (IBGE, 2017). Mesmo com o alto número de agricultores familiares, Campos Gerais é, dentre os municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas o maior produtor em questão de valores reais de café, produzindo, em 2020, 22.030 hectares da *commodity*. Muitas empresas, instituições e bancos voltados aos interesses agroexportadores são comumente encontradas no espaço geográfico dos municípios dessa região, desde cooperativas, *tradings agrícolas*, armazéns de beneficiamento e estocagem, e instituições de crédito agrícola, por exemplo, demonstrando uma possível monopolização do território pelo capital mundializado do agronegócio. Ademais, segundo o último censo agropecuário de 2017, apenas 22 estabelecimentos da agricultura familiar no município não faziam parte do PRONAF. A relação contraditória entre a alta taxa de produção de café e o grande número de propriedades familiares corrobora com a hipótese de que muitos produtores familiares buscando sobreviver no campo e conseguir competir pelo mercado, têm se inserido nessas cadeias agroindustriais de produção de *commodities* agrícolas.

Assim sendo, buscaremos entender nessa pesquisa como a agricultura

mundializada e inserida em mercados verticais e transversais em escala internacional, vem territorializando-se no município de Campos Gerais nos últimos 30 anos. A produção de *commodities* agrícolas vem ocupando o espaço antes destinado aos alimentos essenciais? Quais são os consumos produtivos voltados ao agronegócio visíveis no espaço urbano da cidade? Qual o papel do agricultor familiar, das cooperativas e das multinacionais nesse processo? Como as redes de produção, comercialização e distribuição do agronegócio se espacializam? Políticas públicas como o PRONAF influenciaram – e influenciam – de alguma forma na produção, ou na não produção desses produtos? São algumas perguntas que guiarão os primeiros momentos dessa reflexão e que buscaremos responder na elaboração dessa pesquisa.

Visto a volta explícita dos ideais neoliberais no âmbito político e econômico, há, recentemente, uma constante preocupação dos atores hegemônicos e políticos – principalmente através da mídia – em criar uma imagem extremamente positiva para o agronegócio brasileiro. A influência midiática aliada aos interesses políticos fortemente influenciados pelo capital acabam por incentivar o crescimento demasiado desse setor produtivo, além de influir em uma “cultura do agronegócio” que mascara as perfídias dessa contraditória e segregadora agricultura mundializada, que comumente expulsa da terra àqueles incapazes de competir pelo mercado, concentra terras agravando a luta por uma reforma agrária e causa grandes danos socioambientais e econômicos.

Algumas dessas contradições podem ser citadas para corroborar com a importância dessa pesquisa no cenário político atual. Primeiramente, essa ideologia produtiva ao transformar o alimento ou produto agrícola em mercadoria e o capital em sujeito, faz da terra um espaço quase exclusivo para a obtenção de lucro voltado principalmente para o mercado externo. O espaço agrícola torna-se, então, espaço de expansão e acumulação de capital, de plantio de *commodities* agrícolas e grandes monoculturas, ocupando a terra antes destinada ao cultivo de alimentos que auxiliam na segurança alimentar da população e contribuem com a luta pela soberania alimentar, como arroz, feijão, batata e mandioca, por exemplo. Como consequência há o aumento do valor do alimento através da necessidade de compra de outras localidades produtoras e como continuidade, o aumento de situações de insegurança alimentar das famílias, principalmente daquelas mais fragilizadas economicamente. É necessário demonstrar, através de pesquisas concretas, que

essa questão tende a precarizar cada vez mais a economia e a população brasileira, ao contrário do que o Estado e os detentores do capital se esforçam para demonstrar. Ainda, demonstrar que é necessário pensar em uma produção agrícola plural, voltada também ao abastecimento interno.

São ao menos duas consequências dessa *commoditização* do território. Por um lado, há agricultores que se mantêm na produção de alimentos para a população, ficam à margem da competição mercadológica e, conseqüentemente, encontram dificuldades para sua (re)produção. Assim, resta buscar na pluriatividade maneiras de se manter na terra. Por outro lado, muitos agricultores são cooptados pela produção ao mercado externo. Essa integração na cadeia produtiva da agricultura para o mercado externo, para os agricultores familiares, é muitas vezes, uma das poucas estratégias disponíveis para que não sejam expulsos da terra. Tanto quanto no primeiro caso, essa estratégia de sobrevivência acaba fragilizando essas famílias, seja pelo aumento na utilização de agrotóxicos e os danos conseqüentes à saúde, seja através do sobretrabalho ou pela dependência ao crédito, financeirização e ao endividamento resultante.

Ademais, visto a realidade contínua de ação humana entre o espaço rural e o urbano, os problemas não se limitam apenas aos atores sociais presentes no campo. Muitas cidades, como não raro no Sul de Minas Gerais, tendem a se especializar visto as imposições do chamado agronegócio ao atendimento de suas demandas imediatas de produção e distribuição. Essas especializações alteram a paisagem das cidades e (re)organizam suas dinâmicas de mercado. No caso de cidades pequenas, como Campos Gerais, com uma baixa dinamicidade produtiva no espaço urbano e baixa complexidade na divisão social e territorial do trabalho, pode haver uma tendência de dependência quase exclusiva da economia a agropecuária. Essa economia dependente da hegemonia agro-capitalista, aliada à própria essência exportadora desse setor produtivo pode acabar fragilizando essas cidades visto que o controle econômico foge da escala local ou regional, sendo ditada, principalmente, por atores externos. Assim sendo, possíveis fechamentos de fronteiras, ou mesmo queda de preços ou interesse internacional às *commodities*, por exemplo, podem acarretar em crises produtivas no campo e conseqüentemente paralisar a economia de muitas cidades médias e pequenas no território brasileiro.

O território brasileiro, devido sua vastidão, deve ser pensado e estudado através das diferenciações regionais e locais que levaram certos espaços a se

desenvolverem de forma diferente de outros. Por fim, a falta de estudos sobre o município de Campos Gerais apresenta-se como um obstáculo ao entendimento da realidade total. Mesmo com a alta taxa de produção de café, o município apresenta um baixo número populacional e fica localizado entre outros grandes produtores de café e de outras *commodities*.

No caso de Campos Gerais e do próprio Sul de Minas, faz-se necessário uma análise de como essa agricultura direciona-se para o mercado mundial -- ou normalmente conhecida como agronegócio -- do café se faz presente. Há, na região, um alto número de propriedades familiares em uma estrutura fundiária concentrada em relação à distribuição equitativa de terras. Mesmo com o alto número de agricultores familiares, Campos Gerais é, dentre os municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas o maior produtor em questão de valores reais de café. Essa contradição espacial no município merece ser melhor analisada. Visto a quantidade de propriedades familiares e a grande quantidade produzida de café no município, há a hipótese de que, esses agricultores familiares têm se inserido nessas cadeias agroindustriais de produção de café -- ou mesmo outras *commodities* -- auxiliados por cooperativas e políticas públicas.

Ademais, segundo dados da Embrapa, Campos Gerais não é atendido pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), reforçando a alta inclusão desses agricultores familiares na produção de *commodities* agrícolas. Visto a fragilidade dessa categoria social frente à concorrência, torna-se emergencial observar essa possível mudança na estrutura produtiva dessas famílias e, caso confirmada, buscar, junto ao poder público, estratégias para sua sobrevivência.

Para alcançar tais proposições o trabalho foi dividido em sete capítulos, além do capítulo introdutório e àquele voltado às considerações finais. A introdução conta com um pequeno proêmio contextualizando o tema e as principais problemáticas que conformam a realidade rural de algumas regiões brasileiras, os procedimentos metodológicos utilizados durante toda a pesquisa e os objetivos, principais e específicos do trabalho.

O segundo capítulo, de cunho literário, revisita conceitos e problemáticas importantes para que o leitor se situe da realidade agrícola e rural atual, após os processos de desigual modernização do campo brasileiro, buscando discutir esses “novos” territórios em rede com crescente intuito de mundializar a produção agrícola brasileira e controlados por determinados atores sintagmáticos, em detrimento da

subordinação de outros.

No terceiro capítulo, foi realizada uma (re)construção da trajetória histórico-geográfica da cafeicultura da região Sul de Minas, pautada em revisões da literatura em autores que discutiram o tema em diferentes períodos e perspectivas, além da utilização de dados secundários, produtivos e espaciais que contribuíram para a construção dessa história geográfica do café na região. Feita essa etapa, o decurso foi ainda periodizado a partir do pressuposto do meio técnico, técnico-científico e técnico-científico-informacional proposto pelo professor Milton Santos. Essa periodização teve como objetivo reforçar o olhar geográfico sobre a história do café no Sul de Minas, observando como as técnicas influenciaram ações de determinados atores que, por sua vez, desenvolveram novas técnicas criando novas relações com o espaço e em suas formas de o produzir.

O quarto capítulo se deleitou sobre uma exaustiva análise de dados secundários, precedida por uma breve análise da história de construção do município de Campos Gerais. A investigação de dados secundários, advindos de diferentes fontes, abordou questões demográficas, socioeconômicas, de estrutura fundiária, aspectos fisiográficos municipais e, principalmente, a observação e análise da produção agrícola e pecuária do município em um período de, aproximadamente, trinta anos, com ênfase na produção do café e sua relação com a agricultura familiar.

O debate sobre a cidade de Campos Gerais, sua relação com a agropecuária e seu papel na rede urbana foi discutido no quinto capítulo desta pesquisa. Neste capítulo é debatido sobre a relação dialética entre campo e cidade que configura uma particular forma de apropriação e construção do espaço pelos atores que ali vivem. Ademais, é discutido qual o papel de Campos Gerais na rede urbana sul mineira, fazendo uma análise comparativa entre ele e os municípios que polarizam a região: Alfenas e Varginha. Essa etapa busca refletir se Campos Gerais, o município que mais produz café no Sul de Minas, pode ser considerada uma cidade do agronegócio, conceito proposto por Denise Elias. Defende-se que a realidade concreta é demasiada complexa e demanda uma análise multiescalar onde os papéis das cidades se complementam em relações horizontais, transversais e verticais, criando espaços do fazer, do articular e do comandar o agronegócio, pautadas em uma divisão territorial e intelectual do trabalho.

Entendendo a realidade espacial municipal, até então isolada dos atores que (re)criam essa realidade, a partir do sexto capítulo foi intenção refletir e discutir sobre

quais são esses atores e seus papéis na produção desigual do espaço campo-geraiense. Assim sendo, no sexto capítulo foi realizada uma discussão sobre o cooperativismo e suas possíveis mudanças estruturais após a modernização da agricultura e a partir das crescentes intenções do Estado e do setor privado em mundializar a produção agrícola nacional. Para contribuir com tal proposta, foi feita uma entrevista com uma cooperativa local de café, buscando entender, ao menos, suas intenções frente ao mercado e sua relação com a agricultura familiar.

O sétimo capítulo foi destinado à análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em Campos Gerais, visto como ação do Estado que influi na produção espacial do espaço rural do município. Utilizando majoritariamente dados secundários, foi observado, em termos gerais, quais tipos de agricultores utilizam o programa, para quais produções e qual o valor de produção dos produtos agrícolas cultivados com o recurso. Refletiu-se, ademais, como o programa pode cumprir uma dupla agenda, mantendo o agricultor no campo sem o expropriá-lo, ao passo que possibilita a subordinação a uma produção cada vez mais voltada para os mercados internacionais.

Por fim, o oitavo capítulo é destinado à construção intelectual da realidade dos próprios agricultores familiares integrados nas cadeias produtivas do café em Campos Gerais. Nessa etapa foram realizadas entrevistas com onze produtores familiares de café, cooperados e que se enquadram nas predisposições jurídicas do que pode ser considerada agricultura familiar no Brasil.

1.1 METODOLOGIA

A presente pesquisa parte de uma abordagem quali-quantitativa, mesclando diferentes abordagens técnicas, nas fontes, análises e interpretações da realidade. A utilização de dados secundários de quantidade é, aqui, utilizada com a intencionalidade de entender e interpretar a totalidade do objeto proposto para estudo, transformando assim, quantidade em qualidade, a partir do cruzamento e interpretação dos dados coletados e produzidos para tornar inteligível a realidade cafeeira de Campos Gerais.

Ademais, entendendo o método de abordagem como não limitado à produção científica, mas como uma unicidade inter relacional entre ciência, ideologia e filosofia como discutem Alves e Souza (2020), este deve, ao estar presente na concepção de

mundo do pesquisador em relação ao espaço circundante, servir de reflexão da totalidade para a produção do conhecimento. Dessa forma, a concepção de mundo do presente pesquisador demanda a utilização do método materialista histórico e dialético para a compreensão do espaço e dos processos socioespaciais pretendidos para o estudo.

O materialismo histórico e dialético funda-se na ideia de desconstrução do objeto para levá-lo à inteligibilidade. Parte-se da realidade sensível, do senso comum, dos fenômenos observados através dos sentidos físicos, à essência, à estrutura desse fenômeno para que, assim, torne-se um objeto cognoscível através de conceitos bem estruturados. Intentamos, então, a partir do fenômeno primeiro, “produção de café familiar”, elencar os conceitos necessários para tornar o estudo fidedigno à realidade totalizada, e construída historicamente a partir da dialética dos contrários. Dessa forma, torna-se necessária a análise de sujeitos, técnicas, objetos e ações que se inter relacionam contraditoriamente no espaço, formando sua relação com a totalidade. Ou seja, como premissa, é importante que se entenda o objeto de estudo, mas tão importante quanto, é entender que todo fenômeno esconde sua verdadeira essência em uma – várias – espécie de relação de interdependência entre o objeto, o fenômeno e a totalidade. Parte-se dos fenômenos para suas interrelações com outros fenômenos, desconstruindo o objeto primeiro de análise, construindo, observando e analisando os conceitos necessários para sua inteligibilidade e voltando para o fenômeno primeiro, agora dotado de elementos que permitam sua cognoscência (Kosik, 1969; Gomes, 1996; Marconi; Lakatos, 2017).

Para tornar possível essa pesquisa, é necessária uma construção do conhecimento a partir e com a desconstrução do objeto de análise. Assim sendo, a execução do trabalho é dividida em algumas etapas. Primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos e assuntos pertinentes para o entendimento da problemática estudada. Entender as novas dinâmicas socioespaciais provenientes da reestruturação e modernização agrícola e da mundialização da agricultura faz-se um momento necessário para a realização da pesquisa. Isso fazendo-se verdade, também o é entender os conceitos e noções de agricultura familiar e agronegócio, o papel das empresas multinacionais de comercialização, tecnologia e financeirização, assim como entender o funcionamento e a participação nos processos produtivos e comerciais-distributivos das grandes cooperativas que comercializam café. Ou seja, instituições e atores que

competem e cooperam em uma relação contraditória sobre o espaço da região. Tais relações entre os citados atores tendem a tensionar os territórios e complexificar as redes, o que por sua vez, demanda que, também, entendamos o que são os territórios para a geografia e como essa categoria de análise pode ajudar no entendimento da realidade agrária hodierna.

Outro levantamento bibliográfico importante é em relação às cidades e como o espaço urbano pode ser estruturado a fim de suprir as necessidades produtivas do agronegócio. Para toda esta etapa são utilizados autores como: Alentejano (2011), Alves (2019; 2020; 2021), Dematteis e Giorda (2013), Elias (2007; 2013; 2021), Filetto (2001), Frederico (2011), Grisa e Schneider (2014), Haesbaert e Limonad (1999), Haesbaert (2007), Oliveira (2012), Ploeg (2006), Raffestin (1993), Saquet (2007), Schneider (2009; 2013), Soja (2005), Souza (2009), Sposito (2010) e Vale (2014; 2018), assim como outros autores que se mostram pertinentes para a análise do tema proposto.

Em um segundo momento foi necessário um resgate histórico-geográfico da trajetória do café na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. Buscando apoio em autores como Filetto (2001), Cação (2012), Correia (2022), Costa (2023), Martins (2014), Vilas Boas (2021) e em dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi realizada uma análise histórico-geográfica-temporal, pautada nos preceitos da periodização de Milton Santos, abrangendo do século XIX até os dias atuais e buscando observar como o café passou a ser o principal plantio cultivado na região, assim como o espaço foi sendo reestruturado a partir das técnicas e ações para atender as dinâmicas da produção cafeeira. Buscou-se, além disso, apontar como o Estado exerceu um papel fundamental em sua disseminação, assim como dividir em períodos a trajetória do cultivo da *commodity*. Ademais, foram realizados mapeamentos para espacializar a produção atual, como ela está distribuída pela mesorregião e quais municípios dedicam maior área ao seu plantio.

A seguir a análise documental torna-se uma técnica importante para o entendimento da construção histórica do município. Utilizando dados disponibilizados por obras disponíveis na biblioteca municipal de Campos Gerais e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é realizada uma explicitação breve de sua história e aspectos que se mostram pertinentes para o entendimento da atual realidade construída. Tal etapa é importante, para reforçar que a construção do conhecimento da realidade atual dos lugares deve pautar-se no entendimento de

que os espaços são consequência direta da construção histórica da qual estão inseridos.

Na próxima etapa foi realizada uma pesquisa de caráter quantitativo. A intencionalidade desta etapa é a de entender as dinâmicas socioespaciais do município, seus aspectos demográficos e econômicos, realizando um panorama geral utilizando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesta etapa foram utilizados dados do censo demográfico e agropecuário, como número de pessoas e análise temporal de residentes no campo e na cidade, pessoas por sexo e situação de domicílio, idade da população e Produto Interno Bruto (PIB) por setor da economia obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Ademais, é realizada uma análise da situação agrária e da estrutura fundiária do município fazendo um cruzamento de dados entre o censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Ambiental Rural, assim observando tanto a quantidade de propriedades, quanto o tamanho médio de cada unidade produtiva ou improdutiva. Além do mais foi feito um cruzamento de dados entre a quantidade de propriedades, divididas em o que pode ser considerado agricultura familiar e não familiar e o tamanho dessas unidades, visando entender a distribuição de terras em Campos Gerais.

Adjunto ao momento anterior é, também, analisado alguns aspectos fisiográficos do município. Setores produtivos como a agropecuária, tem por característica intrínseca a interrelação direta com o ambiente natural. Aspectos físicos do espaço geográfico possibilitam o surgimento de pontos luminosos no espaço onde existem vantagens produtivas possibilitadas por recursos naturais endêmicos. Criações, cultivos ou processos são facilitados pela própria natureza, repercutindo no espaço econômico, político e cultural da população e dos lugares. Sendo isso verdade, foi observado aspectos como a hipsometria de Campos Gerais, suas características pedológicas e uma breve análise do uso e cobertura da terra do município. Para esta etapa foram utilizados dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do Projeto MapBiomias. Todas as análises foram mapeadas para facilitar o entendimento das variáveis propostas.

Um outro momento é destinado ao levantamento de dados referente a própria

produção agrícola e pecuária do município entre os anos de 1990 e 2022 levando em consideração a produção e criação e a área destinada à produção, nos ajudando a entender como o agronegócio tem, ou não, se territorializado no município, se o espaço de plantio de alimentos para o abastecimento interno tem sido substituído pela plantação de *commodities* agrícolas e ainda, aumentar a possibilidade interpretativa da produtividade entre as temporalidades e os avanços tecnológicos. Esse recorte foi escolhido por representar uma série temporal que possibilita uma análise fidedigna da evolução da produção agropecuária do município, além de estar situada no período da criação das principais políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Ademais, a variável “área destinada à colheita” só passou a ser informada ao IBGE a partir de 1988, o que dificulta uma análise compatível à realidade antes desse período. Para esta etapa, é utilizado principalmente o banco de dados SIDRA, do IBGE, disponibilizado de forma online, usando os dados do último Censo Agropecuário, da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). A análise da produção cafeeira, mesmo parte desta etapa, está separada dos demais cultivos e criações por ser o intento principal dessa pesquisa. Além das variáveis anteriormente citadas, no café também foi observado o valor da produção por tipos de agricultor (familiar e não familiar), a quantidade produzida, a origem técnica dos agricultores, buscando analisar a importância das cooperativas nesse processo, as agroindústrias rurais e um cruzamento de dados entre os limites espaciais das propriedades rurais com a ocupação de área de cobertura pelo café. Aqui utilizando dados do Cadastro Ambiental Rural e do Projeto MapBiomias.

São, também, observados os estabelecimentos relacionados aos consumos produtivos e aos atendimentos diretos às demandas do agronegócio presentes no espaço citadino do município, visando entender como a paisagem é, também, dinamizada pelos esforços do capital agropecuário, reforçando o caráter de interdependência desses dois espaços de contiguidade. Para esse momento foram utilizadas ferramentas de SIG, como o Google Maps, *Quantum Gis* e trabalhos de visita em campo, aproximando o pesquisador do objeto de pesquisa. Aliado a este momento e observando, principalmente através dos consumos produtivos encontrados no município, é realizada uma análise buscando apontar se Campos Gerais pode, ou não, ser considerada uma cidade do agronegócio, noção proposta por Elias (2007; 2013; 2021; 2023; 2024). Nessa etapa foi imprescindível se voltar à análise regional. O papel das cidades deve ser entendido em seu contexto regional e

o papel de polarização que elas exercem na rede urbana. Entendendo Campos Gerais como uma cidade pequena, polarizada em sua Região Geográfica Imediata e Intermediária pelos municípios de Alfenas e Varginha, foi realizada uma análise comparativa entre estes três municípios, utilizando, principalmente os consumos produtivos e a presença do capital agropecuário internacional. Assim, possibilitando entender melhor o papel de Campos Gerais como produtor de café dentre municípios maiores, com maior interesse do capital internacional em se territorializar em tais espaços.

A próxima etapa foi voltada para entender os “novos” papéis das cooperativas agrícolas após, principalmente, a modernização da agricultura e a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira. Pautada em uma revisão bibliográfica, esse momento se dedicou a demonstrar como o papel das cooperativas pode ter sido alterado pelas próprias intencionalidades dos setores privados e estatais. Esse reordenamento produtivo e de intencionalidade de produção agrícola para o mercado externo parece ter influenciado na transformação ou aparecimento de cooperativas agrícolas com grandes similaridades às empresas multinacionais na monopolização dos territórios. Essa etapa bibliográfica, permite primeiro entender que a realidade, mais do que nunca, é um complexo de objetos e ações entre diferentes atores e indivíduos que cooperam entre si para conformar a realidade de expansão do capital, muitas vezes pautadas na competição. Em segundo, esse momento precede e permite a análise de uma cooperativa agrícola de Campos Gerais. Assim, após tais reflexões foi realizada uma entrevista com a Coopercam, buscando entender seu funcionamento, seu papel enquanto organização cooperativa no município, sua relação com a agricultura familiar e com o mercado externo, além de seu papel enquanto mediadora da produção familiar ao mercado internacional. Observou-se a importância que a gestão da cooperativa possui para o melhor funcionamento e para a melhoria de vida dos agricultores familiares, sendo um pilar entre a produção sustentável ou o empresariamento altamente competitivo da agricultura familiar.

Entende-se que a cooperativa é um objeto importante, fomentado e organizado pelos próprios agricultores, sendo um agente importante e imprescindível para a produção agrícola atual do município. Entretanto, sendo apenas um dos elementos que compõem a realidade cafeeira do município, foi realizada, também, uma análise de uma ação vinda de outro importante agente – se não, o mais – para

o desenvolvimento dessa categoria social. O Estado, como ator primaz da ação do desenvolvimento em território nacional, possui um importante papel através, principalmente, de políticas públicas para a agricultura familiar. Entendendo que o município não é atendido pelo PAA, foi realizada uma breve análise, através de dados do MAPA, de como o PRONAF tem sido utilizado pela agricultura familiar campo-geraiense. Dentre as variáveis aqui analisadas estão o tamanho das propriedades calculadas em módulos fiscais, os tipos de enquadramento dentro do programa, o gênero, faixa etária e escolaridade dos agricultores que fazem parte da citada política pública, o número de residentes nessas propriedades, as rendas obtidas a partir dos cultivos financiados pelo PRONAF, a categoria das propriedades e da produção, assim como o valor da produção e o que é utilizado para consumo interno das famílias e o que é destinado exclusivamente ao mercado consumidor. Esse momento permite refletir sobre como a política tem sido utilizada e se ela é ou não importante para a expansão da produção de café dentro das unidades familiares.

O penúltimo momento foi destinado a trabalhos de campo e aplicação de entrevistas semi-estruturadas direcionadas a agricultores que possuam propriedades de até 4 módulos fiscais, tamanho máximo de uma propriedade considerada familiar pelo Estado brasileiro. O tamanho do módulo fiscal varia de município para município, a partir de determinação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dependendo dos usos econômicos da terra agrícola, sendo o de Campos Gerais fixado em 26 hectares. Em outras palavras foram escolhidos para entrevistas agricultores que tenham posse de terra voltada para o plantio de até 104 hectares, buscando analisar quais tipos de cultivos esses agricultores plantam, quais motivações para a escolha dessas produções, se fazem, ou não, parte de uma ou mais políticas públicas e qual a importância das cooperativas na (re)produção desses agricultores. As 13 entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro de 2024 e janeiro de 2025 com 11 agricultores, um representante técnico da COOPERCAM e 1 funcionário responsável da EMATER.

Por fim, é analisado, utilizando os dados das etapas anteriores, como o café territorializa-se no município observando a possível relação dos agricultores familiares na cadeia agroprodutiva, assim como compilando os dados quantitativos de produção, análise de entrevistas e análise de consumos produtivos presentes na cidade para entender como a forma, a função e o próprio espaço geográfico são

alterados em detrimento do poder do capital. Todos os resultados significativos foram utilizados na publicação em eventos e periódicos científicos.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é de entender os atores, as dinâmicas e os processos socioespaciais e econômicos da produção cafeeira de Campos Gerais com ênfase ao cultivo familiar da *commodity*. Ou seja, observar o papel da agricultura familiar na produção do café, sua relação com as cooperativas de café além de observar como o espaço urbano e rural foi e é reestruturado pelos interesses do chamado agronegócio, entendendo que o espaço geográfico de Campos Gerais é uma realidade historicamente construída a partir da dialética da realidade, onde objetos e técnicas – desigualmente utilizadas -- se mesclam em ações que caracterizam a realidade socioespacial.

1.1.1 Objetivo geral

Compreender quem são os atores, as dinâmicas e os processos socioespaciais da produção familiar cafeeira em Campos Gerais-MG e sua articulação com o espaço e os atores responsáveis pela (re)produção do agronegócio cafeeiro regional.

1.1.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos desta pesquisa, que visam auxiliar no resultado proposto pelo objetivo geral:

- a) analisar a dinâmica da produção agropecuária, estrutura fundiária e sua espacialização entre os anos de 1990 e 2022;
- b) identificar e analisar a presença de estabelecimentos agropecuários relacionados aos consumos produtivos do agronegócio no espaço urbano do município de Campos Gerais;
- c) verificar as estratégias e influências das cooperativas na produção familiar

de café e as redes de produção, comercialização e distribuição;

- d) entender a realidade produtiva da atividade agropecuária por parte dos agricultores familiares no município.

2. TERRITÓRIO E ESPAÇO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO

O espaço geográfico é o conceito que dá caráter à ciência geográfica. No entanto, são os conceitos estruturantes da geografia que auxiliam na inteligibilidade à realidade espacial. Território, assim sendo, tornou-se um conceito basilar para o entendimento de certas realidades humanas em relação com seus espaços, em tensões com outros indivíduos também territorializados. Hodiernamente, a realidade social é um complexo de espacialidades que se inter cruzam e interpenetram formando uma amálgama de tensões que se concretizam no espaço. Daí a importância de se entender o território enquanto o que é. Ou seja, um espaço delimitado por relações de poder, onde estão presentes sentimentos de pertencimento, relações políticas e econômicas em um constante conflito entre fronteiras visíveis ou não, que também se interpenetram.

Entender o espaço agrário enquanto uma multiplicidade de territórios plurais, articulados em redes de cooperação e competição, possibilita entender a realidade desses atores enquanto constantemente tensionados em relações de poder desiguais, de diferentes sentimentos de pertencimento influenciados por interesses públicos e privados, políticos e econômicos, o que complexifica os processos de territorialização hodiernos. O espaço agrário, principalmente após a reestruturação da agropecuária e da modernização da agricultura tornou-se um locus de processos ininterruptos de des-reterritorialização, conceito bastante discutido por Haesbaert (2007), onde determinados atores sociais são fragilizados frente à hegemonia do capital do agronegócio¹. Em uma visão macro territorial, o território agrário e agrícola

¹ O termo agronegócio surge baseado na noção de “agribusiness”, proposta por Davis e Goldberg (1957). É, de maneira geral, uma noção que visava eludir como a agricultura se integrava a indústrias, tanto antes quanto depois da produção. Vários estudos apontam a incompletude conceitual dessa noção, desde tratando como um termo puramente técnico e que a tal idealização não corrobora com a realidade da agricultura após sua reestruturação produtiva e mundialização, ignorando principalmente as consequências sociais da reestruturação produtiva e da agregação agricultura-indústria. Dentre as diversas contribuições, podem ser citados – entre inúmeros outros -- os trabalhos de Silva (1991), discutindo, entre outros elementos, como a “noção” não dá conta das dinâmicas sociais incluídas em todo o processo agroindustrial; Marafon (1998), ao discutir a noção através das concepções de micro e macro Complexo Agroindustrial; e Delgado (2012), onde propõe uma outra conceituação para o termo agronegócio. Mesmo com as contradições que abrangem a noção e sua incompletude conceitual, preferimos manter a terminologia ao longo do texto, visto que a

do país é controlado bilateralmente com o poder dividido – porém articulado – entre o “setor” privado do agronegócio e o Estado brasileiro. Aumentando a escala, têm-se uma complexidade de territórios que continuam lutando pelo acesso ao poder e a própria terra, buscando, cada qual, sua própria reprodução social. Entender o que é o território e quais são as redes que compõem as malhas territoriais aqui analisadas é uma etapa importante para a cognoscência da realidade contraditória da produção agropecuária nacional.

O território, para a geografia, nasce com Ratzel no intuito de lidar e justificar as práticas da Alemanha em sua unificação e no seu processo de colonização de outros lugares. Este conceito sempre esteve atrelado a configurações do poder, mas ao poder político. O território enquanto categoria e conceito geográfico é dotado de especificidades que o caracterizam como o é. As relações de poder, de identidade, as influências políticas e econômicas, assim como as culturais, dotam o território de uma riqueza epistemológica que, muitas vezes, o torna de difícil compreensão em sua totalidade conceitual.

Raffestin (1993, p. 143-144), entende que o território é formado a partir do espaço – este visto como substrato – por meio de um ator sintagmático que ao se apropriar de determinado espaço, o territorializa através de relações de poder. “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.” O poder perpassa pelo território assim como ele é formado através dele. Corroborando, Souza (2008) – entre diversos outros teóricos –, afirmam que o território é antes de mais nada um espaço delimitado por e a partir de relações de poder. Entretanto, como esse poder se espacializa? Segundo Raffestin (1993), o poder se estabelece entre a materialidade e a imaterialidade, o poder é perceptível através da circulação de pessoas, bens e mercadorias. É através da materialidade espacial que o poder é percebido pelos sujeitos. Porém, o poder se efetiva a partir da informação. Essa seria a verdadeira face do poder. É a partir da comunicação e do fluxo de informações que os agentes sintagmáticos controlam determinado território.

Souza (2008), afirma que devido ao caráter de poder dos territórios a dimensão política tem lugar central na análise. Conquanto, isso não significa colocar

própria população discute e nomeia a agricultura moderna, voltada para os mercados internacionais e integrada às indústrias como o “agronegócio”.

em segundo plano as dimensões culturais, de identidade ou mesmo econômicas nas análises territoriais e no próprio conceito do território. Quando ocorre a supervalorização do aspecto político na construção e (re)produção dos territórios, corre-se o risco de tornar o território sinônimo de soberania, fronteiras e extensões políticos-nacionais.

O 'território' por excelência, para o senso comum mas também para juristas, militares e cientistas políticos – e até para geógrafos – terminou sendo, durante muito tempo, aquele “sobre o qual” o aparelho de Estado exerce a sua soberania. Nessas condições, “emancipar” a categoria território e construir um conceito em que não se confundissem a projeção espacial do poder (as fronteiras e a malha territorial) e os objetos geográficos materiais, e no qual uma fonte de poder (e com ela determinadas escalas) não fosse hiperprivilegiada, exigiria um esforço de crítica ideológica – esforço esse que, em virtude do contexto histórico-cultural, durante muito tempo não foi nem sequer percebido pela maioria como sendo necessário ou pertinente. (Souza, 2008, p. 62-63).

O território é construído e reconstruído socialmente por diversos atores, sujeitos e instituições onde os limites não são necessariamente estabelecidos por fronteiras bem delimitadas. Essas fronteiras não necessariamente são facilmente percebidas no espaço, além do que, hodiernamente, há uma complexidade espacial muito maior devido ao processo chamado por muitos de globalização, que aumentou, em muito, a divisão social e territorial do trabalho, as migrações, as trocas e os próprios espaços, proporcionando uma realidade onde inúmeros “territórios-zona e territórios rede” se sobrepõem e se tensionam constantemente sobre o espaço geográfico.

Como aponta Haesbaert e Limonad (1999, p. 10) “O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (...)”. As análises até então mencionadas evidenciam o caráter mais objetivo do território, ou seja, a dominação de determinados atores sobre um determinado espaço – território. Entretanto, essa é apenas uma das facetas dos territórios. Ao mesmo tempo que há a dominação política e econômica, também ocorre uma apropriação identitária e cultural de determinado grupo sobre o espaço. Como afirma Souza (2008):

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não

estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território (...) (Souza, 2008, p. 59).

Há que se destacar que não existem territórios somente objetivos ou subjetivos, ou como debate Haesbaert (2004; 2007) somente funcionais – dominação – ou apenas simbólicos – identidade –. Todo território é ao mesmo tempo domínio e apropriação, funcional e simbólico. O que há são territórios majoritariamente funcionais, ou mormente simbólicos, dependendo do caráter de territorialização e dos atores ali presentes (Haesbaert, 2007).

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista). (Haesbaert, n.p., 2004).

Ademais, os territórios não são fixos como podem, muitas vezes, parecer. Mesmo no caso dos territórios nacionais, capazes de manter por mais tempo seus limites e padrões territoriais, o espaço de controle é mudado ao longo do tempo, a identidade cultural é alterada, assim como os limiares econômicos e políticos.

É necessário, não só para a ciência geográfica, entender que o território não se limita a uma porção espacial qualquer, delimitada por fronteiras ou simplesmente um espaço controlado por e através de relações de poder. Ele é mais do que isso. As relações humanas são expressões complexas. As diversas esferas dessas relações são objetivamente ou subjetivamente espaciais. Assim sendo, o território enquanto conceito responsável pela cognoscência de determinado espaço, também o é. Todo indivíduo possui um território assim como é possuído por ele. Entender os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos pode, inclusive, ajudar na proposição de políticas públicas e estratégias que visam o desenvolvimento de determinado espaço.

Every portion of the earth's surface inhabited and recognised by a human community can be understood as a territory, at different scales. The most important aspect of the territory consists in its multi-dimensionality made up of a physical basis and one or more communities living in it and developing business and cultures, with a recognisable set of images, symbolic values, traditions, histories, products and representations that make its recognisable from the outside and guide foundation processes and the identification from the inside (Dematteis; Giorda, 2013, p. 22).²

² As citações em idioma estrangeiro foram mantidas em língua original para conservar a fidedignidade

Entendendo, então, o território enquanto uma produção social em sua essência, uma característica da apropriação dos espaços pelos indivíduos, as territorialidades provenientes do uso e controle dos espaços vão influenciar e são influenciadas dialeticamente pelas próprias relações humanas em si, tanto nos aspectos políticos-jurídicos, quanto nas esferas econômicas e socioculturais. A história do espaço agrário brasileiro remonta uma complexa rede de territórios sobrepostos e em conflito em uma gama irrefreável de busca por poder, controle e autonomia.

Atualmente no século XXI, os processos produtivos na agropecuária brasileira são majoritariamente controlados por grandes multinacionais do setor, auxiliadas pelo Estado Nacional, detendo poder de controle sobre processos pré-produtivos, durante a produção e nos momentos de comercialização e escoamento (Alentejano, 2011; Oliveira, 2012). Em outros termos, setor agropecuário pode ser visto como um grande território-rede, onde o poder de comando está alhures aos lugares produtivos. Porém, as relações territoriais são bem mais complexas ao nível da realidade, ao passo que esse grande território-rede engloba em suas dinâmicas de poder, vários territórios e micro-territórios que são sujeitos aos comandos hegemônicos do capital do agronegócio.

A realidade brasileira, atualmente, revela uma territorialidade insurgente do agronegócio, também em rede. O esforço da mídia e a influência do Estado como financiador e propagador do setor criou, nos últimos anos, um senso comum de pertencimento ao agronegócio, como identidade brasileira, esforçando-se para perpetuar que é “o que temos de melhor”. A sociedade tende a abraçar a ideia, reproduzindo valores do capital do ‘agro’ mesmo entre aqueles que pouco se relacionam com o campo brasileiro. Pereira (2023), aponta que essa produção de informações e sua manipulação acabam colocando o agronegócio em uma posição de supervalorização para a economia nacional. Essa construção informacional parte não apenas dos agentes midiáticos, mas também de institutos, agentes políticos e da própria academia que legitimam, através de pesquisas, essa propagação enganosa de informações.

A subjetividade se mescla com a materialidade. A identidade brasileira como o ‘país do agronegócio’ reverbera na produção do espaço e no acesso aos espaços

pelos indivíduos do campo. Essa realidade contraditória e perversa tem causado um desigual processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, mascarado em um discurso de desenvolvimento, onde apenas a expansão do agronegócio entra na conta. Nos lugares onde o chamado agronegócio se territorializa, desterritorializa-se a agricultura familiar, seja no sentido espacial – através das migrações – ou no sentido identitário – com a perda parcial ou total do saber fazer e viver aprendido durante gerações. Os agricultores se reterritorializam em outros espaços, deixando para trás lugares de vivência, em prol de buscar sobrevivência e reprodução social.

Entender o espaço agrário brasileiro como um complexo de territórios excluídos por um controle em rede nos permite buscar a compreensão de como o espaço é controlado por um capital mundial e delimitar quem são os atores sintagmáticos que detém o poder comando tensionando de forma desigual espaços litologicamente distantes. É preciso, antes disso, ao menos discutir como tais relações hodiernas se concretizaram como uma realidade empírica. Entender quais processos causaram a reestruturação das relações produtivas na agropecuária, quais os atores envolvidos e quais são as principais dinâmicas mercadológicas da agricultura brasileira é uma etapa essencial para buscarmos compreender as “novas” reproduções de “velhas” relações territoriais entre os atores que produzem o espaço.

2.1 OS TERRITÓRIOS DA AGRICULTURA HODIERNA – MUNDIALIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

O último século assistiu à ascensão do capitalismo monopolista e sua consequente mundialização, alterando as formas de interações espaciais entre os lugares e seus atores, complexificando a divisão social e territorial do trabalho em níveis únicos na história humana. A mundialização do capital compreendeu e foi compreendida pela ascensão de empresas multinacionais, integração econômica em nível mundial – porém, seletiva - e um aumento na cooperação para competitividade entre os diversos Estados Nações. O espaço geográfico é então reestruturado para atender, principalmente, às dinâmicas do capital frente sua continuada dependência de crescimento e disseminação. A internacionalização econômica – e suas consequências socioculturais e ambientais – decorreram, como aponta Oliveira

(2012, p. 5), da evolução dos setores industriais contínuos de uma crescente integração de fluxos de “conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo”.

As multinacionais são atores exímios desse processo de internacionalização do capital e do aumento das relações em rede contidas nesse espaço tempo. Essa chamada “multinacionalização”, advém da transformação de empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através de sua territorialização em dois ou mais países com a abertura de filiais, aquisições de outras empresas, nacionais ou multinacionais, associações entre firmas ou fusões destas. Destarte, não é possível separar empiricamente internacionalização, multinacionalização e mundialização, pois tratam-se de processos interconectados que refletem a complexidade da divisão territorial do trabalho hodierna (Oliveira, 2012). A mundialização do capitalismo monopolista, dessa forma, acabou por unir de forma dialética o mercado de países altamente industrializados com àqueles com menor participação na produção de técnicas e tecnologias para o mercado mundial, centrando o capitalismo não em níveis nacionais, mas em um mercado mundial (idem). Fenômeno que tensiona o espaço em relações contraditórias de participação, cooperação e competição pelo domínio dos territórios e das pessoas.

Essa nova ordem mundial ditada, principalmente, pelos interesses do capital e das classes sociais hegemônicas responsáveis pela sua expansão afetaram, tanto quanto, o espaço rural e suas relações de produção. No caso brasileiro, houve, entre as décadas de 1960 e 1970, uma forçada intenção de modernização da agricultura visando a expansão do mercado agrícola brasileiro ao mercado mundializado. Ao menos dois fatores – porém articulados dialeticamente -- foram preponderantes na completude dessa intenção: a ação do Estado e o seguimento das diretrizes da chamada Revolução Verde. A integração entre agricultura e indústria, fato que marcou o período de modernização agrícola do país, foi engendrado por um conjunto de políticas públicas – ação do Estado – envolvendo:

[...] crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento de infraestruturas. Por cerca de 20 anos, este foi o referencial setorial predominante que orientou as ações do Estado no setor agrícola e pecuário [...] (Grisa; Schneider, 2014, p. 129)

Ou seja, as ações do Estado refletem a intencionalidade de expansão, tanto territorial, quanto em relação à inserção ou facilidades dos atores sociais no campo na modernização agrícola e na produção de produtos e alimentos, voltados principalmente ao mercado externo. Primeiramente, essas ações repercutiram em um aumento na produção e na produtividade no campo, assim como na renda agrícola, mesmo que de forma concentrada (Ploeg, 2006; Fajardo, 2012). Entretanto, essa modernização, assim como o acesso às políticas públicas voltadas aos produtores no campo, não alcançaram todos os espaços ou categorias sociais de forma satisfatória. Muitos daqueles produtores rurais com menor capacidade produtiva não conseguiram se inserir nesse processo de modernização e acompanhar as mudanças tecnológicas e de mercado (Lemos; Alves, 2023). Algo que resultou tragicamente na expulsão de diversos agricultores para as cidades ou mesmo os deixaram às periferias da competição mercadológica (Fajardo, 2012).

As mudanças demográficas e econômico-produtivas tiveram enorme repercussão sobre a diversidade social no meio rural brasileiro desde a década de 1970. De um lado, formou-se um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos (notadamente, soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), cana-de-açúcar, silvicultura, entre outros. De outro, consolidou-se e ampliou-se o grupo formado e integrado por uma miríade de produtores e residentes no meio rural que foram alijados desse processo, permanecendo na condição de pobreza e na precariedade. (Schneider, 2010, p. 102).

A lógica pautada na mecanização, na utilização de insumos químicos ou biológicos e as novas relações de trabalho alteraram de forma significativa o campo brasileiro (Fajardo, 2012). Essas novas dinâmicas produtivas baseadas no aumento da produtividade e ampliadas pelas intenções do Estado brasileiro levaram a níveis únicos de mercantilização do campo reestruturando a lógica produtiva, traçando novas redes de comercialização e distribuição e redesenhando as condições de produção e de quem deve produzir. O campo tornou-se, como afirma Ploeg (2006, p. 16) “o núcleo de um novo modo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização”. Consequente, a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Intentou-se à transformação de toda produção em mercadorias para o mercado mundial. Assim sendo, a lógica da produção agrícola deixa de ser para o abastecimento interno e estratégia nacional e passa a ser mercadoria de um mercado mundial (Oliveira, 2012, p. 6).

Na agricultura, o processo de mercantilização refere-se a uma situação de crescente interação dos indivíduos com a divisão social do trabalho em que estão inseridos. Existem vários graus e estágios na mercantilização, que não é um processo linear e previsível. A mercantilização não ocorre de forma homogênea porque cada indivíduo ou, nesse caso, cada agricultor, tende a estabelecer distintas formas de relações com os mercados. Por isso, a mercantilização leva também à diferenciação social e econômica dos agricultores. (Schneider; Niederle, 2008, p.996)

Ainda Schneider e Niederle (2008) completam que esse processo de mercantilização do campo tende a alterar as relações socioeconômicas e o próprio território, visto que quanto maior for o grau de mercantilização de determinado espaço mais fortes serão as pressões para que as relações sociais e de produção sigam o mesmo padrão de ordenamento. Utilizando a conhecida expressão, torna-se uma bola de neve, onde quanto mais o espaço está intrinsecamente inserido em processos de mercantilização, mais mercantilizado ele tende a tornar-se futuramente. Por um lado, a lógica neoliberal afeta a lógica produtiva, convertendo todo alimento em mercadoria para o mercado mundial, que ao invés de ser consumida por quem produz ou para o abastecimento local ou regional, transforma-se em produto adquirido por quem quer que seja “trocado” por dinheiro. As bolsas de mercadorias e valores passam a ditar os preços desses produtos – commodities – à nível mundial, controlando a economia das unidades produtivas locais, que ficam subjugadas aos seus interesses. E por fim, as empresas monopolistas mundiais, formadas por multinacionais, controlam, por sua vez, a produção no campo, muitas vezes sem ao menos possuir a posse da terra ou estar, necessariamente, presente no território (Oliveira, 2012; 2015).

Nesse bojo de relações contraditórias as multinacionais exercem papel fundamental na ampliação das desigualdades socioeconômicas no campo, concentrando renda, terras e controlando os territórios. Essa mundialização da agricultura dentro do capitalismo monopolista reservou espaço de controle e participação das multinacionais criando relações de poder e ditando as dinâmicas territoriais, tornando os produtores rurais subordinados a esse sistema de grandes corporações (Lemos; Alves, 2023). Ademais, passam a integrar os territórios às redes mundiais do agronegócio, reorganizando e trazendo novas dinâmicas e implicações aos lugares (Alves; Lindner, 2020).

Gaboardi e Candiottto (2021, p. 221), ao refletir sobre a influência das empresas multinacionais no mercado agropecuário, discorrem sobre a organização

oligopolística dessas empresas sobre o território. Segundo os autores, a disseminação de componentes técnico-científicos no meio rural e no processo de produção deste, como “ no processo de plantio, irrigação, colheita e armazenamento, somados aos insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos”, ajudou no poder de controle das indústrias de tecnologia, visto que o mercado mundializado de produção de commodities, passou a requerer padrões altos de ciência e tecnologia, o que, conseqüentemente, tornou a agricultura bastante dependente do capital. Ainda os autores apontam que a disseminação e o crescimento do agronegócio está, não apenas relacionado ao crescimento dessas empresas transnacionais, mas também, no enfraquecimento do Estado nas tomadas de decisões. Entretanto, o papel do Estado só diminuiu no que tange o comando de decisão, mas ao mesmo tempo se submeteu à lógica do capital, tornando-se o principal financiador do agronegócio. É uma relação dialética entre o aumento do papel e da importância das empresas multinacionais nos processos de produção do campo, afrouxamento de políticas sólidas para alguns atores sociais do campo e o interesse do Estado em promover a expansão do agronegócio.

Por um lado, essas multinacionais monopolizam os territórios através de empresas de comercialização e processamento industrial controlando, através de mecanismos de subordinação, produtores do campo sem, muitas vezes, ao menos deter a posse das terras, ditando o montante da produção, ou seja, elementos necessários para a (re)produção dos agricultores inseridos nessa lógica produtiva, como insumos, sementes e tecnologias de plantio, assim como controlam o jusante da produção, através do beneficiamento, comercialização e processamento industrial (Oliveira, 2012). Por outro, territorializam-se os monopólios, controlando, simultaneamente, “a propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária” processos esses executados, não mais, necessariamente, por diferentes atores ou classes sociais (Oliveira, 2012, p. 8).

Na fase atual do capitalismo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas desempenham papel fundamental na organização espacial, exercendo determinado controle sobre amplo e diferenciado território. Este controle constitui-se em um dos meios através do qual a corporação garante com máxima eficiência a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção. (Corrêa, 1992, p.35)

Esses fenômenos estão inteiramente integrados e resultaram em processos de financeirização da agricultura brasileira. Assistimos a um crescente e acelerado fenômeno de “[...] financeirização do sistema agroalimentar e a desregulamentação de mercados financeiros. Essa conjuntura multiplica as oportunidades produtivas e especulativas de acumulação no setor agrícola” (Kato; Leite, 2020, p. 467). Dessa forma, além das empresas que já atuavam no setor agropecuário brasileiro, outros agentes financeiros passam a se interessar e investir no meio rural, diversificando os meios de financeirização da agricultura e dos agentes que ali agem na produção do espaço e suas relações (idem). Esses investimentos pautam-se na ideia de que a terra possui tanto valor de produção, quanto também funciona como reserva de valor, onde, majoritariamente, importa a esses investidores a qualidade do solo, sua localização e seu potencial de ser valorizada nos mercados fundiários. Kato e Leite (2020), ainda acrescentam que esses investimentos financeiros são aplicados através de parcerias entre companhias e produtores especializados, envolvendo, principalmente, três tipos de entidades: diferentes tipos de investidores (que fornecem capital), firmas gerenciadoras de ativos (que criam instrumentos financeiros como os fundos); e companhias operando na agropecuária (produtoras ou gerenciadoras da produção).

Ademais, Kato e Leite (2020), acrescentam que nesse cenário de constante liberalização econômica, instituições não bancárias – institucionais -- também estão ganhando espaço no que concerne à produção agropecuária e o acesso aos meios de produção. Ao mesmo tempo que conseguem captar grandes quantias de capital, sofrem com menores regulamentações. Os atores elencam algumas estratégias dessas empresas para inserirem-se nesse nicho de capital, sendo elas a compra da terra para lucrar com seu aluguel ou arrendamento, a compra para realizar investimentos em projetos produtivos, ou visando ganhos financeiros, sem se interessar na produção agrícola e agropecuária. Como essas redes de financeirização atravessam os territórios e os países, torna-se cada vez mais difícil a identificação dos atores responsáveis por esses financiamentos e, conseqüentemente, complica-se a responsabilização pelos danos socioeconômicos e ambientais resultantes desses processos (idem).

Todos esses processos supracitados refletem uma “nova” ordem paradigmática na agricultura mundial, que mantém contradições e desigualdades de produção historicamente estabelecidas ao passo que viabiliza novas formas de

apropriação às terras e aos sistemas produtivos por grandes empresas e atores hegemônicos, criando um cenário de cooperação e competição pelo acesso à terra, ditando a produção agropecuária e deixando às periferias produtivas e de reprodução social e econômica inúmeros agricultores incapazes de acompanhar esses novos processos econômicos e espaciais. Cabe então entender, quem são esses principais atores e como eles estão, desigualmente, postos nessa hodierna divisão social e territorial do trabalho.

2.2 O AGRONEGÓCIO 'BRASILEIRO'

Conhecido como agronegócio, ou *agribusiness*, esse “setor” produtivo, caracteriza-se entre outras variáveis, por ser uma atividade intersetorial e multiescalar reproduzindo-se através de uma produção agrícola mundializada com fortes relações com grandes empresas multinacionais, com o capital mundial e significativas relações de poder junto ao Estado. “[...] entre os maiores objetivos está a obtenção de lucro e renda da terra, com a produção de muitas novas mercadorias voltadas ao mercado urbano, nacional e internacional, de alimentos processados e ultraprocessados, de commodities e de agrocombustíveis.” (Elias, 2021, p. 5). Essa produção dá-se com um conjunto de atividades totalmente interligadas: agropecuária conectada às indústrias, ao setor de serviços, comércio especializado, agentes financeiros, marketing, armazenamento, logística e distribuição (Elias, 2021). Corroborando, Alves (2021, p.131) afirma que a “produção de *commodity* tem mobilizado uma rede de fixos e fluxos em diferentes contextos regionais-globais” envolvendo “corporações multinacionais, cooperativas, instituições de pesquisa, setores de logística, instituições bancárias e financeiras entre outros atores.”

As redes agroindustriais associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado: empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de marketing, de fast-food, de logística, cadeias de supermercados etc. Para conseguirmos compreender seus respectivos funcionamentos, faz-se necessário estudos de caráter multiescalar e intersetorial. (Elias, 2013, p. 16).

Gaboardi e Candiottto (2021) acrescentam que esse modelo produtivo – o agronegócio – baseia-se em uma limitada variedade de produção de alimentos, como carnes e grãos, produzidos com uma grande dependência da biotecnologia e

de insumos, marcados na paisagem através de monoculturas e pastagens, produtos estes voltados majoritariamente para o mercado exterior.

Segundo Matos e Marafon (2020), foi a partir de 1980 que o termo agronegócio começou a aparecer nos debates acadêmicos e na mídia brasileira. Segundo os autores, o agronegócio deve ser visto como uma forma contemporânea de capitalismo no campo que envolve um alto uso de tecnologias, alta produtividade, esvaziamento do campo, integração com indústrias, altas taxas de concentração de terras, exportação, mobilidade de fluxos produtivos e financeiros e exploração demasiada do meio ambiente em função da expansão do capital. É esse modelo produtivo, para o Estado, que faz o campo se desenvolver, visto sua capacidade de aumentar o produto interno bruto do Estado Nação. Aliado ao Estado, os idealizadores do agronegócio somam forças para propagar esse modelo produtivo como importante para a economia nacional, afirmativa que se fortaleceu após a crise de 2013, visto que estatisticamente falando, o “setor” não foi afetado. A mídia fortalece essa ideia e trás em um discurso alienante que o agronegócio é responsável por todo tipo de produção agrícola e agropecuária, além de propagar uma falsa ideia de geração de renda por esse setor, sem mencionar que tal renda é concentrada nas mãos de poucos grandes produtores.

Outra característica do agronegócio é sua relação com os espaços de controle de comando. Frederico (2015), demonstra que mesmo com a dinamização dos espaços brasileiros e a maior participação de outros espaços antes excluídos da cadeia produtiva houve uma intensificação da centralidade do comando a partir da década de 2000. Há sim, um controle técnico relativamente disperso no espaço, com pequenos e médios municípios, possuindo controle imediato das decisões de produção, conquanto, a regulação financeira, normativa e informacional tende a ser concentrada em um número limitado de espaços, principalmente nas grandes metrópoles, refletindo a ordem contemporânea da divisão social e territorial do trabalho no agronegócio mundial. Essa dinâmica reflete um outro tipo de desigualdade das relações, onde as interações espaciais (Corrêa, 1994), concentram as tomadas de decisão em certos pontos luminosos no espaço, fragilizando e subjugando outros espaços, espaços estes, responsáveis pela produção agrícola e agropecuária, em si.

Esse modo de produzir no campo e de (re)produzir capital é visto muitas vezes como uma atividade econômica financeiramente rentável para o Brasil e para

o mercado internacional, envolvendo grandes empresas multinacionais, grande apoio estatal, principalmente vinculado ao crédito, conglomerados, além das iniciativas privadas visando controlar o mercado agropecuário (Alves, 2019). Não raro, o agronegócio é tratado como sinônimo de eficiência produtiva para o campo brasileiro, que, conseqüentemente, assegura resultados positivos na economia nacional (Souza, 2019).

Assim, o conceito de agronegócio persiste sendo comumente evocado como sendo sinônimo de eficiência produtiva no campo brasileiro, assenhorando-se de toda a produção agropecuária, propalando ser capaz de assegurar os resultados positivos da economia nacional, apresentando tais resultados como justificativa para os volumosos aportes creditícios que lhe são outorgados, bem como para a manutenção do latifúndio improdutivo, o que acaba estrategicamente postergando continuamente qualquer iniciativa de Reforma Agrária no Brasil. (Souza, 2019, p. 51-52)

Contudo, como denota Elias (2021, p. 6), “De maneira geral, o agronegócio brasileiro se caracteriza por ser espacialmente seletivo, socialmente excludente, economicamente concentrador e ambientalmente e culturalmente devastador”. Além da conseqüente concentração de rendas e de terra, danos ambientais, da frequente expulsão ou cooptação desigual de agricultores às relações de competição mercadológica dessa lógica produtiva e das diversas perfídias causadas com sua territorialização, o agronegócio ainda apresenta diversas contradições que corroboram com a necessidade de uma melhor reflexão sobre suas conseqüências no espaço.

Nesse cenário, a agricultura assim como o próprio território acabam por ser controlados por grandes agroindústrias e tradings agrícolas que comandam os circuitos espaciais de produção territorializando os monopólios e monopolizando os territórios (Oliveira, 2012). Afetando direta e indiretamente a vida no campo e nas cidades brasileiras, assim como os papéis dos atores sociais que produzem tais espaços. Entretanto, como nos lembra Castillo *et al.* (2016, p. 277), outros agentes, atores e instituições têm ganhado poder recentemente no, também, controle desses circuitos de produção “como fundos de pensão, empresas de *private equity*, fundações e instituições bancárias, por meio de participação societária nas empresas agrícolas e do controle direto e indireto da terra e demais recursos”. Atuando em diversos setores e países, esses grandes capitais internacionais, controlam os territórios, as etapas produtivas e os circuitos de comércio, sem criar vínculos ou laços com os lugares, relegando nenhum compromisso ou

responsabilidade com um lugar em particular (idem). Essa característica do agronegócio tende a fragilizar os lugares, principalmente àqueles na base da produção agropecuária, com ênfase às pequenas cidades e o espaço rural circundante responsável pela produção. Ocorre a subordinação dos lugares por um capital sem espaço de pertencimento.

Entendendo o agronegócio como uma conjunta e complexa relação entre diversos atores e instituições que visa, em primeiro lugar, a expansão do capitalismo e que necessita do espaço para sua reprodução, não só o campo é alterado em detrimento de suas diretrizes, mas as cidades, muitas vezes, também são reestruturadas e têm sua forma e função alteradas em detrimento dos interesses do capital do agronegócio. Ou seja, as relações campo-cidade mudam, se distorcem, onde não é mais possível, por um lado, a dicotomização entre ambos espaços e por outro ignorar as contiguidades destes que apesar das particularidades espaciais e seus diferentes papéis na divisão territorial do trabalho são ambos espaços subordinados aos atores hegemônicos que visam a acumulação e expansão do modo de produção vigente.

Até essa relação torna-se complexa e muitas vezes contraditória. De um lado, como aponta Sposito (2010, p. 55), “As determinantes da globalização (...) são relevantes para se verificar que, nem sempre ou não mais, a área rural do município vive ‘em benefício’ de sua cidade ou é dela tributária”. Afirmação esta que reflete a complexidade hodierna na divisão territorial do trabalho e na integração dos lugares, através das diversas redes e nós que cobrem o espaço. Entretanto, em muitos casos, o agronegócio demanda uma “transformação funcional das cidades”, no mesmo sentido discutido por Corrêa (2007), porém devido à demanda de atendimentos às necessidades produtivas e de fluidez do território. Santos (1988), ao estudar a reestruturação produtiva do capital e da agricultura no século XX, salientou que devido ao processo de globalização econômica, a gestão e as decisões do capital agropecuário passaram a realizar-se, não no campo produtor, mas sim nas cidades, reorganizando estrutural e espacialmente as relações entre campo e cidade. Alves (2021), ao estudar as cidades sul mineiras, também identifica centros urbanos detentores dos poderes de decisão e com uma ruralidade aparente na paisagem urbana através das “cidades rurais” e das “cidades do café”.

Ainda, Elias (2007), em uma complementação escalar e conceitual às cidades do campo de Milton Santos, vem discutir o conceito de “cidades do agronegócio”,

que são aquelas capazes de saciar imediatamente as necessidades, financeiras, técnicas, científicas, logísticas e de mão de obra para o agronegócio globalizado. “São os espaços urbanos não metropolitanos inseridos em amplas regiões produtivas de commodities agrícolas, nos quais ocorre a gestão local e regional do agronegócio. De maneira geral, possuem distintos níveis de urbanização e são cidades pequenas ou médias” (Elias, 2022, p. 1009). Frederico (2011, p. 8) ainda acrescenta que essas cidades são reflexos da especialização produtiva e podem ser entendidas como aquelas em que as funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”. Dessa forma, campo e cidade complementam-se em uma subordinação ao capital mundializado, ligando o local ao global, alterando ambos os espaços e seus agentes.

Para Elias (2022, p. 1009), as cidades do agronegócio são forma, processo, estrutura e função da (re)produção do capital do agronegócio que constituem “pontos e nós fundamentais na rede de relações econômicas, sociais, políticas, territoriais e de logística do agronegócio”. São os elos mais diversos entre os circuitos espaciais de produção e de cooperação da produção agropecuária e agroindustrial. Por esse motivo, as relações das escalas locais e regionais são intensas com as escalas nacionais e globais, corroborando que esse modo de produção capitalizado se espacializa na relação dialética entre o local e o global, evidenciando mudanças significativas nas relações campo e cidade (idem, 2022).

A hegemonia dessas funções voltadas à manutenção do agronegócio são uma característica dessas cidades, principalmente nas pequenas, visto que nessas localidades os atores hegemônicos do agronegócio têm o poder de demandar profundamente especializações econômicas e espaciais (Elias, 2022). Conquanto, em uma relação desigual e excludente, quanto mais a cidade especializa-se em favor da produção agropecuária – ou de qualquer exclusividade de setor produtivo – e quanto mais os setores industriais, de comércio e de serviços estiverem ligados aos interesses do agronegócio, maior será sua vulnerabilidade social e econômica (idem). Ademais, quanto mais se capitaliza, ou melhor, intensifica-se o capitalismo no campo produtor, maior e mais complexa será a relação entre o campo e a cidade e mais se acirram as desigualdades sociais, a luta pela terra e os obstáculos à soberania alimentar.

Assim sendo, quanto mais se intensifica o capitalismo no campo, mais urbana se torna a regulação da agropecuária, sua gestão, sua normatização. Quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da

agropecuária, quanto mais globalizados os seus circuitos espaciais da produção e seus círculos de cooperação (Santos, 1986a, 1988; Elias, 2003), maiores e mais complexas se tornam as relações campo-cidade, resultando em uma significativa remodelação do território e na organização de um novo sistema urbano, com a multiplicação de pequenas e médias cidades, que compõem lugares importantes para a realização do agronegócio globalizado. Da mesma forma, considerando que a difusão do agronegócio globalizado se dá de forma social e espacialmente excludentes, sua difusão promove o acirramento das desigualdades socioespaciais também nas cidades do agronegócio. (Elias; Pequeno, 2007, p. 26-27)

De forma geral, os ditos processos já discutidos ao longo do texto, como mundialização, mercantilização, financeirização, controle desigual dos espaços e dos processos de produção e a seletividade de políticas públicas e de crédito, principalmente voltadas à produção de commodities agrícolas para o mercado internacional, remontam o que é a estrutura funcional do denominado agronegócio brasileiro. É, de maneira simplista, uma ideologia produtiva que seleciona espaços, atores e agentes, através da ideia de expansão econômica de espaços de produção que revela uma desigual participação nos processos produtivos, concentrando renda e poderes de decisão em poucas mãos.

É preciso lembrar – por mais óbvio que seja – que o agronegócio não é um ator social ou todo um setor produtivo, é por realidade uma lógica produtiva que serve à ideologia hegemônica através da ideia de mercantilização do espaço e do que dele é produzido. A "neoliberalização" do espaço remete a uma construção histórica e social de individualismos perfídios. A cada passo em que avançam e se disseminam esses ideais, é sufocada a ideia de humanidade, de comprometimento social em prol de uma sociedade da individualidade, da competição desigual e da desigual utilização dos espaços e das técnicas. Nesse cenário, a chamada agricultura familiar encontra-se duplamente fragilizada no processo. Restam poucas alternativas para sua reprodução enquanto indivíduos, enquanto atores sociais presentes e participativos no campo.

2.3 AS DIVERSAS AGRICULTURAS FAMILIARES

O conceito de agricultura familiar ganhou notoriedade e importância política, institucional e conceitual a partir da década de 1990, principalmente com a institucionalização do PRONAF, após anos marcados de lutas no campo e de acesso à terra. Ademais isso deve-se, também, ao contexto mundial neoliberal no

final do século XX que visava, majoritariamente, a capitalização do campo e a diminuição da fragilidade econômica no espaço rural. Como aponta Schneider e Cassol (2013), o reconhecimento da agricultura familiar como ator social presente no campo é recente e seu surgimento normativo deve ser reconhecido à luz de ao menos três fatores de igual importância:

[...] a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; [...] ao papel dos mediadores e intelectuais [...]; [...] ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (Schneider; Cassol, 2013, p. 5)

Ainda, foi a partir da integração dos países sul americanos, que culminou no Tratado de Assunción, em 1991, segundo Schneider (2009), que a expressão de agricultores familiares aparece como uma forma de unir os interesses de “pequenos proprietários rurais” que estavam, não apenas denegados politicamente dessa integração, mas também seriam afetados economicamente “uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade de seus produtos” (Schneider, 2009, p. 30). Ademais, a própria criação do Mercosul, acabou por incitar os agricultores a buscar referenciais para políticas públicas na formação de outros blocos econômicos, como na União Europeia, resultando um grande número de informações sobre as políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Unificando o discurso político, os movimentos sociais do campo e sindicatos passaram a identificar-se com a noção de agricultura familiar, que agora, unia uma diversa quantidade de categorias sociais debaixo de uma mesma nomenclatura, aumentando a base social e aumentando a representação política dos pequenos agricultores (idem).

Como forma de unificar o discurso oposicionista, as entidades de representação dos agricultores que poderiam ser afetados pelas consequências da integração comercial e econômica, na época ainda desconhecidas, lançaram um discurso político que propugnava a proteção social, política e econômica dos agricultores familiares. Embora as ações empreendidas pelo movimento sindical tenham produzido resultados bastante fragmentados e de pouca repercussão política, pode-se afirmar que esse movimento constitui-se em marco decisivo para unificação do discurso em defesa dos interesses dos agricultores familiares. Formou-se, portanto, uma nova categoria política que passou a congrega o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a constituir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades. (Schneider, 2009, p. 30-31)

Assim sendo, só a partir da década de 1990, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e em particular, 1996 a partir do decreto presidencial n. 1.946, 28/7/1996, que culminou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que a categoria se fortaleceu – depois de muitas lutas, principalmente vinculadas aos movimentos sociais. “A culminância deste processo foi a institucionalização da Lei da Agricultura Familiar em 2006, que conceituou a agricultura familiar e estabeleceu diretrizes para as ações do Estado” (Grisa, 2018, p. 37). Conquanto, as mudanças políticas e ideológicas dos últimos anos afetaram, mais uma vez, negativamente a luta pela terra e a questão agrária do país, diminuindo consideravelmente os recursos destinados a ela:

No entanto, a partir de 2016, a estrutura política, institucional e financeira do Estado orientada para a agricultura familiar foi reestruturada e minimizada. O MDA foi extinto e suas funções foram orientadas a novos arranjos institucionais, e diversas políticas públicas sofreram arrefecimento político, reorganização institucional e cortes de recursos. (Grisa, 2018, p. 37)

O conceito de agricultura familiar foi capaz de abraçar diversas categorias sociais que não poderiam mais ser caracterizadas apenas por pequenos produtores ou trabalhadores rurais. Essa nova nomenclatura abarcou uma diversidade de atores sociais do campo como assentados, parceiros, arrendatários e integrados a agroindústrias, diferentes categorias sociais que hoje encontram-se discutidas a partir do conceito de agricultura familiar (Schneider, 2003). Entretanto, devido às complexidades da realidade subordinada ao modo de produção capitalista e a crescente intencionalidade do capital em se expandir, poderíamos falar, com uma intenção mais fidedigna às diferenças locais e regionais, assim como a partir da própria complexidade da realidade, não em uma, mas em várias “agriculturas familiares”.

Para além deste debate teórico-ideológico, evidencia-se a rica heterogeneidade e a enorme capacidade de adaptação da agricultura de tipo familiar. A diversidade de situações reflete antes as diferentes faces de um mesmo objeto e não objetos distintos. Mas isto não quer dizer que a produção familiar represente um grupo social homogêneo, muito menos uma classe social no sentido marxista do termo. A realidade multiforme desta forma de produção é resultante da sua capacidade de adaptação aos diferentes ambientes históricos e conjunturais (Silva, 1999, p. 161).

Nesse aspecto é que é preciso refletir de que falamos de várias agriculturas

familiares, que mesmo podendo ser caracterizadas como tal, devido a semelhanças que compartilham, possuem diferentes formas e estratégias de se manterem como agentes ativos na produção do espaço e sua utilização, assim como níveis diferentes de uso das técnicas e de inserção nos mercados locais, regionais ou globais. Mesmo que isso, seja por muito, ditado pelas contradições do modo de produção vigente e a historicidade regional de onde essas famílias se situam.

Para fins de esclarecimento, é entendido como agricultura familiar no Brasil, em termos normativos àqueles agricultores que pratiquem atividades no campo não detendo área maior do que 4 módulos fiscais; que utilize majoritariamente mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento; tenha renda familiar, mesmo que em percentual mínimo, originada das atividades econômicas do estabelecimento; e que o estabelecimento seja dirigido pela família (Lei da Agricultura Familiar, 2006). O estudo entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), também originou uma das formas mais utilizadas para se discutir as características da agricultura familiar:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996, p. 4)

Em pesquisa sobre a agricultura familiar na América Latina, suas similaridades e particularidades, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), trabalha com uma noção de agricultura familiar que abarca as similaridades de todos os países estudados utilizando como base referencial os estudos de Chayanov, Shanin, CE PAL e Ellis:

La agricultura familiar se refiere al ejercicio de una actividad económica, la agricultura, por parte de un grupo social unido por lazos de parentesco y de sangre, que es la familia. Esta última es un grupo social que trabaja y genera productos, bienes y servicios. De este modo, la agricultura familiar incluye una forma social de trabajo y de producción en la que una actividad (la agricultura) es realizada por un grupo doméstico unido por lazos familiares (Chayanov, 1974; Shanin, 1973, 2009; CE PAL, 1984; Ellis, 1988).” (FIDA, 2014, p. 8-9)

Devido esses aspectos socioeconômicos, Ghizelini (2019) aponta que na agricultura familiar, há dificuldades em se estabelecer diferenças entre a vida social

e o trabalho já que, muitas vezes, essa categoria social utiliza a agricultura para subsistência e parte do lucro é obtido pelos excedentes da produção, diferente da empresa de médio e grande porte que utilizando de mão-de obra assalariada, reproduz-se a partir da lógica da empresa capitalista. Entretanto, entendendo a complexidade da realidade, as grandes diferenças locais e regionais e as diversas estratégias que os agricultores familiares utilizam para sua (re)produção social e econômica, essa relação não se traduz como uma regra. Não raro, e infelizmente cada vez mais comum, os agricultores familiares têm se inserido nessa lógica mercadológica contraditória da produção de commodities agrícolas, possibilitados, principalmente, pelas cooperativas e pelos bancos de crédito agrícola, assim como pelos incentivos estatais. Não é sobre dizer que a produção para subsistência se extinguiu nessas propriedades, visto que o acesso aos meios de produção, informação e canais de comercialização escoamento dessas famílias ainda é precário assim como o acesso ao crédito e as políticas públicas (Schneider; Niederle, 2008). Assim, essas famílias, como corroboram os mesmos autores, raramente abandonam a produção para subsistência “o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista em que estão inseridos” (idem).

Porém e devido às dificuldades encontradas pela agricultura familiar, há uma relação estratégica em cooptar os agricultores familiares e conduzir seus modos de produção. Nesse nicho de relações de produção, inserem-se essas categorias sociais que são, devido às próprias contradições engendradas propositalmente pela hegemonia do modo de produção vigente, incapazes de competir e se relacionar de forma equitativa nas relações produtivas e de utilização dos espaços. Por outro lado, são poucas as perspectivas desses atores, a não ser inserir-se a essa lógica produtiva chamada de agronegócio. É nesse bojo de contradições que a agricultura familiar tem encontrado caminhos e estratégias para sua própria (re)produção econômica e social, mercantilizando boa parte de sua produção agrícola mediados por cooperativas e monopolizados pelas multinacionais. Visando a permanência no campo e sua reprodução como indivíduos, também subordinados ao modo capitalista de produção, a agricultura deixa de cultivar alimentos essenciais e insere-se na produção de commodities agrícolas (Lemos; Alves, 2023). Esse cenário está intrinsecamente relacionado à modernização da agricultura e a mercantilização do

campo, o que tem contribuído para o aparecimento de uma agricultura familiar de forma empresarial que se difere, ao nível da lógica de suas relações com a sociedade e o mercado, àquelas de forma camponesa (Ploeg, 2006; Schneider; Niederle, 2008).

O processo de mercantilização crescente da vida social e econômica leva a uma crescente interação e integração das famílias aos mercados. Como resultado, reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo. Nesse contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura (Schneider; Niederle, 2008, p. 995).

Ploeg (2006) nos ajuda a entender que para compreender a agricultura contemporânea, tanto quanto os novos paradigmas da agricultura familiar brasileira, é preciso levar em consideração a modernização da agricultura e a consequente mercantilização da produção. Já de senso comum é a afirmativa de que a modernização do campo brasileiro não ocorre de forma homogênea pelo território, favorecendo grandes proprietários e empresas, auxiliados pelo Estado, em detrimento da marginalização de agricultores e agricultoras que não se enquadravam nos requisitos da modernização e da reestruturação produtiva. Esse fenômeno reforçou a desigualdade no campo, subordinando diversos agricultores, os deixando as margens da participação econômica. É nesse cenário que a agricultura familiar do Brasil procura estratégias de sobrevivência, seja através da resistência aos ditames da hegemonia agrícola nacional, seja através da pluriatividade e das atividades não agrícolas, ou mesmo à subordinação à essa hegemonia, participando de forma ativa, porém desigual e formando a base da pirâmide de produção, ao produzir commodities para o setor agropecuário internacional. Daí surge, segundo o autor, um novo paradigma para a agricultura familiar com características empresariais. Entretanto, isso não significa o fim do campesinato, mas sim uma complexificação das relações sobre o território onde convivem os dois modos de produzir no campo. De um lado a agricultura familiar camponesa e de outro a agricultura familiar de modo empresarial.

Na agricultura familiar camponesa, as relações com o mercado se diferem ao menos de duas maneiras. Existe, sim, o excedente que é comercializado pelos agricultores, mas não pela lógica capitalista de obtenção de renda ou lucro, mas sim como uma própria forma de manutenção e sobrevivência dessas famílias e dos

próximos ciclos produtivos. Ademais, A própria reprodução dos fatores de produção e os insumos utilizados não advém diretamente dos mercados, subordinados de elementos externos à propriedade, mas da própria produção anterior, que fomenta, em parte, os próximos ciclos produtivos. Assim sendo, boa parte dos fatores de produção, assim como elementos naturais, mão de obra e recursos produtivos não entram na conta como mercadorias, ou seja, como valor de troca nessa relação produtiva, mas como valor de uso, necessários para a reprodução não só da produção, mas também da família. A utilização da mão de obra familiar é imprescindível para o aumento do valor agregado por unidade produtiva o que gera uma relação contraditória, visto que, como coloca o autor, normalmente há uma abundância de trabalho, porém com poucos recursos para sua utilização.

Entretanto, esse processo não ocorre de forma homogênea sobre o espaço. O que há, é uma convivência desigual entre ambas as lógicas de produção campestre e agrícola, cooperando e competindo entre si, cada qual com seu papel de subordinação ao modo capitalista de produção. Esses agricultores que se aproximam de uma lógica empresarial de produção, vem, cada vez mais, tornando-se dependentes de “especialização produtiva, do uso de recursos externos, das flutuações dos preços internacionais e dos custos de produção e transação” (Schneider; Niederle, 2008, p. 1009). Ademais, essa dependência gera um processo de aprofundamento do controle das multinacionais e cooperativas sobre o território e a produção agrícola, ditando cada vez mais o modo de produzir e os fluxos dessa produção. Torna-se, então, emergencial entender que agronegócio e agricultura familiar não mais são conceitos contraditórios. Em certas regiões altamente especializadas na produção para o agronegócio, esses agricultores têm sido subordinados a inserir-se nessa lógica de produção. Mas é preciso salientar que não estamos dizendo que a agricultura familiar seja “agronegócio” ou parte diretamente integrante dele. Porém, a mercantilização da agricultura familiar através da produção de commodities agrícolas, colocam esses atores em uma situação de participação indireta nessas cadeias produtivas. Os produtos cultivados por esses agricultores acabam nas mãos de multinacionais ou grandes empresas nacionais que vão, por sua vez, comercializar essa produção aos mercados internacionais, entrando na balança comercial como produtos do “agronegócio”. A desigual participação nesse nicho tende a aprofundar as desigualdades sociais no campo e na cidade, assim como reforçar ainda mais os problemas ambientais resultantes desse processo

produtivo.

Basso e Gehlen (2015), propõe pensar a agricultura familiar a partir de sua racionalidade, sua relação com a tecnologia, com o mercado, com a terra e com a sucessão geracional, para entender as diferentes formas de agricultura familiar que se complementam sobre o espaço. Os autores discorrem sobre a temática apontando três tipos de agricultura familiar. A agricultura familiar moderna convencional, com altos níveis de especialização produtiva, forte dependência de capital financeiro, insumos externos e crédito agrícola, além de serem bastante tecnificados. A produção desses agricultores, segundo os autores, é toda destinada ao mercado, muitas vezes produzindo commodities, atuando em circuitos mais extensos. Aqui, a produção para o auto consumo é pouco valorizada. Em relação à tecnologia, há um esforço de incorporação de novas ondas tecnológicas, utilizando, principalmente, o capital financeiro. Quanto mais especializada uma propriedade familiar convencional, menores as possibilidades de os filhos seguirem a profissão dos pais, segundo os autores. Sendo, por fim, os impactos ambientais pautas pouco preocupantes entre esses indivíduos. São, desta forma, constantemente subordinados aos atores dominantes do campo, onde sua não adaptação às demandas pode comprometer o “negócio” da família.

Uma segunda categoria de agricultura familiar seria o agricultor familiar moderno não convencional. De certa forma, essa categoria apresenta-se como uma contrapartida à primeira, em termos analíticos aqui propostos. Há uma maior valoração da terra enquanto recurso natural, uma preocupação em sua manutenção para as gerações futuras, utilizando princípios agroecológicos para a preservação dos recursos. No que diz respeito à produção, há um maior equilíbrio entre a produção mercantil e àquela para a subsistência da família. Entretanto, aqui, a produção comercial é predominantemente voltada à circuitos mais curtos, através da produção de hortifruticultura e os derivados advindos de agregação de valor das matérias primas. Os mecanismos de escoamento dessa produção são três, segundo os autores: o de proximidade, o institucional e os de nichos de mercado (mercado orgânico). As tecnologias são majoritariamente de equipamentos tradicionais e técnicas de cultivos ecológicos, demandando pouco capital financeiro. Esses agricultores estão fortemente vinculados à grupos ou associações de agricultores, como cooperativas, que visam a mesma racionalidade produtiva e social. E ainda, dentre todos os agricultores analisados pelos autores, é nessa categoria em que há

a maior chance de haver uma sucessão geracional, onde os filhos continuam vivendo e trabalhando na propriedade após o falecimento dos pais. Por fim, a terceira categoria seriam os agricultores familiares modernos em transição. Nessas propriedades estariam características de ambas as categorias anteriores, em fase de transição de do convencional ao não convencional. Consequentemente, as relações com o espaço mesclam-se em complexidades ainda maiores. Desde o uso de tecnologias, até a relação com os mercados de cadeia longa e curta.

O estudo dos referidos autores, corrobora para entendermos a complexidade em se caracterizar a agricultura familiar. Que ao contrário de poder ser tratada como uma categoria petrificada, conceitualmente e realisticamente falando, mostra-se dotada de heterogeneidades que se diferem à nível de relação com o espaço, de produção do espaço e de relação com os indivíduos e instituições que nele o agem.

Wanderley (1996), também discorre sobre o aparecimento de uma agricultura familiar que se difere, não a nível estrutural, mas em sua relação com o espaço, os indivíduos e seus agentes daquela camponesa. Variam-se as estratégias, agora, focadas na adaptação a realidade capitalista hodierna, transformando os camponeses no que ela define como agricultura moderna. Assim sendo, mais do que taxar a agricultura familiar através de uma descrição cimentada, é importante levar em consideração a realidade socioespacial que esses agricultores estão inseridos, as pressões extra propriedade que são submetidos e as estratégias de sobrevivência destes, lembrando de sua inserção forçosa ou não, ao modo capitalista de produção e seu papel na divisão social e territorial do trabalho.

Um dos fatores determinantes para a inserção desses agricultores a agricultura para o mercado externo diz respeito ao papel do Estado, dos bancos e das políticas públicas, principalmente voltadas ao crédito agrícola. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mesmo sendo um importante instrumento para a sobrevivência dos agricultores familiares no campo, têm se mostrado como uma ferramenta utilizada para a expansão da produção de commodities agrícolas no campo. Como afirmam Grisa e Schneider (2014), vários estudos mostraram que o programa favoreceu – como ainda possivelmente favorece – àqueles agricultores com melhores condições socioeconômicas e foi espacialmente seletivo, favorecendo principalmente a região Sul e Sudeste do país. Sendo, ainda, a maioria dos recursos destinados aos cultivos de milho e de café, produtos altamente competitivos no mercado internacional. Correia (2022), em

estudo sobre o Sul de Minas, ainda observa que a partir de 1996, mesmo ano de criação do PRONAF, houve um aumento significativo na produção de café em vários municípios da região, corroborando com a ideia de que o programa tem auxiliado na inserção desses agricultores nessas cadeias contraditoriamente produtivas.

Há diversas pesquisas realizadas por incontáveis autores que discutem as políticas públicas para o campo brasileiro, dentre elas a criação e o funcionamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Dentre essas inúmeras contribuições é nítida a concordância de que a política foi um importante marco institucional para a agricultura brasileira, que passou a ser considerada na realidade e na agenda política institucionalmente uma categoria social.

A instauração da política e o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social no rural brasileiro, foi, dentre outros aspectos, uma consequência das diversas pressões sociais sobre o governo nacional visando a valorização da categoria. A retomada do movimento sindical após o fim da ditadura militar, o papel dos intelectuais e cientistas sociais e várias mobilizações sociais como os “Gritos da Terra Brasil”, ocupações de terra, eventos regionais e acampamentos de reforma agrária foram fatores igualmente importantes para a visibilidade e o reconhecimento da categoria no Brasil (Grisa; Schneider, 2014).

“Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) marca o reconhecimento do Estado brasileiro à agricultura familiar. De programas regionais que pouco reconheciam a importância econômica da categoria social – tratados historicamente como produtores de subsistência, pequenos agricultores ou produtores de baixa renda –, os agricultores familiares passaram a dispor de uma política nacional destinada exclusivamente para eles.” (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014, p. 324).

A institucionalização da agricultura familiar e a instauração da debatida política pública, não apenas abriu novas oportunidades para os agricultores antes esquecidos da agenda política nacional, como também pavimentou caminhos para criação de novas políticas voltadas para a categoria. Grisa e Schneider (2014) apontam que a história recente de políticas agrícolas e agrárias em território nacional podem ser classificadas em três gerações distintas, mas que ainda se complementam ao nível do real. Àquelas políticas com viés agrícola e agrário, voltadas às intenções de aumento de produtividade e de modernização da agricultura. Às de cunho político-social e assistenciais e as orientadas para a construção de mercados para a segurança alimentar, nutricional e para a

sustentabilidade. Essas últimas, muito vinculadas – entre outras – ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Trentin (2019), concorda que a partir da década de 1990, houve no Brasil uma intenção em desenvolver políticas públicas específicas para a agricultura familiar voltadas para a recuperação dos solos, criação de créditos e financiamentos com juros menores, no reordenamento agrário e na agroindustrialização. Entretanto, a prioridade continuou sendo o incentivo na produção de *commodities* agrícolas com uso de insumos agroquímicos (tradução nossa).

Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), discutem que no início, o programa visava a articulação de diversos instrumentos voltados aos agricultores familiares, como “[...] crédito rural, o financiamento de infraestruturas e serviços básicos municipais (Pronaf Infraestrutura), e a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e demais atores relacionados com a categoria” (Grisa; Wesz Junior; Buchweitz; 2014, p. 324). Apesar disso, após várias formulações no projeto e mudanças na sua estrutura, atualmente o PRONAF funciona basicamente com uma política de crédito rural. Minimizaram esses outros instrumentos também importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar (idem). Mesmo assim, como apontado pelos autores, o programa ainda é o com mais predominância no território nacional dentre a agricultura familiar, aumentando o número de contratos constantemente desde sua criação. A esta expansão da utilização nos contratos do programa os autores dão razão à algumas questões:

[...] um conjunto de mudanças, cabendo destacar, principalmente: i) a flexibilização das regras financeiras (redução da taxa de juros, expansão do prazo de pagamento, aumento do limite de recursos por contrato etc.); ii) mudanças institucionais no sentido de diversificar o público da agricultura familiar beneficiário (mulheres, jovens, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, grandes cooperativas etc.); iii) a diversificação das atividades econômicas apoiadas (Pronaf Agroindústria, Turismo Rural, Floresta, Agroecologia, Eco, Pesca etc.); iv) o aumento dos municípios abrangidos (que atingem mais de 97% atualmente); v) a simplificação das condições de acesso (redução de alguns entraves bancários, maior facilidade de obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), eliminação da classificação por grupos de agricultores etc.); vi) o aumento da renda para fins de enquadramento dos agricultores no programa (a renda máxima para enquadramento atualmente no Pronaf é de R\$ 360 mil, ao passo que, no primeiro Plano Safra, era de R\$ 60 mil); vii) diversificação das fontes de financiamento, com crescente participação dos recursos obrigatórios (exigibilidades bancárias) e IHCD (Instrumento Híbrido de Capital e Dívida), além do aumento da utilização de recursos dos Fundos Constitucionais; e viii) fortalecimento social e econômico da agricultura familiar nos últimos anos, exigindo maior relacionamento com as políticas públicas e com o sistema bancário (GRISA, 2012; MATTEI, 2011;

DELGADO, LEITE e WESZ JUNIOR, 2010; GRISA e WESZ JUNIOR, 2010). (Grisa; Wesz Junior; Buchweitz, 2014, p. 325, 326)

Os autores ainda ponderam que desde de sua criação até o ano de 2004 houve uma certa variação nos valores obtidos pelos agricultores familiares, não apontando tendências gerais de aumento ou diminuição antes desse período. Esse cenário se altera a partir de 2005, onde inicia-se um aumento ininterrupto nos valores, ao menos até o ano de 2012 (ano do estudo).

Entretanto, essa maior disponibilidade de opções e o aumento do escopo das categorias sociais que podem alcançar a política não garantem sua participação se a realidade que circunda os agricultores ainda permanece monopolizadora, seja através das intenções do Estado ou da iniciativa privada. Em uma realidade onde a produção de alimentos, de produção agroecológica, de esvaziamento do campo pelas mulheres e jovens e do baixo incentivo a culturas que não sejam voltadas à exportação, há pouca esperança de que o cenário se altere apenas pela maior possibilidade de participação dessas diferentes categorias. É necessário, antes valorizar a própria produção desses agricultores.

São diversas categorias que podem acessar os recursos do PRONAF atualmente. Dentre elas há as categorias “A” e “A/C” do PRONAF que são voltadas para agricultores assentados e a categoria do grupo “B”, voltados aos agricultores mais fragilizados economicamente, mas que não se enquadram enquanto assentados. Nos casos das categorias “A” e “A/C”, Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), ao analisarem panoramas gerais de dados de todo o Brasil, apontam que a participação desse grupo social no programa foi sendo diminuída ao longo do tempo. Os recursos financeiros do PRONAF, foram paulatinamente sendo alocados para os setores mais capitalizados da agricultura familiar, conhecida como grupo “variável” penalizando outros setores. esse padrão pode estar relacionado à própria intenção do rural brasileiro em continuar investindo na produção de mercadorias para o mercado internacional.

Outro ponto demonstrado por eles é em relação à transição entre os usos do crédito dos custos ao investimento na produção. Ao longo do período analisado pelos autores, houve uma transição onde no início a maior parte dos recursos ia diretamente para o custeio da produção. Essa dinâmica foi alterada, passando, até o último ano analisado, a ser maior o uso do crédito rural para o financiamento da produção e de maquinários para o incremento tecnológico da unidade produtiva.

Nada obstante, é preciso lembrar que o crédito para o investimento é uma necessidade da agricultura familiar, inclusive sendo uma das pautas de luta pelos movimentos sociais, entretanto, o aumento dos financiamentos para este fim tendem a aumentar a dependência desses agricultores para com os bancos e visando o pagamento da dívida, não raro esses agricultores acabam se especializando na produção comercial através do cultivo de commodities e do uso de insumos químicos para aumentar a produtividade (Grisa; Wesz Junior; Buchweitz, 2014).

Apesar da heterogeneidade do território brasileiro Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), demonstram que os usos dos recursos do PRONAF têm sido alterados ao longo do tempo e desde sua criação. Em termos gerais, houve um aumento das quantidades de contratos e dos valores contratados pelos agricultores. Porém e além disso, o conteúdo produzido no rural brasileiro pela agricultura familiar também está se metamorfoseando. Tais conteúdos – e a análise destes – devem, antes de mais nada, ser considerados a partir das especificidades locais e regionais, assim como o contexto socioespacial no qual aquela agricultura familiar está inserida e o nível de modernização da agricultura e mercantilização internacional da produção regional. Visto essas particularidades, os autores demonstram que os recursos provenientes do PRONAF têm, em muitos casos nos últimos anos, sido utilizados em prol de cultivares que valoram a monocultura, como o milho, a soja e o café. A commoditização do território agrícola familiar (re)cria o cenário de dependência dessa categoria social por agentes, atores, instituições e organizações externas à propriedade, através da demanda de compra de insumos, ferramentas, maquinários e pela própria comercialização da produção, muitas vezes voltadas à mercados internacionais onde multinacionais e cooperativas funcionam como atravessadores da produção. Nesses casos, a política acaba por reforçar o papel monopolizador do território por esses agentes e (re)força uma subordinação da agricultura familiar, reproduzindo os mesmos efeitos causados pela modernização desigual do campo brasileiro no século anterior.

Trentin (2019), em análise da agricultura familiar e do uso do PRONAF na região sul do Brasil, também discorre como o crédito do programa tem sido utilizado para reproduzir as desigualdades provenientes das instalações dos pacotes da Revolução Verde que influenciaram no campo brasileiro no último século. Segundo o autor, muitas políticas ativas no rural do país são geridas por burocratas que muitas vezes possuem uma visão distorcida do que é o desenvolvimento. Ao reproduzir

esses pacotes da revolução verde na produção de *commodities*, os recursos do PRONAF acabam favorecendo o grande capital financeiro e as indústrias de máquinas agrícolas. Além dos problemas ambientais apontados pelo autor, ele também discorre que esse fenômeno acaba deixando diversos agricultores em situações econômicas vulneráveis e com altos índices de endividamento.

“Esta línea de Pronaf hizo con que la gran mayoría de los recursos agrícolas puestos a disposición por el sistema bancario nacional, con los subsidios a los intereses se dirigen a la producción de commodities. Los grandes monocultivos fueran se estableciendo en las áreas de la agricultura familiar. Estos monocultivos todos basados en el uso intensivo de maquinaria, insumos externos, pesticidas y semillas genéticamente modificadas y por lo tanto degradan más las áreas con agricultura más tradicional. Estas políticas públicas equivocadas como en este caso algunas acciones del PRONAF promoverán lo agronegocio generaran más dependencia, contaminación y pobreza rural.” (Trentin, 2019, p. 558)

Trentin (2019), ainda discorre que muitas políticas demandadas pelos movimentos sociais do campo são, infelizmente, geridas por burocratas – colocaríamos aqui, pela hegemonia política nacional com fortes intencionalidades neoliberais. Assim, tais políticas, mesmo voltadas à agricultura familiar, acabam por reproduzir o ideal de desenvolvimento da Revolução Verde e continuam favorecendo o grande capital financeiro e as empresas de maquinário agrícola, devido aos financiamentos, o que acentua os problemas de mão de obra no campo e o empobrecimento dos agricultores com altos índices de endividamento. Ainda, o autor demonstra que a maior parte dos recursos no Brasil são destinados ao custeio da produção de soja e de produtos voltados ao mercado exterior, gerando paisagens de monoculturas mesmo nas propriedades normativamente entendidas como de agricultura familiar. Ou seja, os recursos do PRONAF cumprem uma agenda dupla, ao mesmo passo que são destinados à agricultura familiar, estão financiando a produção de commodities agrícolas em propriedades que poderiam estar produzindo alimentos para os mercados locais e regionais.

Tanto, mais recentemente Trentin (2019), quanto Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), concordam em suas pesquisas que a maior parte dos recursos de crédito disponibilizados pelo PRONAF no Brasil têm sido utilizados para monoculturas e produção de mercadorias com alto interesse mercadológico, ocupando o lugar onde poderia estar sendo produzido alimentos para garantir a soberania alimentar da população.

Conquanto, relegar essa responsabilidade apenas a políticas públicas é ignorar parte da realidade que circunda a vida desses atores sociais. Em

determinadas regiões, as cooperativas agrícolas são, também, importantes instrumentos para a mundialização da produção desses agricultores. No campo das ideias, as cooperativas “são uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade. Juntas e cooperando, as pessoas trabalham coletivamente, rumo a um mesmo propósito para alcançarem satisfação” (Andrade; Alves, 2013, p. 196). Entretanto, as contradições repetem-se no e sobre o espaço e na competição entre os agricultores. As mesmas autoras afirmam que, dentre outros objetivos, essas cooperativas buscam “obter produtividade, diminuição de custos e melhor competitividade da atividade produtiva” (idem, p. 197). Elementos fundamentais para os agricultores, mas isso também significa que através da lógica de cooperação entre os agricultores, surgem oportunidades para aumentar a capacidade competitiva entre os atores, reforçando as desigualdades de acesso e produção no campo que dinamizam de forma contraditória o uso do espaço e a (re)produção dessas famílias.

Fajardo (2012), discorre que o surgimento das cooperativas se deu a partir de uma forma alternativa à inserção modernização do campo, enquanto ao mesmo tempo, incorporaram os produtores aos Complexos Agroindustriais que viviam um grande processo de expansão na década de 1970. Ao ingressarem nessas atividades as cooperativas buscaram o fortalecimento a partir da agregação de valor dos produtos primários, ampliando o papel dessas nas cadeias produtivas. Isso acaba também indo ao encontro do interesse do Estado, tanto pela incorporação do capitalismo no campo brasileiro, quanto pelo desenvolvimento econômico regional pautado no modelo agroindustrial e exportador.

Entremeio, algumas cooperativas cresceram em tamanho e no seu papel enquanto agente econômico invertendo a lógica cooperativista – em sua etimologia – e passando a atuar a partir de uma lógica empresarial, altamente competitiva e controladora dos territórios e seus agentes, relegando a “cooperativa” apenas à nível de nomenclatura (Fajardo, 2012). Essas cooperativas, enquanto empresas, apropriam-se dos territórios, assim como as multinacionais e os atores externos, controlando a produção de matéria prima, do mercado de trabalho e dos ciclos de consumidores (idem). Ou seja, algumas cooperativas passam a agir sobre os territórios, detendo técnicos, tecnologias, controlando os processos produtivos – controle à montante –, de beneficiamento e distributivos da produção de commodities – controle à jusante –, monopolizando o território, assim como as

multinacionais. O que difere, aqui, as cooperativas das grandes agroindústrias e tradings agrícolas que monopolizam o território agrícola, é o nível de dependência com os lugares. Enquanto, como já mencionado, as grandes multinacionais têm pouca ou nenhuma responsabilidade com os lugares, as cooperativas dependem, antes de mais nada, dos agricultores locais e regionais para sua inserção nos mercados de circuito curto e longo. Ou seja, é primaz que para as cooperativas se inserirem no mercado competitivo de commodities, os agricultores locais, que são os responsáveis pela produção. Temos uma relação contrária quanto ao nível de importância das escalas entre ambas instituições. Enquanto para as grandes multinacionais o nível primeiro é o global, sendo os lugares uma forma de ampliação do capital, para as cooperativas o nível primeiro é o local, sendo esta a escala primada para que se alcancem os mercados globais.

Os agricultores cooperados, muitas vezes, necessitam inverter suas lógicas de produção, passando do que Ploeg (2006) denominou de pequena produção mercantil (PPM), para uma produção simples de mercadorias (PSM). Da subsistência à mercantilização, “com exceção do trabalho, todos os demais recursos materiais e sociais entram no processo de trabalho como mercadorias.” (Ploeg, 2006, p. 19). É a lógica de mercado que passa a ditar os interesses e as necessidades desses agricultores que acabam produzindo indiretamente para o agronegócio, influenciados pelas cooperativas. Vale a ressalva, que não nos cabe à crítica aos agricultores ou cooperativas que se inserem nesse processo, mas sim, a crítica à própria realidade, que de forma contraditória exprime a capacidade do capital do agronegócio de se expandir.

Esses aspectos não se limitam ao modo de produção no campo, mas afetam de forma direta questões sociais e culturais desses agricultores, metamorfoseando-os e sua própria relação com o espaço que o circunda, seja para produção agrícola ou para sua reprodução enquanto indivíduos. Ademais, outras problemáticas entram nessa equação ainda não resolvida. A mercantilização desses agricultores, limita sua autonomia pela dependência crescente de fatores externos para sua manutenção socioeconômica (Schneider; Niederle, 2008, p. 995):

Nas unidades familiares de produção, o sistema produtivo em geral se assenta no trabalho da terra, realizado por uma família, e na produção primária, destinada prioritariamente à satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo doméstico (composto pelos membros da família). Nessa forma de organização do trabalho e da produção, as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se complementam com outras

atividades não-agrícolas, como o artesanato e o comércio, tornando as unidades pluriativas. À medida que o sistema produtivo passa a ser submetido a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas externas, ocorre um processo de transformação que, aos poucos, vai comprometendo várias de suas características originais. Essas mudanças na forma de produção também afetam aspectos da cultura e da sociabilidade, o que acaba transformando e metamorfoseando o próprio modo de vida. O processo de mercantilização crescente da vida social e econômica leva a uma crescente interação e integração das famílias aos mercados. Como resultado, reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo. Nesse contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura. (Schneider; Niederle, 2008, p. 995)

Não obstante, esse modo de produzir no campo demanda, na maioria das vezes, a utilização crescente de agrotóxicos característico para manutenção das grandes monoculturas e/ou para a efetividade produtiva das commodities. Além do frequente discurso de agressão ao próprio meio ambiente, o uso afeta diretamente os produtores rurais, principalmente os agricultores familiares que fazem parte da cadeia agroprodutiva. Estes, além de normalmente manusearem de forma direta essas substâncias severamente degradantes à saúde humana tornam-se dependentes desse uso para a manutenção da colheita. Para além dessa problematização e seguindo uma relação desigual e contrária, às grandes multinacionais envolvidas no agronegócio, não raro, são, por um lado produtoras das sementes transgênicas compradas por esses agricultores familiares que demandam o uso de agrotóxicos, por outro são suas próprias produtoras, colocando o pequeno produtor e o agricultor familiar em um ciclo vicioso de consumo através da monopolização do território por parte dessas empresas (Melo; Alves, 2020).

Esses fatores acarretam em uma crescente territorialização do agronegócio e das grandes empresas no campo brasileiro, que subordinam os agricultores, principalmente os pequenos produtores familiares e causa, entre outros fatores, uma commoditização crescente do território campestre brasileiro (Alves, 2021). Fenômeno onde as commodities acabam ocupando o espaço de cultivo de outros alimentos basilares para o abastecimento interno do país.

Essa commoditização do território tende a homogeneizar a paisagem rural, reduzindo a presença de pessoas, a diversidade de objetos e ações na morfologia socioespacial, da diversidade da agricultura familiar a monocultura da grande propriedade, e por fim, essa commoditização é amparada e subsidiada com recursos do Estado, em formas de políticas de crédito e financiamento. Apenas para exemplificar, em 2019, o crédito rural no Brasil atingiu a marca de 178 bilhões de reais, e desse valor apenas

14,5% foi destinado ao PRONAF, que atende a agricultura familiar, ou seja, os sucessivos governos ao longo do século XX e XXI, subsidiam largamente a commoditização do território brasileiro. (Alves, 2021, p. 141).

Em uma situação cada vez mais presente, hodiernamente o Estado brasileiro têm se esforçado em aumentar essas contradições através de “subsídios financeiros, isenções e reduções de impostos e taxas, flexibilização (afrouxamento) das leis trabalhistas, autorização do comércio e uso de agrotóxicos proibidos em outros países” (Alves; Lindner, 2020, p. 439). Reflete-se a intencionalidade estatal de manter o agronegócio como sendo um dos principais sistemas econômicos para o mantimento da balança comercial nacional. Por isso, a importância de se traduzir, àqueles afetados pelos processos, ou seja, a sociedade brasileira, as contradições e problemáticas advindas desse setor produtivo, que cada vez mais é exaltado como a salvação nacional, permeando o senso comum e influenciando, inclusive culturalmente, nos modos de vida da população.

É preciso refletir que, mesmo por muito disseminado no senso comum, o agronegócio não é um ator social, ou hodiernamente, menos ainda se limita a grandes produtores do campo. É um complexo de atores, instituições, agentes políticos, intencionalidades de Estados Nação e uma gama diversificada de objetos dentro de um sistema de ações estrategicamente pensado para expandir o capital internacional e agrícola dos lugares. Dentro desse complexo sistema de objetos e ações, a agricultura familiar encontra-se na periferia dos interesses do Estado e marginalizado nos interesses dos atores hegemônicos, o que possibilita uma pérfida subordinação desses atores pelo capital do agronegócio. Ignorar que a inserção desses agricultores aos complexos do agronegócio se tornou uma das estratégias de sobrevivência dessas famílias, seria ignorar parte da realidade necessária para que entendamos ela mesma. Destarte, as mudanças socioespaciais e econômicas advindas da globalização econômica influenciaram a estrutura social, política, econômica e territorial de diversos espaços brasileiros. Os espaços passam a se conectar em redes e nós em uma relação muito mais complexa que décadas atrás, tendo, por muito, seus interesses ditados pela hegemonia detentora do capital.

Entendendo essa complexa realidade de tensões territoriais no campo brasileiro, seus diferentes agentes, atores e estratégias, é ainda, preciso cognoscer que tal realidade concreta atual é uma consequência histórica materialmente e idealmente construída a partir das ações dos indivíduos que moldaram as técnicas e

os objetos na produção social, política, cultural e econômica do espaço. Assim, como o café acabou se tornando a maior produção agrícola do Sul de Minas? É o que buscaremos responder no próximo capítulo.

3. TRAJETÓRIA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DA CAFEICULTURA NO SUL DE MINAS: Da produção local à agricultura mundial

A formação socioespacial dos lugares é bastante particular e dependente do contexto histórico-social-econômico em qual são inseridas e inserem tais lugares na relação local/global. As técnicas que criam os objetos e são criações destes, das quais influem nas ações humanas, são, foram e sempre serão – no modo de produção vigente – utilizadas de forma desigual sobre os territórios, produzindo, da mesma forma desigual, espaços heterogêneos com diferentes utilizações do novo. “A cada período, novos conteúdos se sobrepõem a esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que é o espaço” (Santos, 1991). Além de quê, como pontua o autor, a modernidade é seletiva – aqui também entendido como o novo – não impondo a todos os lugares todos os objetos e ações do novo constantemente recriado. “O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente” (Santos, 1979, p. 14).

A produção espacial – e as relações nela incluídas – sempre resulta de uma dialética entre o interno e o externo, ambos contribuindo para a formação da totalidade do mundo (Carneiro, 2006). Porém, e por isso mesmo, a cada período, as formas e conteúdo da construção espacial e da formação socioespacial mudam de valor e significado, o que torna primordial uma periodização nas análises, para que não se corra o risco de uma interpretação equivocada da realidade do todo (Santos, 1985; Carneiro, 2006).

A construção histórico-geográfica da realidade cafeeira do Sul de Minas não se isola de processos intra e inter-lugar, internos e externos à região. As técnicas que possibilitaram o desenvolvimento de objetos que por sua vez possibilitaram novas ações e novos objetos, coexistiram de forma desigualmente distribuída pelos atores regionais. A evolução das técnicas, objetos, ações, fixos e fluxos e sua apropriação na produção de café, prescindiram relações entre o local e o global, entre o público e o privado, que indicaram – em muitos casos forçosamente – os caminhos que tornaram a região a maior produtora de café do mundo.

Assim, é intenção do capítulo a seguir, entender, ao menos de forma sucinta, como eventos, fatores, atores e instituições relacionaram-se de forma dialética na produção do espaço do café regional e como os objetos as técnicas e as ações foram substituindo o tempo lento pelo tempo rápido da globalização. Para alcançar

tal objetivo, é antes preciso entender como o café passou de uma produção de consumo local para uma atividade econômica de nível global.

3.1 SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: O TEMPO LENTO DO MEIO TÉCNICO NA CAFEICULTURA SUL MINEIRA

Para Santos (1996), o meio técnico é formado por objetos culturais e técnicos ao mesmo tempo. A materialidade do espaço oscila entre o natural e o artificial, mesmo que a qualidade dos objetos seja variada. E é nessa variedade que os espaços se diferenciam baseado na densidade da substituição de objetos naturais e culturais por objetos técnicos. É a “emergência do espaço mecanizado” (Santos, 1996, p.158).

A história do café em Minas Gerais se potencializa, entre outros fenômenos, a partir do declínio das atividades mineradoras do estado. Filetto (2001) aponta que devido a diminuição da mineração no Estado, os mineiros tiveram de se dispersar pelo território e se apegar à produção agrícola, seja para subsistência ou não. Nesse cenário, a agricultura se sobrepôs à mineração e as demais atividades econômicas e o Sul de Minas tornou-se um espaço agrícola dinâmico.

Um dos aspectos que beneficiaram a expansão agrícola e pecuária no Sul de Minas foi o cultivo do café no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba em São Paulo, ainda no início do século XIX. A especialização cafeeira do Vale do Paraíba, à época, possibilitou uma divisão do trabalho inter-regional, onde o Sul de Minas acabou desempenhando o papel de abastecedor do mercado do Rio de Janeiro (Filetto, 2001). Costa (2023) aponta que o café já teria chegado e se expandido – mesmo que de forma tímida – pelo Sul de Minas no final do século XVIII.

Filetto (2001), ainda aponta que foi o tropeiro o ator responsável pela introdução do café no Sul de Minas, que ao carregar queijo, toucinho, carnes e tabaco em direção ao estado do Rio de Janeiro, também foi o motor que trouxe à região as primeiras mudas de café. O café aparece primeiramente em Aiuruoca, Jacuí e Baependi – Vale do Sapucaí – no final do século XVIII. Esses até então arraiais se entrepunham na garganta do Embu, ligação direta à região do Vale.

Até aquele momento, a produção de café se destinava majoritariamente ao próprio consumo, que aos poucos foi se ampliando para o atendimento das demandas locais e as pautas de exportação. Porém, até esse momento, os cálculos

do que era exportado de café são difíceis de analisar, devido tanto à falta de registros monetários quanto à incorporação das exportações entre o Sul de Minas e o norte do estado de São Paulo. Ainda não ocupando destaque como produto exportador, o café começava a aparecer como importante produto econômico (Filetto, 2001).

As principais exportações nesse início de século, advindas da região, eram relacionadas à pecuária, entretanto, também eram representadas pela agricultura, principalmente as exportações de algodão, fumo e cana-de-açúcar. O café da Zona da Mata mineira também se expandia a partir do declínio dos processos de mineração no Estado. Assim, o café começa a se expandir em áreas não ocupadas, dividindo espaço com pequenas lavouras destinadas ao consumo interno. A priori, o café dessa região cresceu de forma contínua, se tornando um importante gerador de rendas para a província e relegando papel secundário à produção de café do Sul de Minas (Filetto, 2001).

A partir de 1830, o café se expande de maneira significativa e o país torna-se o primeiro produtor mundial de café, ocupando o primeiro lugar nas exportações no ano de 1832 e até o ano de 1838, o valor das exportações do café representavam mais da metade das exportações totais (Filetto, 2001). Nesse período o grande centro produtor de café era o Rio de Janeiro, principalmente sua porção ocidental, direcionando-se ao Vale do Paraíba. O Vale também ganha importância na produção do café nessa época, mesmo com uma participação mais modesta no seu cultivo (idem).

As maiores dificuldades para o desenvolvimento dos cafeeiros sul mineiros nesse momento diziam respeito às redes de transporte e comunicação no início do século XIX. Os meios de transporte e de informações precários da época, tornavam-se um enclave visto a necessidade de se percorrer grandes distâncias para o escoamento da produção, diferente de outras áreas produtoras, como as do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba. As grandes distâncias, além de serem um próprio enclave geográfico, também condicionavam a deterioração do produto até os grandes portos, desvalorizando o café sul mineiro (Filetto, 2001). Devido à precariedade das tecnologias de transporte, as redes de comercialização e escoamento de café eram bastante limitadas, tendo nas estações ferroviárias do estado de São Paulo, seu principal destino, principalmente através de carros de bois (Costa, 2023). Por mais que já houvesse o controle das técnicas de produção, e a

desigual utilização das técnicas de escoamento, os objetos móveis ainda respondiam ao tempo lento, ao tempo da natureza.

Já em meados do século XIX, Filetto (2001) analisando trabalhos de Singer (1977) demonstra que a participação do café na balança exportadora do estado cresceu de forma significativa, se comparado ao início do século, passando de 29\$000 (vinte e nove contos) à 592\$000 (quinhentos e noventa e dois contos). Sendo que, a partir de 1860, o café tornou-se o produto de maior destaque nas exportações de Minas Gerais. Conquanto, mesmo com fatores climáticos favoráveis e com uma contínua expansão da importância dos cafezais para o sul de Minas, até meados do século XX, a produção e a exportação do café da região ainda seriam modestas, devido, principalmente, às dificuldades de escoamento e transporte.

Segundo Costa (2023), foi em meados do século XIX que a região Sul/Sudoeste de Minas passou por transformações graduais no sistema produtivo agrícola, com a cafeicultura se inserindo no cenário produtivo da região. A cafeicultura sul mineira é um fenômeno recente se comparado ao histórico de cultivo de café em terras brasileiras (Costa, 2023). Entretanto, se firmou ao longo de quase dois séculos como principal setor da economia regional e tornou-se parte da vida e cultura dos indivíduos de diversos municípios da região.

A partir de meados do século XIX, houve um aumento dos registros de produção e da propagação da mídia que potencializa a análise de como o café foi se difundindo pelas comarcas e municípios do Sul de Minas, se espacializando de forma gradual e contínua para se firmar o que hoje é uma das maiores regiões produtoras do país.

Cação (2012), reforça a hipótese de que o café já era presente no Sul de Minas no século XIX ao analisar o Jornal Sul de Minas da cidade de Campanha. Nele, é citado que houve no início do ano de 1860, uma repartição de sementes advindas da secretaria do império para a região, nas quais, dentre elas, haviam sementes de café. Ainda, na década de 1870, Alfenas, município da região já se destacava na produção cafeeira, principalmente nos quintais das casas, fenômenos esses registrados no próprio arquivo do município. Fazendo parte da comarca de Três Pontas, Alfenas contava, ao todo, com seis freguesias, que em sua maioria, também produziam a rubiácea, sendo um importante cultivo para a economia local. Destaca-se, entre elas, a freguesia de São Sebastião do Areado, Santo Antônio do Machado, São Joaquim da Serra Negra e São João Baptista do Douradinho. Na

comarca de Itajubá, também município do sul de Minas, foi notada a presença de plantações de café, entretanto de forma mais tímida, não apresentando números de cafeeiros significativos. (Cação, 2012).

Em 1874, segundo Martins (2014), já havia evidências do cultivo do café pela região sul mineira. Evidencia-se o plantio da rubiácea nesta década em algumas freguesias, como São Sebastião do Paraíso, São Francisco das Chagas do Monte Santo e Nossa Senhora das Dores de Guaxupé, por exemplo. Entretanto, os cafeeiros apareciam entre outras culturas bastante difundidas como a da cana, do fumo e a criação de animais, suínos e bovinos.

Até então, a Freguesia de Alfenas mantinha a cultura do café apenas para o consumo local, plantado principalmente nos quintais dos imóveis da época. Os principais cultivos que se destacavam na exportação do município eram a cana e o milho e a criação de gado bovino e suíno. Por outro lado, o café já aparecia de forma significativa na Freguesia de São Sebastião do Areado, totalizando 150.000 pés plantados, mesmo que o principal cultivo da freguesia se mantivesse sendo o fumo. Em São Joaquim da Serra Negra o café também representava uma boa parcela dos cultivos locais, entretanto ainda não maior do que as culturas de cereais e de fumo, esse último também sendo uma das principais culturas de exportação. Entrementes, na década de 1870, no município de Três Pontas, o café aparecia apenas em parte de sua extensão territorial, mas especificamente na Freguesia de Carmo do Campo Grande (atualmente o município de Campos Gerais) voltado apenas para o consumo doméstico (Martins, 2014).

Na Freguesia de Machado, na década de 1870, o café já aparecia com mais significação, totalizando 220 mil cafeeiros já com relações de exportação, tanto para o estado do Rio de Janeiro, quanto para São Paulo. Esse número mais do que dobrou em um período de dez anos, passando a totalizar 500 mil cafeeiros na Freguesia (Martins, 2014). Segundo o autor, esse aumento da produção de café em Machado ocorreu simultâneo aos impactos da abolição da escravidão no Brasil. A até então Freguesia, adotou de forma significativa o programa de imigração promovido pelo governo, sendo, inclusive, o maior polo sul mineiro de atração de trabalhadores estrangeiros entre os anos de 1895 e 1898.

Ainda Martins (2014) afirma que na década de 1880, o café também cresceu em produção em alguns municípios sul mineiros, como o de Três Pontas, alcançando 120 mil cafeeiros cultivados; Muzambinho, com 800 mil; e Guaranésia

com 600 mil pés de café. Cação (2012), aponta ainda que nos jornais a partir de 1880 é possível observar um aumento na importância do café na região, entrando, inclusive nas pautas de exportação e nas produções de grande escala:

Fazendo uso dos jornais já da década de 1880, podemos acompanhar o crescimento do café no país, e sua presença constante na imprensa regional. O jornal Livro do Povo, da cidade de Pouso Alegre em sua edição de novembro de 1883, traz uma carta de um morador de Jacuhy (atualmente Camanducaia) com notícias do município e da região, onde descreve o plantio do café em grande escala, devido aos terrenos próprios e a força de vontade dos agricultores. A estrada que levava a Passos, passava pelo município, o que tornava o comércio naquela região intenso, a esperança do morador, era que quando os cafezais estivessem totalmente formados, esse comércio prosperasse ainda mais. Neste mesmo jornal, consta uma notícia vinda do Jornal do Agricultor, que entre outros assuntos, trazia as Cotações dos Cafés do Brasil nos mercados estrangeiros. O que já nos permite afirmar, que o café já fazia parte da pauta de exportação do país naquela época. (Cação, 2012, p. 7)

Ainda segundo Martins (2014), os preços da rubiácea atraíam a atenção de muitos fazendeiros de Alfenas, entretanto o problema maior ainda se fixava nas formas de escoamento da produção, visto a fragilidade das tecnologias de transporte à época e a pouca conexão das redes entre os lugares. O café era, dessa forma, escoado através de tropas de muares para as estações da Companhia Mogiana, no estado de São Paulo, dinâmica que aumentava os custos do transporte do café. Entre os anos de 1891 e 1897, houve a criação da linha ferroviária que ligava Três Corações à Juréia, construída pela E. F. Muzambinho, fato que começou a dinamizar as redes regionais e propiciou, inclusive, o aumento dos cultivos de café, mesmo encontrando alguns entraves no município de Três Pontas. Como demonstra Martins (2014), havia um movimento de resistência, principalmente através da mídia, na disseminação de uma especialização produtiva no município. Intentava-se, naquele momento, que a pluralidade de cultivos se mantivesse na paisagem de Três Pontas.

Cação (2012), ainda acrescenta que no final do século XIX, na década de 1890, as publicações analisadas revelaram um interesse de manter as produções agrícolas diversificadas, um movimento contra a monocultura do café, como fica claro nessa passagem:

Mesmo com o café se espalhando e crescendo por toda a região, muitos fazendeiros ainda se encontram presos à lavoura tradicional, como fica claro em uma notícia publicada no jornal A Gazeta de Ouro Fino, de janeiro de 1892, onde se lê sobre a importância da lavoura de cereais, e da pecuária bovina e suína no município, e que todos os produtos tem valor, não só o café, que a lavoura mista é que deve ser o interesse de todos. A

notícia termina dizendo que há lavouras tão importantes e ricas quanto à cafeeira, e que a humanidade não vive só de café! (Caçã, 2012, p. 8).

Entretanto, o café continua ganhando espaço, não apenas nas lavouras e nas fazendas, mas também no ideário produtivo dos fazendeiros e dos movimentos políticos, a partir de 1890, e ganha força continuamente até depois da entrada do século XX (Caçã, 2012).

Avançando para as décadas de 1890 até 1910 há um aumento na produção de café nos municípios de Areado e de Serra Negra, mas ainda havia, junto ao seu cultivo, o plantio de diversas outras variedades produtivas, não representando, ainda, uma especialização na produção de café. Conquanto, nessa primeira década do século XX, o café já representava a cultura que mais gerava renda advinda do setor primário no município de Alfenas (Martins, 2014). Segundo o mesmo autor, a exportação de café no município de Alfenas aumentou 327% em um período de pouco mais de 20 anos – de 1884 a 1905. O crescimento dos cafeeiros na região não parou na próxima década, mas ainda convivendo com uma grande multiplicidade de outros cultivos e representando apenas 24,2% de todos os estabelecimentos recenseados em Alfenas. Nessa época, além de São Paulo, o Rio de Janeiro passa a comprar os cafés de Alfenas e Machado através de casas comissárias, fato esse corroborado pelos jornais regionais desse momento histórico. (idem).

No período entre 1910 e 1920, Três Pontas começou a investir no plantio de café, aumentando de forma significativa o número de cafeeiros, principalmente nas grandes propriedades, totalizando, em 1920, 3.094.116 pés de café cultivados. Conquanto, a produtividade até o referido ano era baixa, devido ao tempo que os pés de café haviam sido plantados. Ou seja, apenas a partir de 1920 é que o café se torna a principal cultura produzida pelo município de Três Pontas. Nesse mesmo período, a região de Guaxupé também começava a se especializar no plantio da rubiácea, somando em 1920, 5.309.333 cafeeiros cultivados, ficando apenas atrás do milho no que concerne às quantidades colhidas dos diversos cultivos (Martins, 2014).

Entretanto, não só o comércio e a economia foram dinamizados e complexificados nesse momento. Entre os anos de 1872 e 1920, devido ao magnetismo de imigrantes para a produção cafeeira na Freguesia de Machado, a população da Freguesia cresceu quarenta e cinco vezes, passando de 6.440 para

29.357 pessoas. Guaxupé foi desmembrado de Muzambinho, tornando-se não só município em 1911, como também sede da Comarca da qual fazia parte. Ademais, o salto populacional também foi impressionante, subindo de 4.551 para 16.701 pessoas residentes entre os anos de 1872 e 1920 (Martins, 2014). Isso demonstra como o espaço e suas relações já estavam sendo dinamizados na região sul mineira devido à produção cafeeira. Esse aumento populacional, levou por sua vez ao próprio aumento da produção. Já na década de 1910, na Freguesia de Machado havia uma média de 900.000 cafeeiros plantados, quase o dobro do número de pés de café cultivados na década de 1880 (idem).

O aumento da produção e consequentemente das transações agropecuárias levou a criação do Banco Comercial de Alfenas em 1920, inserindo fixos do circuito superior ao sistema cafeeiro regional, que aumentou rápida e constantemente seu capital, chegando em 1931 a possuir agências “em Machado, Cabo Verde, Campos Gerais e Três Pontas, municípios vizinhos que tinham destacada produção cafeeira” (Martins, 2014). Em 1922, Machado também criou seu próprio banco local, mais modesto do que o de Alfenas, voltado principalmente para o atendimento municipal de crédito e serviços financeiros. O que representa o significativo aumento da importância do café para os municípios sul mineiros já no início do século XX. Outra instituição bancária foi importante para o aumento da produção cafeeira no sul de Minas entre os anos de 1920 e 1930. O Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, como mencionado pelo autor, representou uma importante instituição de crédito e de comercialização para o plantio do café entre as décadas citadas. Na região de Guaxupé, até então a mais especializada no cultivo do café, e mais especificamente nos municípios de Guaranésia, Monte Santo, São Sebastião do Paraíso, Cabo Verde, Muzambinho, Arceburgo e Guaxupé, foram criadas várias instituições bancárias entre meados das décadas de 1910 e 1920, demonstrando a capacidade de acumulação regional advinda da agropecuária e principalmente do café (Martins, 2014).

As redes da região também foram dinamizadas neste período. Em 1904 foi instalada a estação de Guaxupé, ligada à Biguatinga, Passos e Juréia. Devido ao aumento da importância e da produção de café para a região, incluindo Machado, foi instaurada entre os anos de 1922 e 1928 a Empresa Estrada de Ferro Machadense, com quarenta e cinco quilômetros de trilhos. A Ferrovia ligava Machado à Monte Belo, Alfenas e Muzambinho, facilitando o transporte do café e reduzindo os custos

do escoamento da produção até embarcar na Companhia Mogiana. Na década de 1920 também foi criada a Companhia Viação Férrea Trespontana, com objetivo de ligar o município à Estação de Espera da E. F. Muzambinho, facilitando o escoamento da produção. Como destino final, todas as estações tinham o porto de Santos, no estado de São Paulo, dinâmica que reordenou o território sul mineiro e suas relações em rede para a circulação e comercialização do café (Martins, 2014).

Com relação às técnicas e as dinâmicas de trabalho, Martins (2014) afirma que até a década de 1920, em sua maioria, os cafeeiros eram cultivados nas propriedades com pouca participação de arrendatários ou terras alugadas. O assalariamento era pouco, sendo o café produzido majoritariamente pelos próprios donos das terras e normalmente utilizando técnicas tradicionais de cultivo e de colheita. Nesse período, a existência e participação das cooperativas também era ínfima, existindo apenas nos municípios de Varginha, São Gonçalo do Sapucaí e Ouro Fino. Além dessas três cidades, foi inaugurada em 1912 a Cooperativa Agrícola e de Laticínios Machadense, no município de Machado, que também beneficiava café. Entretanto, tal cooperativa foi fechada durante a Primeira Guerra Mundial.

A crise de 1929 afetou diversos setores da economia, não excluindo o café do processo. No início da década de 1930, ainda sofrendo as consequências da crise foi fundada a Cooperativa Agrícola de Guaxupé, que se especializou na comercialização e assistência aos cafeeiros e produtores, tendo seu nome alterado para Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ), no ano de 1957 (Filetto, 2000). Em 2024, sendo a maior cooperativa de café do mundo. Em 1932, ano de criação da COOXUPÉ, Varginha já ocupava um importante papel na produção e comercialização do café regional, além de municípios como Lavras e Nepomuceno que também se destacavam na produção da rubiácea (idem).

Até tal momento o tempo lento ainda predominava na região, mesmo que objetos técnicos já tivessem influência sobre as ações dos atores pelo espaço e na disseminação da cafeicultura sul mineira, tanto no que diz respeito à própria produção, como o alcance dessa produção à espaços mais longínquos. A técnica já dinamizava a produção, mas o tempo lento, da natureza, ainda era parte predominante da equação, devido, principalmente, à incipiência de fixos que facilitassem os fluxos pelos territórios. Ademais, predominavam técnicas artesanais

de produção, fenômeno que será superado pela fusão da ciência e da técnica no período seguinte.

3.2 O PAPEL DO ESTADO NA DIFUSÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO NA CAFEICULTURA SUL MINEIRA

A vinculação da ciência das técnicas, ou da ciência a técnica, aos processos produtivos é o principal fenômeno que marca a transição do período técnico ao meio técnico-científico. Cria-se a possibilidade de toda a natureza ser utilizada por atores econômicos e processos políticos, principalmente através da predominância do trabalho intelectual. Ocorre um novo movimento do capital à nível mundial que potencializa a circulação de coisas, valores e ideias (Santos, 1985; Carneiro, 2006). Entretanto, esse movimento não acontece voluntariamente, mas a partir de um complexo de intenções veiculadas por diferentes atores. No caso da cafeicultura sul mineira, o papel do Estado foi crucial para a disseminação desigual do meio técnico-científico no campo.

Passando para a década de 1950, o café já era a principal atividade econômica no Sul de Minas. À época, o Estado exercia um grande papel de intervenção nas atividades econômicas, através de mecanismos de regulação e valorização do mercado interno, conquanto isso não significasse a não participação nas relações econômicas internacionais (Vilas Boas, 2021). Para se entender a dinâmica cafeeira em tal momento é preciso levar em consideração ao menos dois aspectos: a participação do Estado na produção agropecuária brasileira e a reestruturação produtiva da agricultura baseada nos pacotes de tecnologia importados da revolução verde.

Durante as décadas de 1950 e 1970, o Brasil busca implementar os novos pacotes tecnológicos no campo brasileiro, passando por um processo de modernização da agricultura. Obviamente, o Estado não possui um papel neutro nessas relações. Visando atender às demandas externas, passa a desenvolver infraestruturas e programas de crédito para o campo nacional de produção agropecuária, valorizando os processos de modernização, o que torna o Brasil um, por excelência, país exportador de commodities e matérias primas, o consolidando como um dos maiores produtores de grãos mundial (Vilas Boas, 2021).

Na década de 1950, segundo Vilas Boas (2021), ocorre grande intervenção estatal na produção cafeeira nacional e, conseqüentemente, no Sul de Minas, principalmente com a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC), em 1952. A instituição intentava regular a produção cafeeira e sua comercialização no território nacional. Porquanto, realizava a compra do café produzido, entretanto sem se preocupar com a qualidade dos grãos e despendendo valores superiores aos pagos pelo mercado internacional. Isso tornava caro manter sua política de regulação de estoques. Todavia, alguns de seus programas propiciaram a modernização dos cultivos do café no Sul de Minas.

A expansão das opções de crédito para a cafeicultura brasileira e os vários estudos voltados para o aumento da produtividade dos cafeeiros, realizados entre as décadas de 1950 e 1970 possibilitaram, também, o aumento das áreas de cultivo da rubiácea em diversos municípios do sul de Minas. Ademais, outra ação estatal importante foi o papel da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), instaurada em alguns municípios sul mineiros, que visava principalmente o desenvolvimento da agricultura e a implementação de novas técnicas que aumentassem a produtividade no campo. A associação foi extinta em 1975, dando lugar a até hoje Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) (Vilas Boas, 2021).

Já na década de 1960, o café tornava-se a principal cultura de exportação nacional, representando mais de 50% de todos os produtos comercializados internacionalmente. No mesmo decênio, foi instaurado o Primeiro Acordo Internacional do Café (AIC), objetivando regular os preços da commodity. Entretanto, na mesma década e devido a superprodução de café no território nacional, foi estimulado pelo IBC – a partir do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) – a destruição de milhões de pés de café em Minas Gerais. Essa erradicação tinha como objetivo diminuir os danos econômicos e sociais da crise de superprodução em um período de queda de preços. Esse fenômeno contribuiu ainda mais para a desigualdade no campo e na cidade, visto que aumentou o desemprego em uma área da economia que absorvia uma parcela significativa da mão de obra nacional (Vilas Boas, 2021). Segundo Andrade (1994, apud Vilas Boas, 2021), foram erradicados 247.726 (em mil pés) cafeeiros apenas no sul de Minas no período de cinco anos, entre 1962 e 1966.

As instituições e programas estatais voltados para o atendimento da agropecuária, em priori a do café, foram importantes para a instauração da realidade atual sul mineira e a inegável expansão da produção no Sul de Minas. O IBC – 1952-1991 -- tinha como principais objetivos regular a produção, o estoque e o comércio do café, além de visar o aumento da produtividade e fomentar a criação de cooperativas agrícolas. O GERCA – 1961-1991 --, por sua vez objetivou de forma geral a racionalização e erradicação dos pés de café improdutivos para controlar os efeitos da crise, mas também objetivava a concessão de créditos e o aumento da produtividade através de insumos agrícolas (Vilas Boas, 2021).

Outros dois programas também foram importantes para firmar a produção cafeeira no Sul de Minas. Os Planos de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRCs) – 1970-1981--, tinham por sua vez o ideal de renovar os cafezais brasileiros afetados pelas intervenções do GERCA, subsidiar crédito aos agricultores, aumentar a produtividade da produção e fornecer assistência técnica aos produtores. Há também, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) – 1965 --, existente até os dias de hoje, que visa subsidiar a compra de insumos, incentivar o cultivo de variedades mais produtivas e investir em infraestrutura, seja para armazenamento ou produção (Vilas Boas, 2021). Nota-se, entre quase todos os programas, a intenção do aumento da produtividade, o que remonta as intenções da hegemonia do agronegócio e do próprio estado em desenvolver a economia da agropecuária internacional.

Nessa década de 1960, houve, como aponta Vilas Boas (2021), uma disseminação do meio técnico-científico na cafeicultura sul mineira, com a formação de complexos agroindustriais e introdução das tecnologias e técnicas advindas dos pacotes da Revolução Verde. O Estado, passa então a financiar a aquisição de insumos e criar infraestruturas voltadas à especialização produtiva. Além do aumento das técnicas, a melhoria no transporte também influenciou para o crescimento da cultura na região. A melhoria das malhas rodoviárias possibilitou redes mais fluidas para o escoamento e comercialização, diminuindo preços e facilitando sua distribuição. Com a melhoria das técnicas, outras áreas menos férteis para o plantio do café foram ocupadas, aumentando o uso de insumos químicos e agrotóxicos nas fazendas de café.

Outro ponto importante para entendermos as dinâmicas produtivas e o aumento da produção de café no Sul de Minas diz respeito a uma iniciativa estatal

que alterou drasticamente o espaço e as relações socioeconômicas da região. Como aponta Costa (2023), em uma pesquisa sobre os impactos em Alfenas, vindos da instauração da represa de Furnas, o alagamento de grandes áreas antes agricultáveis impactou tanto as dinâmicas demográficas, quanto as produtivas, ambientais, sociais e econômicas. Fenômenos migratórios e mudanças na biodiversidade local foram acontecimentos, infelizmente comuns à época. Além disso, houveram mudanças nas formas e no que era produzido no espaço rural regional. Antes do alagamento das áreas pela instauração da represa, o espaço regional era dotado de grandes várzeas férteis que eram utilizadas para o plantio de diversos produtos agrícolas, entre eles o arroz, que além de poder ser trocado ou vendido, fazia parte da dieta dos agricultores como uma produção para subsistência. Com a impossibilidade de cultivar nas supracitadas áreas, devido ao represamento, os agricultores tiveram poucas alternativas além de migrar para as cidades e outras áreas agrícolas ou permanecer na terra e alterar suas dinâmicas produtivas. Dessa forma, os antigos cultivos, como o arroz, deram lugar ao milho, feijão, batata e principalmente o café, visto que as áreas agora disponíveis eram em morros propícios para o seu cultivo além da vantagem econômica de se plantar a rubiácea (Costa, 2023).

Além dessa questão, analisando Bacha (1988) e Filetto (2000) discutem que a cafeicultura sul mineira intensificou seu processo de expansão na região no ano de 1969, por principais três motivos: crédito para o cultivo vindo do Plano de Revigoramento e Recuperação dos Cafezais (PRRC); melhores preços do café se comparados a pecuária -- concorrente econômico direto na região --; e aumento da produtividade dos cafeeiros devido aos avanços tecnológicos. Tais incentivos causaram a ocupação do café mesmo em áreas antes inaproveitadas para o plantio.

Meia década depois da inauguração da represa de Furnas, em 1970, Três Pontas, município sul mineiro, era o maior produtor de café do país. Devido a geada que causou grandes danos aos cafeeiros no estado do Paraná e São Paulo, houve um aumento de investimentos oriundos do IBC para a expansão cafeeira no Sul de Minas, aumentando, em muito, o número de cafeeiros por hectares na região (Vilas Boas, 2021). Questões relativas aos preços da terra e a disponibilidade de mão-de-obra também influíram para o aumento da produção de café no Sul de Minas.

Passando para a década de 1980, o estado de Minas Gerais se consolida como o maior produtor de café do Brasil. Vários fatores influenciaram para esse crescimento da importância e da produção do café na região, tais como os problemas climáticos em outros estados produtores, a inserção da cafeicultura no cerrado mineiro, o avanço das técnicas importadas da revolução Verde e os diversos investimentos dos programas e instituições do Estado para aumentar a produção e a produtividade dos cafeeiros (Vilas Boas, 2021).

Ao investir na modernização da agricultura no cultivo do café, o Estado também acabou por auxiliar na monopolização do território agrícola, pelas grandes multinacionais do setor, aumentando a dependência de seus produtos para a produção da rubiácea (Vilas Boas, 2021). Por outro lado, os pequenos produtores foram profundamente afetados pelo processo. Com o aumento da produtividade, há, consequentemente, a queda de preço dos produtos. Quanto mais se produz, menos vale a unidade do produto. Dessa forma, aqueles que não conseguiram se adaptar à modernização e à reestruturação agrícola, ficaram alijados e às margens do mercado do café.

Assim, a Modernização Agrícola, a qual abrangeu também a cafeicultura brasileira, prejudicou os agricultores que não possuem meios para mecanizar sua produção, visto que a produtividade de suas lavouras se manteve praticamente estagnada, enquanto o valor dos gêneros agrícolas cultivados foi minorado. Em contrapartida, os grandes proprietários fundiários não foram tão lesados, pois possuem capital para aplicarem em insumos e maquinários voltados à produção. Deste modo, apesar da diminuição do valor dos gêneros agrícolas lavrados, como o café, esses produtores ampliaram a produtividade de suas terras. Através do aumento da produção e do consequente crescimento das vendas, compensaram as perdas causadas pela diminuição do valor venal dos víveres cultivados. Portanto, a modernização da cafeicultura brasileira, estimulada pelo Estado por intermédio do IBC, afetou principalmente os pequenos cafeicultores, colaborando para o seu empobrecimento e a piora da condição de vida de seus núcleos familiares (Vilas Boas, 2021, p. 140).

Aliado ao aumento dos cafeeiros e da produtividade, cresceu-se o desemprego no campo, a contaminação dos solos, dos alimentos, dos cursos de água (Vilas Boas, 2021). Acarretando problemas de saúde aos produtores e consumidores, além dos mais diversos problemas ambientais causados pelas monoculturas e econômico-sociais, derivados da especialização produtiva no campo.

Como salienta Santos (1996), “As normas públicas e particulares aperfeiçoam o uso dos objetos técnicos e o funcionamento das áreas luminosas. A intencionalidade e os planos de desenvolvimento do Estado foram, de forma

crescente, sendo influenciados pelos planos do mercado. Assim, os resultados das ações foram mais influenciados pela cooperação entre Estado e o setor privado das forças da globalização, do que de um embate entre eles (idem). O período do meio técnico-científico deixou cicatrizes ainda abertas no campo brasileiro remontando desigualdades e fragilidades socioeconômicas.

3.2.1 Meio técnico-científico-informacional

Parafraseando Raffestin (1993), a materialidade é a cara do poder, mas é na informação que o poder verdadeiramente se concretiza. A tecnociência do período técnico-científico brasileiro pavimentou os caminhos para o período técnico-científico-informacional. A evolução e espraiamento espacial das vias de transporte e os avanços nas tecnologias de comunicação possibilitaram a difusão da informação a nível mundial. Consequente, possibilitou uma produção em escala planetária (Santos, 1996).

Primado na história da humanidade, o período técnico-científico-informacional é “responsável pelo fato de que, pela primeira vez na história mundial, as variáveis elaboradas no centro apresentam uma difusão geral, nos territórios e nas sociedades” (Carneiro, 2006, p. 151). Tal período é caracterizado por ao menos três elementos interconectados que formam a totalidade dos objetos e das ações que compõem o espaço: técnica, ciência e informação. Desigualmente distribuídas, essa tríade funciona em sincronia conformando o funcionamento, tanto quanto desigual do todo.

“Sobre o meio técnico científico informacional Chega o dinheiro da globalização. Este fim de século permitiu a instalação das técnicas da informação, que são técnicas que ligam todas as outras técnicas, que permitem que as mais diversas técnicas se comuniquem. Essas técnicas da informação que, afinal, a partir do planeta, produzem um mundo (e é por isso que se fala de globalização), e que nos levam à ilusão da velocidade, como matriz de tudo, como necessidade indispensável e que certamente criam uma fluidez potencial transformada nessa fluidez efetiva a serviço de capitais globalizados, de tal modo que o dinheiro aparece como fluido dos fluidos, o elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história (Santos, 2009, p. 10).”

Boa parte das discussões sobre as mudanças provenientes do meio técnico-científico-informacional, apontam mudanças estruturais e de funcionamento do todo a partir da década de 1990. Este é um consenso quase irrefutável na geografia. Entretanto, desde 1990 houveram mudanças na estrutura econômica e social

mundial que permitem uma segunda análise, uma segunda temporalidade, principalmente a partir de meados da década de 2000 e após 2010. Intentar-se-á, a partir do recorte fenomenal da produção cafeeira do Sul de Minas, demonstrar que os caminhos pavimentados na década de 1990, com as difusões tecnológicas do meio técnico científico-informacional, se concretizaram efetivamente quase uma década depois. É, antes de mais nada, a própria consequência do avanço cada vez mais veloz das técnicas de ação e tecnologias da informação, que mobilizam de forma também cada vez mais veloz, capital e pessoas para uma nova estrutura de formação espacial.

O cenário brasileiro de produção de café – mas não só ele – mudou significativamente após a década de 1990. É nesse período que diversas instituições e programas supracitados são extintos, causando um processo de desregulamentação do café. São os ideários neoliberais do centro que ganham a cena na economia nacional. A extinção desses órgãos, entre outros fatores, afetou principalmente os pequenos produtores, que não mais podiam contar com tais instituições para o escoamento da produção e para o controle de preço do mercado. A frágil auto regulação dos mercados passa a ditar a comercialização de café e aqui as pequenas produções sofrem mais uma vez. Os valores passam a ser ditados por economias alhures, em bolsas de mercados futuros. Aos grandes que dispunham de infraestrutura para o armazenamento do estoque, os danos foram menores, pois detinham a estratégia de esperar os preços do café melhorarem, em caso de baixa, para vender os grãos. Privilégio que os pequenos não dispunham (Vilas Boas, 2021).

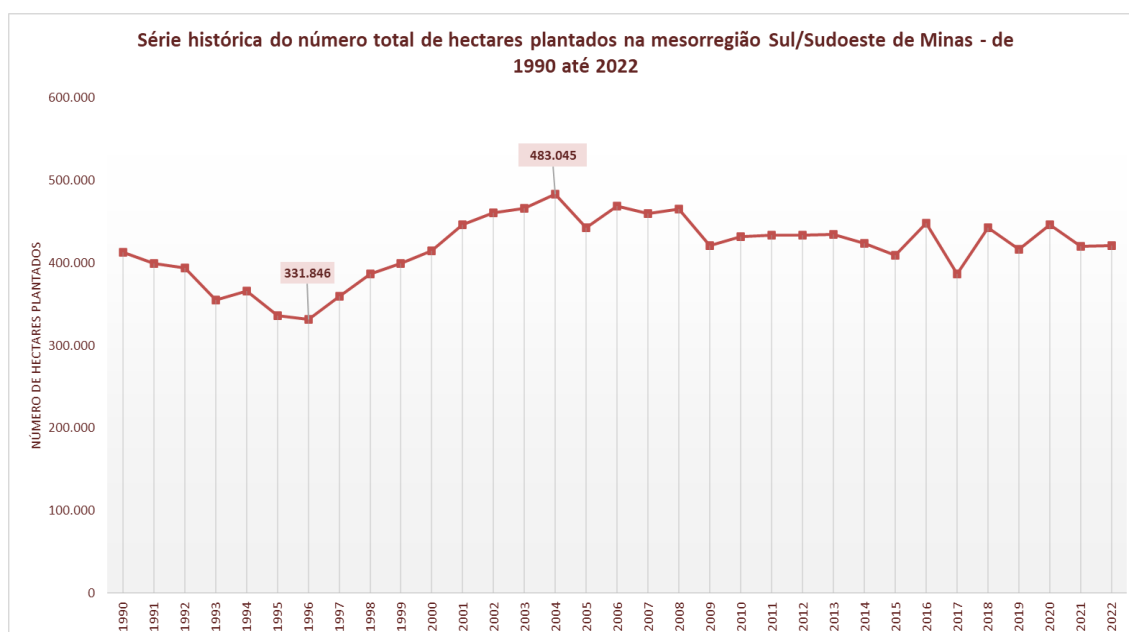
A extinção das instituições de regulamentação causou o fim dos estoques e da própria regulamentação, que, por sua vez, levou à queda dos preços do café em nível nacional e mundial. Neste mesmo período, o papel das cooperativas agrícolas, principalmente de café no Sul de Minas, aumentou de importância, agora exercendo a função dos antigos órgãos estatais e passando a monopolizar a comercialização do café na região (Vilas Boas, 2021).

Outra geada ocorreu em 1994, afetando muitos cafezais nos estados de São Paulo, Paraná e também no Sul de Minas. Devido ao extremo climático, o preço do café voltou a subir no ano de 1996. No cenário da época, houve um movimento de incentivo à reestruturação da produção no sul de minas, vindo de iniciativas das cooperativas de café, que assumiram esse papel, antes exercido pelo Estado.

Porém, nesse período o Estado volta a influir na agropecuária nacional, principalmente através de políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), além de outros programas creditícios. Ademais, a preocupação com os agricultores familiares fez com que o governo do estado ampliasse os investimentos na EMATER-MG e na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Indo contra a tendência da América Latina à época, o café ganha ainda mais espaço na produção nacional, principalmente no sul de minas, região que se consolidou como maior produtora de café do Brasil (Vilas Boas, 2021).

A consolidação do PRONAF em 1996, como política pública para a agricultura familiar, também pode ter influenciado no aumento da produção cafeeira no Brasil e no Sul de Minas. Aliado aos demais projetos estatais, a participação das cooperativas de café e das empresas privadas do setor, além da – se comparada a história do café – recente mudança espacial causada pela instauração da represa de Furnas, essa política pode ter aberto caminhos para agricultores que ainda produziam outras culturas, se inserirem nos processos de modernização da agricultura e nos cultivos de commodities agrícolas. Os fenômenos do final da década de 1980 e após 1990 parecem ter influenciado diretamente na produção de café da região (gráfico 1).

Gráfico 1 - Dinâmica da área plantada de café no Sul de Minas entre 1990 e 2022

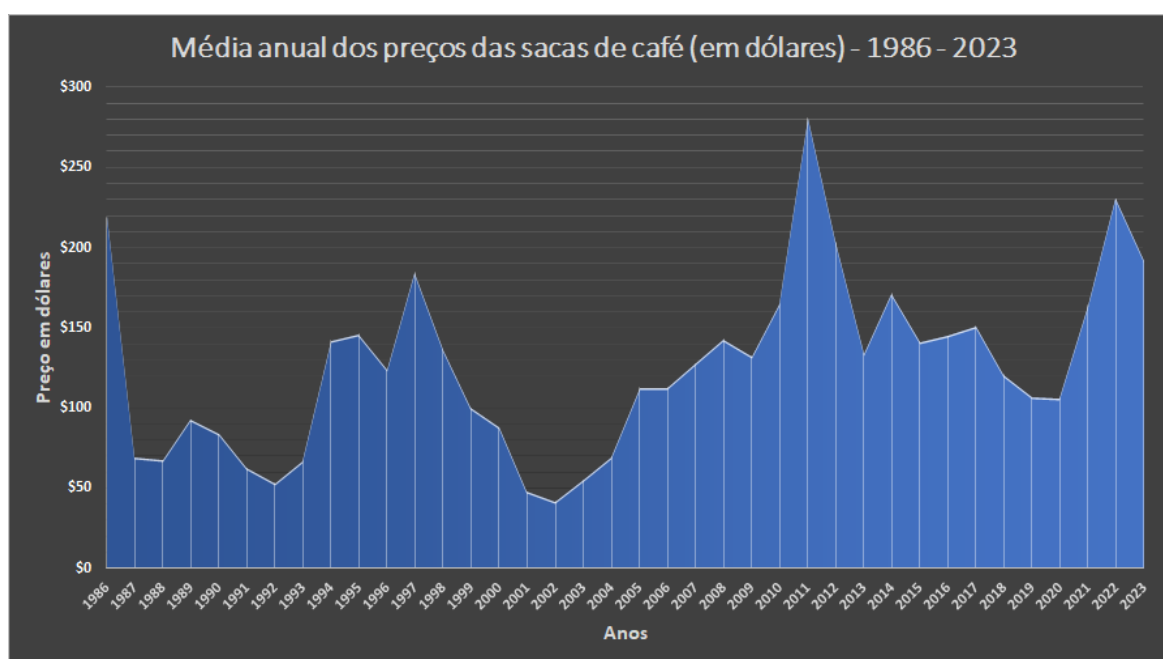


Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Do início da década de 1990 até o ano de 1996, a produção da rubiácea vinha sofrendo um decréscimo de área plantada na região Sul/Sudoeste de Minas, passando de 412.737 hectares em 1990 para 331.846 no ano de 1996. Após este ano, a produção voltou a aumentar até o ápice em 2004, alcançando 483.045 hectares cultivados em todos os municípios do qual fazem parte a região. As intervenções estatais, a participação privada no setor e os aspectos e extremos climáticos que caracterizam a década de 1990, parece ter direcionado ao aumento da cultura cafeeira que vinha em declínio no início do decênio.

Outra questão está diretamente relacionada às potencialidades criadas pela evolução das técnicas no período técnico-científico-informacional. A universalidade da informação do preço do café nas bolsas de valores futuros teve, ao que parece, grande influência no que foi – e é – produzido em diferentes territórios, incluindo o Sul de Minas. Como *commodity*, o café tem a particularidade de ter seu preço ditado pelo mercado externo com grandes variações nos valores ao longo do tempo. Maiores ou menores valores tendem a exercer influência na própria produção do espaço e nas intenções de produção. Como observado a partir dos dados disponibilizados pela Cooxupé (2024), a média de preços por sacas de café pode nos auxiliar a entender alguns padrões dessa mutabilidade na produção:

Gráfico 2 - Média anual dos preços das sacas de café (em dólares) - 1986 – 2023



Fonte: Cooxupé (2024).

A partir de 2005, não apenas o valor do café cresceu substancialmente. O interesse do capital internacional em se territorializar na região parece ter se concretizado, também à essa época. Grandes multinacionais do setor se instalaram, principalmente nos municípios de Varginha e de Alfenas neste período. Pode-se citar como exemplos a OLAM AGRICOLA LTDA (2004); LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL AS (2005); NKG STOCKLER LTDA (2005); SUCAFINA BRASIL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA (2005); VOLCAFE LTDA (2005). Além de outras empresas mais recentes na história regional, como a COFCO INTERNATIONAL COTTON LTDA (2018); STONEX COMERCIO E EXPORTACAO DE COMMODITIES LTDA (2023); e a KDP BRASIL GLOBAL SOURCING LTDA (2023). Todas essas empresas sendo grandes multinacionais que atuam no setor agropecuário mundial.

Os fenômenos discutidos influenciaram a produção do espaço regional instaurando objetos que mediarão ações dos atores sobre o espaço, complexificando as relações entre o local e o global, no que chamaremos à montante (instalação de filiais de multinacionais nos municípios da região) e à jusante (maior comercialização e aumento das relações com o mercado externo). Consequência dessa multinacionalização regional, do apoio do Estado, do papel das cooperativas e das dinâmicas supracitadas neste capítulo, foi o aumento do número e dos valores de exportação do café regional (gráfico 3).

Gráfico 3 - Valor das exportações mineiras de café entre os anos de 1997 a 2024



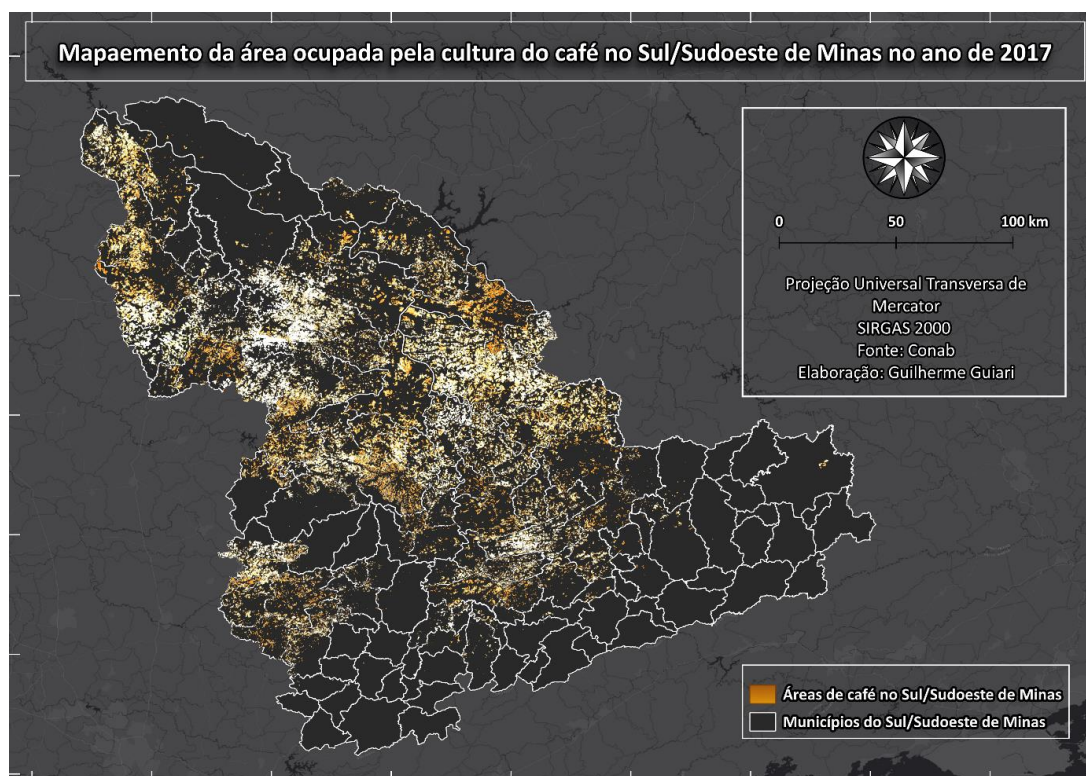
Fonte: Comexstat (2024).

É perceptível a relação direta entre a instalação das principais multinacionais do setor na região, o valor dos preços mundiais e o aumento das exportações mineiras de café, principalmente a partir de 2005. Parece-se importante discutir sobre a pavimentação do meio técnico-científico-informacional a partir da década de 1990, mas onde sua espacialização se deu, no caso sul mineiro, majoritariamente a partir de 2005. Ademais, e consequência do todo discutido e do aumento do acesso banal, econômico e social da informação, do acesso aos bens e serviços e do aumento da vontade humana em consumir, recentemente há, ainda, outras mudanças em curso que influenciam na produção cafeeira. A exemplo dos cafés especiais e orgânicos. Poucas décadas atrás era difícil encontrar cafés especiais, principalmente nos mercados regionais e nacionais. O aumento das tecnologias e das técnicas na produção do café e do acesso à informação, propiciaram um ambiente de rastreamento da produção e influenciaram, entre outros fatores, na intencionalidade internacional em construir nichos de mercado com esses “novos” tipos de café, sem agrotóxicos e com qualidade superior, visando agregar valor aos cultivos agrícolas. Esse fenômeno também pode ter influenciado no aumento da produção e nas dinâmicas de monopolização do território a partir das multinacionais, vide exemplo as certificações e os selos de produção sustentável e orgânica, assim

como a busca pelas mais altas pontuações da bebida, o que dita grande parte da produção da rubiácea atualmente.

Dessa forma, o acesso e a universalidade da informação parecem ter sido a questão central que firmou o Sul de Minas como o maior produtor nacional de café. A disseminação das ideologias do centro, que conformaram um outro olhar político para a agropecuária brasileira, aliada ao maior acesso à informação, incluindo a dos preços mundiais do café, foram pilares centrais para a construção da história de ampliação dos cafezais na região. É a ação conjunta público-privada, influenciando na produção do espaço e na ação dos agentes que ele o produz. Em 2017, o café já ocupava boa parte dos municípios da região Sul/Sudoeste de Minas, como demonstrado no mapa 1.

Mapa 1 - Área ocupada pela cultura do café no Sul/Sudoeste de Minas – 2017

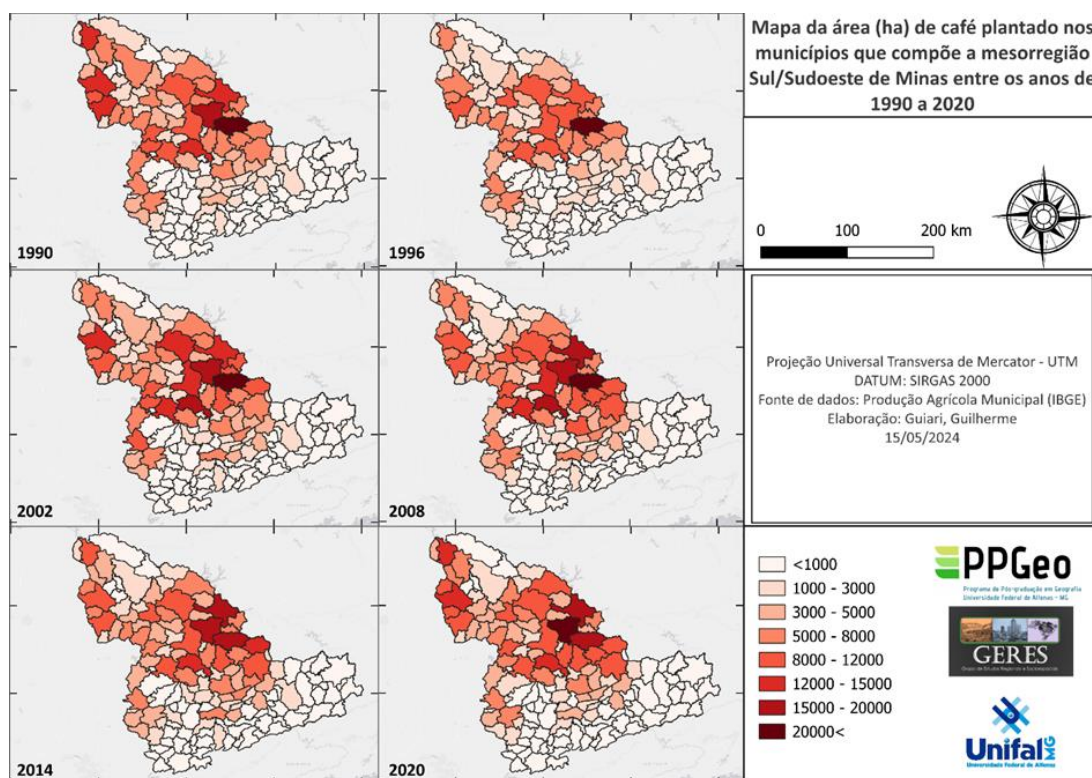


Fonte: Conab (2017).

Porém, dados gerais como este, que englobam, uma gama diversificada de municípios e realidades, tendem a padronizar o espaço e mascarar as mudanças e características locais. Ocorre nesses últimos anos, também, mudanças na realidade produtiva desses municípios, cada qual, de sua maneira. A produção de café cresce em alguns, enquanto em outros há uma diminuição (mapa 2) ou o aparecimento de

outras culturas, como a soja que vem ocupando espaço no território rural de diversos municípios (Correia, 2022).

Mapa 2 - Mapa da área de café plantado nos municípios que compõe a mesorregião Sul/Sudoeste de Minas entre os anos de 1990 a 2020



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Destacam-se na tabela 1 municípios que tiveram aumento considerável na área destinada ao cultivo do café.

Tabela 1 - Municípios sul mineiros que tiveram a área de cultivo de café aumentada - 1990 a 2020

Municípios	1990	2020	Percentual de aumento
Campos Gerais	16.848	22.030	30,75%
Carmo da Cachoeira	6.850	11.000	60,58%
Nova Resende	6.100	10.707	75,52%
São Tomás de Aquino	3.250	8.863	172,70%
Três Corações	6.600	8.500	28,78%
Poço Fundo	3.600	7.801	116,69%
Conceição da Aparecida	4.000	7.354	83,85%
Juruaia	2.350	5.000	112,76%
Lambari	2.200	4.122	87,36%

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

Alguns dos municípios tiveram sua área destinada ao plantio do café mais do que dobrada no período dos trinta anos analisados, enquanto outros, mesmo com um aumento percentual menor, mantiveram-se como grandes produtores da commodity. Diversos outros dos 146 municípios que compõe a região tiveram sua área aumentada, mesmo que em percentual menor.

Além dos que tiveram o aumento de hectares destinados ao plantio do café, muitos municípios mantiveram a média de produção ao longo dos anos se firmando, também, como grandes produtores da commodity (tabela 2).

Tabela 2 - Municípios sul mineiros que mantiveram a média de cultivo do café –2020

Municípios	Hectares
Boa Esperança	15.700
Ibiraci	14.150
Machado	13.430
São Sebastião do Paraíso	12.280
Campestre	10.384
Monte Santo de Minas	10.251
Carmo do Rio Claro	9.790
Elói Mendes	9.695
Alfenas	9.200
Guapé	9.190
Varginha	9.078

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023).

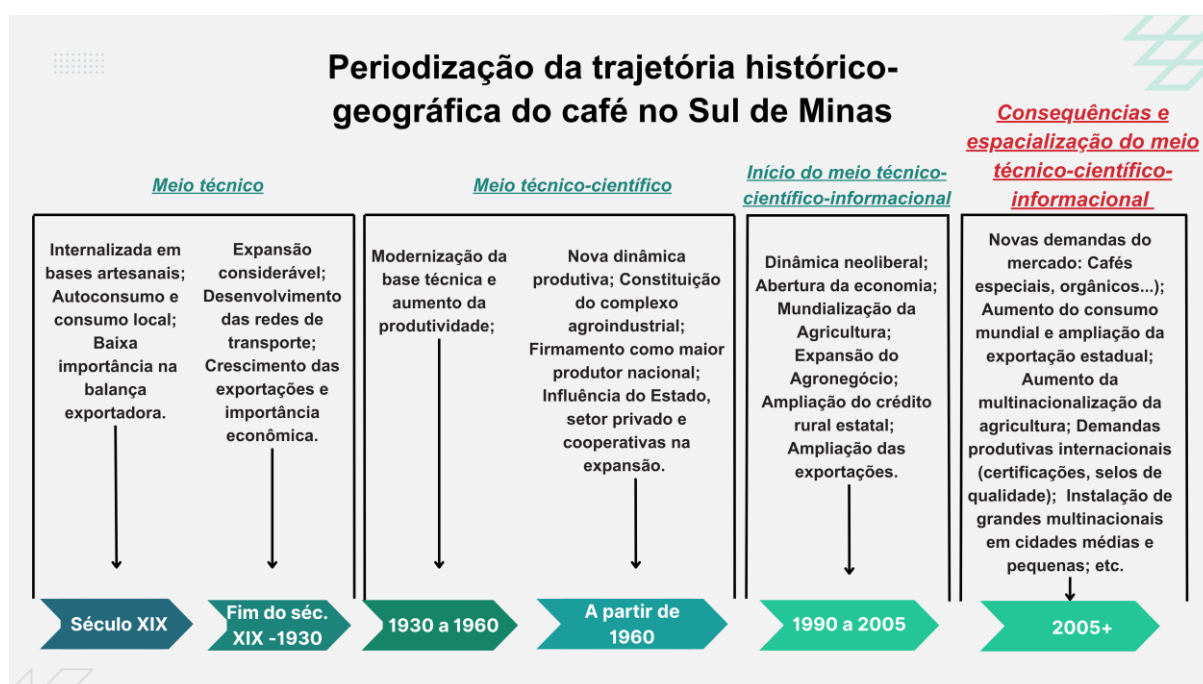
Alguns, porém, apresentaram decréscimo significativo com os casos de Passos que passou de 6.000 hectares cultivados de café em 1990 para 2.800 hectares em 2020; e Três Pontas que passou de 25.186 ha em 1990 para 18.650 ha em 2020. Outros municípios também apresentaram diminuição nas áreas destinadas ao café, porém menos significativas e em menor proporção àqueles que tiveram suas áreas aumentadas.

Dessa forma, o café se firmou como principal especialização produtiva em diversos municípios do Sul de Minas, alterando o campo produtor, a realidade dos agricultores, as dinâmicas produtivas tanto quanto as cidades ao seu redor que também se especializam para o atendimento do agronegócio local. Conquanto, o espaço não é homogêneo, nem tampouco estático. Os lugares vão se diferenciando, em uma relação contraditória entre lugares cada vez mais integrados. Reforçando, como coloca Santos (2000), que os processos de globalização não têm como

realidade final a padronização dos lugares, mas acentua suas especificidades como espaços produzidos pelos atores sociais historicamente responsáveis pela sua produção.

Após essa breve retrospectiva histórico-geográfica da produção cafeeira no Sul de Minas, elenca-se alguns eventos importantes para entendermos a dinâmica regional dessa atividade (figura 1).

Figura 1 - Trajetória histórico-geográfica do café no Sul de Minas



Organizado por: Guiari (2024).

Dentro desse espaço globalizado de redes de competição e colaboração, alguns lugares se tornam meros espaços do fazer do agronegócio (Elias, 2022), em detrimento de lugares de comando em uma hierarquia bastante complexa de redes de cidades. Aparecem centros regionais de controle do agronegócio, cidades nacionais de comando de tais processos e espaços globais de controle dos territórios envolvidos na produção, comercialização e distribuição agropecuária mundial. Dessa forma, qual o papel de importância de Campos Gerais e dos atores ali que produzem o espaço para a produção cafeeira nacional e mundial. De que tipo de espaço estamos falando? E qual a relação entre os diversos atores sociais que competem e cooperam pela produção do espaço no município?

4. DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DA AGROPECUÁRIA EM CAMPOS GERAIS

Como grande parte municípios brasileiros, a formação territorial e socioeconômica se deu a partir das atividades ligadas a agropecuária e extrativistas, num momento histórico marcado pela escravidão e a forte influência da igreja católica. Ruy Moreira (2005), discute alguns elementos constitutivos do povoamento das terras brasileiras e da formação do território nacional. Segundo o autor, há vetores fundacionais nos primeiros séculos de colonização, como o bandeirantismo, a expansão do gado e as descobertas de minas de ouro e prata que dinamizaram as ocupações pelo espaço nacional. Após esse momento, o que ele chama de ciclos de assentamento, pautaram-se principalmente em atividades extrativistas e agropecuárias, como a mineração, o pau-brasil, a borracha, o gado e o café. A formação de Campos Gerais é também um exemplo desse padrão de ocupação, fortemente vinculada a agropecuária e a igreja católica.

4.1 DE POVOADO A MUNICÍPIO

O ano era 1827 quando Tomé Soares de Oliveira, Francisco Graciano Macedo, Simão Martins Ferreira e outros membros das famílias Soares e Martins, proprietários de duas fazendas na região, deram início a criação de um povoado. Carmo do Campo Grande, como assim foi nomeado, evoluiu após a doação de 50 alqueires de terras às margens do Córrego da Divisa, feita pelas duas famílias para a formação do patrimônio da igreja. Dedicada à Nossa Senhora do Carmo, Padroeira da Povoação, a igreja foi construída por volta de 1832, levando o lugar a ser conhecido como 'Divisa Vermelha', uma distinção em relação ao Distrito de Divisa Nova (Ferreira; Santos, 2022; IBGE, 2024).

José Silveira de Oliveira, com apoio da população, fundou em 1860 uma capela na comunidade, que mais tarde foi substituída pela atual Igreja do Rosário, graças à contribuição de Antônio Joaquim Pereira. Desde o início, o povoado teve fortes relações com a agricultura e com a pecuária, desempenhando, inclusive, papel fundamental para o desenvolvimento de Campos Gerais (IBGE, 2024).

Outras figuras importantes na história de Campos Gerais foram Miguel Correia Lourenço, falecido em 1880, Alferes Jó Alves de Figueiredo, Manuel Tomás

de Oliveira, Joaquim Antônio de Sousa Paiva e Antônio Aves de Figueiredo. Este último, inclusive, iniciou a construção de uma cadeia, cujos alicerces já estavam prontos em 1884, com a ajuda da Câmara Municipal de Três Pontas. O primeiro vigário do povoado foi o padre Manuel Esteves Balanzuela Lyra, posteriormente sucedido pelo Padre José Correia de Carvalho, responsável pela manutenção do cemitério do então Carmo do Campo Grande (Prefeitura de Campos Gerais, 2024).

Em 1884, já havia duas escolas primárias, uma para meninos – com vinte e seis alunos – e outra para meninas – com vinte alunas. Até o momento não havia no povoado serviços voltados para os correios. No que concerne aos dados da saúde da população, há registros de apenas um caso de lepra – encontrado nos documentos como morfeia – na localidade, sem ocorrência de epidemias (Prefeitura de Campos Gerais, 2024).

A região montanhosa e em grande parte coberta por matas nativas, dificultava a extração de madeira para construção e manutenção do povoado. A principal cultura agrícola era a cana-de-açúcar, embora houvesse também um início de plantação de café, de fumo, algodão e criação de animais. O distrito foi dividido pelo rio Sapucaí e pelo Ribeirão das Araras, atualmente submersos na Represa de Furnas (Prefeitura de Campos Gerais, 2024).

O povoado fazia parte dos municípios de Dolores da Boa Esperança e Três Pontas até o início do século XX. Em 1901, através da Lei Estadual nº 319, de 16 de setembro, é desmembrado de tais municípios, deixa de ser nomeado como povoado de Carmo do Campo Grande e passa ao título de vila, chamada de Campos Gerais. Em 1911, a vila de Campos Gerais se compunha de três distritos: Campos Gerais, Córrego do Ouro e Espírito Santo dos Coqueiros -- Que em 1948, foi elevado à município de Coqueiral -- (Ferreira; Santos, 2022; IBGE, 2024). Espírito Santo dos Coqueiros até então era composto por trinta casas de pequenos lavradores e uma escola particular com mais de vinte alunos, dirigida pelo professor João da Costa Lima (Prefeitura de Campos Gerais).

Em 18 de novembro de 1915, Campos Gerais é levantado à título de cidade pela Lei Estadual nº 663, ainda mantendo seus três distritos. A Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923 retirou de Campos Gerais o distrito de Espírito Santo dos Coqueiros, passando a ser incorporado ao município de Dolores da Boa Esperança, entretanto, uma parte da extensão do distrito de Coqueiros ainda permaneceu no território de Campos Gerais. A mesma lei incorporou ao município de Campos

Gerais o distrito de Campo do Meio, situação que permaneceu até 1948, quando o distrito de Campo do Meio foi elevado à categoria de cidade (IBGE, 2024).

Segundo Ferreira e Santos (2022), ao que tudo indica, nessa época o café já era, dentre outras diversas culturas agrícolas, cultivado no município. Veiga (1874, apud Ferreira e Santos, 2022), diz em passagem do *Almanach Sul Mineiro*, que as principais culturas de exportação do até então Carmo do Campo Grande (atualmente Campos Gerais), giravam em torno do milho, porcos, cana e aguardente. Porém, o café já estava se desenvolvendo e o pouco que havia sido colhido já se igualava em qualidade se comparado ao da, até o momento, província do Rio de Janeiro. Em 1884, dez anos depois, o mesmo *Almanach* publicava que haviam mais de 120.000 pés de café cultivados no espaço do que hoje é Campos Gerais. Um ponto interessante, é que na publicação constavam alguns aspectos fisiográficos do município, dentre eles uma observação sobre a pouca ocorrência de geadas na região (idem). Ponto esse que pode ter contribuído para a disseminação da cultura cafeeira pelos agricultores locais. Outra questão que segundo Ferreira e Santos (2022), contribuiu para o aumento do cultivo do café no município foi a mudança no cenário global com a crescente industrialização e o novo ritmo da sociedade moderna. Nesse cenário o café passa de bebida exótica à um produto de consumo de massa, fazendo com que o interesse internacional aumentasse e consequentemente, o interesse em se cultivar a rubiácea.

A partir da década de 1740 a região próxima ao rio Sapucaí começa a ser mais densamente povoada devido, principalmente, à descoberta do ouro por José Pires Monteiro, na margem esquerda do rio. O Córrego do Ouro foi elevado à condição de distrito pela Lei nº 1473, em 9 de julho de 1868, e tornou sede de sua paróquia em 1º de dezembro de 1873, conforme estabelecido pelo Artigo 6º da Lei nº 2002, sancionada pelo Presidente da Província de Minas Gerais. Inicialmente, estava sob a jurisdição do município de Três Pontas (Diocese da Campanha, 2024; Prefeitura de Campos Gerais. 2024).

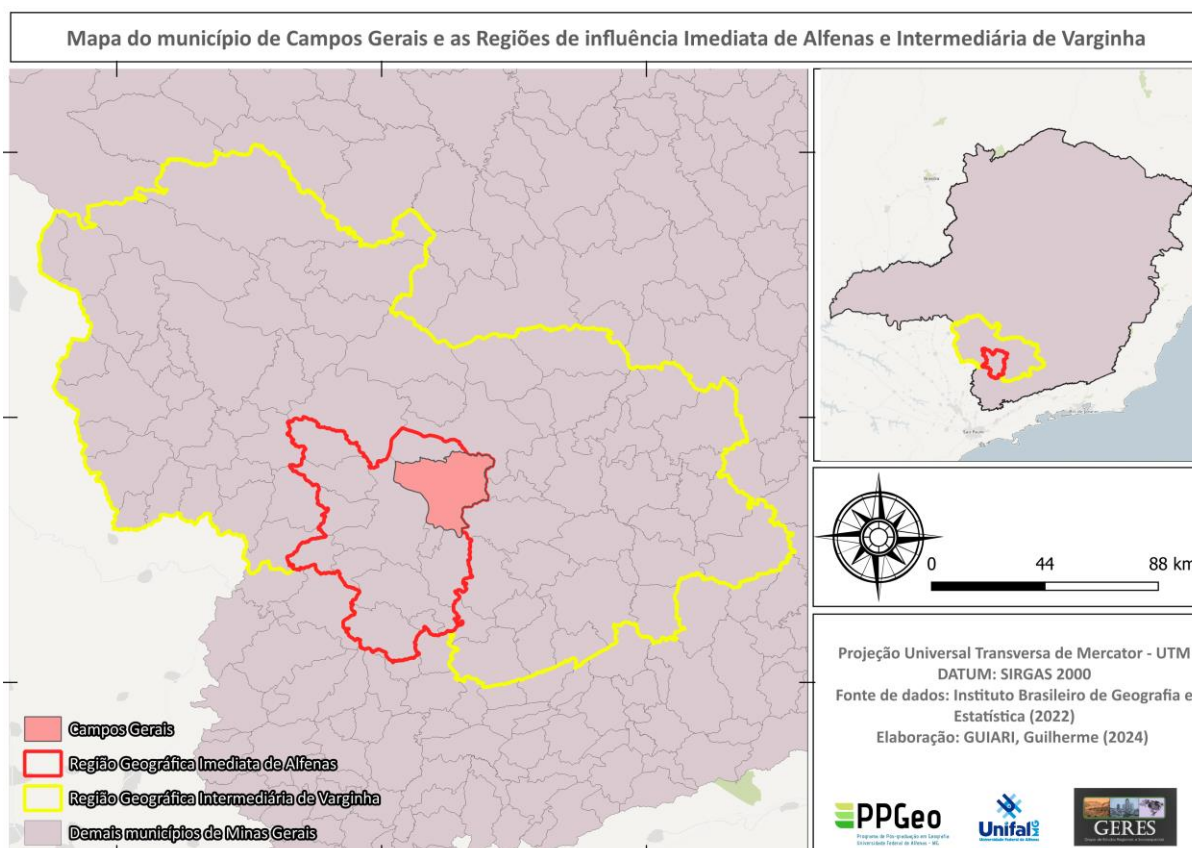
O primeiro vigário designado para a paróquia foi o Padre Manuel Esteves Balanzuela Lira. Os pioneiros que estabeleceram residência no arraial e considerados fundadores do local incluíam Miguel Corrêa Lourenço, Job Alves de Figueiredo, Joaquim Antônio de Souza Paiva e Antônio Alves de Figueiredo. O terreno destinado à construção da igreja do Córrego do Ouro foi doado por Job Alves de Figueiredo, um Alferes natural de Dolores da Boa Esperança. Córrego do

Ouro se separou do município de Três Pontas. Após o surgimento do município de Campos Gerais, o distrito foi incorporado à sua jurisdição. Previamente denominado Distrito de Nossa Senhora do Rosário de Córrego do Ouro em honra à sua padroeira, em 1923, oficializou-se a mudança para o nome Córrego do Ouro (Diocese da Campanha, 2024; Prefeitura de Campos Gerais, 2024).

4.2 ASPECTOS GERAIS E DEMOGRÁFICOS

Campos Gerais é um município Sul Mineiro com população de 26.105 pessoas segundo os dados produzidos pelo censo demográfico de 2022 e com densidade demográfica de 33,92 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). O município fica localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, no estado de Minas Gerais. Campos Gerais sofre influência e por isso faz parte da Região Geográfica Imediata de Alfenas, município este limítrofe ao aqui estudado. Por sua vez, tal região faz parte da Região Geográfica Intermediária de Varginha, que polariza diversos municípios sul mineiros (mapa 3).

Mapa 3 - Mapa do município de Campos Gerais e as Regiões Imediata de Alfenas e Intermediária de Varginha



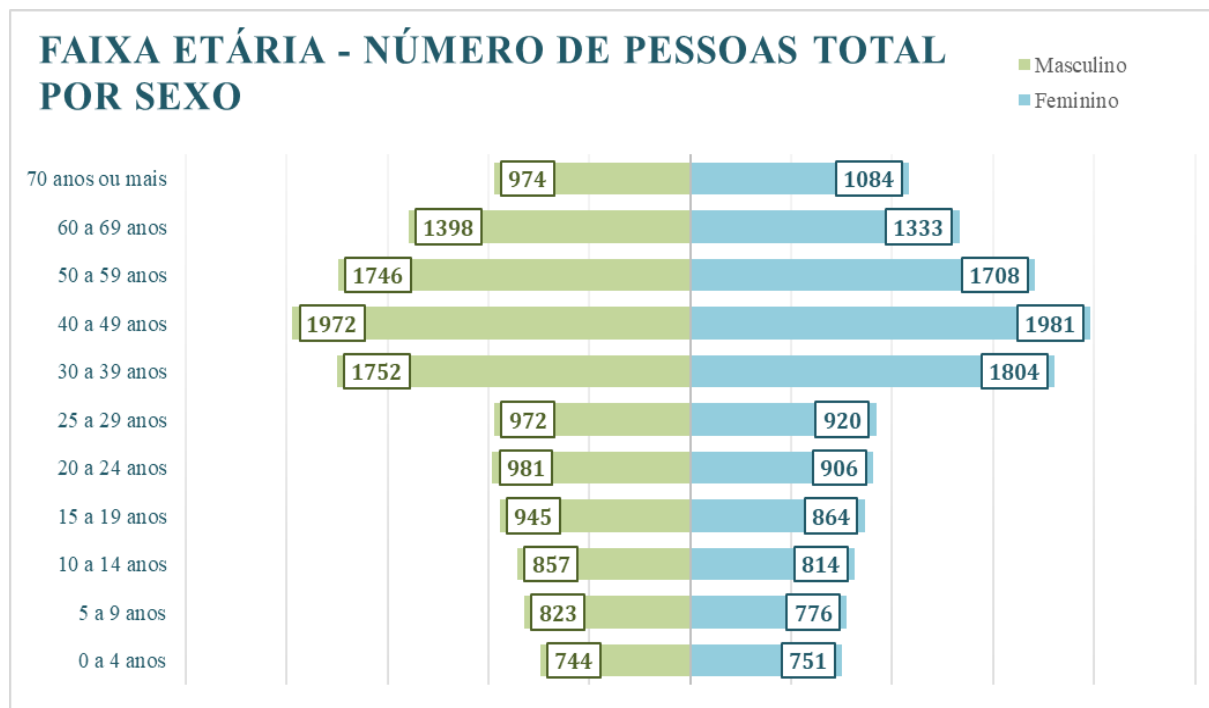
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022).

Segundo a Pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2018), Campos Gerais é caracterizado como Centro Local. Por Centro local o IBGE entende aqueles centros urbanos que são capazes apenas de contemplar as demandas internas e locais, possuindo pouca influência na rede urbana regional ou nacional. Alfenas é considerado um Centro Sub-Regional de categoria A, que polariza os treze municípios que fazem parte de sua região imediata. Varginha, por sua vez, é considerada uma Capital Regional de classe C, que polariza os oitenta e dois municípios que fazem parte de sua região intermediária, incluindo aí Alfenas e Campos Gerais. Devido a não completude do censo demográfico de 2022 até o momento, alguns dados do censo de 2010 também serão utilizados, visando fazer um panorama mais fiel à realidade do município.

Até o ano de 2022, 7.509 pessoas tinham idade entre 30 e 49 anos, aproximadamente 29% de toda a população do município. 4.765 (18,2%) pessoas tinham entre 0 e 14 anos, 5.588 (21,4%) pessoas entre 15 e 29 anos, 6.185 (23,6%)

peessoas entre 50 e 69 anos e apenas 2.058 (7,8%) tinham mais de 70 anos (gráfico 2).

Gráfico 4 - População residente por sexo e idade em Campos Gerais, 2022



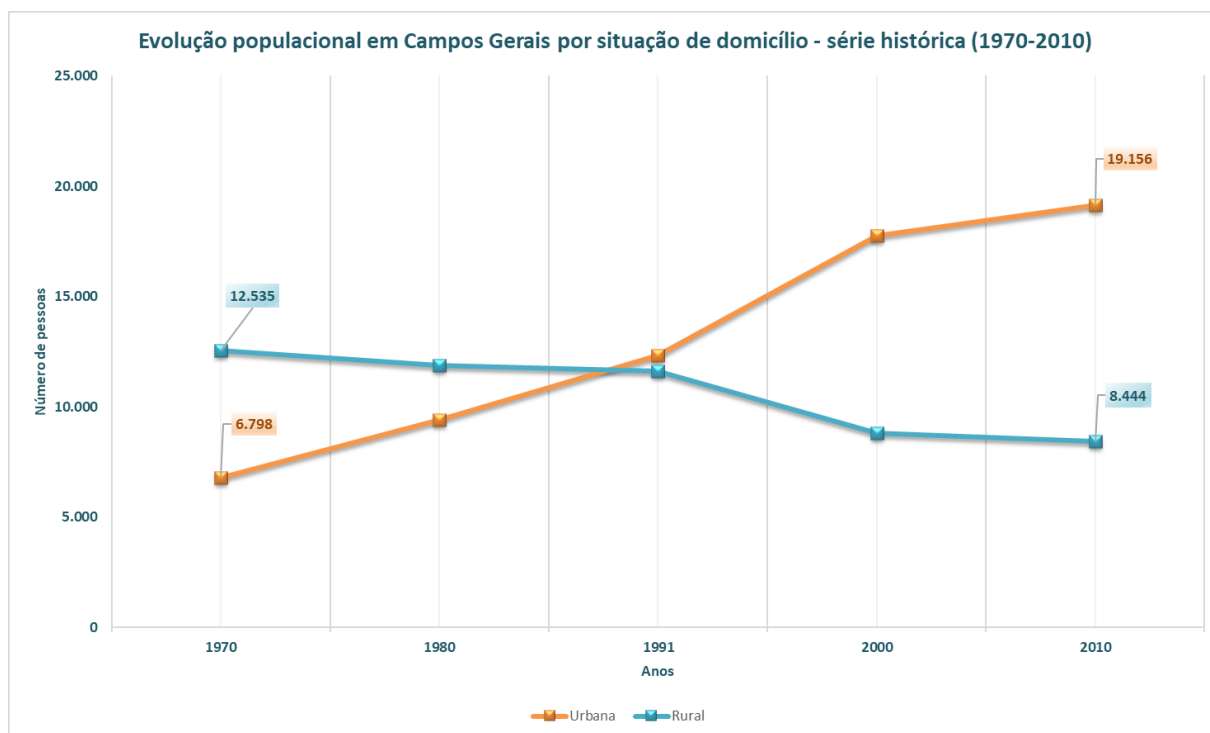
Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022).

A maior parte da população encontra-se em idade economicamente ativa. São, no total, 14.742 pessoas entre as idades de 20 e 59 anos, totalizando pouco mais de 56% de toda a população do município. Os idosos no município representam um percentual baixo se comparado às outras faixas etárias em Campos Gerais, somando 4.789 pessoas, representando aproximadamente 18% da população. As crianças, adolescentes e jovens de até 19 anos, por sua vez, totalizam 6.574 pessoas e um percentual de 25% do total. Os homens representam um número ligeiramente maior se comparado ao número de mulheres em Campos Gerais. Eram, em 2022, 13.164 (50,4%) homens em comparação a 12.941 (49,6%) mulheres.

Até o ano de 2010, a população urbana e rural do município era dividida da seguinte forma: 19.156 (69,4%) pessoas residiam na cidade contra 8.444 (30,6%) residentes do campo. Entretanto, essa relação atual faz parte de um movimento histórico de construção do espaço que teve, principalmente ao longo do fim do século XX, uma inversão populacional entre os residentes citadinos e campestres. Coincidindo com o momento histórico dos processos de reestruturação produtiva da

agropecuária, as consequentes desigualdades sociais e produtivas no campo e os novos paradigmas produtivos do café, houve uma inversão populacional entre os últimos cinquenta anos (gráfico 3).

Gráfico 5 - Evolução populacional em Campos Gerais por situação de domicílio - série histórica (1970-2010)



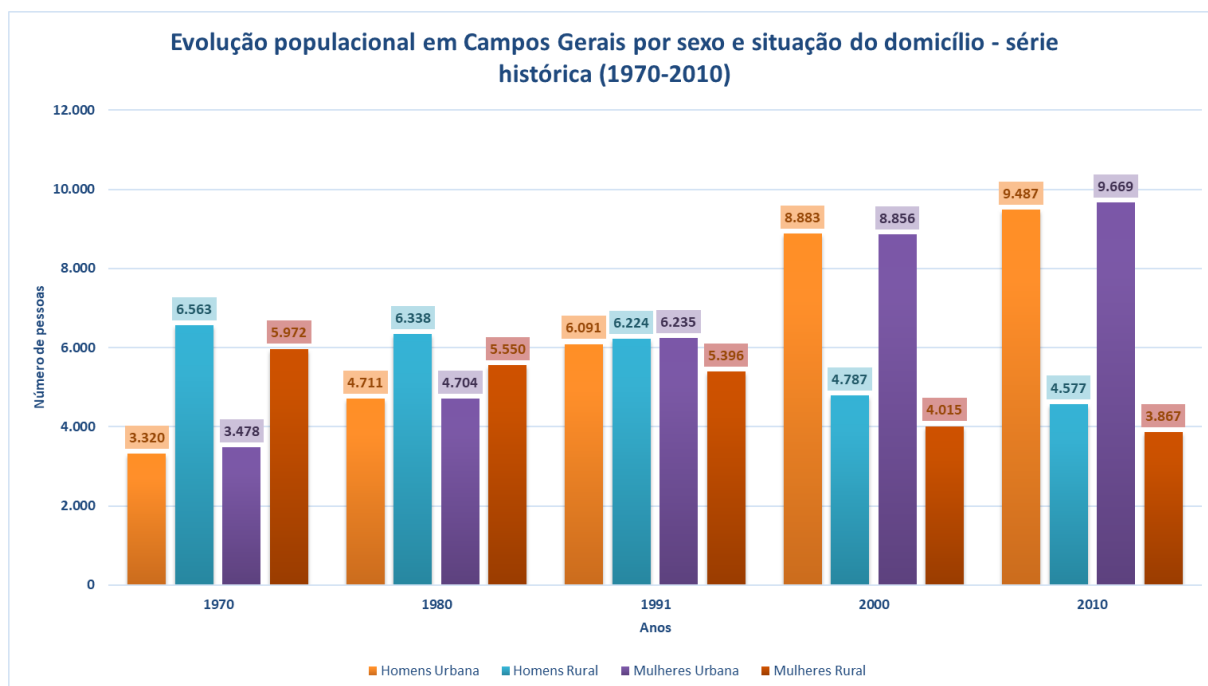
Fonte: Censo Demográfico - séries temporais (IBGE, 2010).

Em 1970, a população rural em Campos Gerais era quase duas vezes o número de pessoas residindo na cidade. Em uma população total de 19.333 pessoas em 1970, os moradores do campo representavam 12.535 (64,8%) em favor de 6.798 (35,2%) pessoas morando na cidade. Em 1980, em simultâneo aos esforços da modernização do campo e da valorização dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, a população total de Campos Gerais passa a ser de 21.303 pessoas, conquanto, há uma diminuição da população rural e um consequente aumento da população urbana. As pessoas residentes no campo diminuem para 11.888 (55,8%) em contradição ao crescimento de pessoas na cidade, que passa a ser 9.415 (44,2%) pessoas. Essa situação se acentua no ano de 1991, onde a população urbana ultrapassa a população rural. Em 1991, a população total de Campos Gerais era de 23.946 pessoas, representada por 11.620 (48,5%%) pessoas residindo no campo contra 12.323 (51,5%) pessoas na cidade. A partir desse ano, os processos migratórios do campo para a cidade se acentuaram de forma

significativa, causando um sério esvaziamento do campo em Campos Gerais e um aumento considerável da população na cidade. Em 2000, a população já alcançava 26.541 pessoas, onde apenas 8.802 (33,2%) continuavam residindo no espaço rural em consonância com 17.739 (66,8%) habitantes da cidade. Em resumo, em um período de 40 anos, há um aumento percentual total de 181,8% da população urbana e uma diminuição total de 32,6% da população rural. Deve-se, entretanto, considerar que a população total do município também aumentou, representado pelo aumento percentual de 42,8%, passando de 19.333 pessoas em 1970 para 27.600 pessoas em 2010. Destarte, e apesar disso, passa-se de uma realidade demográfica onde a população urbana representava metade da população rural, para outra onde as pessoas residindo na cidade é quase três vezes maior do que a população do campo.

A relação de sexo é também importante para entendermos as dinâmicas populacionais e demográficas de Campos Gerais. Em diversos trabalhos, o êxodo rural é intensificado dependendo do gênero ao qual falamos. A permanência das mulheres no campo é deveras mais complicada se comparadas aos homens. Paulilo (2004); Brumer e Anjos (2008) discutem como fatores relacionados às questões geracionais – onde a mulher é normalmente excluída do processo – e da invisibilidade do trabalho feminino no campo, por exemplo, afetam diretamente na permanência dessas mulheres enquanto agricultoras e auxiliam nos processos de êxodo rural feminino. Além das problemáticas sociais, isso acarreta em uma masculinização do campo e pode causar um maior número de mulheres nas cidades. Em Campos Gerais esse processo se mostra fidedigno (gráfico 4).

Gráfico 6 - Evolução populacional em Campos Gerais (MG) por sexo e situação de domicílio



Fonte: Censo demográfico - série histórica (1970-2010).

Desde a década de 1970 a população de homens no campo supera o número de mulheres. No referido decênio, totalizavam 6.563 homens morando no espaço rural campos-geraiense, enquanto 5.972 eram mulheres. Em 1980 passaram a ser 6.338 homens e 5.550 mulheres. Em 1991, 6.224 homens e 5.396 mulheres. Na virada do século a diminuição da população rural se acentua de forma contundente, passando a 4.787 homens e 4.015 mulheres até chegar ao decênio de 2010 com 4.577 homens e 3.867 mulheres. De forma geral, houve uma diminuição tanto de homens quanto de mulheres no espaço rural do município. Porém, o maior percentual ainda diz respeito às mulheres. Enquanto a população masculina diminuiu cerca de 30%, o número de mulheres caiu quase 35%.

Como já mencionado, a situação da população urbana apresenta um quadro contrário. Na maior parte dos decênios desde 1970 o número de mulheres é maior do que os homens no espaço citadino de Campos Gerais. Na década de 1970, havia 3.320 homens na cidade contra 3.478 mulheres. No decênio seguinte totalizaram 4.711 homens e 4.704 mulheres. Na década de 1990 eram 6.091 homens e 6.235 mulheres. Na virada do século esses números saltaram para 8.883 homens e 8.856 mulheres na cidade até chegar no ano de 2010 com 9.487 homens e 9.669 mulheres. Houve, também, um aumento significativo do número de pessoas de

ambos os sexos. Enquanto os homens aumentaram em aproximadamente 185% sua população urbana, as mulheres aumentaram em 178%. Esse menor aumento percentual das mulheres, mesmo possuindo no último ano analisado uma população maior em valores absolutos do que a dos homens, se deve ao fato de que no primeiro ano analisado o valor também era maior.

4.2.1 Situação agrária

Entender as dinâmicas territoriais dos espaços agrários requer compreender, antes de mais nada, como estes espaços são distribuídos entre os atores que o produzem. A histórica problemática de distribuição de terras no Brasil, aliada às várias crises do setor agropecuário, em especial do agronegócio, tem ao longo das décadas contribuído para uma maior concentração de terras – e de renda –, como salientam Cavalcanti e Fernandes (2008) em poucas mãos, distribuídas entre grandes proprietários de terra e empresas multinacionais.

A concentração fundiária é ainda um problema comum em terras brasileiras, tais fenômenos são ainda mais acentuados em áreas voltadas à produção de *commodities* agrícolas, pois estas influenciam diretamente em como o espaço agrícola vai ser apropriado pelo capital. Desejam monoculturas e grandes propriedades produtoras (Carneiro; Pereira, 2005). Altamente mecanizadas com papel de regulação vindo de atores externos à produção. Tal relação compromete a plena (re)produção da agricultura familiar. Ou permanecem na terra de forma alijada, marginalizada, buscando formas e estratégias de (re)produção social através do cultivo de alimentos, valorizando os mercados dos circuitos curtos, ou se subordinam aos ditames do capital. Às periferias da competição pelo mercado e cooptados por políticas públicas que intentam o avanço do agronegócio, esses agricultores tornam-se tão frágeis economicamente e socialmente, quanto no primeiro caso. Ao contrário dos grandes proprietários, os pequenos agricultores enfrentam uma vulnerabilidade muito maior devido à insuficiência de capital necessário para sustentar a monocultura. A longo prazo, essa integração na cadeia agroprodutiva tende a agravar a qualidade de vida desses agricultores. A variação nos preços dos produtos e a dependência de empréstimos bancários para a modernização das propriedades podem resultar em uma condição de maior

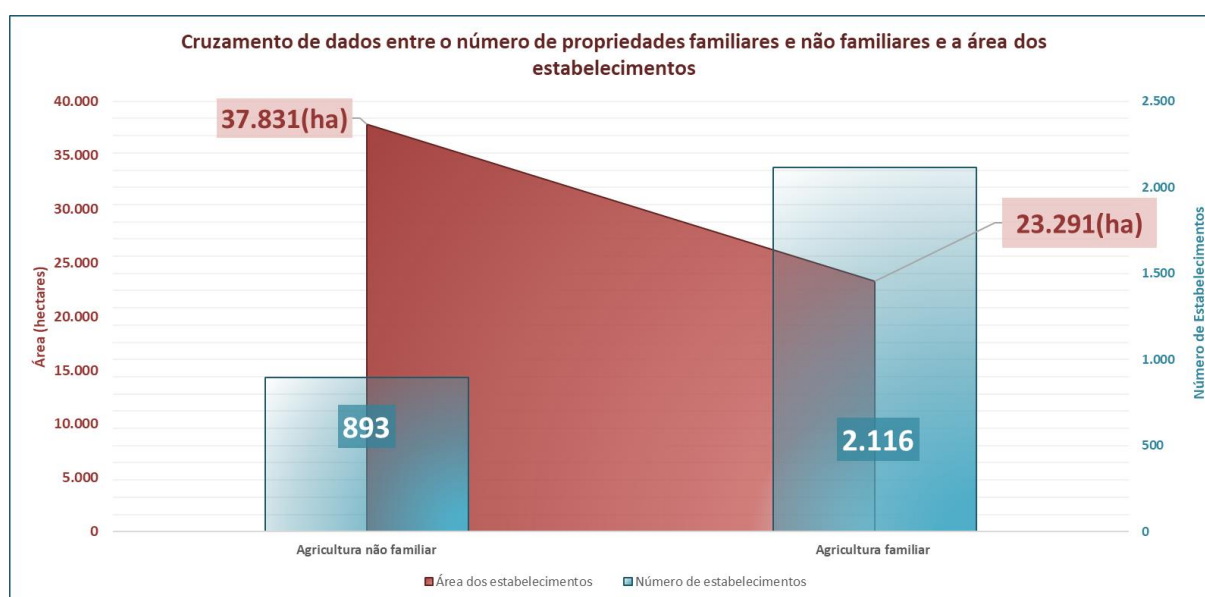
precariedade e fragilidade com o passar do tempo. Alves (2019) esclarece essa questão ao abordar o agronegócio cafeeiro no sul de Minas Gerais:

O agronegócio cafeeiro no sul de Minas apresenta importância para a balança comercial brasileira e na dinâmica econômica regional, entretanto o território foi monopolizando e ficando suscetível às oscilações dessa commodity, a agricultura familiar-camponesa tem importância na produção de café para exportação, entretanto não tem controle sob sua produção e acaba sendo explorada por cooperativas e multinacionais que não tem a preocupação com o desenvolvimento social e econômico desses sujeitos (Alves, 2019, p. 319).

Dessa forma, os agricultores familiares do Sul de Minas, incluindo Campos Gerais, têm dois problemas dialéticos a enfrentar. Por um lado, mas consequência disso, são fragilizados pela indução a uma produção competitiva desigual, ao passo que – e também consequência – detém menos terra e poder aquisitivo e político para competir de forma equitativa no território, ficando suscetíveis a perder suas propriedades, aumentando ainda mais a concentração fundiária.

No caso de Campos Gerais é observável a grande contradição entre número de famílias agricultoras e as áreas que dela são proprietárias. Segundo os dados oficiais do último Censo Agropecuário do IBGE, a agricultura familiar era representada por 2.116 unidades contra 893 não familiares, entretanto, a área das unidades familiares era bastante inferior àquelas outras (gráfico 5).

Gráfico 7 - Cruzamento de dados entre o número de propriedades familiares e não familiares e a área dos estabelecimentos

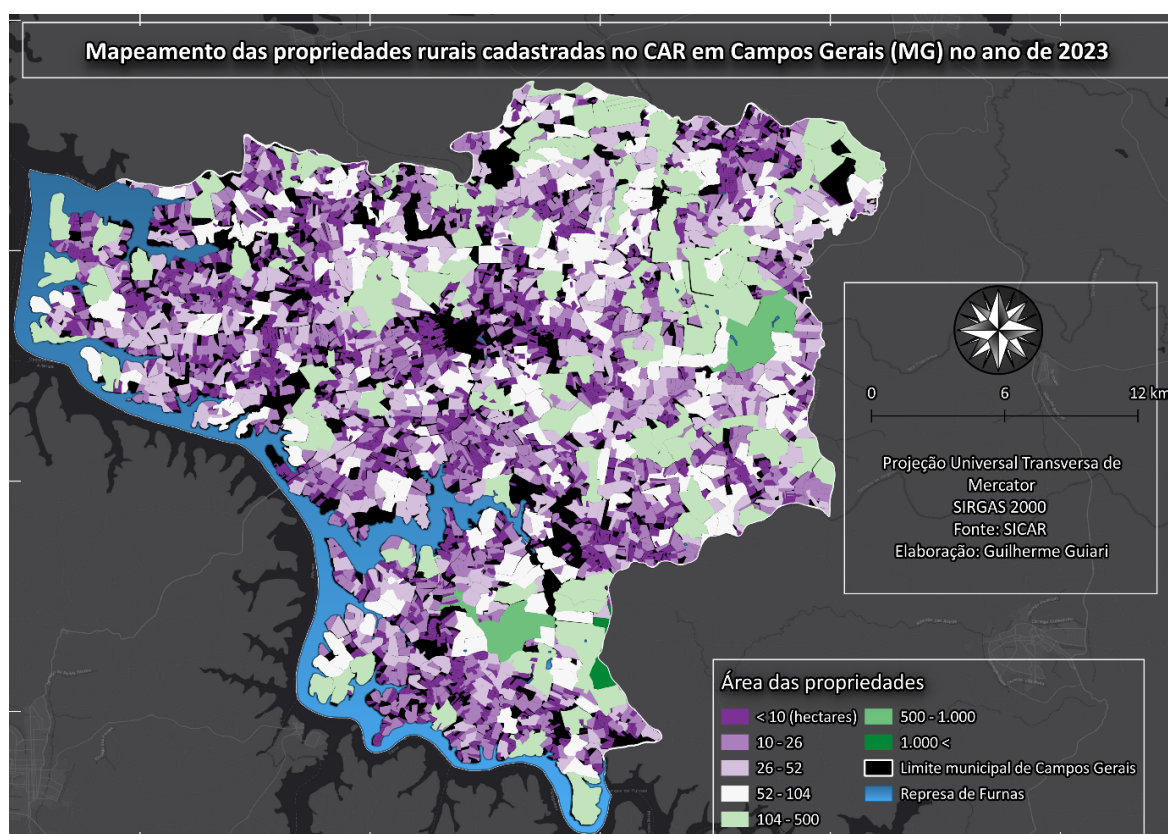


Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Enquanto a agricultura familiar representava 2.116 unidades (70%) possuía apenas 23.291 ha (38%) da área total dos estabelecimentos. Em contrapartida, a agricultura não familiar representava apenas 893 estabelecimentos, contando com 37.831 ha (62%) de toda a área. Para além da lógica concentração de terras que os dados oficiais apontam, essa desigualdade de acesso às propriedades rurais também influi de forma direta nos sistemas e na capacidade de produção dos agricultores, que por sua vez influenciará na capacidade desses de se reproduzir socioeconomicamente e consequentemente em sua capacidade de permanecer na terra.

Espacializar essa distribuição fundiária é também uma etapa geográfica importante para entendermos a territorialização dos agricultores no município. O espaço municipal é também um território agrário em disputa onde o capital detém os poderes de controle sobre os atores. Os dados geoespaciais do Cadastro Ambiental Rural possibilitam uma leitura geral de como as propriedades rurais cadastradas estão situadas e distribuídas pelo espaço municipal de Campos Gerais (mapa 4).

Mapa 4 - Delimitação das propriedades rurais no município de Campos Gerais (MG) no ano de 2023



Fonte: Cadastro Ambiental Rural (2024).

Para melhor visualização, foi feita a divisão das propriedades em sete categorias, baseadas no tamanho e no módulo fiscal do município. A primeira categoria corresponde a propriedades de até 10 hectares, consideradas aqui como pequenas unidades. A segunda diz respeito às propriedades rurais de 10 hectares até um módulo fiscal, correspondendo em Campos Gerais a 26 hectares. A terceira é relativa às propriedades de até dois módulos fiscais. A quarta, de até quatro módulos, sendo o limite normativo para a agricultura familiar. A quinta de propriedades que cheguem a até 500 hectares. A sexta de 500 a 1.000 hectares e por último as que ultrapassam os 1.000 hectares.

É possível observar que mesmo que haja uma distribuição espacial relativamente homogênea sobre o espaço, há, também, eixos onde há a maior ocorrência de grandes propriedades. Primeiramente, nos espaços próximos às margens da represa de Furnas é possível ver uma maior concentração de médias e pequenas propriedades. A proximidade dos corpos hídricos, que a nível teórico facilitariam a irrigação, não parece influir em uma maior distribuição de grandes propriedades. Por outro lado, no eixo leste e nordeste aparecem conglomerados de grandes propriedades rurais. Esse recorte espacial, como será apresentado posteriormente, corresponde a área de média altitude do município, indo de 900 a 1.050 metros de altitude. Por fim, o eixo sul/sudeste também conta com uma maior concentração de grandes propriedades rurais.

Não buscamos nos pautar em determinismos ambientais para explicar tais distribuições. Conquanto, é preciso salientar que tais localidades onde ocorrem a predominância de maiores propriedades também contam com melhores condições produtivas, principalmente para o café. Nos eixos leste e nordeste, muitas das maiores propriedades estão onde há maior altitude, fator que propicia melhores condições para o cultivo do café.

Segundo a “Consulta Pública de Imóveis” disponibilizada no sistema do Cadastro Ambiental Rural, apenas 4% das propriedades rurais são maiores do que 500 hectares e 1,3% possuem área superior a 1.000 hectares. Em contrapartida, 78,8% são estabelecimentos com área inferior a quatro módulos fiscais, correspondendo em Campos Gerais a 104 hectares, valor esse que normativamente é passível de considerar como propriedades de tamanho familiar (tabela 3).

Tabela 3 - Percentual do número de propriedades rurais a partir da área:

Tamanho das propriedades	Percentual
Abaixo de 104 hectares	78%
De 104 a 500 hectares	17%
De 500 a 1.000 hectares	4%
Acima de 1.000 hectares	1%

Fonte: SICAR (2024).

A normatização das unidades como familiares ou não, não se restringe ao tamanho das propriedades, englobando outras esferas sociais e econômicas como forma de trabalho familiar e tipo de renda das propriedades. Dessa forma, mesmo as propriedades com área inferior a quatro módulos fiscais podem ser não familiares dependendo da dinâmica socioeconômica da produção. Constatou-se, assim, que a estrutura fundiária do município de Campos Gerais é representada por grande número de propriedades familiares, porém bastante concentrada em relação à distribuição de terras, onde as poucas propriedades não familiares somam área significativamente maior do que as da agricultura familiar.

4.2.2 A geograficidade do café em Campos Gerais - aspectos fisiográficos e o espaço geográfico

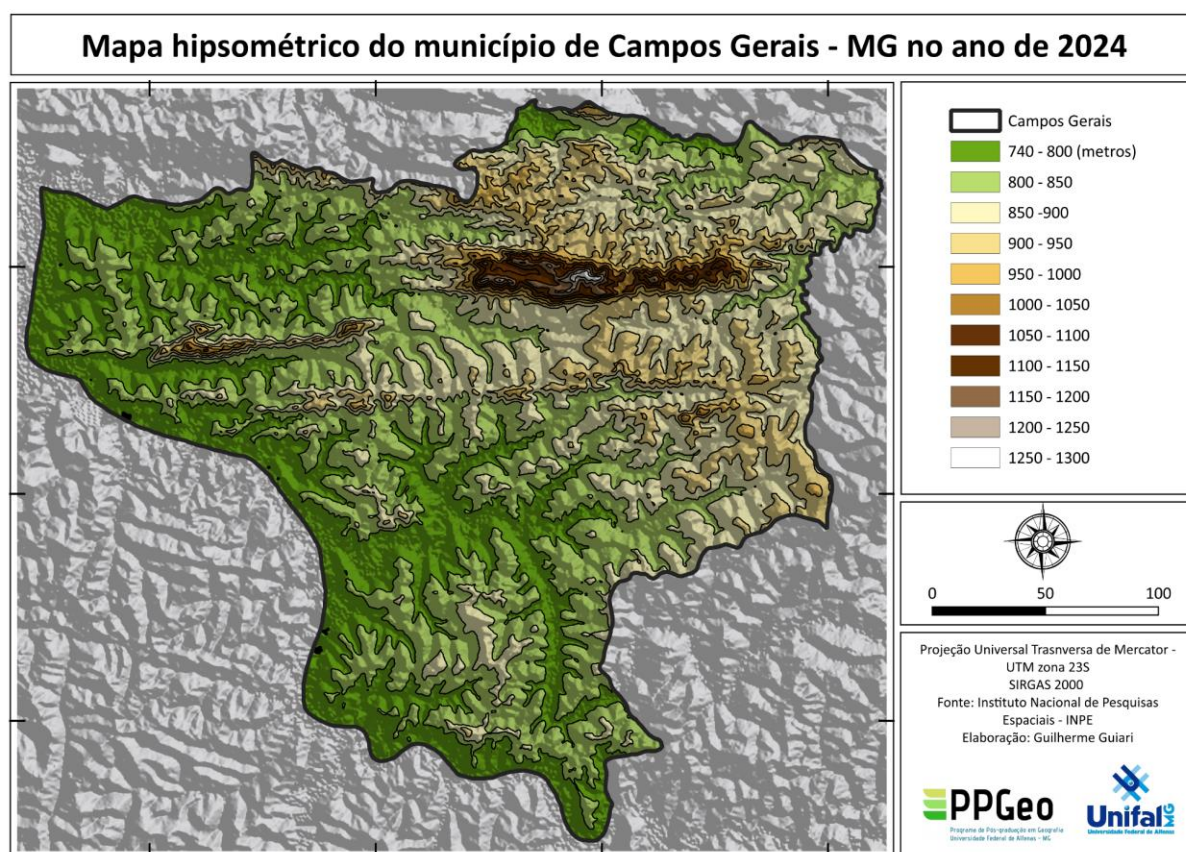
Assim como aludia Milton Santos (2008), o espaço geográfico é um complexo indissociável de sistemas de objetos e de ações. Enquanto tais objetos influenciam nas ações dos indivíduos sobre o espaço que os circunda – produzindo novos espaços – as ações deles próprios transformam e criam novos objetos dos quais resultará novas ações. São fenômenos humanos por si, complexos por eles, que dinamizam e dão sentido à vida social e econômica. Entretanto, muito esquecido pela geografia humana e pelo receio do discurso determinista ambiental, os aspectos físicos são, tanto quanto os criados pelos indivíduos utilizando-os, objetos que sintonizam ações humanas.

Setores produtivos como a agropecuária, tem por característica intrínseca a interrelação direta com o ambiente natural. Aspectos físicos do espaço geográfico

possibilitam o surgimento de pontos luminosos no espaço onde existem vantagens produtivas possibilitadas por recursos naturais endêmicos. Criações, cultivos ou processos são facilitados pela própria natureza, repercutindo no espaço econômico, político e cultural da população e dos lugares.

Segundo o Manual do café para implementação de cafezais, publicado pela EMATER-MG, o plantio da *commodity* é recomendado para áreas cujas altitudes vão de 600 a 1.200 metros de altitude (Mesquita, *et al.* 2016). Quando cultivado dentro de tais parâmetros hipsométricos ocorre influência na longevidade, na produtividade e na própria qualidade da bebida final. Campos Gerais está em uma área vantajosa para o plantio da rubiácea, como demonstra o mapa 5.

Mapa 5 - Mapa hipsométrico do município de Campos Gerais (MG), em 2024



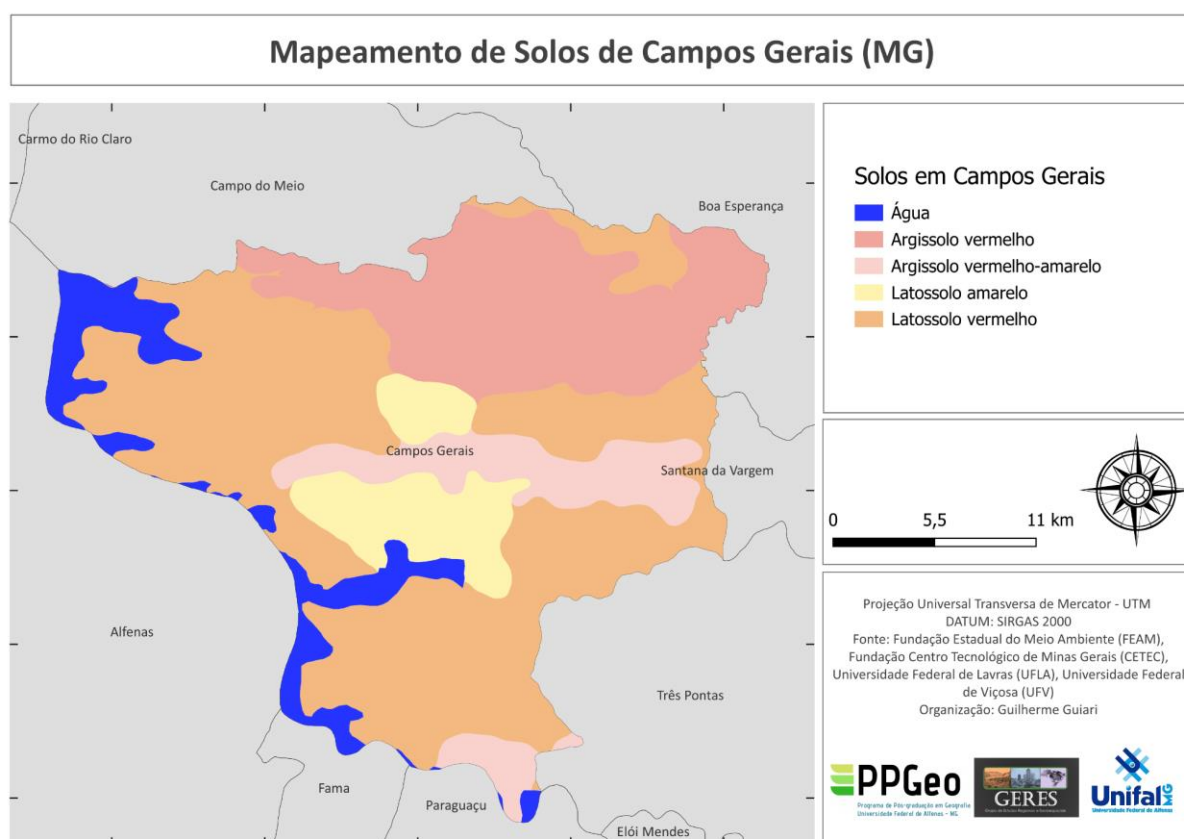
Fonte: INPE (2024).

Todo o município encontra-se dentro dos limites de altitude colocados para melhores condições de cultivo pela EMATER. As áreas mais baixas de Campos Gerais, majoritariamente a oeste dos limites do município, correspondem aos talwegues do leito da represa partindo de 740 metros de altitude. Mais ao centro, ao leste e alguns pontos ao sul, a altitude aumenta, chegando até a 1.250 metros. O

ponto mais alto do município é a Serra do Paraíso, localizada a nordeste da cidade, chegando a 1.300 metros. Mesmo não sendo o único motivo do aparecimento e do desenvolvimento do café no município, a altitude das propriedades rurais auxilia no pleno desenvolvimento dos cafeeiros e são elementos físicos propícios para o cultivo da *commodity*.

A distribuição de solos também é um fenômeno influenciador na produção cafeeira. Mesmo a fertilidade natural do solo atualmente ser um elemento facilmente alterável pelo agronegócio com a utilização de adubos e fertilizantes, assim como utilização de elementos químicos para sua correção, ela ainda é um fator determinante para a escolha dos lugares e pelos cultivos que nele serão plantados. Em Campos Gerais é possível identificar ao menos a distribuição de quatro tipos de solo (mapa 6).

Mapa 6 - Distribuição de tipos de solo pelo município de Campos Gerais (MG)



Fonte: FEAM; CETEC; UFLA; UFV (2010).

Apesar da comum necessidade na agropecuária de correção nos valores de acidez e de adubação fosfatada, os latossolos amarelos e vermelhos são bastante utilizados em culturas agrícolas. A profundidade dos latossolos contribui para o

melhor aproveitamento da terra, incluindo as plantações de café. Ademais, os argissolos são bastante férteis devido suas capacidades de retenção de água e de nutrientes (Portal Embrapa, 2024).

Tanto a geomorfologia local, como a distribuição pedológica do município, são fenômenos naturais que auxiliam na reprodução da produção agrícola e na produção de café. Dessa forma, aspectos físico-naturais e sociais-econômicos se mesclam em uma pirâmide dialética de relações. O espaço econômico mediado por características físicas é também um produto destas, assim como a paisagem fisiográfica é alterada em função das relações econômicas, em um sistema contínuo de (re)criação das relações sociais pelos territórios.

A especialização produtiva, a commoditização do território e as monoculturas não são fenômenos isolados por eles mesmos. Ao passo que suas consequências no espaço reverberam em outras formas de uso e de ocupação do solo, alterando toda uma dinâmica socioambiental e da biodiversidade local. Como elemento não isolado, a especialização produtiva pautada nos monocultivos afeta as esferas da biodiversidade, da flora e conseqüentemente da fauna. O uso e cobertura da terra são alterados em detrimento do progresso do capital agropecuário, reestruturando não só os territórios e suas relações intrínsecas, mas também a paisagem.

A análise de uso e cobertura da terra é importante por permitir a monitoração das mudanças na paisagem ao longo do tempo, sejam elas devido ao uso social e econômico da terra, ou das transformações das coberturas naturais. Tais modificações também reverberam nas relações sociais e na vida dos indivíduos, sendo cruciais para o pensar as políticas públicas para a população. Como salientam Rosa e Sano (2014), o uso da terra pode ser, de forma geral, entendido por como os indivíduos estão ocupando o espaço e conhecer a distribuição espacial dos diferentes usos e cobertura da terra é essencial para a utilização racional dele.

Para entender os padrões de uso e cobertura da terra pelos atores sociais responsáveis pela produção do espaço geográfico no município de Campos Gerais, foram utilizados dados advindos da coleção 7.1 do projeto MapBiomias. O cálculo da área dos polígonos referente às diferentes classes de uso e ocupação da terra possibilitaram uma leitura geral de como o espaço tem sido utilizado no município, assim como foi capaz analisar como as paisagens naturais têm alterado-se ao longo do tempo (tabela 4). Para facilitar a compreensão foi feita uma reclassificação abrangendo em grandes classes alguns tipos de uso da terra, sendo elas: Áreas de

vegetação natural (Formação florestal e savânica; Campo Alagado e Área pantanosa; Formação campestre); Curso D'água; Área Urbanizada; Silvicultura; Pastagem; e Lavouras temporárias e permanentes.

Tabela 4 - Análise do uso e cobertura da terra no município de Campos Gerais entre os anos de 1990 a 2020

Análise histórica do uso e cobertura da terra no município de Campos Gerais, entre 1990 e 2020 (em hectares)							
	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Áreas de vegetação natural	9.839	8.897	8.672	8.472	8.623	9.211	9.089
Curso D'água	6.676	6.503	5.237	6.495	6.406	5.030	5.276
Área Urbanizada	160	294	331	358	375	405	432
Silvicultura	3	2	14	19	85	340	408
Pastagem	43.499	46.873	38.055	35.223	28.857	22.996	17.510
Lavouras temporárias e permanentes	16.804	14.474	24.643	26.541	32.776	39.066	44.394

Fonte: Projeto MapBiomias (coleção 7.1).

A análise periodizada de cinco em cinco anos possibilita observar como o espaço foi sendo alterado em consonância com os processos de especialização produtiva em Campos Gerais. Tal período também abrange momentos importantes para os agricultores brasileiros, como o surgimento da agricultura familiar como categoria social normativamente reconhecida e o aparecimento das principais políticas públicas para tais atores.

Pode-se observar alguns padrões nas mudanças da paisagem no município. Algumas classes tiveram suas áreas diminuídas ao longo dos trinta anos analisados em função do aumento de outras. A vegetação natural perdeu 750 hectares desde

1990 até 2020. A disponibilidade de recursos hídricos também foi afetada, perdendo um total de 1.400 hectares de superfície inundada. As pastagens locais foram as que mais perderam em número total de área, totalizando 25.989 destinados a outros usos da terra. Esse fenômeno merece destaque, pois como será discutido posteriormente, a diminuição das pastagens deu espaço a cultivos agrícolas, porém, não necessariamente ao café, que se manteve ocupando espaço parecido ao longo dos anos. Isso demonstra o aparecimento de outras culturas de alto interesse mercadológico, como a soja e o milho. As classes que perderam espaço em Campos Gerais, tem a capacidade de afetar diretamente a biodiversidade endêmica, passível de graves problemas ambientais que afetam, tanto as plantas e animais da região, quanto podem inferir na qualidade de vida dos indivíduos que ali residem.

Por outro lado, algumas classes tiveram aumento significativo no espaço municipal. A silvicultura cresceu 405 hectares no período analisado, seguido por um aumento de 27.590 hectares das lavouras temporárias e permanentes, abrangendo aí, todos os cultivos agrícolas de Campos Gerais. Alinhado ao aumento da produção agrícola, a cidade também cresceu em espaço, passando de 160 hectares ocupados em 1990 para 432 hectares em 2020. Interessante perceber que em valores percentuais, o aumento da atividade agrícola é consonante com o aumento da área da cidade. Enquanto o espaço para os cultivos agrícolas cresceu uma taxa de 164,18%, a cidade aumentou proporcionalmente em 171,6%.

Em síntese, nos 30 anos analisados podemos afirmar que houve uma mudança no perfil no uso da terra em Campos Gerais, da predominância em 1990 na área da pastagem com 56,5% da área total, destinada a uma pecuária extensiva, em 2020 a área de lavouras ocupa esse papel com 57,5% da área total, sendo a cafeicultura a principal atividade nesse espaço.

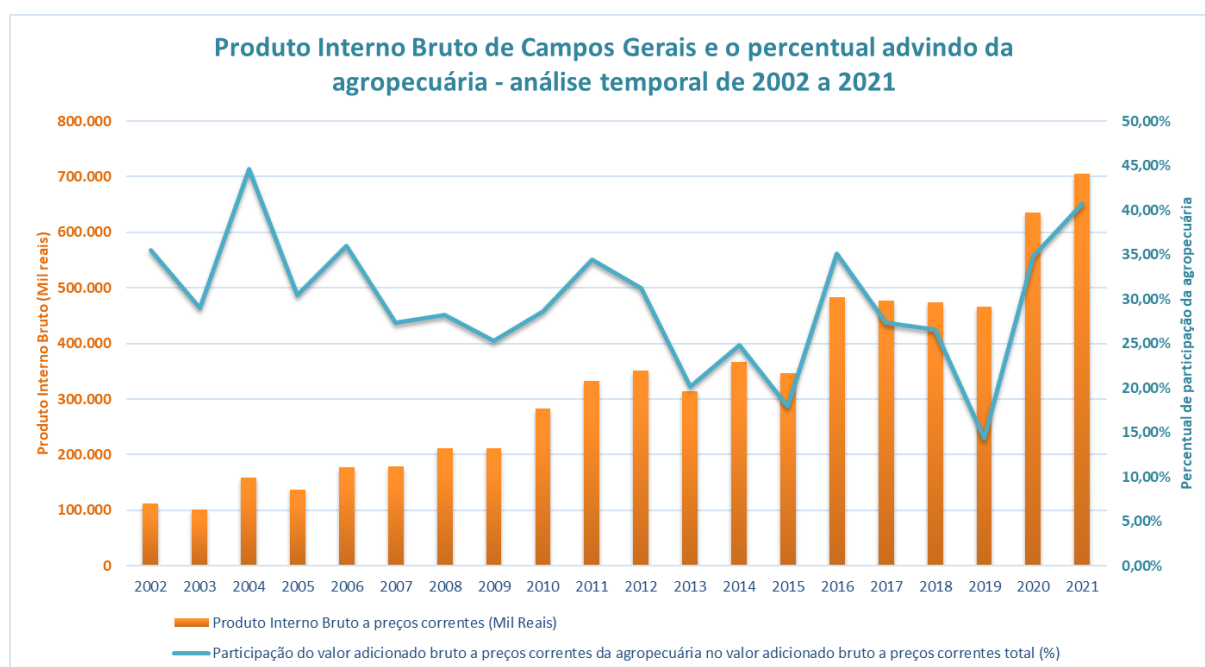
Esse fato, articulado com a mudança demográfica de Campos Gerais – população urbana e rural – corrobora com a hipótese de Elias (2022), que a especialização dos lugares, o envolvimento do capital do agronegócio e a produção de commodities agrícolas causa uma reestruturação urbana com o aumento de comércios e serviços, muitas vezes vinculados aos interesses de atender os consumos produtivos do setor, mas que consequentemente tem a capacidade de complexificar a dinâmica das cidades e atrair população para suprir as necessidades do agronegócio.

Entender como esse espaço é utilizado pelos atores hegemônicos e contra-hegemônicos é uma outra etapa importante da reflexão. Quais culturas são predominantes no espaço agrícola do município? Quanto do espaço é alterado pelo setor agropecuário? Qual a espacialidade e importância do café? São perguntas que pretendemos responder nos tópicos a seguir.

4.2.3 Aspectos socioeconômicos

O principal setor econômico de Campos Gerais é a agropecuária, principalmente se tratando da produção de café. Não raro, os serviços e as indústrias presentes no município estão ligados a esse setor e voltados para os atendimentos da demanda do agronegócio local, seja para produção, distribuição ou comercialização dos produtos advindos da agricultura e da pecuária. Desde a virada do século, o Produto Interno Bruto do município de Campos Gerais é majoritariamente agropecuário (gráfico 6).

Gráfico 8 - Produto Interno Bruto de Campos Gerais e o percentual advindo da agropecuária - análise temporal de 2002 a 2021



Fonte: Censo agropecuário (IBGE, 2017).

Em um período de dezenove anos, o PIB de Campos Gerais subiu de 112.578 (mil reais) para 704.550 (mil reais). Principalmente no início da década de 2000 o percentual de participação da agropecuária nos valores totais do PIB

representava a maior fatia monetária de renda para o município, em 2004 representando quase 45% de todo valor agregado. Com o aumento do PIB municipal, o setor agropecuário decresceu em percentuais gerais chegando a 2019 a representar apenas 14,34% do valor. Entretanto, em valores absolutos a agropecuária rendeu ao PIB municipal no ano de 2004, 71.690 (mil reais), enquanto em 2019 – ano de menor participação percentual da agropecuária – o valor foi de 69.926 (mil reais). Em 2020, a porcentagem participativa do setor voltou a crescer representada por 35%, com um valor absoluto de 222.199 (mil reais). Valor este muito acima se comparado àqueles do início da década.

A alta especialização agropecuária do município fica ainda mais clara ao analisarmos a distribuição dos valores adicionados aos setores da economia no ano de 2021. O setor primário ainda é o que mais gera valores totais ao PIB de Campos Gerais, seguido pelo setor terciário e com pouca participação do setor secundário (tabela 5).

Tabela 5 - Valores adicionados, por setores, ao PIB municipal de Campos Gerais (MG) no ano de 2021

	Valor Adc. agropecuária	Valor Adc. indústria	Valor Adc. administração pública	Valor Adc. serviços
Valores absolutos	R\$ 272.058,25	R\$ 32.999,57	R\$ 130.328,28	R\$ 232.245,72
Percentual	40,75%	4,94%	19,52%	34,79%

Fonte: Fundação João Pinheiro (2021).

Esses valores demonstram o baixo dinamismo industrial do município de Campos Gerais. A principal fonte de renda do município advém do setor agropecuário, com mais de 40% de todo o valor monetário produzido. O valor da indústria não chega a 5%, enquanto os serviços pouco passam de 34%. A baixa taxa de valor advinda dos serviços demonstra a baixa centralidade do município entre a rede urbana regional e reforça o papel centralizador da cidade média de Alfenas, como centro de busca de serviços essenciais, assistenciais e de lazer para as cidades pequenas ao seu redor. Por outro lado, a grande especialização agrícola

e pecuária também influencia na baixa diversificação econômica de Campos Gerais. Fenômeno preocupante que acaba fragilizando o espaço frente às demandas do agronegócio, que como já aludia Castillo (2016), torna os espaços subordinados ao controle econômico de atores alhures ao território.

Dessa forma, torna-se importante entender os padrões produtivos do município, os produtos e animais que integram esse setor econômico de Campos Gerais. O espaço é produzido através de uma relação dialética entre ações e objetos. São os objetos no espaço que possibilitam as ações humanas para sua (re)produção, ao passo de que as próprias ações dos indivíduos enquanto socialmente conjugados, propiciam o aparecimento de novos objetos no espaço, que vão em um ciclo contínuo possibilitar novas ações. Dessa forma, far-se-á na próxima seção uma análise da produção agrícola e pecuária de Campos Gerais, visando aumentar o arcabouço de dados para o entendimento da realidade atual do município, além de demonstrar a importância e o peso da produção cafeeira. Esse momento se pautou em uma análise histórica dos dados disponíveis no IBGE, tanto do Censo Agropecuário, Pesquisa da Pecuária Municipal quanto da Produção Agrícola Municipal.

4.2.4 Produção agrícola e pecuária

Muitas vezes em análises geográficas os aspectos econômicos são valorados demasiadamente, subentendendo as consequências espaciais dos objetos propostos nos estudos. Entender os parâmetros econômicos das relações socialmente construídas é um processo importante das análises geográficas, mas o ideário a priori é entender como o espaço é produzido por tais relações. Dessa forma, intentou-se valorizar nessa etapa aspectos espaciais relacionados às variáveis propostas. Sempre que possível, foram utilizadas variáveis como área plantada ou número de cabeças de animais, assim possibilitando a caracterização do espaço produzido no município pelo agronegócio e pela agricultura familiar e não apenas os valores monetários advindos da produção.

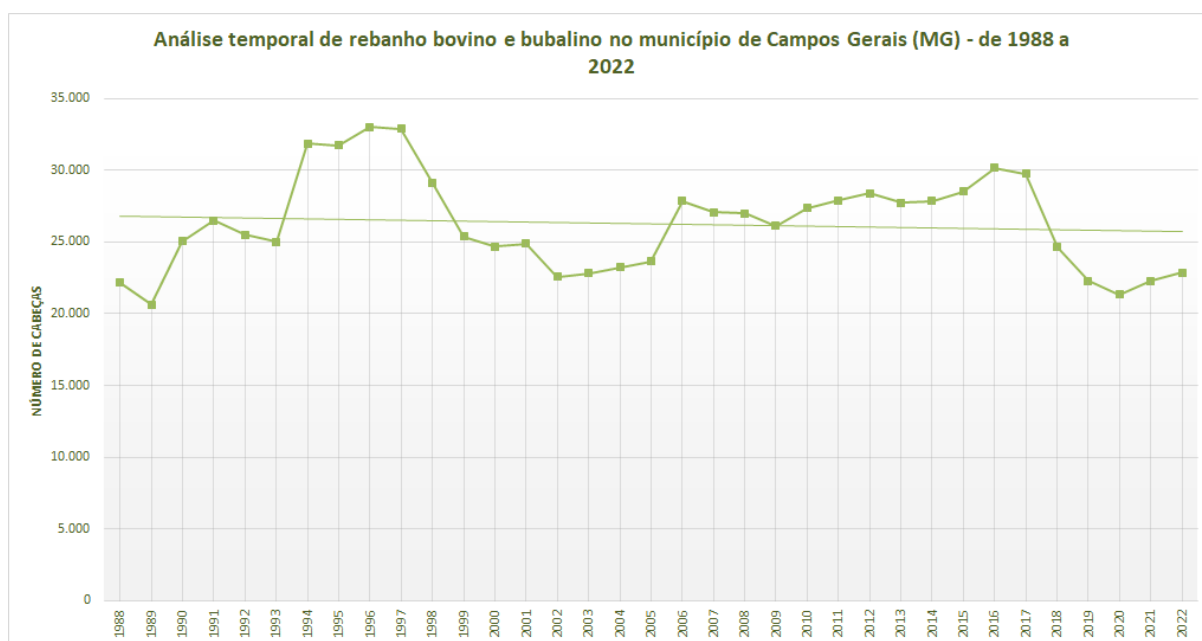
Outro ponto a qual vale a menção é que os resultados aqui apresentados se baseiam nas pesquisas realizadas pelo IBGE, seja pelo Censo Agropecuário, Pesquisa da Pecuária Municipal ou pela Produção Agrícola Municipal. Devido isso, os anos iniciais dos dados apresentados podem se diferenciar de uma variável a

outra, pois variam, da mesma forma, nas pesquisas originais. Ademais, alguns produtos agrícolas ou criação de animais podem não aparecer nesta análise por contarem com números muito inferiores às outras culturas. Valorizou-se, assim, os plantios e rebanhos que têm papel significativo nas dinâmicas socioeconômicas de Campos Gerais.

4.2.4.1 Pecuária: criações

As principais produções pecuárias de Campos Gerais estão em torno da criação de bovinos e bubalinos (gráfico 7), suínos, equinos, galináceos e abelhas. Ademais, mesmo com menor valor quantitativo e menos expressão sobre o espaço, a aquicultura também é uma importante fonte de renda para os agricultores locais e uma forma de abastecimento alimentar da população do município e dos espaços limítrofes a ele.

Gráfico 9 - Análise temporal de rebanho bovino e bubalino no município de Campos Gerais (MG) - de 1988 a 2022



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2022).

Dentre as criações que mais se destacam no município, os bovinos representam a segunda maior parcela dos animais presentes no espaço rural de Campos Gerais. A criação de bois, vacas e búfalos seguiu um padrão de crescimento no fim do decênio de 1980 até meados da década de 1990. Em 1988,

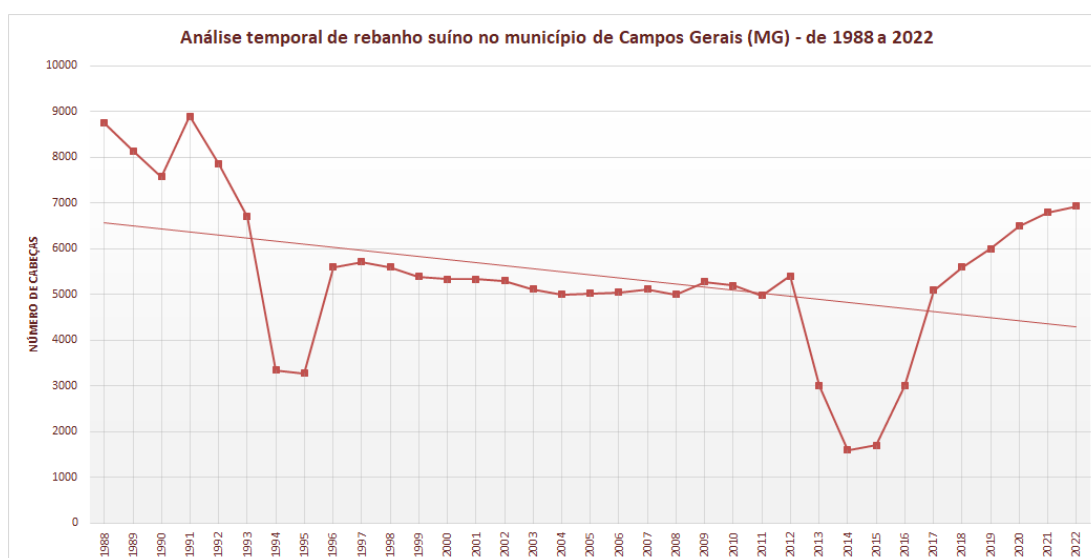
segundo os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE, em Campos Gerais havia 22.173 cabeças de bovinos e bubalinos, voltados tanto para o corte – obtenção de carne animal – quanto para a produção de leite. Esse número apresentou um aumento contínuo até o ano de 1996, alcançando 33.000 cabeças com um aumento percentual de 48,8%.

Após o ano de 1996, a criação bovina e bubalina apresentou uma queda na quantidade de cabeças até ao menos o ano de 2002, passando para 22.580, voltando a crescer até o ano de 2006, chegando a 27.878 cabeças. A partir de 2006 a produção bovina e bubalina volta a ter uma queda em números totais, oscilando a partir deste ano até os anos de 2016 e 2017 – 30.186 e 29.778 cabeças respectivamente – onde volta a cair chegando a 2022 com o número de 22.852 cabeças.

Esta queda no número do rebanho pode ser associada a redução de áreas de pastagens, conforme visto anteriormente, os preços pouco atrativos do leite e da cadeia leiteira podem ser alguns dos fatores de tal redução.

A criação de rebanhos suínos apresenta quantidades menores de cabeças e quedas ainda mais acentuadas nas últimas três décadas. Em movimento contrário à criação bovina, a quantidade de cabeças de suínos no município apresentava uma queda desde o início da década de 1990, passando de 7.580 cabeças nesse mesmo ano para apenas 3.280 em 1995. (gráfico 8).

Gráfico 10 - Análise temporal de rebanho suíno no município de Campos Gerais (MG) - de 1988 a 2022

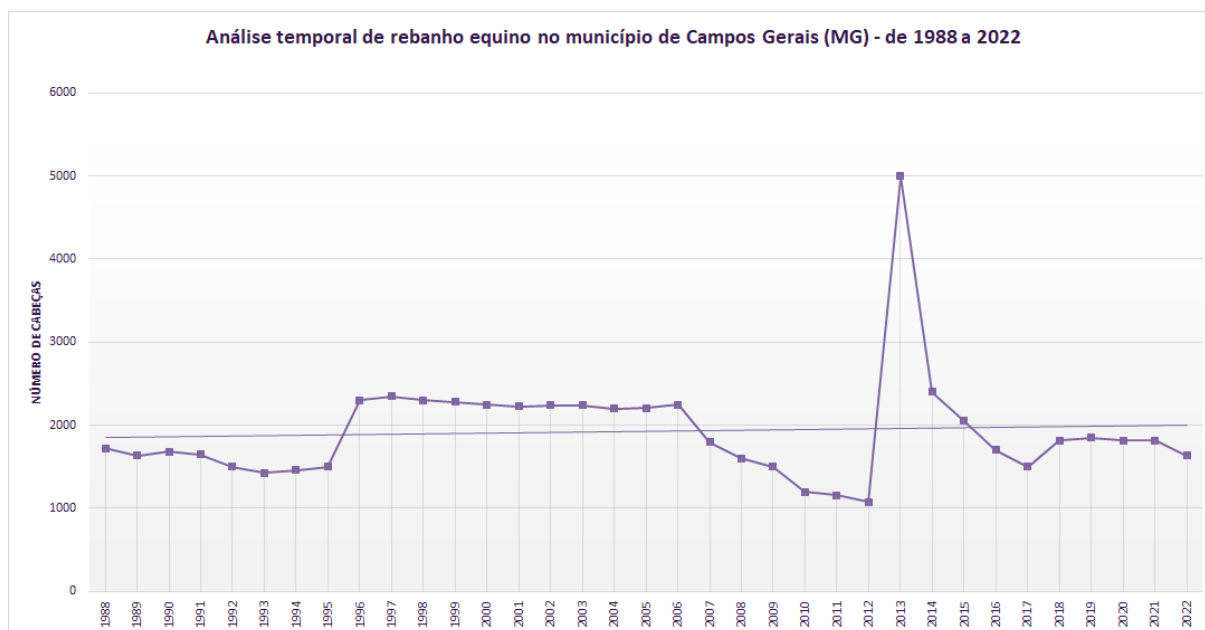


Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2022).

O percentual de queda em cinco anos entre o início da década de 1990 até o ano de 1995 foi de 56,7%. Da mesma forma que o padrão produtivo dos bovinos, a intenção de produção de suínos sofreu mudanças acentuadas a partir do ano de 1996, conquanto de forma contrária. Apenas no período de 1995 para 1996 a produção subiu 70,7%, passando para 5.600 cabeças. A partir desse ano os valores sofrem poucas alterações até o ano de 2012 quando cai bruscamente para 3.000 cabeças em 2013 e 1.600 em 2014, voltando a aumentar em números absolutos a partir de 2015 até chegar no ano de 2022, quando foram criadas 6.930 cabeças de suínos. A valorização da agricultura familiar pode ter repercutido nesse paradigma produtivo. A produção para a alimentação doméstica, para o autoconsumo e para o abastecimento de mercados locais pode ser um fator que influenciou nessa dinâmica produtiva do município, principalmente em meados da década de 1990 e ao longo do século XX. Entretanto, não se pretende aqui apontar nenhuma afirmação, mas levantar hipóteses. Tal momento histórico foi marcado não apenas pelo início da normatização do que viria a ser a agricultura familiar, mas também por mudanças econômicas nacionais – como, por exemplo, o plano real – que podem ter influenciado nos paradigmas produtivos dos lugares e dos atores.

Os rebanhos equinos representam uma parcela inferior das criações de animais em Campos Gerais, mas mesmo assim merecem menção como parte do espaço e da renda de diversos agricultores. O mesmo padrão de súbita mudança na estrutura da pecuária municipal parece permanecer na criação equina (gráfico 11).

Gráfico 11 - Análise temporal de rebanho equino no município de Campos gerais (MG) - de 1988 a 2022



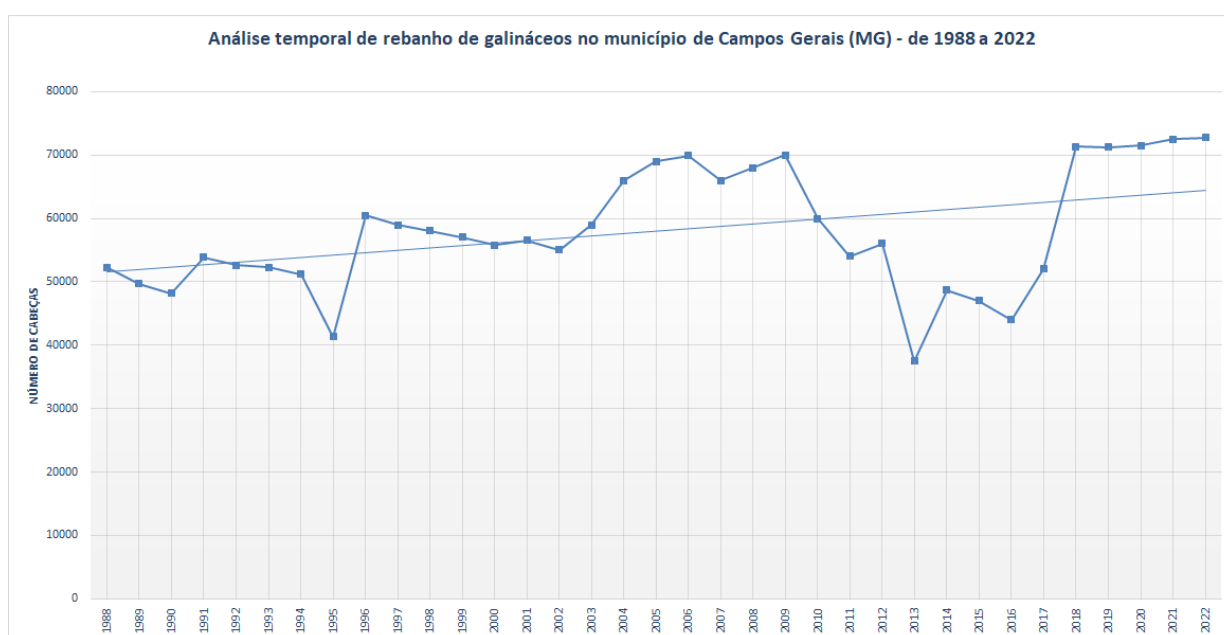
Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2022).

Do início da década de 1990 até o ano de 1995, repete-se o paradigma de diminuição quantitativa das criações de animais. Existiam no ano de 1990, 1.680 cabeças presentes no espaço rural de Campos Gerais, número que continuamente diminui até o ano de 1995, passando a 1.500 cabeças, com uma diminuição percentual de 10,7%. Entretanto, a partir de 1996 esse número salta, mesmo que em menor significância do que nos casos anteriores, alcançando 2.300 cabeças de criação equina. Esse número sofreu poucas alterações até o ano de 2006 – ano de criação da Lei da Agricultura Familiar – onde voltou a cair continuamente até o ano de 2012, chegando a 1.080 cabeças. Número menor do que no início da década de 1990. Esse número salta extraordinariamente em 2013, subindo para 5.000 cabeças, representado por um aumento percentual de 363%. Mesmo não sendo objetivo deste trabalho problematizar tal questão, esse aumento repentino e singular do interesse da criação de cavalos e éguas deve ser melhor investigado por mudar drasticamente o número de um ano para outro. De forma tão súbita quanto seu aumento, no ano de 2014 há uma diminuição da criação em 52% do valor anterior, caindo para 2.400 o número total de cabeças equinas no município. Após esse ano os valores sofrem poucas alterações até chegar no ano de 2022 com 1.638 cabeças.

A maior criação em números totais de cabeças de animais no município de Campos Gerais advém da criação de galináceos. Por serem animais de menor

porte, tendem a compor uma maior quantidade de cabeças em uma menor área de produção. Dessa forma, também são importantes animais tanto na questão produtiva, alimentar e econômica para os agricultores, entre eles os familiares, quanto para o abastecimento de alimentos do município através de ovos e de carne (gráfico 12).

Gráfico 12 - Análise temporal de rebanho de galináceos no município de Campos Gerais (MG) - de 1988 a 2022



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2022).

Aqui, observa-se o mesmo padrão de mudanças produtivas no ano de 1995. Até o ano de 1995 a criação de galináceos apresentava uma queda contínua desde o início do decênio. Com 53.900 cabeças no ano de 1991 esse número diminuiu para 41.334 em 1995, representando uma queda de 23,3% dos números totais. A partir daí, com poucas oscilações quantitativas percebe-se anos de diminuição até o início do século e uma linha de tendência positiva a partir de 2002. Em 2006 criou-se 69.900 galináceos em Campos Gerais. Esse número começou a cair a partir de 2009, chegando em 2013 com apenas 37.500 cabeças e voltando a subir, em meio a oscilações até o ano de 2022, com 72.700 galináceos no espaço rural do município, ano que representa o maior em números absolutos de criação.

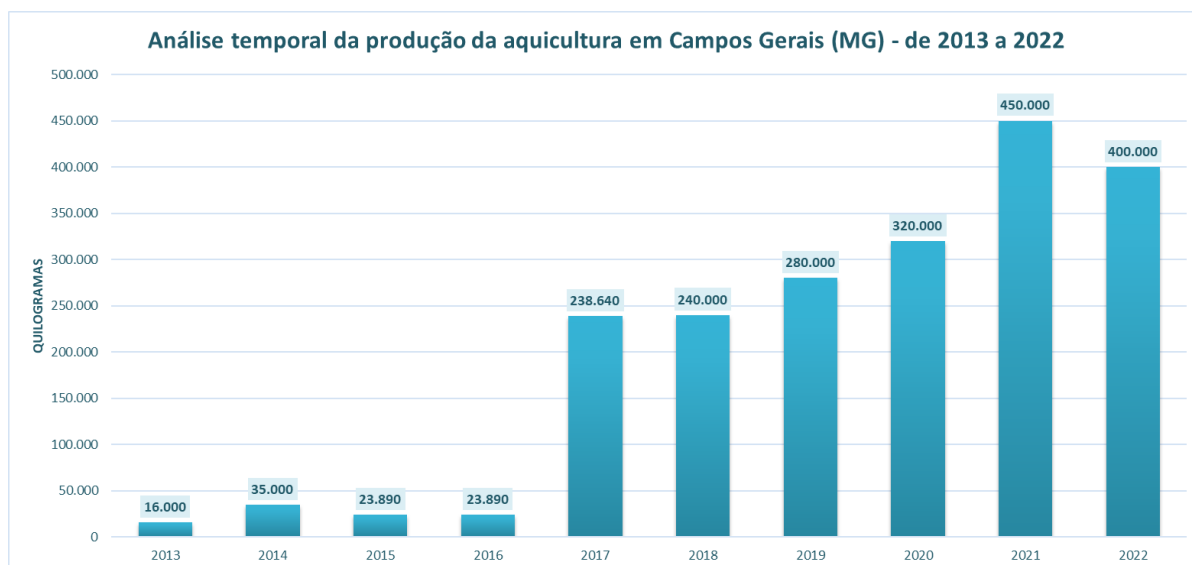
O ano de 1995 parece ter sido um marco de mudanças paradigmáticas e produtivas em Campos Gerais, mudando significativamente a quantidade de animais presentes no município e representando novas intenções produtivas dos agricultores. Mais do que uma conclusão, deve-se pensar em problemáticas e novas

perguntas que sejam capazes de responder satisfatoriamente o porquê dessas mudanças agropecuárias. Entretanto, levanta-se a hipótese de que aliado ao contexto histórico, político e econômico que assolou a década de 1990, o início da valorização da agricultura familiar, principalmente através da criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, influenciou não só nas possibilidades dos agricultores, mas também nas dinâmicas produtivas dos lugares e em como o espaço foi produzido, agora com maior participação de uma categoria social antes alijada das políticas públicas. Caso essa hipótese se torne fatídica, reforça-se ainda como o papel do Estado é essencial para o desenvolvimento dos lugares e para o controle dos territórios e substancial para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas.

A aquicultura aparece com mais expressividade apenas nesta última década. A inundação da grande área hoje conhecida como represa de Furnas, como já mencionado nessa pesquisa, alagou grandes áreas agrícolas causando diversos transtornos sociais e econômicos para a região (Costa, 2023). A nível teórico, às margens da represa seriam possíveis novas ordens econômicas voltadas ao turismo e também a pesca, gerando novas e outros tipos de renda e aproveitamento do espaço. Porém, as variações do nível da represa, principalmente da década passada e anteriormente disso, inviabilizaram a obtenção de renda pelas águas, fragilizando pessoas e lugares.

Em meados da década de 2000 houve uma baixa no nível da represa que dificultou tais setores da economia, fato esse que corrobora para os poucos dados da produção da aquicultura em alguns municípios que são abrangidos pela represa de Furnas, dentre estes o de Campos Gerais. Entretanto, nos últimos anos houve um aumento do nível das águas revalorizando a pesca como fonte de obtenção de renda dos agricultores (gráfico 13).

Gráfico 13 - Análise temporal da produção da aquicultura em Campos Gerais (MG) - de 2013 a 2022



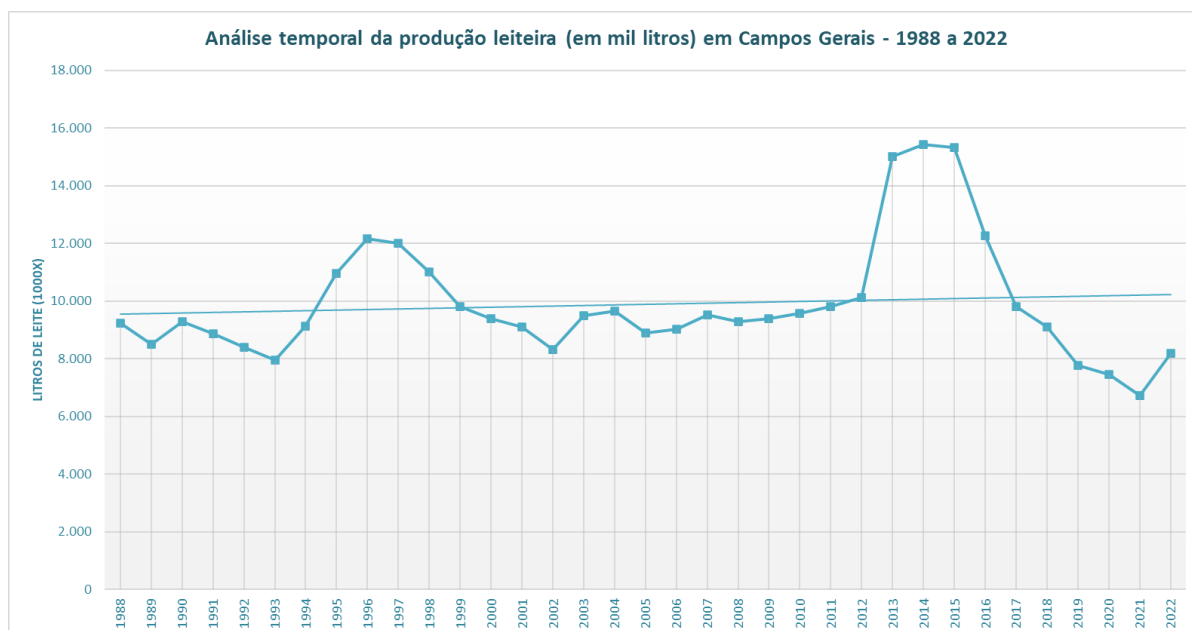
Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2022).

Os dados aqui apresentados não se referem ao número de peixes obtidos, mas está representado em quilos dos pescados. A única espécie de peixe que aparece nos dados oficiais do IBGE sobre Campos Gerais é a tilápia, bastante comum na região e que faz parte da mesa de muitas famílias. Até o ano de 2016 a produção era bastante tímida, alcançando apenas 23.890 quilos anuais. A partir de 2017 a produção cresceu significativamente, provavelmente relacionado ao aumento dos níveis da represa, alcançando 238.640 quilos. Ademais, nos anos subsequentes a pesca parece ter se tornado cada vez mais importante como fonte de renda, alcançando 450.000 quilos em 2021 e 400.000 quilos em 2022.

4.2.4.2 Produtos de origem animal

Analisando os dados anteriores, os maiores rebanhos em Campos Gerais são os bovinos e bubalinos e os galináceos. Além de servirem como fonte de alimentação, por si só, através do consumo de carne eles também são importantes para a provisão de leite e ovos, alimentos e base para diversos outros alimentos que compõem as mesas da população. A produção de leite em Campos Gerais, parece reproduzir o padrão de aumento e diminuição do número de cabeças de bovinos e bubalinos no município (gráfico 14).

Gráfico 14 - Análise temporal da produção leiteira (em mil litros) em Campos Gerais - 1988 a 2022

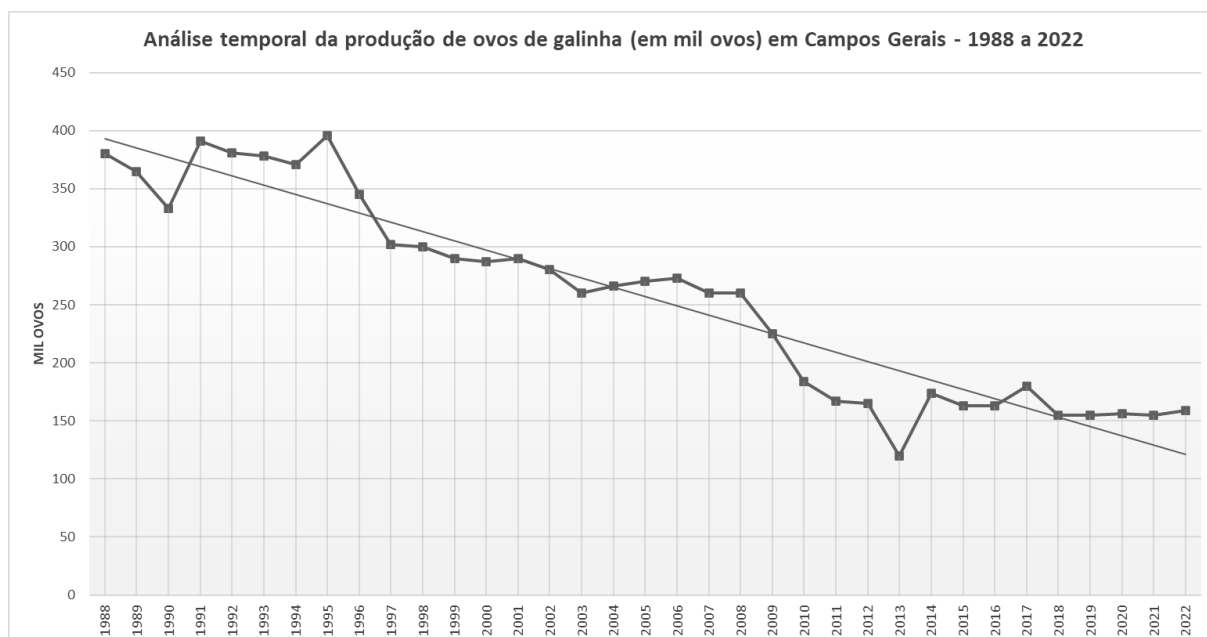


Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2022).

Principalmente no período de 1994 a 1996 observa-se um aumento da produção de leite seguido por uma queda constante ao menos até o ano de 2002. De 1994 a 1996 a produção de leite passou de 9.125 (mil litros) para 12.170 (mil litros) – aumento de 33,3%. Em 2002 esse número decresce para 8.320 (mil litros) e mantém pequenas oscilações até 2012. A partir de 2013 esse número salta para 15.000 (mil litros), 15.420 (mil litros) em 2014 e 15.327 (mil litros) em 2015, maior quantidade produzida na série analisada. Voltou a diminuir em 2016 e alcançou o menor valor da série histórica em 2022, com apenas 8.190 (mil litros) ordenhados.

No que se refere a produção de ovos de galinha, o gráfico do número total de galináceos se difere de maneira considerável (gráfico 15).

Gráfico 15 - Análise temporal da produção de ovos de galinha (em mil ovos) em Campos Gerais - 1988 a 2022

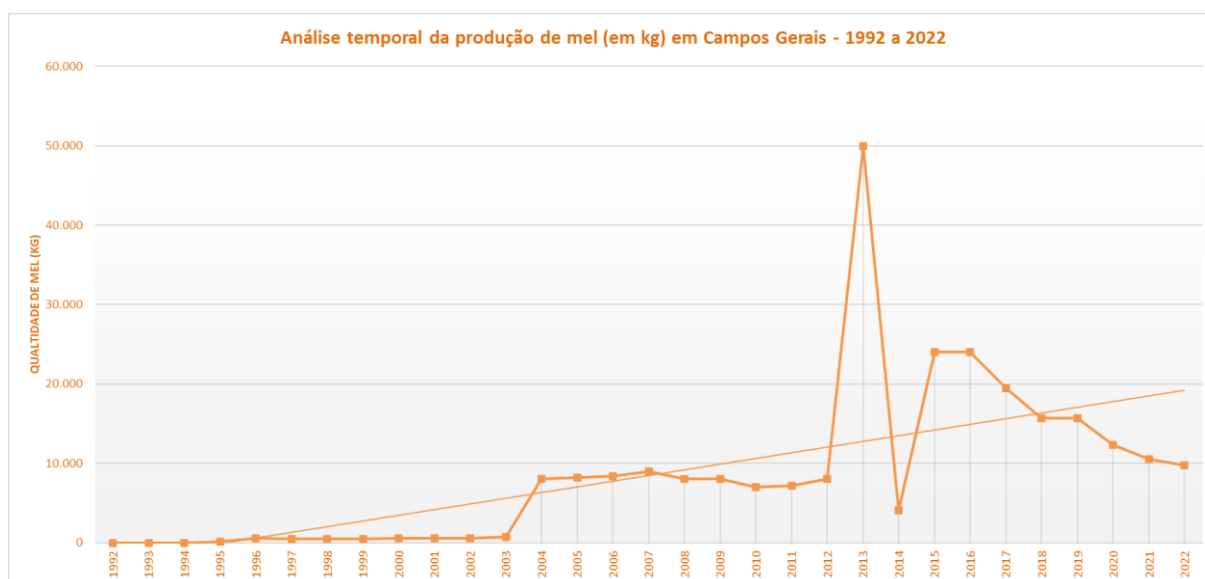


Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2022).

É preciso aprofundar a análise para que se entenda os motivos da produção de ovos manter uma linha de tendência bastante negativa no período analisado, se comparado ao aumento dos galináceos no município. Não sendo o escopo deste trabalho, podemos ao menos levantar hipóteses para futuras pesquisas. A diminuição de ovos em contrapartida ao aumento do número de animais pode representar que o interesse na produção não esteja nos primeiros, mas sim nos próprios galináceos, seja o interesse voltado para a alimentação a partir do consumo da carne de frango, seja para o provisionamento de alguma indústria de processamento de carnes de frango. Caso seja a segunda opção, pode estar ocorrendo uma monopolização do território agrícola e dos agricultores por alguma empresa nacional ou multinacional, comandando os ditames produtivos. De qualquer forma, é preciso aprofundar a análise para entender o porquê da divergência discrepante de dados.

Por fim, mas não menos importante para entendermos as dinâmicas produtivas do município e como o espaço agrário está sendo produzido e organizado para o encaminhamento funcional de Campos Gerais há também a produção de mel de abelha, que ganha importância, principalmente, após a virada do século XX para o XXI (gráfico 16).

Gráfico 16 - Análise temporal da produção de mel (em kg) em Campos Gerais - 1992 a 2022



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2022).

A partir de 2004 a produção de mel passa a compor a dinâmica produtiva de Campos Gerais com mais afinco. A produção, que era particularmente irrisória até então, passa a gerar 8.000 quilogramas de mel no referido ano, mantendo pequenas oscilações até o ano de 2012 quando ocorre um aumento brusco da produção de mel, chegando a produzir no ano de 2013, 50.000 quilogramas, quantidade extravagante se comparada aos outros anos. No ano subsequente, a produção diminuiu para 4.079 quilogramas, aumentando novamente em 2015 para 24.000 quilogramas e voltando a cair em 2017 até chegar no ano de 2022 produzindo 9.800 quilogramas de mel.

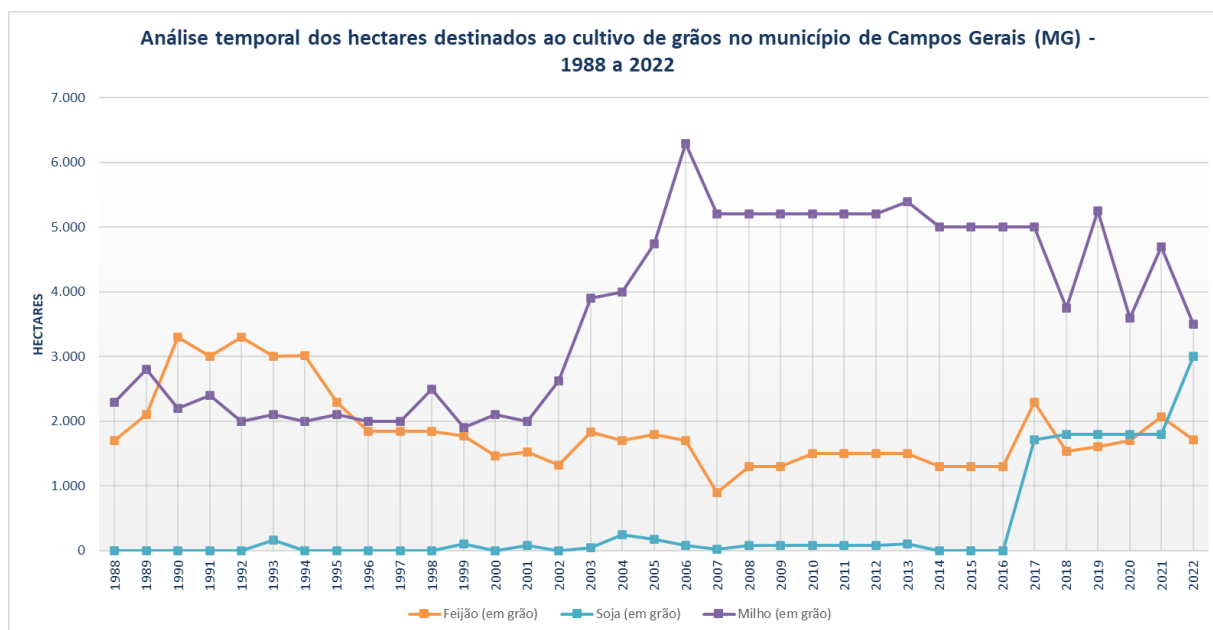
A análise da dinâmica pecuária de Campos Gerais nos ajuda a entender alguns pontos importantes sobre o município e mesmo sobre a produção e especialização do café. Há, por volta do ano de 1995 uma mudança nos paradigmas produtivos que alteraram os interesses dos produtos e animais geradores de renda para o município e seus agricultores. Esse momento histórico foi marcado, entre outras questões, pela consolidação do Mercosul em 1991, a criação do Plano Real pelo governo Itamar Franco, em 1994 e pelo início da valorização da agricultura familiar enquanto atores produtivos no campo com a criação do PRONAF, política que abrangeu várias outras categorias sociais antes distinguidas entre si, possibilitando uma melhor participação produtiva de seus membros.

Outra questão importante é sobre a especialização da produção de café no município. Mesmo Campos Gerais sendo um dos maiores produtores de café de Minas Gerais, a especialização não implica exclusividade produtiva. Outras produções e intentos agrícolas e pecuários fazem parte da realidade de diversos agricultores e trabalhadores rurais, seja como atividades principais ou como complementação de renda, e são, em sua medida, importantes para o desenvolvimento local. Como reforça Castillo (2016), quanto maior a especialização produtiva dos lugares, mais submissos eles se tornam frente às demandas do mercado externo e dos lugares centrais que controlam o agronegócio. A policultura e pluriatividade produtiva, dessa forma, é um paliativo a possíveis crises em um determinado setor da produção. É necessário pensar no espaço enquanto dinâmico e contíguo e o papel das políticas públicas, entender esse quadro.

4.2.5 Produção agrícola

Entre 1988 e 2022, Campos Gerais observou grandes mudanças produtivas na agricultura do município. Em geral houve um aumento da produção de grãos em detrimento da diminuição do cultivo de frutas, cereais e leguminosas. O café será analisado posteriormente em um subcapítulo à parte, reservado não apenas para discutir os dados quantitativos da produção, mas também outros elementos como sua distribuição espacial pelo município e a participação das agroindústrias voltadas para seu atendimento. O gráfico 17 representa a evolução e involução quantitativa do plantio de grãos em Campos Gerais.

Gráfico 17 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de grãos no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2022).

A única cultura agrícola que apresentou decréscimo em termos de área foi o feijão. Cultura que vinha ocupando cada vez mais espaço até a década de 1990 começa, a partir desse ano, a diminuir em área destinada ao plantio. Em 1990 o feijão ocupava 3.306 hectares em Campos Gerais. Do ano de 1991 até o ano de 2007, os hectares destinados ao feijão diminuem de forma contínua, alcançando no referido ano o valor de 900 hectares, representando uma diminuição de 72,7% de área. A partir de 2007, com pequenas oscilações e crescimento tímido, o feijão chega no ano de 2022 ocupando 1.720 ha, representando praticamente metade do valor apresentado em 1990. Mesmo com essa diminuição, o feijão ainda é um dos poucos alimentos que mantiveram uma área maior do que 1.000 ha em Campos Gerais. Além do interesse mercadológico do grão, a possibilidade de plantar o feijão entre outras culturas pode auxiliar na sua permanência como cultura plantada, o que auxilia na produção de alimentos para os agricultores e para a população das cidades na região.

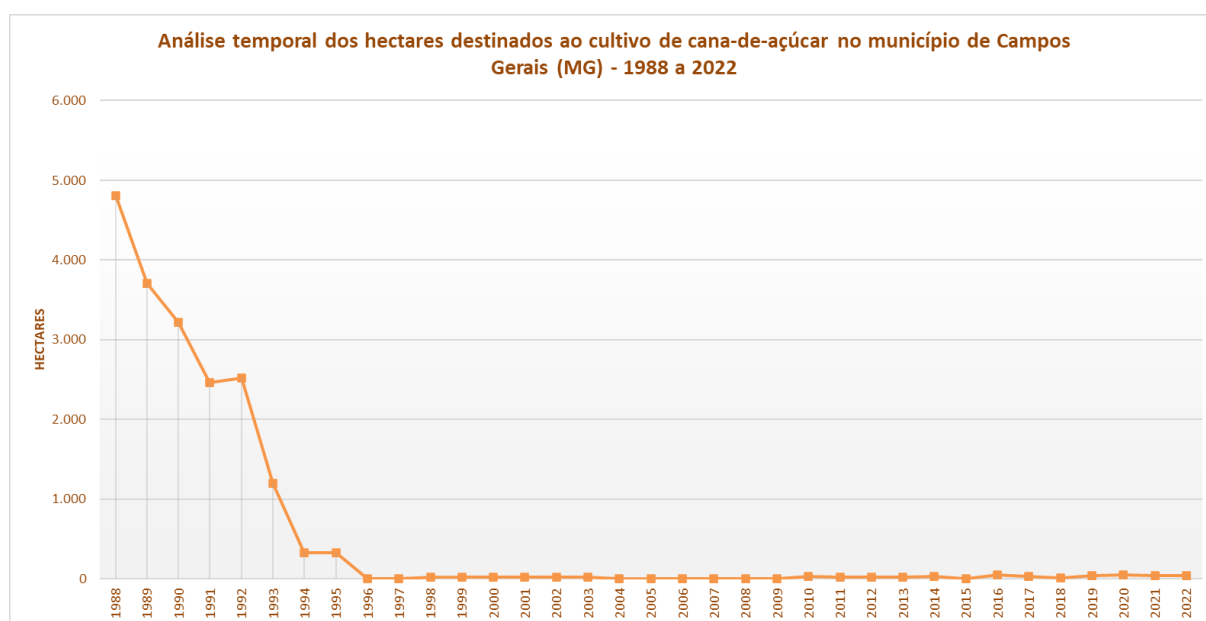
O milho também representa um importante plantio para o município. Ocupando 2.300 hectares no ano de 1988, a área do cultivo apresenta poucas oscilações até o início do século. A partir de 2001 a área do milho se expande, chegando a ocupar 6.300 hectares em 2006. Subsequente à 2007, o milho também sofre poucas alterações em relação às áreas de cultivo até os anos de 2018, 2019,

2020, 2021 e 2022, com oscilações de área de 3.750 ha, 5.250 ha, 3.600 ha, 4.700 ha e 3.500 ha respectivamente. Entretanto, essa produção de milho tem sido destinada a alimentação animal juntamente com a soja.

A soja é um elemento novo na paisagem de Campos Gerais. Mesmo enfrentando problemas fisiográficos para sua expansão na região, principalmente devido às dificuldades de mecanização dado o relevo acidentado, a soja tem se territorializado, principalmente onde os acidentes geomorfológicos são mais amenos. A partir de 2017 o grão aparece com significação no território agrícola do município, passando de nenhum hectare plantado em 2016 para 1.720 ha no ano de 2017. Mantendo uma área ocupada de 1.800 hectares nos anos subsequentes, cresce novamente em 2022, chegando a ocupar 3.000 ha. Valor que passa em muito a área do feijão e em seis anos de expansão quase se assemelha a produção de milho. Isso reforça a capacidade de expansão territorial do agronegócio enquanto ideologia produtiva.

Outro produto de alto interesse mercadológico, principalmente vinculado à produção de açúcar e etanol é a cana de açúcar. Porém, o cultivo no município apresenta uma particularidade pois praticamente desapareceu já em meados da década de 1990 (gráfico 18).

Gráfico 18 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de cana-de-açúcar no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022

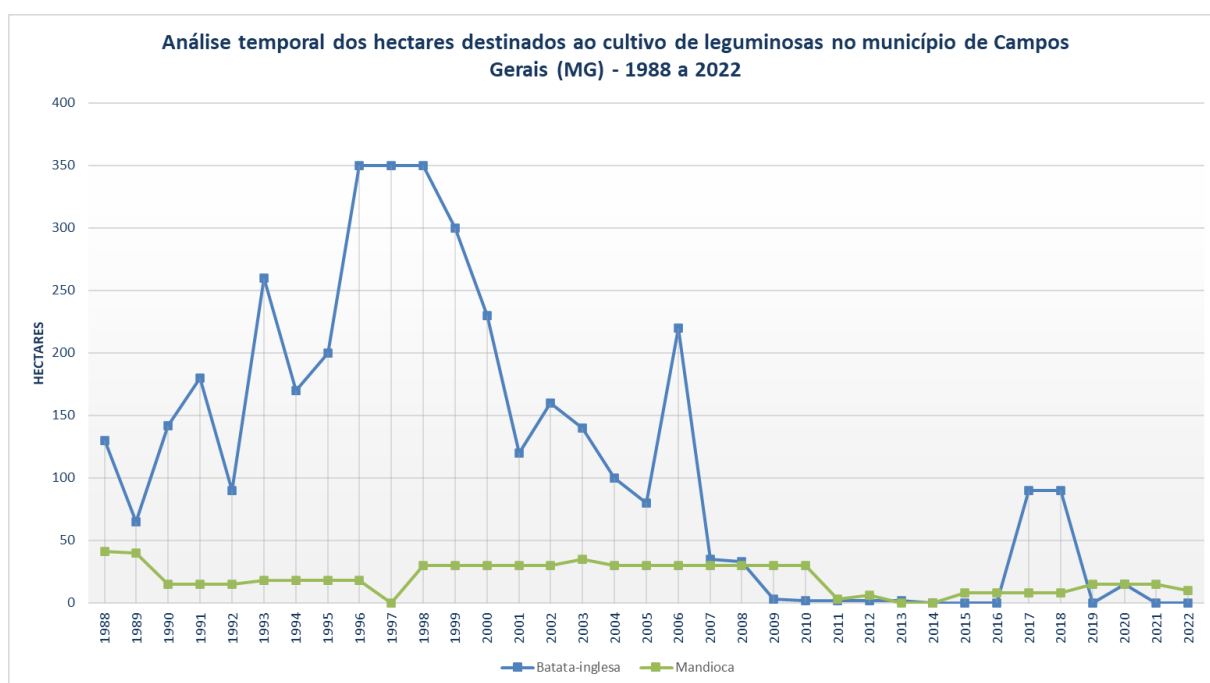


Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2022).

A cana que ocupava 4.809 hectares em 1988 teve sua área diminuída rapidamente, desaparecendo do território agrícola de Campos Gerais em 1996. Alguns anos depois dessa data, a cana de açúcar aparece, porém em poucos hectares, sendo o ano que mais destinou área desde a virada do século foi 2020, com apenas 52 ha.

Na mesma linha de diminuição ou desaparecimento da produção agrícola, os cultivos de alguns tubérculos como batata e mandioca apresentam uma linha de tendência negativa ao decorrer dos decênios (gráfico 19).

Gráfico 19 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de tubérculos no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022



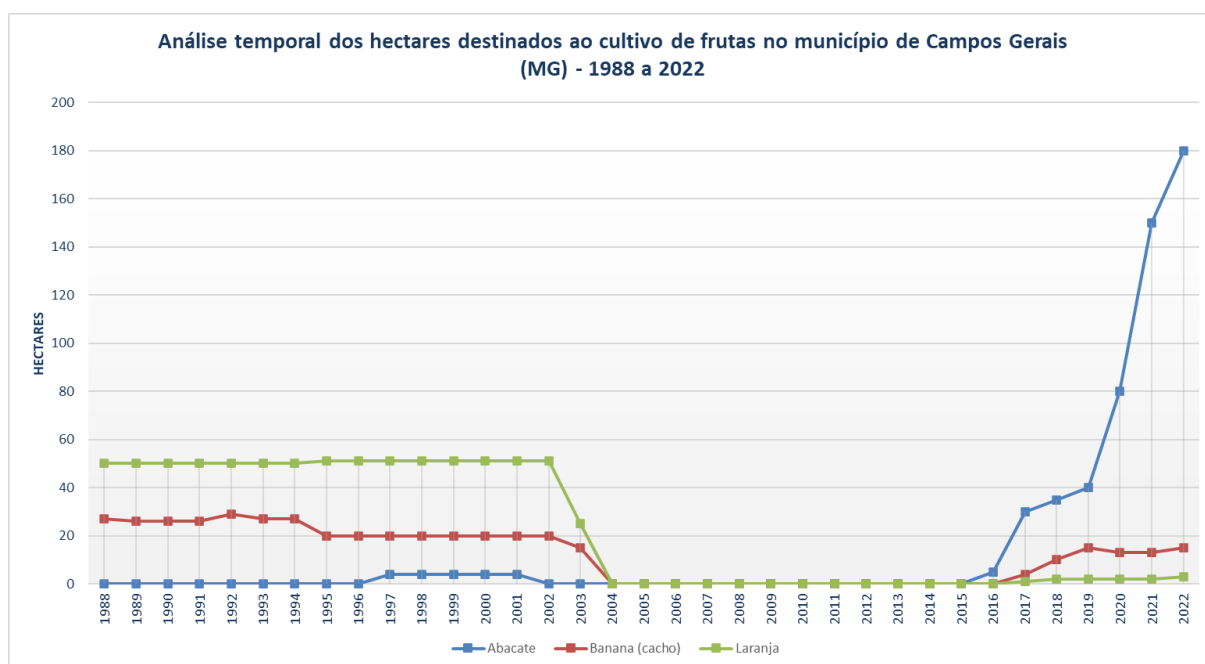
Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2022).

A mandioca, desde o ano inicial de análise, nunca representou mais do que 50 hectares em área destinada ao seu cultivo. Mesmo assim é possível observar a tendência de diminuição do plantio do alimento que apresentava no ano de 1988, 41 ha e chega em 2020 com apenas 10 ha plantados. Essa diminuição foi constante e contínua, com anomalias principalmente nos anos de 1997 e 2011. Nas áreas de cultivo de batata a dinâmica é diferente. A área de produção, mesmo com oscilações anuais, já vinha desde o fim da década de 1980 em ascensão. Conquanto, há um aumento significativo na área plantada – novamente – entre os anos de 1995 e 1996, passando de 200 ha para 350 ha, representando um aumento de 75%. Esse valor se mantém até 1998 quando começa a decrescer chegando em 2001 com 120

hectares cultivados de batata. O ano de 2006 parece ter influenciado – também – no cultivo da batata, pois depois de anos de diminuição da área plantada, essa volta a ocupar maior espaço sendo destinados 220 ha à leguminosa. Mesmo com esse aumento momentâneo, o plantio do tubérculo voltou ao padrão involutivo em sua área, praticamente desaparecendo a partir de 2010. Apenas em 2017 e 2018 que novamente foram destinados 90 ha ao seu cultivo, valor, porém, bem menor se comparado à década de 1990.

Ainda na seara de produção alimentícia, a área de plantio de frutas em Campos Gerais apresenta uma especificidade em relação às outras culturas. É possível observar uma lacuna temporal onde o espaço de produção desses produtos agrícolas desaparece no território agrícola do município, mas reaparece, algumas de forma mais tímida do que outras a partir do ano de 2016. As principais frutas produzidas no município são a banana, laranja e o abacate (gráfico 20).

Gráfico 20 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de frutas no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022



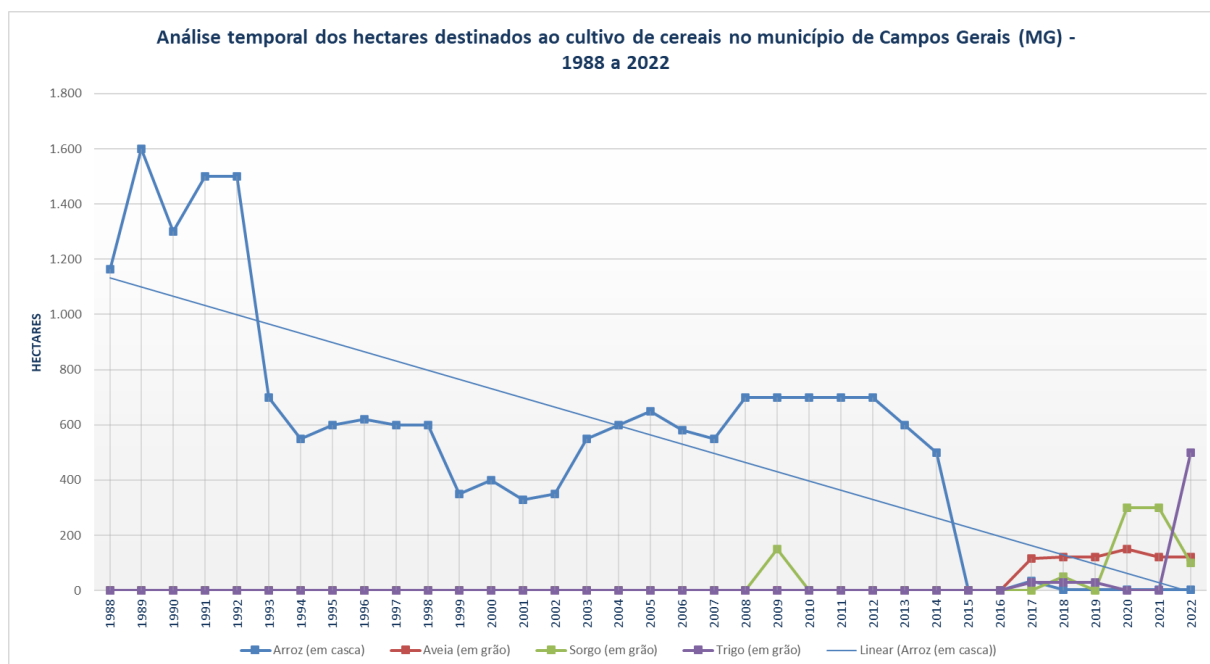
Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2022).

Até o ano de 2002 há poucas variações nas áreas destinadas ao cultivo de frutas no município, com apenas a laranja ocupando pouco mais de 50 hectares das propriedades rurais em Campos Gerais. O abacate, até a década de 1990, não representava números significativos em termos de área. A partir de 2003 há uma queda nos hectares de plantio de banana e laranja, o que causou o

desaparecimento a partir de 2004 de ambos os cultivos, permanecendo assim até o ano de 2015. A partir de 2015 ambas frutas voltam a aparecer nos dados oficiais, mesmo ocupando um menor valor de área, com destaque para a laranja que ocupou apenas 3 hectares em 2023. O abacate aparece como uma particularidade. A partir de 2016 seu crescimento em área é contínuo e supera em muito as outras frutas cultivadas. Em 2016 foram plantados 5 hectares de abacate. Esse número cresceu para 180 ha em 2022, representando um aumento de 3.500%. A crescente demanda por óleos paliativos e mais saudáveis aos tradicionais nos últimos anos, pode ter influenciado no aumento do interesse mercadológico e produtivo pela fruta, mas o estudo de Pavan (2018) aponta para sistemas consorciados abacateiro-cafeeiro, que ajudam na qualidade do solo, e ao mesmo tempo a sombra do abacateiro é importante para o desenvolvimento do café. Ainda neste estudo, observa-se que 79,2% da área plantada de abacate em Minas Gerais está nas regiões produtoras de café.

Embora a substituição da área de cultivo de alimentos em função do aumento do plantio de produtos de alto interesse mercadológico – principalmente voltados à exportação – já pareça surpreendente, o caso mais emblemático encontra-se na produção de cereais. A maior parte do cultivo de cereais em Campos Gerais surge a partir de 2016, com a implementação nas produções dos cultivos de aveia, sorgo e trigo (gráfico 21).

Gráfico 21 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de cereais no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2022).

A produção de aveia, sorgo e trigo é bastante recente na paisagem de Campos Gerais e ainda ocupa pouco do espaço agrário e agrícola do município. A aveia, inserida em 2017 com 117 hectares, chegou em 2022 ocupando 120 hectares. O sorgo, surgido no ano de 2018, em Campos Gerais possuía 50 ha cultivados, alcançando em 2022, 100 ha. O trigo também aparece em 2016, por sua vez com 30 ha, permanecendo assim até 2019 e crescendo significativamente em 2022, ocupando 500 ha.

Malgrado, é a produção de arroz que merece aqui maior atenção. No final da década de 1980 e início de 1990 o arroz era plantado em 1.600 ha e 1.300 ha, respectivamente. Em 1993, houve uma queda extravagante na área de seu cultivo, diminuindo sua área para 700 ha. Essa diminuição permaneceu severa até o ano de 2001, onde sua área representava apenas 330 ha. Em um período de pouco mais de dez anos, houve uma diminuição de 79,3% de área destinada ao cereal. A partir de 2002 houve um movimento de crescimento de área do arroz no município, voltando a ocupar 700 hectares em 2008, situação que permaneceu até 2012, onde voltou a diminuir. Já em 2015, nem ao menos 1 hectare foi destinado ao plantio de arroz. Fenômeno que praticamente permaneceu até 2022, com apenas 3 ha cultivados. Fatores como a inundação de áreas favoráveis ao cultivo do arroz no século

passado, assim como o aumento das margens da represa na última década podem ter influenciado para a diminuição das áreas do cereal no município. Ademais, a especialização produtiva de outras regiões na rizicultura, pode influenciar em espaços, mesmo descontínuos, diminuindo o interesse produtivo de determinadas regiões devido às suas próprias especializações. Além disso, a própria expansão do agronegócio cafeeiro pode estar ocupando áreas de produção de alimentos em função de aumentar a produção para exportação.

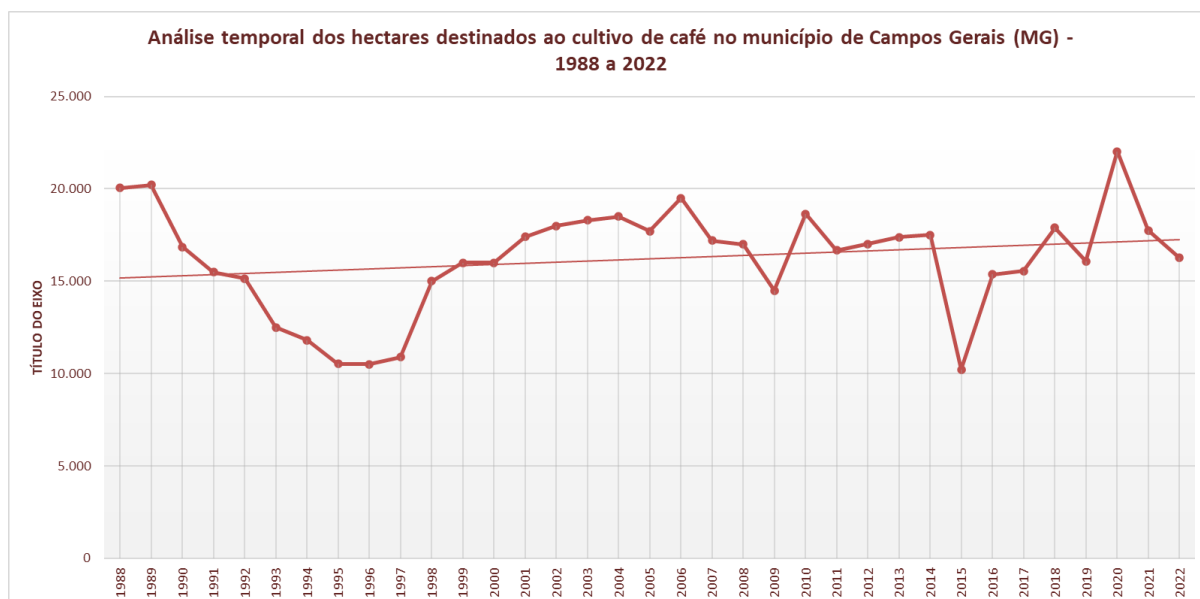
Seja quais foram as razões, essa diminuição na produção de alimentos tende a fragilizar a população e os municípios da região. Ao invés de se produzir, torna-se necessário comprar. Mais do que nunca o alimento torna-se mercadoria e devido às especializações produtivas, alimentos cada vez mais caros, o que influi diretamente na segurança alimentar da população, principalmente daqueles mais fragilizados economicamente.

Tais padrões produtivos remontam o que Alves (2021) denomina de commoditização do território, onde o espaço agrícola e agrário do território antes voltado à produção de alimentos e diversificado, passa a produzir e cada vez mais se especializar no cultivo de *commodities* agrícolas, voltadas majoritariamente para o mercado externo e conseqüentemente concentrando renda e poder na mão de poucos. Para se entender melhor a commoditização do território do espaço proposto para o estudo faz-se necessário uma análise um pouco mais aprofundada sobre as dinâmicas do café no município, principal fonte de renda de Campos Gerais.

4.3 CAFÉ EM CAMPOS GERAIS

O café, além de ser o cultivo que mais gera renda para o município, é também aquele que mais ocupa área do espaço agrícola de Campos Gerais. Produzido tanto em grandes propriedades, quanto em unidades familiares de produção, a *commodity* ocupou ao longo de 34 anos em média 69% de toda área agricultável (IBGE, 2022), alcançando em determinados anos mais de 20.000 hectares (gráfico 22).

Gráfico 22 - Análise temporal dos hectares destinados ao cultivo de café no município de Campos Gerais (MG) - 1988 a 2022



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2022).

Segundo os dados da Produção Agrícola Municipal, do IBGE, a área do café desde o primeiro ano analisado, sempre permaneceu significativamente maior se comparada a outros cultivos. Enquanto poucos outros produtos agrícolas ocupavam pouco mais de 5.000 hectares em área, o café ocupou em média 16.214 hectares ao passar desses 34 anos. Entretanto, houveram momentos de aumento e diminuição desses hectares cultivados. No final da década de 1980, nos anos de 1988 e 1989, o café ocupou 20.055 ha e 20.222 ha, respectivamente. A partir do ano de 1990 há inicia-se uma tendência de queda na área de café, que se mantém contínua até o ano de 1996. A década se inicia com o café sendo cultivado em 16.848 ha e esse número diminuiu para 10.500 no ano supracitado.

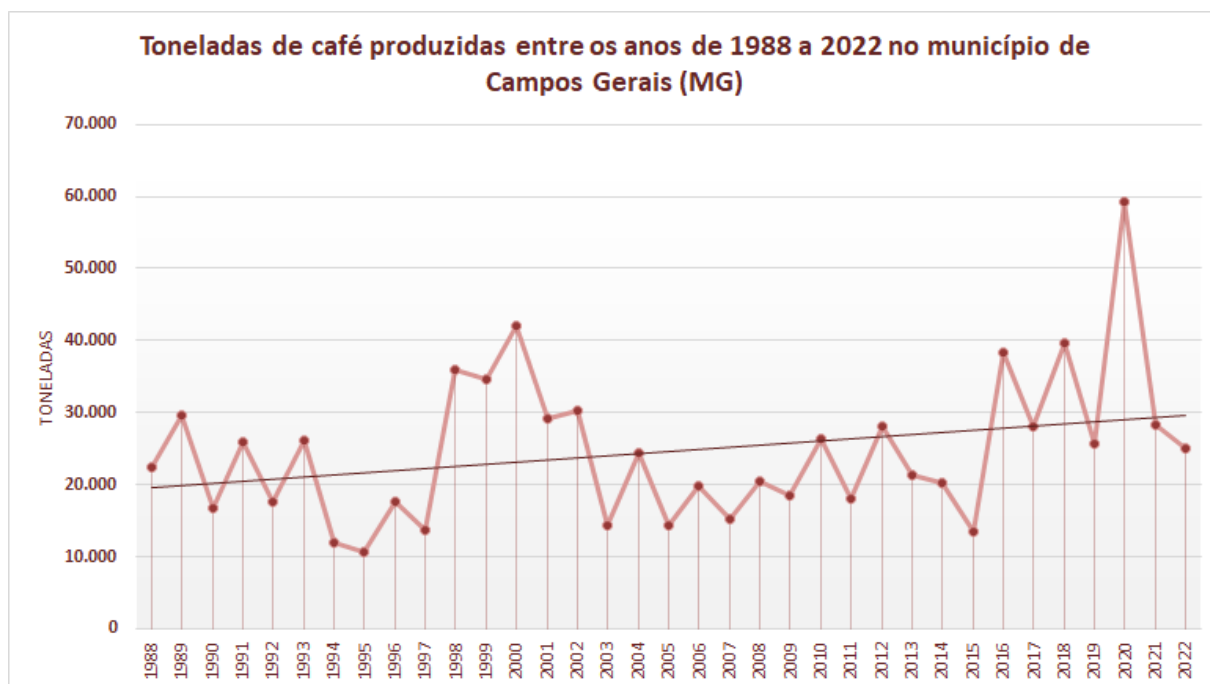
Novamente, os anos de 1995 e 1996 parecem ter sido divisores de águas para a produção agrícola municipal. No ano de 1997 – 10.900 ha plantados – em diante a área de cultivo de café volta a crescer, passando já em 1998 para 15.000 hectares, ou seja, em apenas um ano, a área plantada subiu 37,6%. Essa dinâmica de crescimento se mantém até 2006, ano em que o café foi cultivado em 19.500 ha. A partir de 2006 a área de café oscila, alcançando um extremo negativo de 10.226 ha em 2015 e um positivo de 22.030 ha em 2020. A forte geada que atingiu o sul de Minas em 2021, onde cerca de 30% da área plantada de café foram comprometidas,

podem explicar a redução da área plantada e da quantidade produzida em 2021 e 2022 (Agrolink, 2021).

Além do mais, uma variável importante ao se analisar a tendência de produção de um determinado produto em certo território é seu preço. Consoante com a quantidade plantada de café no município, há uma diminuição dos preços das sacas de café a partir de 1986 – como observado previamente --, fenômeno que avança até 1993. A partir deste ano o café volta a valorizar, o que parece ter refletido na intenção de produção do produto em Campos Gerais, principalmente a partir de 1995. Porém, mesmo com os preços diminuindo a partir de 1998 e chegando a valer apenas U\$ 41 em 2002, a produção no município continuou aumentando. Ademais, outro ponto importante é a mudança no padrão entre valor e quantidade de produção próximo aos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Há um aumento considerável nos preços da commodity, chegando a valer U\$ 281 nesse último ano. Entretanto, esse aumento nos preços não significou o consequente aumento na produção. Pelo contrário. Houve uma queda na área cultivada de café em Campos Gerais durante esse período. Em partes, esse fenômeno pode ser explicado pela crise de 2008 que influenciou diversas partes do mundo, dentre elas o Brasil. Hipotetiza-se, ainda que no caso do café em Campos Gerais – e provavelmente em outros espaços produtores – as consequências foram maiores para os pequenos produtores e agricultores familiares com pouca capacidade produtiva, econômica e de armazenamento dos grãos. Enquanto aqueles produtores com melhores condições, se beneficiaram com o aumento dos preços, influenciando ainda mais desigualdade sobre o território.

Voltando a produção, se compararmos os valores de área aos números totais de quantidade produzida entre os mesmos anos, perceberemos uma linha de tendência mais positivamente acentuada (gráfico 23):

Gráfico 23 - Toneladas de café produzidas entre os anos de 1988 a 2022 no município de Campos Gerais (MG)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2022).

Mesmo com a área total diminuindo se observado o primeiro e o último ano analisado, a quantidade produzida dentro o mesmo recorte temporal aumentou³. Em 1988 foram produzidas 22.440 toneladas de café, em 20.055 hectares. Se analisado o ano de 2022, foi produzido 24.987 toneladas em 16.270 ha. Ademais, nos demais anos há também dados que corroboram o aumento da produtividade em menores áreas plantadas. O exemplo mais emblemático ocorreu no ano de 2020, produzindo 59.275 toneladas da *commodity* em 22.030 hectares. Mesmo o valor da área sendo bastante parecido com o encontrado em 1988, a produção de 2020 é mais de duas vezes maior se comparado ao primeiro ano. Essa questão demonstra como a modernização da agricultura e as novas tecnologias produtivas reverberaram na produção do espaço e no “aproveitamento” do solo em detrimento do capital e da busca por lucro. Entretanto, como veremos mais à frente, essa melhoria produtiva afeta de forma diferente, diferentes atores sociais.

A própria espacialidade do café demonstra a importância econômica e social desse setor produtivo. Com o auxílio, principalmente, das cooperativas agrícolas de café, os agricultores familiares no município de Campos Gerais representam boa

³ A oscilação da produção entre um ano e outro ocorre, principalmente, pelo caráter bienal do cultivo do café.

parcela dos produtores dessa *commodity*. Em números totais, a área de café nas unidades familiares de produção, assim como o seu valor produzido são inferiores se comparados àquelas propriedades não familiares (tabela 6), entretanto, é preciso levar em consideração que a agricultura familiar detém menos hectares do que as não familiares.

Tabela 6 - Área e valor da produção cafeeira em Campos Gerais por tipologia dos atores no ano de 2017

Área e valor da produção cafeeira em Campos Gerais por tipologia dos atores	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Valor da produção das lavouras de café nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes (Mil Reais)	142.175	65.275
Área total nas lavouras de café nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes (Hectares)	16.867	10.578

Fonte: Censo agropecuário - IBGE (2017).

Os dados oficiais levam em consideração somente as produções que possuam mais de 50 pés de cafés plantados. Dentre esse nicho, a produção familiar de café ocupava uma área de 10.578 hectares no ano de 2017, contra 16.867 ha das produções não familiares de café. Porém, as áreas totais desses diversos atores sociais também são na mesma medida diferentes entre si. Em 2017, a área total da agricultura não familiar era de 37.831 hectares, ou seja, o café foi cultivado em 44,5% dessa área total. Analisando os 23.291 hectares da agricultura familiar observa-se que o café ocupou 45,4% da área desses agricultores, percentual que supera o anterior e demonstra uma grande especialização na produção familiar de café no município.

As contradições dessa realidade não se limitam à agricultura familiar produzindo commodities em um percentual superior a agricultura não familiar. A área plantada entre ambos atores sociais diverge em pouco mais de 6.000 hectares. Mesmo sendo uma diferença considerável a área da agricultura não familiar chega a ser apenas pouco mais de uma vez e meia maior do que das propriedades familiares. Conquanto, quando analisado o valor resultante dessa produção, a diferença se acentua. Enquanto 10.578 hectares de café familiar resultaram em um

valor 65.275 (mil reais), os 16.867 hectares plantados em propriedades não familiares renderam 142.175 (mil reais) em valores de produção. Mais de duas vezes os valores decorrentes do cultivo familiar. Essa relação remonta às desigualdades produtivas no campo. As vantagens tecnológicas das grandes propriedades aumentam a produtividade dos cultivos e o valor agregado do produto final, acentuando a distância de participação do mercado frente à agricultura familiar e reconfirmando novas desigualdades sociais.

A origem técnica recebida pelos agricultores é uma variável importante para entendermos como as cooperativas são importantes não apenas para a compra e venda dos cultivos, mas, também, para os processos pré produtivos e durante a produção. A orientação técnica é um momento que auxilia na qualidade e nas formas de cultivo, beneficiando tanto os agricultores quanto às próprias cooperativas que terão em suas mãos melhores produtos para a comercialização e inserção no mercado internacional. Em Campos Gerais, as cooperativas exercem papel fundamental para a orientação técnica dos agricultores, principalmente familiares (tabela 7).

Tabela 7 - Total de estabelecimentos com orientação técnica recebida por tipo de agricultura e participação das cooperativas agrícolas na orientação técnica

Tipologia dos atores	Recebe	Cooperativas	Não recebe
Agricultura familiar	1527	1319	589
Agricultura não familiar	605	438	288
Total	2132	1757	877

Fonte: Censo agropecuário - IBGE (2017)

Até o último censo agropecuário dos 3.009 estabelecimentos agropecuários, 2.132 recebiam alguma forma de orientação técnica. Dentre este número, 1.527 eram agricultores familiares. Ainda entre a agricultura familiar, 1.319 foram orientados por cooperativas. Em outras palavras, mais de 86% de todas as famílias agricultoras receberam assistência técnica de alguma das cooperativas agrícolas

que monopolizam o território (IBGE, 2017). O tamanho das propriedades também importa ao pensarmos a espacialidade dessa orientação e a importância das pequenas propriedades na produção de café em Campos Gerais (tabela 8).

Tabela 8 - Tamanho das propriedades familiares que receberam assistência técnica até o ano de 2017

Tamanho das propriedades	Recebe	Não Recebe
De 0 a menos de 20 ha	1267	534
De 20 a menos de 50 ha	209	43
De 50 a menos de 100 ha	50	12
Acima de 100 ha	1	0
Total	1527	589

Fonte: Censo agropecuário - IBGE (2017).

A maior parte das propriedades assistenciadas por orientação técnica são pequenas, correspondendo desde propriedades sem área – sendo apenas uma no caso de Campos Gerais – até 20 hectares, totalizando 1.267 casos. De 20 até 50 hectares, consideradas aqui propriedades familiares de porte médio, foram 209 as que receberam algum tipo de orientação técnica. Nas de 50 até 100 hectares, propriedades familiares de porte médio a grande, foram 50 propriedades, enquanto acima de 100 hectares – o módulo fiscal de Campos Gerais é de 26 hectares, o que possibilita normatizar propriedades familiares de até 104 hectares – apenas uma recebeu orientação técnica. Considerando a grande participação das cooperativas na assistência técnica dos produtores e a majoritária participação de pequenas propriedades rurais que receberam orientações, corrobora-se a hipótese de que o café tem sido largamente cultivado em pequenas propriedades familiares e que as cooperativas exercem papel fundante na perpetuação dessa cultura.

Com intenção de reafirmar a grande participação familiar na produção de café em Campos Gerais, mas ao mesmo tempo cumprir uma segunda agenda de demonstrar que mesmo altamente mercantilizada e inserida nas cadeias

subordinadas ao agronegócio, a agricultura familiar ainda é a principal produtora de alimentos para a população local e regional precisamos entender as dinâmicas agroindustriais do município.

A agroindústria familiar rural é um importante mecanismo de valorização da agricultura familiar e da produção de alimentos tradicionais. A produção agroindustrial familiar cumpre ao menos duas agendas importantes: geração de receita e renda para o país e para as famílias produtoras (Cruz, 2020). Além do mais, é um fator determinante para a subsistência dos agricultores familiares, para o abastecimento de alimentos de qualidade para a população local e regional e uma forma de gerar renda extra para os agricultores.

Segundo, Cruz (2020, p. 2), essa produção está intrinsecamente ligada ao excedente da produção destinada ao autoconsumo gerando produtos derivados dos “ovos, queijo, mel, banha, feijão, galinha, vinho, mandioca e ovelha. Porém, em relação a alguns produtos, a produção tem como finalidade a comercialização e não o consumo da família”. Este também é o caso das agroindústrias do café. Mesmo que pequena parte da produção permaneça nas propriedades para o autoconsumo das famílias, é majoritariamente realizada a comercialização do que é processado nas indústrias de unidades familiares ou não.

Nas últimas décadas intentou-se a crescente organização e formalização desse processamento de alimentos familiar, deslocando boa parte das atividades antes desenvolvidas nas próprias cozinhas dos agricultores para as agroindústrias. Entretanto, mesmo assim, no caso de muitas famílias, o processamento de alimentos continua sendo realizado nas cozinhas ou em lugares de extensão desses espaços (Cruz, 2020). Muitos dados oficiais, como os do IBGE, publicam os dados quantitativos apenas das agroindústrias familiares formalizadas. Ou seja, pode haver uma parcela considerável de agroindústrias familiares não formalizadas, mas que são importantes para a geração de renda dos agricultores, para sua alimentação e para o abastecimento alimentar da população local e regional.

Segundo os dados do último Censo Agropecuário, no ano de 2017 haviam 156 estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural no município de Campos Gerais. Deste total, 34 eram provenientes de estabelecimentos não familiares de produção e 122 eram agroindústrias de unidade familiar (tabela 9).

Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural

Número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Total	34	122
Café torrado em grão	1	5
Café torrado e moído	16	29

Fonte: Censo agropecuário - IBGE (2017).

Ao que corresponde às agroindústrias diretamente vinculadas ao processamento do café, observa-se um maior percentual de existência nos estabelecimentos não familiares, mesmo estes representando menor número em relação ao total geral. Das 34 agroindústrias não familiares no município, 17 (50%) são voltadas para torrefação e moenda no café. Das 122 agroindústrias familiares, apenas 34 processam o café, representando 27,8% do total. Tais dados corroboram com a importância do processamento de alimentos para a geração de renda dos agricultores familiares. Metade das agroindústrias não familiares, ou de cunho empresarial, tem como objetivo o processamento do café em quaisquer que sejam os níveis, demonstrando a maior participação nas cadeias produtivas internacionais e a intenção do agronegócio cafeeiro. Mesmo havendo quase um terço de agroindústrias familiares especializadas no processamento do café, o percentual é bastante inferior ao caso anterior e há uma maior pluralidade de processamento, principalmente de alimentos que são destinados às mesas, tanto dos agricultores como das famílias residentes nas cidades da região. Entre os outros alimentos processados destacam-se doces e geleias, derivados de milho, pães, bolos e biscoitos, polpas e sucos de frutas, carnes e derivados do leite (IBGE, 2017).

Voltando ao café, as unidades familiares representam o dobro de agroindústrias voltadas ao seu processamento, mas isso não significa uma maior produção de café torrado e moído nem maiores valores obtidos em sua produção. Mesmo com um menor número de agroindústrias, o café empresarial – não familiar –

produz números significativamente maiores do que o café familiar. Além disso, não apenas a quantidade produzida é superior, mas o valor agregado do produto final também é mais valorizado do que no caso do café familiar (tabela 10).

Tabela 10 - Quantidade e valor de café pelas agroindústrias rurais entre agricultura familiar e não familiar

Variáveis	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Quantidade produzida na agroindústria rural (Toneladas)	121	8
Valor da produção da agroindústria rural (Mil Reais)	1.460	86

Fonte: Censo agropecuário - IBGE (2017).

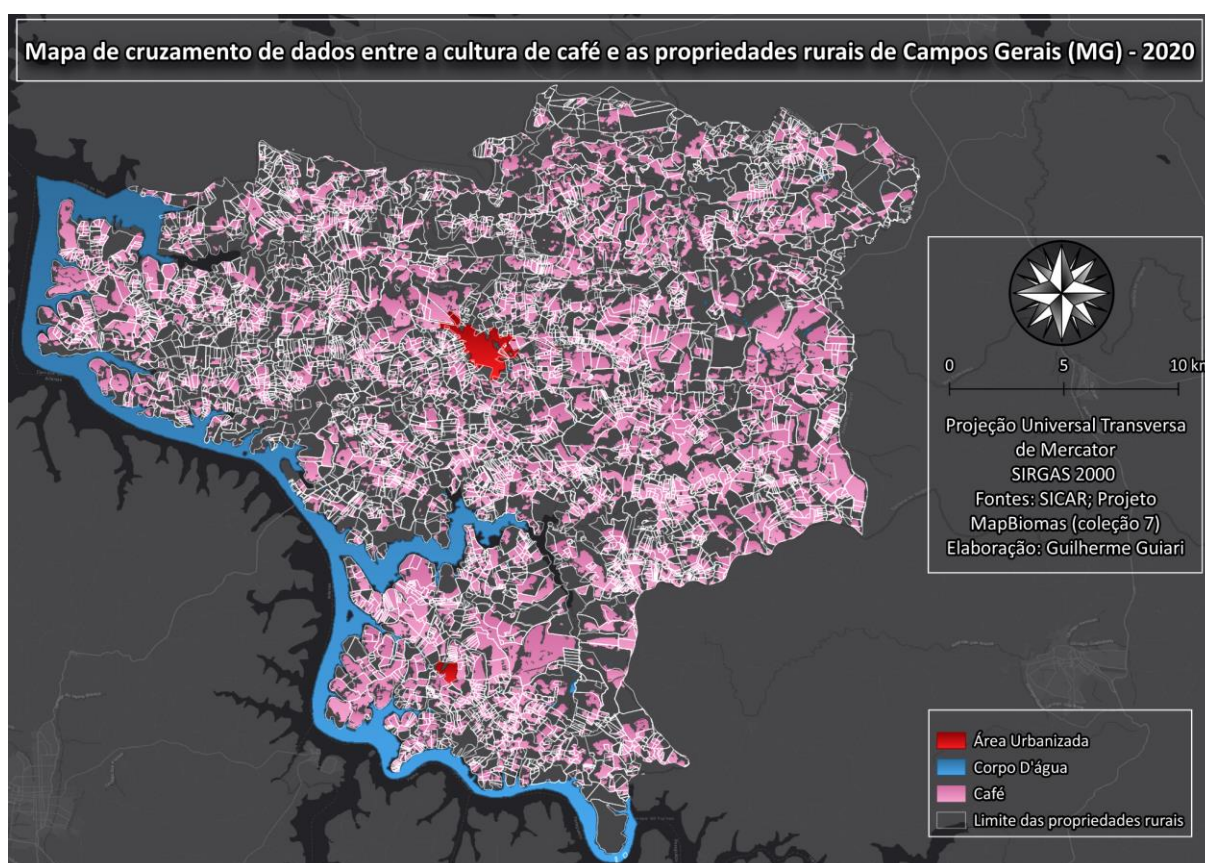
Em 2017, as 17 agroindústrias rurais de cunho empresarial produziram 121 toneladas de café torrado, em grão ou moído, com valor de produção de 1.460 (mil reais). Nas 34 agroindústrias familiares foram produzidas apenas 8 toneladas do mesmo produto com valor final de produção de 86 (mil reais). Ou seja, mesmo com um menor número total de agroindústrias, as grandes propriedades produtoras de café também detêm grandes indústrias de moagem e torrefação com uma capacidade produtiva muito superior às indústrias familiares. As melhores condições tecnológicas dos agricultores empresariais tanto no ato de produção como no de processamento do café repercutem no preço final do produto. Enquanto a média da agricultura familiar foi de aproximadamente 10 (mil reais) por tonelada produzida, a agricultura empresarial arrecadou aproximadamente 12 (mil reais) pela mesma quantidade.

É preciso entender que mesmo com uma alta integração no mercado da *commodity* e um papel espacial de produção significativo da agricultura familiar no cultivo do café, as condições produtivas e comerciais estão longe de serem igualitárias ou equitativas. Além de alijados da maioria das políticas públicas, a má distribuição de terras e de renda causa um processo contraditório de competição mercadológica desigual influenciado por uma cooperação pela mesma competição através do auxílio das cooperativas de café. É uma faca onde os dois gumes estão apontados para a agricultura familiar, de um lado os inserindo em um mercado

altamente competitivo sem as “armas” necessárias para sua plena (re)produção e de outro subordinando a produção agrícola em prol da commoditização do território e uma menor produção de alimentos.

Ao espacializar se a produção cafeeira em Campos Gerais, fazendo um cruzamento de dados com a distribuição de terras no município corrobora-se e se torna passível de observação que o cultivo da rubiácea não se limita às grandes propriedades, mas está bastante distribuído por todo o território agrícola, mesmo que seja possível realizar algumas ponderações (mapa 7).

Mapa 7 - Mapeamento de cruzamento de dados entre as propriedades rurais e a área de produção de café, 2020



Fonte: CAR (2024); Projeto MapBiomias (coleção 7.0, 2023).

Por mais que haja uma grande especialização produtiva sobre a cultura do café, é possível ver algumas grandes propriedades que tem pouco percentual de área destinada ao seu plantio, como exemplificado no eixo leste, nordeste e extremo sul. Algumas outras médias propriedades apresentam a mesma dinâmica, principalmente no centro sul, norte e algumas no eixo oeste. Seria necessário trabalhos empíricos para intentar a realização de qualquer afirmativa assertiva,

entretanto as especulações fundiárias e as comuns áreas improdutivas das grandes fazendas, podem ser uma hipótese levantada para futuras pesquisas.

Conquanto, não apenas em grandes propriedades o café não está presente em boa ou nenhuma parte das áreas das fazendas. Majoritariamente a oeste e a nordeste observa-se um conglomerado de pequenas propriedades onde o café não faz parte da paisagem local. Em relação contrária às razões anteriores, a ausência da commodity na paisagem desses lugares pode refletir a luta de resistência à commoditização do território sendo os espaços restantes de onde a produção ainda permanecesse visando o abastecimento alimentar local e regional. Essa é a primeira hipótese. A outra hipótese é que devido ao envelhecimento da população do campo e a falta de interesse dos jovens em seguir a profissão de agricultor pode ter aferido em um conglomerado de terras de herança, onde ocorre pouca ou nenhuma produção agrícola e servem apenas como reserva de valor para momentos de crise dos filhos e netos que residem nas cidades. Pesquisas empíricas seriam necessárias para comprovar ou reprovar ambas as hipóteses, ou quiçá, criar novas.

5. RELAÇÃO ENTRE O CAMPO E A CIDADE DE CAMPOS GERAIS: UMA CIDADE PELO CAFÉ

Campo e cidade, ou espaço rural e espaço urbano, no ponto de vista da progressão do modo de produção e seu desenvolvimento combinado e desigual, não são espaços dicotômicos, mesmo guardando, cada qual, suas especificidades espaciais e sociais. O entendimento de ambos os espaços depende menos de problematizações entre suas diferenças e mais consideração às análises das articulações entre o rural e o urbano. É ainda, equivocado pensar em subordinações entre um espaço e outro, sendo preferível entendê-los como espaços de contiguidade, onde o campo não é subordinado pelas relações existentes na cidade, mas sim, onde acontece a subordinação dos dois espaços pelo modo capitalista de produção (Carlos, 2004; Souza, 2010; Sposito, 2010).

[...] pensar rural e urbano como partes de um mesmo processo contraditório de desenvolvimento do capital, mas que resguardam suas especificidades caracterizadas por conteúdos sociais diferenciados, que propiciam uma nova forma de contato entre a sociedade (com todas suas contradições) e a natureza. (SOUZA, 2010, p.205)

O espaço geográfico, mais do que nunca, é resultado de uma construção social coletiva, sendo produzido por ações políticas, econômicas e socioculturais e combinada por comandos em diferentes escalas (Endlich, 2006). Tal complexidade não permite desassociar as análises locais às escalas que se interpenetram nas malhas territoriais que conformam o espaço. Como bem pontua Endlich (2006, p. 282) se “Atentar para as dinâmicas e limites do local implica em um olhar interescalar”.

Comandadas por essa agricultura mundializada o espaço de algumas cidades é produzido de forma desigual e concentrada, porém especializada, envolvendo um conjunto de atividades estreitamente interconectadas, como a agropecuária associada às indústrias, ao setor de serviços, comércio especializado, agentes financeiros, marketing, armazenamento, logística e distribuição (Elias, 2021). No caso sul mineiro, Alves (2021) destaca que a “produção de commodity tem mobilizado uma rede de fixos e fluxos em diferentes contextos regionais-globais”, abrangendo “corporações multinacionais, cooperativas, instituições de pesquisa, setores de logística, instituições bancárias e financeiras entre outros atores.” (idem, p. 131).

As cidades do agronegócio, dessa forma, podem ser assim caracterizadas não só pela dependência do setor agropecuário, mas por sua especialização de bens e serviços urbanos através da quantidade e da qualidade dos objetos e das técnicas, dos fixos e dos fluxos, dos consumos produtivos relacionados ao agronegócio. Dessa forma, intentar-se-á no próximo capítulo observar como a cidade de Campos Gerais se especializa e espacializa para atender às dinâmicas da cafeicultura municipal, além de observar qual o nível de complexidade dos objetos urbanos e se ela pode, ou não, ser considerada como uma cidade do agronegócio.

5.1 CAMPOS GERAIS E A DIALÉTICA URBANO E RURAL

Tanto a paisagem rural quanto urbana destaca como o café possui presença significativa na construção territorial e como lugar – conceito – de pertencimento da população. Os cultivos do café estão presentes em praticamente todo o espaço rural do município (fotografia 1), tornando difícil até a compreensão do que pode ser considerado o espaço periurbano de Campos Gerais. Mesmo nas entradas e saídas da cidade (perímetro urbano), os cultivos são parte fundante da paisagem, ilustrando uma contiguidade entre espaço urbano e rural que compõe a espacialidade municipal e o viver da sua população.

Fotografia 1 - Placa rodoviária próxima ao acesso do município pela BR-369



Fonte: Trabalho de campo (janeiro de 2025). Arquivo pessoal.

Legenda: Placa rodoviária próxima ao acesso do município pela BR-369. Ao fundo, morros cobertos pela cultura cafeeira.

Em relação aos fixos observados no espaço urbano da cidade de Campos Gerais, há uma certa pluralidade de lojas, serviços e comércios voltados para o atendimento da agropecuária que possibilitam, à nível primeiro, os movimentos dos capitais dessa agricultura mundializada e sua produção imediata, funcionando como um lugar do fazer da agropecuária, sendo em sua maior parte, lojas locais ou empresas regionais para o atendimento de necessidades imediatas, como ferramentas, assistência técnica e insumos agrícolas. Ademais, é possível observar na cidade cooperativas, bancos de crédito rural e uma filial de trading agrícola com sede no município de Alfenas.

As principais lojas e estabelecimentos que prestam serviços voltados para a agricultura e agropecuária local ficam localizadas no principal eixo de acesso ao município, a rodovia BR-369. Essa rodovia liga o município de Campos Gerais ao município de Alfenas. Tal rodovia possui um fluxo consideravelmente alto e constante para a região, pois além de ligar esses dois municípios, também liga diversos outros, sendo necessário cruzar a cidade de Campos Gerais, visto que a rodovia passa dentro do espaço urbano do município. Alfenas, um município com uma cidade de porte médio, pode também ser considerada, dentro da realidade regional como uma cidade média, visto sua influência econômica e locacional que polariza diversos municípios da região através da disponibilidade de serviços mais especializados como os voltados para a educação superior, serviços hospitalares e também, voltados ao atendimento da agropecuária.

As duas grandes cooperativas presentes no município de Campos Gerais também se localizam neste eixo estratégico (Mapa 8). Tal fenômeno mostra a intencionalidade em distribuir os fixos pelo espaço de forma a facilitar os fluxos de acesso e escoamento.

Mapa 8 - Localização dos estabelecimentos relacionados ao atendimento da agropecuária na cidade de Campos Gerais



Fonte: Google Maps e trabalhos de campo (2024; 2025). Arquivo pessoal.

Em Campos Gerais há a Faculdade de Ciências e Tecnologias de Campos Gerais (FACICA), com cursos – dentre outros -- de Agronomia e Medicina Veterinária. O ensino técnico, tecnológico e superior, assim como pesquisas agropecuárias também são polarizadores de serviços vinculados diretamente aos interesses do agronegócio e sua expansão, podendo ser, também, considerado um consumo produtivo. A Coopercam é a cooperativa agrícola do próprio município. Especializada na produção e comercialização do café, ela fica localizada logo no início do espaço urbano, em uma posição estratégica, representada pelo círculo maior em cor verde no mapeamento. A distribuição espacial desses fixos, principalmente das cooperativas e das lojas e assistência direta ao produtor, parece ser orientada pela necessidade de facilitar os fluxos e as trocas entre os agentes envolvidos nas atividades de produção, comercialização e distribuição. A maior parte das lojas e serviços concentra-se nas proximidades da Coopercam, ao longo do eixo sul da BR-369, rodovia que conecta Campos Gerais a Alfenas. De forma semelhante, a filial da Cooxupé em Campos Gerais também está situada próxima à

saída para Alfenas. Até o final do ano de 2024, a Cooxupé estava construindo uma outra unidade de instalação mais próxima da BR-369 (fotografia 2), o que corrobora a intencionalidade e a importância da localização desses estabelecimentos próximos a eixos rodoviários de fácil locomoção e que facilitem o fluxo de bens e de pessoas.

Fotografia 2 - Futuras instalações da COOXUPÉ



Fonte: Trabalho de campo (dezembro de 2024). Arquivo pessoal.

Legenda: Novas instalações da COOXUPÉ em Campos Gerais ao lado da BR-369.

Em contraste, os bancos especializados em crédito e financiamento agrícola predominam na área central do município, em especial na praça principal. Adicionalmente, a unidade da EMATER-MG em Campos Gerais encontra-se localizada ao lado da prefeitura, também próxima à praça principal, evidenciando a centralidade desses serviços e a busca por um fácil acesso à população local.

Essa organização espacial reflete a concentração das funções financeiras e administrativas no centro da cidade, um local com maior fluxo diário de pessoas em comparação às regiões periféricas. Por outro lado, as atividades relacionadas à comercialização e distribuição, bem como os serviços agropecuários e lojas de atendimento imediato, tendem a se localizar nas proximidades dos eixos de saída da cidade. Essas áreas não apenas conectam Campos Gerais a Alfenas, mas também servem como pontos de acesso às zonas rurais do município, reforçando a articulação entre os espaços urbanos e rurais.

A própria paisagem da cidade reflete a importância do café e da agropecuária

na economia local e demonstra a participação desse setor na vida e no dia-dia da população. Ao redor de toda cidade é possível ver cultivos próximos, principalmente o do café (fotografia 3).

Fotografia 3 - Cafezais ao lado da entrada da cidade



Fonte: Trabalho de campo (dezembro de 2024). Arquivo pessoal (Guilherme Guiari).

Legenda: a) Lavoura de café ao lado da BR-369, próximo ao trevo da cidade.
 b) Lavoura de café ao lado da BR-369, próximo ao trevo da cidade.
 c) Lavouras de café próximo a residências na entrada da cidade.

Mas não só aspectos físico-naturais demonstram a importância dessa rubiácea na vida da população local. Dentre grandes e pequenas lojas de insumos e ferramentas, propagandas de bancos de crédito agrícola, hortas comerciais cooperativas e ruralidades aparentes da população é possível observar a importância do setor agropecuário não apenas econômica, mas no dia-dia, no modo de viver e na cultura local dos campo-geraiense. Mesclam-se lojas com outros fins com consumos produtivos do agronegócio, caracterizando particularmente como o café estruturou e continua reestruturando o espaço urbano de Campos Gerais

(fotografias 4 e 5).

Fotografia 4 - Consumos produtivos da agropecuária em Campos Gerais

a)



b)



c)



Fonte: Trabalho de campo (dezembro de 2024). Arquivo pessoal (Guilherme Guiari).

Legenda: a) Loja de ferramentas agrícolas.
b) Loja de ferramentas e maquinário agrícola.
c) Loja de insumos agrícolas.

Fotografia 5 - Consumos produtivos da agropecuária em Campos Gerais



Fonte: Trabalho de campo (dezembro de 2024). Arquivo pessoal (Guilherme Guiari).

Legenda: a) Assistência e manutenção de maquinários.

b) Propaganda de banco de crédito rural.

Fica nítido, no espaço urbano, a relação com o rural que moldou e ainda molda os costumes, a dinâmica econômica e o modo de vida da população de Campos Gerais. Como uma cidade pequena com raízes na produção agropecuária, a relação entre o campo e a cidade é bastante evidente, destacando a interconexão entre ambos os espaços que longe de serem dicotômicos dinamizam-se de forma recíproca em uma relação de complementaridade para o desenvolvimento do principal motor econômico local: o setor agropecuário e a produção do café.

Coloca-se, entretanto, uma questão central. A presença desses consumos produtivos, as ruralidades presentes no município, a importância do café na balança comercial e na estrutura empregatícia de Campos Gerais e sua grande produção da rubiácea o coloca como uma cidade do agronegócio cafeeiro do Sul de Minas? Para responder essa questão é, antes de mais nada, necessário que ampliemos a escala de análise, ou em termos geográficos, que seja diminuída a escala para possibilitar

um olhar mais amplo. É preciso observar, não apenas o município e suas características, mas voltar à região e entender sua relação com outras importantes cidades sul mineiras.

5.2 CAMPOS GERAIS: UMA CIDADE DO AGRONEGÓCIO?

Para que seja possível entender tal proposta é necessário analisar de que tipo de município e qual a tipologia de cidade que estamos nos referindo. Campos Gerais é um município localizado em uma região com baixa complexidade urbana, onde um contingente abrangente de cidades pequenas se localiza entre poucas cidades de porte médio que também exercem a função de cidades médias devido a concentração de bens e serviços que polarizam os demais municípios da região.

Campos Gerais é considerado pelo REGIC (2018) como um centro local. Tais centros são caracterizados, de forma geral, pela sua pouca influência na rede urbana. São cidades capazes de satisfazer as necessidades locais da população, porém sem muita influência econômica na rede urbana, normalmente dependentes de centros maiores para serviços mais especializados.

No caso sul mineiro, a concentração de tais bens e serviços nessas cidades médias acabam, além de drenar boa parte dos recursos econômicos de toda região para si – e consequência disso –, diminuindo a importância polar das cidades pequenas ao seu redor no que diz respeito aos investimentos públicos e privados. Essas pequenas cidades ora servem de reserva de mão de obra, ora como cidades dormitórios, turísticas, especializadas em determinado setor industrial, ou vinculadas diretamente aos interesses rurais (Andrade; Alves 2021).

Sobre as cidades pequenas, muitos autores já discutiram sobre seu significado ao nível conceitual e à nível do real, como Corrêa (2004), Endlich (2006), Sposito (2010), Moreira Junior (2011; 2013), dentre outros tantos pensadores. Dentro dessas contribuições, são ao menos três pontos que se concretizam como consensos: os estudos das cidades pequenas não podem ignorar sua direta ligação com os espaços rurais que as circundam; a importância do tamanho e das características demográficas das cidades; e o entendimento da rede urbana na qual essa cidade está inserida.

Conforme destaca Corrêa (2004), “As pequenas cidades nasceram ou rapidamente se tornaram lugares centrais de pequenas hinterlândias agropastoris”.

Essa perspectiva é complementada por Moreira Junior (2011), que salienta que ao se estudar cidades pequenas, “a relação entre o urbano e o rural salta aos olhos, são visíveis os nexos que se estabelecem entre ambos, seja nas funções ou na estruturação e transformações espaciais” (n.p.). No entanto, com a modernização da agricultura, esse vínculo sofreu alterações substanciais. Voltada principalmente à exportação, a agricultura modernizada incorporou uma lógica transnacional, articulada aos interesses do capital industrial e financeiro mundial, o que resultou em uma nova divisão internacional do trabalho. Atualmente, a produção rural de um município pode não ser necessariamente direcionada a beneficiar sua própria cidade ou ser dependente dela (Sposito, 2010).

Estudar pequenas cidades exige, portanto, uma análise criteriosa das dinâmicas campo-cidade que moldaram e continuam a transformar essas localidades. Adicionalmente, é imprescindível situá-las no contexto agropecuário ao qual estão incluídas, considerando as influências da modernização agrícola em sua organização espacial.

Outro ponto crucial diz respeito à dimensão e às características demográficas das pequenas e médias cidades. Embora o tamanho populacional ofereça um critério inicial para defini-las, ele não explica por completo seu papel dentro da rede urbana. Vieira, Roma e Miyazaki (2007) argumentam que o papel de uma cidade na rede urbana depende, também, de sua capacidade de polarização e de suas interações com outros municípios, pois não há uma correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana.

Assim, compreender a posição das pequenas cidades na rede urbana requer uma visão integrada de seus papéis, funções e interações. Como aponta Corrêa (2004, p. 66), “Reflexo, meio e condição social, a rede urbana é parte integrante da sociedade e de sua dinâmica, incorporando e agindo sobre as suas contradições, conflitos e negociações”. A partir, principalmente, dos anos 1970, as transformações políticas, econômicas e sociais, intensificadas pela modernização agrícola, remodelaram a rede urbana, alterando significativamente hierarquias e formas de organização territorial.

Atualmente, as relações entre as cidades se complexificaram. Além das interações verticais de caráter hierárquico, surgiram conexões transversais que relativizam o domínio direto das cidades médias sobre as menores. Contudo, isso não signifique que as hierarquias tradicionais tenham sido superadas. Como enfatiza

Sposito (2010, p. 53), atualmente as relações entre os lugares “se estabelecem tanto no sentido hierárquico, como no sentido horizontal ou transversal, uma vez que uma mesma cidade é o espaço de ação e decisão de atores econômicos que se relacionam em diferentes escalas.”

Ou seja, não é possível pensar a cidade de Campos Gerais apenas olhando para ela. Fazendo parte e sendo polarizada pela Região Geográfica Imediata de Alfenas e pela Região Geográfica Imediata de Varginha, olhar para tais municípios faz-se necessário para compreender qual o papel de Campos Gerais na rede urbana e qual seu papel no funcionamento do agronegócio cafeeiro regional.

Em primeiro lugar, se analisada a produção de café entre Campos Gerais, Alfenas e Varginha e sua relação direta com a quantidade exportada e o valor de exportação da rubiácea pelos três municípios já é perceptível a primeira contradição, como observado na tabela 11:

Tabela 11 - Quantidade produzida, quantidade exportada e valor de exportação de café pelos municípios de Campos Gerais, Alfenas e Varginha em 2023

Municípios	Toneladas produzidas	Toneladas exportadas	Valor de exportação (US\$)
Campos Gerais	32.698	168	553.570
Alfenas	22.190	114.949	402.222.491
Varginha	13.828	414.793	1.506.448.260

Fonte: Comex Stat (2024); Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2024).

Em Campos Gerais, o maior produtor de café entre os três municípios analisados, a exportação é modesta: em 2023, foram exportadas apenas 168 toneladas de café, totalizando US\$553.570, com destino à Bélgica e aos Estados Unidos. Em contraste, Alfenas, que produziu apenas 22.190 toneladas no mesmo período, exportou 114.949 toneladas, atingindo um valor de exportação de US\$402.222.491, distribuído entre 48 países. Varginha, por sua vez, exportou 414.793 toneladas de café, com um valor de US\$1.506.448.260, apesar de uma produção interna de apenas 13.828 toneladas. O que pode ocorrer, é que devido a maior concentração de bens e serviços e o maior interesse do capital internacional em se territorializar em tais espaços, a produção de diversos municípios limítrofes –

mas não apenas esses – é absorvida por centros maiores, que ficam responsáveis pelo escoamento e comercialização da produção.

Essa situação evidencia uma contradição inerente ao modo de produção capitalista, em que a articulação entre divisão do trabalho, locais de produção e de concentração de renda assume novas configurações. Já não é o lugar que mais produz o que necessariamente concentra os maiores fluxos de renda. Pelo contrário, é nos pontos estratégicos onde os interesses do capital se estabelecem — sustentados por infraestrutura, bens e serviços — que a riqueza é acumulada. Esses centros tornam-se polos de atração para recursos financeiros e monetários, drenando-os de áreas periféricas e redistribuindo-os de maneira desigual. Corrêa (2004) já havia abordado essa capacidade das cidades médias em absorver renda fundiária proveniente de suas hinterlândias rurais.

“Hipotetiza-se que o processo de modernização da agricultura, gerador de complexos agroindustriais, ampliou o papel das cidades, particularmente as cidades médias, capitais regionais em particular, como centros de drenagem da renda fundiária, consumidores de grande parte da riqueza produzida em modernas fazendas.” (Corrêa, 2004, p. 75)

Contudo, padrões mais recentes indicam uma ampliação no alcance dessa dinâmica, ultrapassando os limites do espaço rural municipal. A produção de pequenos municípios, principalmente aqueles com cidades menores, é frequentemente redirecionada para sustentar a economia de centros urbanos maiores que compõem a rede urbana regional. Parece pertinente distinguir as cidades médias sul mineiras como “lugares do articular” o agronegócio, que centralizam recursos econômicos e mão de obra, e os “lugares do fazer”, geralmente municípios com cidades menores que se dedicam à produção agropecuária direta e dependem de serviços especializados ofertados nos centros articuladores.

No caso de Alfenas e Varginha, ambas cidades médias, observa-se uma expansão significativa de suas funções no contexto da rede urbana. Essas cidades passaram a atrair um número crescente de atividades vinculadas ao agronegócio, consolidando-se como polos logísticos, industriais e comerciais. O avanço da modernização agrícola e a inserção do agronegócio em redes globais deslocaram para esses centros as operações de armazenamento, processamento, comercialização e transporte, fortalecendo sua posição estratégica. Nesses espaços, multinacionais, cooperativas e empresas de logística e financiamento encontram infraestrutura robusta, essencial para fomentar a cadeia produtiva do

agronegócio voltado à exportação, mesmo que isso não signifique necessariamente uma maior produção agrícola.

Em Alfenas concentram-se desde serviços para o atendimento imediato da produção, como lojas de ferramentas, insumos e bancos de crédito agrícola, assim como em Campos Gerais, porém, além desses serviços é possível encontrar uma maior variedade de objetos que não existem no segundo município. Boa parte deles voltados para as etapas de estocagem, distribuição, comercialização e logística da produção. Dentre eles estão um número maior de cooperativas e *trading's* agrícolas como a Cooperativa Agropecuária de Alfenas, Coopama Alfenas, Cooxupé Alfenas, Grupo Grão de Ouro, Ipanema Coffees, Cofco Internacional e a Olam Agrícola LTDA, essa última, multinacional com sede em Singapura sendo uma das maiores comerciantes de café do mundo. São essas empresas responsáveis por armazenar a produção regional e articular a logística e distribuição dos grãos, conectando a produção local aos mercados internacionais.

Ainda relacionado a capacidade de armazenamento, em Alfenas, segundo o segundo SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (CONAB, 2023) há uma capacidade superior a 100 mil toneladas de armazenamento, apenas para o café. Essa capacidade de armazenamento advém principalmente das multinacionais que monopolizam os territórios regionais, destacando a Cofco Internacional (mais de 40 mil toneladas de armazenamento) e a Olam Agrícola (mais de 36 toneladas de armazenamento), e que atuam intensivamente na compra, armazenamento e exportação de café (Alves; Lindner, 2020).

Em Varginha, a variedade de fixos com a intenção de facilitar os fluxos comerciais e de distribuição do agronegócio são ainda mais plurais. Segundo o SICARM, a capacidade de armazenagem de café no município é superior a 500 mil toneladas, aspecto contraditório se pensado na capacidade de produção da rubiácea apenas no município. Entretanto, entendendo a capacidade de absorção da produção regional por esses espaços e seu papel na rede urbana como uma cidade de articular o agronegócio em seu entorno, torna-se apenas uma consequência dessa ordem de divisão territorial do trabalho nessa agricultura mundializada.

Além do mais, grandes multinacionais do setor, assim como empresas brasileiras instalaram-se neste centro urbano, o que acabou por aumentar a polaridade de Varginha sobre os municípios de sua região, principalmente

relacionado aos interesses do agronegócio regional. Algumas que valem a menção são a Louis Dreyfus Company (com 29 mil toneladas de capacidade de armazenamento), a NKG Stockler (com 33 mil toneladas), LIV logística armazéns gerais LTDA (81 mil toneladas), Usina COCATREL-MINASUL Comercial Exportadora (26 mil toneladas), Tristao Companhia de Comércio Exterior (26 mil toneladas) e a Cooperativa Agroindustrial de Varginha (MINASUL) (42 mil toneladas de capacidade de armazenamento). Sendo as duas primeiras, inclusive, duas das maiores empresas de exportação de café do mundo. Além dessas empresas e multinacionais, outras grandes empresas globais também possuem filiais no município, como nos casos da StoneX Comércio e Exportação de Commodities (com sede em Nova York), a SUCAFINA (sede em Genebra), a Volcafe exportadora do grupo ED&F Man Commodity (sede na Suíça), além de uma filial da KDP Global Sourcing com sede nos Estados Unidos.

As cooperativas também mantêm o interesse em se instalar na cidade de Varginha, com ênfase para as grandes cooperativas: Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda. (COCATREL); Cooperativa de Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio (COOPERCAM) (com sede em Campos Gerais); Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha Ltda. (MINASUL); Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé Ltda. (COOXUPÉ) SICOOB CREDIVAR, Associação dos Produtores Rurais do Sul de Minas (ASSUL) e a Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG).

Ademais, um fixo estratégico no espaço que também merece atenção é o porto seco localizado a menos de 400 Km dos principais aeroportos e portos do Brasil. Entrando em funcionamento a cerca de 30 anos, foi a primeira estação aduaneira do interior a entrar em funcionamento. Dentre suas atividades, o porto fornece estrutura para atender a demanda do agronegócio exportador, a exemplo, um armazém de café climatizado com capacidade de 600 mil sacas, além de escritórios administrativos de órgãos reguladores, como a Receita Federal, o Ministério da Agricultura e a Anvisa, o que facilita a inspeção e a liberação dos produtos (Porto Seco Sul de Minas, 2024).

Em suma, o que se percebe é que mesmo com a alta produtividade de café do município de Campos Gerais, os principais fixos e nós estratégicos para o funcionamento do sistema dessa agricultura mundializada se encontram alhures, concentrado em centros urbanos maiores que tensionam as relações entre os

lugares. Tal fenômeno faz com que Campos Gerais se mantenha distante desse controle logístico, financeiro e industrial do café, reforçando uma posição subordinada na cadeia produtiva, com o valor agregado concentrado nessas cidades médias.

Tais pontos refletem a atual ordem da divisão territorial do trabalho pautados em uma divisão internacional e intelectual, onde grandes empresas controlam parte da produção do espaço e influenciam na instalação de fixos para facilitar as ações e os fluxos dos bens, pessoas e informação.

A concepção de Regiões Produtivas Agrícolas (RPA), proposta por Elias (2011), oferece uma perspectiva interessante para a análise do espaço agrário e das dinâmicas da urbanização recente no Brasil⁴. Nessas regiões, segundo a autora, encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação, termos propostos por Santos (1988) e vinculados à produção de importantes commodities agrícolas (Elias, 2011, p. 155). Segundo a autora, essas áreas funcionam como espaços estratégicos para empresas multinacionais, que as comandam e nelas estabelecem sua lógica operacional. Caracterizadas por uma forte conexão entre o local e o global, essas regiões apresentam uma estrutura fortemente integrada ao cenário internacional, em que as verticalidades se impõem sobre as horizontalidades (*idem*), embora estas também estejam presentes.

Para a autora, essas regiões tornaram-se lugares do “fazer” do agronegócio globalizado, espacialmente distantes dos lugares do “gerir” o setor. Essa perspectiva possibilita uma melhor compreensão das novas divisões do trabalho, as quais trouxeram maior tensão aos territórios e às interações entre eles. Entretanto, a escala regional me parece, ainda, ser incipiente para demonstrar essa verdadeira complexidade, pois abarca uma gama de relações e de espaços que não se limitam ao fazer, mas também ao articular tais lugares do fazer com lugares de comando do “setor”.

No que se refere às noções de “fazer” e “gerir”, torna-se pertinente uma revisão etimológica do que é a gestão. O termo “gerir” pressupõe a administração de algo por alguém, estabelecendo uma relação entre objeto e ação. Trata-se de um conceito amplo, que não se limita a uma única escala ou setor específico. Segundo

⁴ Para a discussão conceitual de Regiões Produtivas Agrícolas, ver Elias (2011; 2012) e Castillo *et al.* (2016).

o Dicionário Aurélio, gerir significa administrar ou desempenhar funções gerenciais. Assim, em qualquer localidade e em todas as etapas produtivas, há alguma forma de gestão. Nos lugares de “fazer” a agricultura em si, ocorre a gestão local, nos lugares onde os espaços articulam essas produções dos lugares que as fazem, ocorre a gestão regional enquanto aos lugares que comandam resta a gestão nacional ou global, cada qual com suas diferentes especificidades, mas todas em uma relação de complementaridade indissociável.

Por outro lado, o termo “comando” implica a tomada de decisões com base em uma autoridade, determinando o que deve ser realizado por outros a partir de uma ordem (Dicionário Aurélio). Contudo, esse comando não precisa ser necessariamente explícito ou direto. No caso do agronegócio global, por exemplo, grandes empresas e grupos políticos exercem influência sobre o que será produzido em diferentes territórios, impondo diretrizes econômicas e espaciais que moldam indiretamente a dinâmica produtiva. Diante disso, na escala da rede urbana, propõe-se a análise de três categorias espaciais interdependentes: os lugares do fazer, os do articular e os do comandar.

A escala urbana no Brasil se organiza de maneira funcionalmente heterogênea, mas a polarização exercida pelas cidades médias, que estruturam as redes urbanas, permanece um elemento central para a dinâmica econômica e social. No contexto das Regiões Produtivas Agrícolas, como na cafeicultura do sul de Minas Gerais, essas cidades – que, nesse recorte, podem ser compreendidas também como cidades do agronegócio – desempenham um papel estratégico na captação de recursos oriundos dos espaços produtivos. Elas não apenas articulam a produção municipal, mas também estruturam fluxos regionais, funcionando como pontos de intermediação entre os locais de produção – os lugares do fazer – e as instâncias de decisão global – os lugares do comandar.

Em razão desse caráter articulador, tais cidades concentram bens e serviços essenciais para a intermediação entre a produção agropecuária e seu destino final, abrigando infraestruturas como tradings agrícolas, cooperativas e equipamentos logísticos especializados. Dessa forma, consolidam-se como verdadeiros nós dentro da rede produtiva, reunindo funções administrativas, fluxos financeiros, serviços especializados e infraestrutura logística que conectam a produção regional ao mercado internacional. Já nos lugares do fazer, prevalecem estruturas voltadas ao atendimento direto das atividades produtivas, sendo essas significativamente mais

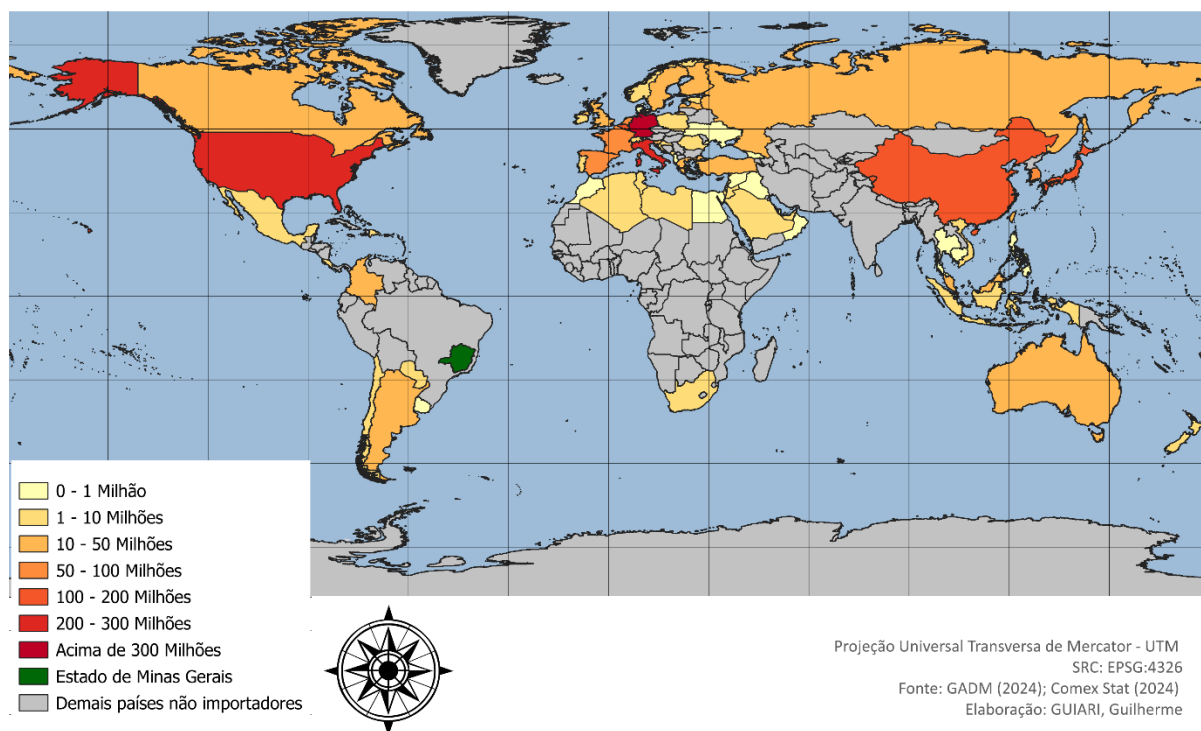
numerosas do que aquelas dedicadas à logística.

Cidades pequenas como Campos Gerais exercem a função do simples fazer, da produção agropecuária em si, atendendo apenas às necessidades inerentes à própria produção, funcionando como espaços do fazer da agricultura. Em contrapartida, centros maiores com melhor infraestrutura e concentração de capital, funcionam como espaços do agronegócio voltados ao articular a produção regional, incluindo – e principalmente – a das cidades pequenas que as circundam. A nível regional, é possível caracterizar o espaço como sendo um “espaço do agronegócio”, que de forma complementar se articulam para o avanço do setor. Entretanto, se pensar as cidades do agronegócio, como propostas por Denise Elias, estas seriam as cidades médias da região capazes de, além de satisfazer as necessidades produtivas, mediar a produção local com o mercado mundial, através de armazenamento, empresas de beneficiamento, logística, comercialização e distribuição. No caso sul mineiro, dificilmente uma cidade considerada pequena – nos parâmetros regionais – poderia ser considerada uma cidade do agronegócio devido a insuficiência dos consumos produtivos e da polarização exercida por elas.

Ainda do ponto de vista regional, as redes entre tais diferentes cidades funcionam através de relações tanto hierárquicas, quanto horizontais. Entre a complementaridade e a competição tais espaços se articulam para cumprir seus papéis quase impostos pelo modo de produção vigente e pelos interesses dos atores econômicos que ao se espacializar, também produzem novos espaços e ressignificam muitos deles. Essa complementariedade, mesmo que em nível de papéis exercidos seja desigual e concentradora de bens, objetos e recursos, permite a participação regional nos mercados mundiais agropecuários e agroindustriais. A produção agrícola de Campos Gerais, perpassa pelos municípios de Alfenas e Varginha antes de alcançar diferentes espaços mundiais. Um ótimo exemplo de como os processos de globalização econômica conectaram diferentes lugares do planeta. Um município com menos de 30 mil habitantes, como o proposto neste estudo, atualmente é capaz de se conectar em redes horizontais e transversais, hierárquicas ou não, com diferentes pontos do mundo, mediado por uma economia interestelar (mapa 9).

Mapa 9 - Exportações de café pelos municípios de Varginha, Alfenas e Campos Gerais no ano de 2023

Mapa de exportações de café dos municípios de Varginha, Alfenas e Campos Gerais catacterizado por valor de exportação (em dólares) no ano de 2023



Fonte: Comex Stat (2024).

Os maiores compradores do café sul mineiro no ano de 2023 foram a Alemanha, em primeiro lugar, seguido dos Estados Unidos, China, Itália, Japão e Bélgica. Porém, tais conexões não se limitam ao aspecto econômico, mas envolvem interesses mútuos em trocas de informações e acordos entre os lugares. Os espaços se interconectam em reciprocidades desiguais – ler-se e interpretar na própria contradição que tais palavras contrárias se apresentam --, em redes cada vez mais conectadas, mas que ao contrário do que possa dar-se a entender e como já mencionava Milton Santos (2000), reservando as particularidades locais e acentuando as especificidades de cada ponto nessa malha mundial.

Se considerado apenas a capacidade produtiva de Campos Gerais e seu papel na produção de café, é possível dizer que o município possui um papel polar na economia regional, pois se trata do maior produtor de café do Sul de Minas e um dos maiores produtores do estado e do Brasil. Conquanto, os padrões atuais de relação entre os lugares e de divisão territorial, social e intelectual do trabalho, os

deixam em um papel subordinado na cadeia dos complexos agroindustriais. Reforça-se que este espaço se tornou um lugar do fazer a agricultura, com seu espaço rural altamente “*commoditizado*”, inclusive pela agricultura familiar, com altos graus de integração direta e indireta com o mercado internacional. Seus consumos produtivos ficam limitados ao atendimento imediato da produção em si, com baixa complexidade em outras atividades que conformam o setor. Essas atividades, por sua vez, podem ser encontradas em centros urbanos maiores, que acabam cada vez mais concentrando recursos e investimentos de setores privados e públicos, nacionais e internacionais. Entretanto, a interpretação da realidade espacial como a é, aqui é imprescindível. A primeiro nível, esse fenômeno espacial de relações pode parecer contraditória, visto que o papel dessas cidades que são grandes produtoras é diminuído em prol do desenvolvimento de espaços não contíguos ao da produção. A cidade que produz não é aquela beneficiada pela produção. Porém, isso nada mais é do que o reflexo da própria intenção da economia globalizada e do desenvolvimento desigual, combinado e intencional do modo de produção atual. É a nível da ideia uma contradição, mas a nível do real, uma consequência. Por fim, a interpretação dessa realidade deve partir de um olhar crítico do pesquisador e o deve influenciar a demonstrar que esses espaços devem ser valorizados, assim como seus indivíduos, eles sim atores ativos na produção do espaço local e de suas relações. Cabe buscar entender agora, quem são os atores primeiros que asseguram essas relações em rede e como a produção de uma pequena cidade sul mineira é capaz de alcançar espaços tão longínquos.

6. COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO SÉCULO XXI: COOPERAÇÃO OU MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO?

A cooperação é um elemento que remonta a história do rural brasileiro. Mutirões, trocas de dias de serviços por diferentes agricultores visando a ajuda mútua entre propriedades e roças comunitárias são comuns desde tempos coloniais, se mantendo – mesmo em menor incidência – até os dias de hoje. Porém, com os intentos da desigual modernização da agricultura a partir das décadas de 1950 e 1960, essas formas embrionárias de associação cooperativa foram sofrendo um esvaziamento devido ao maior uso e os menores preços de maquinários agrícolas e agrotóxicos (Christoffoli, 2015).

Nesse contexto de desigual modernização, o cooperativismo agrícola que já experienciava participação em algumas regiões brasileiras, ganha maior importância como forma de inserir os agricultores alijados aos mercados e as redes de comercialização agropecuária. No cenário, as cooperativas aparecem – ao menos inicialmente – como uma forma contra-hegemônica de melhores condições de produção e participação de pequenos agricultores nos mercados nacionais e internacionais. Mendonça e Lima (2020), ponderam que o modelo cooperativista parte de uma associação socioeconômica capaz de produzir bens e serviços assegurando poder econômico de forma igualitária aos associados, possuindo voz e poder de decisão em relação a sua operacionalização. Para os autores, a cooperativa atua apenas ao nível dos custos, sem visar o lucro e assegurando o excedente aos seus cooperados de forma igualitária. Entretanto, os princípios cooperativistas em sua gênese tinham como propósito não apenas a melhora econômica dos associados, mas também uma responsabilidade com a sociedade, em aspectos políticos-reivindicativos e de impulso assistencial e educativo aos cooperados e à população onde essas cooperativas se instalavam (Gómez López, 2004).

Es importante resaltar que en la génesis del movimiento cooperativo agrario de varios países latinoamericanos (Argentina, Brasil, Uruguay), además de prevalecer el desarrollo de actividades en el ámbito de la producción, el comercio, las finanzas (créditos) y la prestación de servicios, con el fin de mejorar las condiciones de vida de los agricultores en el medio rural, también está presente una vigorosa vertiente político-reivindicativa y de impulso educativo y asistencial, que ha favorecido al conjunto de la población que habitaba donde estas cooperativas se localizaban y desplegaban su actuación. (Gómez López, 2004, p. 5).

Ainda, Singer (2001), ao discutir sobre o cooperativismo, aponta que tais

organizações sociais e econômicas, criadas e mantidas por pessoas economicamente fragilizadas, são regidas muito mais pela solidariedade do que pela competição. A economia solidária dessas organizações pode compreender diferentes tipos de empresas e associações voluntárias com objetivo de trazer objetivos econômicos a seus associados. Sendo uma reação direta à carência que o sistema dominante não quer resolver.

Segundo Gómez López (2004), no Brasil, as primeiras experiências cooperativas institucionalizadas surgem no século XIX. Grande parte das cooperativas que foram fundadas neste período e no início do século XX, se caracterizaram por um amplo movimento solidário e instrumento de trabalho coletivo, onde os resultados econômicos eram mais consequências do maior bem estar para a comunidade do que um objetivo primado em si, superando, em muitos casos, a ineficiência de políticas voltadas para o fomento do desenvolvimento rural. Foram, de maneira geral, as associações políticas de caráter progressista e os sindicatos os responsáveis, em um primeiro momento, pela criação de associações sindicais agrárias e cooperativas como ferramenta de defesa para os pequenos e médios produtores que se viam em via de expropriação frente a burguesia agrária (idem).

A própria mudança da realidade agrária brasileira no decorrer do século passado, entretanto, parece ter alterado alguns aspectos da gênese cooperativista, em algumas regiões e algumas cooperativas brasileiras. Christoffoli (2015), ao discutir sobre o cooperativismo, aponta ao menos quatro tipos diferentes de cooperativas voltadas para a produção no espaço rural. As cooperativas de produção coletiva ou grupos coletivos, visam a organização do trabalho de forma coletiva, exigindo um grau mais elevado de organização e consciência de seus associados. É uma forma de autogestão plena, onde o ritmo do trabalho, seu conteúdo e as formas de redistribuição dos excedentes são regulados pela decisão coletiva. Esse tipo de cooperação pode ser encontrado em algumas experiências mais avançadas em assentamentos rurais. Sendo normalmente cooperativas pequenas, não ultrapassam em muito, cem associados.

As cooperativas de crédito, como o próprio nome pressupõe, são formas de cooperação com o objetivo de viabilizar e facilitar o acesso ao crédito, a recursos públicos e à mobilização de recursos locais. Seu funcionamento se dá, principalmente, através de relações de confiança, demandando uma gestão adequada de empréstimos e cobranças, assim como solidez financeira e política

(Christoffoli, 2015).

As cooperativas de trabalho reúnem e organizam de forma coletiva a força de trabalho dos associados, buscando prestar serviços, produzir bens, executar obras, a partir da autogestão e da autonomia. Ao dispensar a mediação de patrões e empresários, busca melhorar as condições de vida e de trabalho dos cooperados. Esse tipo de cooperativa também é comum em assentamentos (Christoffoli, 2015).

Por fim, há as cooperativas de comercialização e prestação de serviços, dedicando-se quase exclusivamente à comercialização, seja a montante da produção: insumos, equipamentos, ferramentas, etc. Ou mesmo, na jusante com a comercialização da produção dos agricultores associados. Ademais, especializam-se na prestação de assistência técnica aos agricultores, à prestação de serviços envolvendo maquinários agrícolas e a organização da produção. Ainda como objetivo, está a agregação de valor da produção agrícola, como, por exemplo, a partir do desenvolvimento de agroindústrias. Sua abrangência de escala pode ser maior do que as anteriores, podendo atender um assentamento, um município ou mesmo uma região, possuindo milhares de associados (Christoffoli, 2015).

Segundo Singer (2001), esta última é a cooperativa que mais deu certo. Ela surge como um contraponto à exploração que os agricultores – hoje considerados familiares – sofriam pelos atacadistas, atravessadores e indústrias que compravam sua produção por preços desproporcionais ao trabalho executado e mais recentemente na história, os vendiam sementes, ferramentas, maquinários e insumos. Ou seja, aparece como uma reação à monopolização do território por parte de grandes empresas e indústrias, principalmente as multinacionais do setor. A organização desses pequenos produtores em “empresas solidárias”, serviu como saída à essa realidade, proporcionando poder de mercado, de barganha e alcance de escala. O capital que falta aos agricultores é, de certa maneira, substituído pela solidariedade (idem).

Da etapa de criação de uma cooperativa ao seu funcionamento pleno, Singer (2001), o distingue em ao menos duas fases. Seu estágio inicial é denominado pelo autor como “tempos heroicos”. É o início do cooperativismo, quando o que é retirado pelos associados é apenas o indispensável para assegurar a subsistência dos trabalhadores. Esse período é caracterizado por jornadas de trabalho de longa duração, onde todos fazem o possível para a sobrevivência da cooperativa. Segundo o autor, é nesse estágio que os laços de confiança são formados, tornando

a solidariedade possível. Ao passo que este estágio é superado, a solidariedade se combina com distinções individuais dentro da cooperativa. São organizados planos de retiradas mensais individuais com base na “habilitação profissional, responsabilidade, dedicação etc, requeridos para cada cargo” (Singer, 2001, p. 107). Aplica-se uma divisão técnica do trabalho, onde cada associado é remunerado correspondentemente pautado em sua função dentro da organização.

Se levado em consideração essa periodização do autor, pode-se perceber uma aproximação da cooperativa a um modo de divisão do trabalho em uma estrutura conhecidamente empresarial. Entretanto, aqui a solidariedade ainda prevalece sobre os objetivos centrais da cooperativa, sendo essa forma de divisão apenas uma infusão da estrutura empresarial capitalista, visto que a própria realidade se pauta em tal forma de organização.

Essa economia solidária é – como não poderia não ser – parte da estrutura social do modo de produção capitalista “na qual a concentração do capital incorpora o progresso técnico e assim determina as condições de competitividade em cada mercado” (Singer, 2001, p. 109). Para o autor, é primordial que uma cooperativa atinja um determinado tamanho para que possa retirar seus associados da pobreza e para que seja capaz de acumular “sobras” que reforcem as fontes do trabalho e a renda solidária. Entretanto, nos parece válido discutir sobre um terceiro momento de transformação temporal de uma estrutura cooperativista. Hipotetiza-se que o aumento desproporcional de certas cooperativas agrícolas aliado à tipos de gestão com viés neoliberal no território brasileiro têm alterado sua gênese cooperativista, deixando a solidariedade em prol de um pensamento empresarial onde o retorno econômico e o alcance de mercados cada vez mais longínquos se torna o objetivo principal da cooperativa e não uma consequência da melhor qualidade de vida e do bem estar dos cooperados.

Alguns estudos já apontam essa mudança dos paradigmas cooperativos. As incessantes prioridades estatais e privadas de uma internacionalização da produção primária brasileira transformaram a realidade e a intencionalidade da produção do espaço e de bens e serviços. A supervalorização de políticas voltadas para a produção de commodities para a exportação e o sucateamento de políticas públicas para a agricultura familiar e a produção de alimentos levaram, de meados ao fim do século XX, muitos agricultores e cooperativas a inverterem suas lógicas produtivas com intuito de se integrar no mercado internacional e nessa revisitada ordem da

agricultura mundializada. Por isso, parece pertinente demonstrar a possibilidade de algumas cooperativas terem passado por mudanças estruturais e de gestão, influenciadas por interesses neoliberais, que contrariam os objetivos propostos pelos ideais do cooperativismo, seguindo um caminho de visão empresarial mercantil e supervalorização econômica. Gómez López (2004), aponta que o processo de internacionalização do capital, além de provocar mudanças na tendência econômica e social do meio rural de diversos países latino americanos – e consequência disso (apontamento nosso) – também causou mudanças entre os agentes econômicos e sociais responsáveis pela produção do espaço rural, como o caso das cooperativas.

Como discorre Gómez López (2004), é a partir da década de 1990 que se acelera o processo de “empresariamento” de algumas cooperativas agrícolas na América Latina, principalmente àquelas vinculadas à atividades que se encaixam melhor nos mercados internacionais, como: carne, soja, leite, frutas, etc. “Estos cambios en el sector cooperativo agrario están sustentados en la elaboración y aplicación de políticas que tienden a afianzar un modelo agrario excluyente en el plano interno y selectivo en el externo” (Gómez López, 2004, p. 9).

As cooperativas agrárias, como aponta Gómez López (2004), funcionam como um importante pilar, principalmente, para os pequenos produtores ao passo que consegue diminuir a probabilidade de desaparecimento de várias propriedades familiares contra um esforço incessante em modernizar o aparato produtivo e comercial intentado pelo Estado e pelo setor privado. Porém, algumas cooperativas têm passado por mudanças estruturais e de gestão, influenciadas por interesses neoliberais, que contrariam os objetivos propostos pelos ideais do cooperativismo, seguindo um caminho de visão empresarial mercantil e supervalorização econômica.

Se trata de mudanzas que afectan tanto a su estructura como la forma de gestión, y a los históricos objetivos perseguidos por el movimiento cooperativo. Así, frente a la tradicional organización reivindicativa, solidaria y comprometida con las clases menos favorecidas del campo, base social fundamental de este movimiento asociativo, en estos momentos se prioriza a una cooperativa agraria que apuesta por una estrategia que tiende a identificarse y perseguir una estricta visión empresario mercantil más acorde con la lógica del mercado (Gómez López, 2004, p. 1-2).

A realidade das cooperativas agrícolas em muitos casos existentes hoje em dia, integrada a um modelo de desenvolvimento neoliberal, acaba contrastando com os princípios do movimento cooperativo. O aprofundamento das relações mercantis toma lugar de valores tradicionais, como a ajuda mútua e a solidariedade. O foco deixa de ser o cooperar para sobreviver e melhorar as condições de vida e de

produção e passa a ser o aumento da eficiência, da produtividade, da competição, da oferta e da demanda, e da competição por preços e benefícios. Todos esses aspectos fortalecem o ideal empresarial dentro da cooperativa em prejuízo do que tradicionalmente foi a gênese dessa associação (Gómez López, 2004).

O autor ainda ressalta que em diversos países latino americanos há um controverso funcionamento devido à administração cada vez mais tecnocrata voltada para atender mais os interesses de grandes produtores associados, enquanto a maior parte da base social dessas cooperativas se sente alijada nas tomadas de decisão e como parte não ativa do processo de gestão. Há um paradoxo nessa relação. Nesse processo de modernização e industrialização da agricultura, as cooperativas acabam cumprindo uma dupla agenda. Por um lado, servem como um importante veículo para o desenvolvimento do setor primário, desapropriando agricultores familiares de sua autonomia produtiva ao mesmo tempo em que não permite a desapropriação das terras por esses pequenos produtores, os mantendo no mercado e na competição mercadológica (Gómez López, 2004). Trata-se de uma estratégia do capital do agronegócio (idem), duplamente prejudicial para a agricultura familiar.

En esta lógica, las cooperativas agrarias aparecen cada vez más como un instrumento del desarrollo capitalista en el campo, tanto a través del proceso de proletarianización traducido en el incremento del número de trabajadores empleados, como mediante el proceso de subordinación del pequeño agricultor al capital industrial y financiero. En esta línea, el discurso de corte neoliberal seguido por las cooperativas agrarias y vinculado al aprovechamiento de las oportunidades del mercado, y la búsqueda de una mayor satisfacción del socio-agricultor, ha reducido a las mismas a una condición de vulgares empresas rurales dominadas por una base social representada por grandes propietarios rurales que no dudan en adoptar, prioritariamente, principios de racionalidad económica en perjuicio de sólidas políticas de fomento y desarrollo social. (Gómez López, 2004, p. 6)

O produtor rural, nessas condições, deixa de ser um sócio-produtor, que participa de forma ativa nos processos produtivos e nas tomadas de decisão da cooperativa, ao passo que perde sua autonomia enquanto ator social e agricultor, visto que a melhor estratégia para se manter no campo passa ser se integrar em mercados altamente competitivos. Tornam-se dependentes do que, de como e de quando produzir; do que, de como e do que consumir. Essas mudanças na estrutura do cooperativismo em corporações que priorizam os ideais neoliberais de mercantilização da produção familiar acabam por transformar o agricultor associado em um mero cliente da cooperativa (Gómez López, 2004). Estes agricultores

passam a depender dela tanto nos processos pré-produtivos, produtivos e de beneficiamento, comercialização e distribuição.

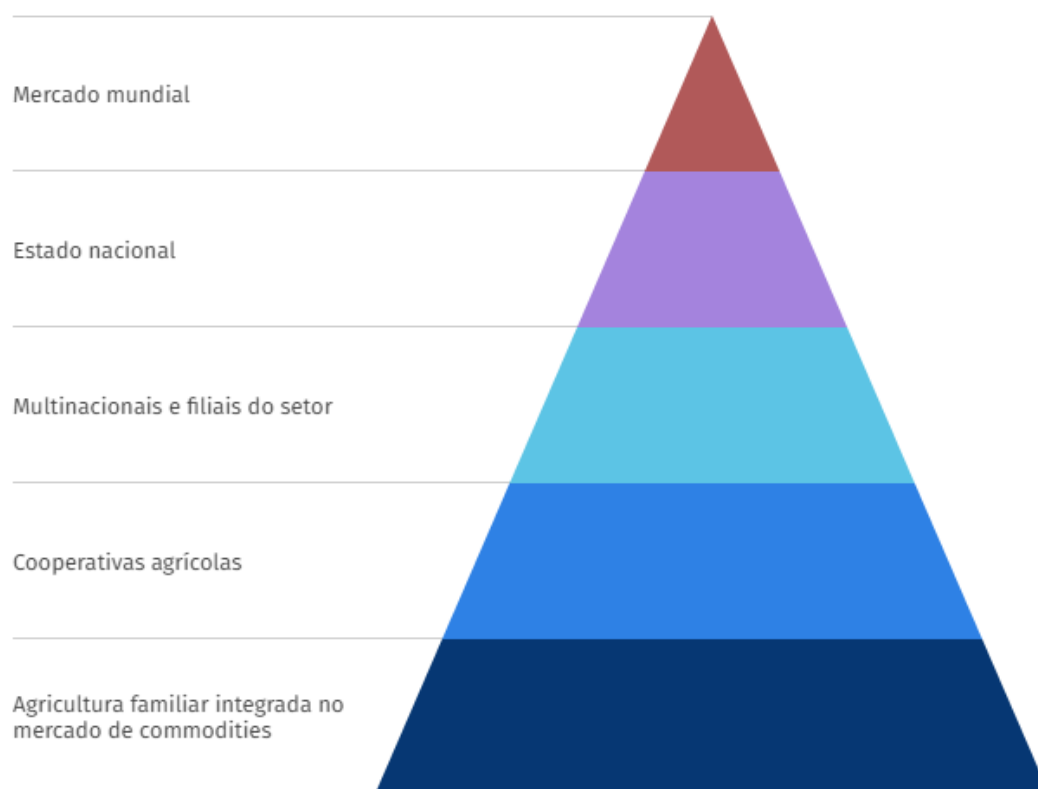
Um paradoxo. É uma forma de proletarização da agricultura familiar sem expulsá-los do campo, proporcionando aos agricultores uma sensação de parcial autonomia e de que essa pode ser a única forma de se manterem produzindo como agricultores. Entretanto, ao nível do real o que ocorre é que ao mesmo tempo em que são expropriados de sua autonomia produtiva e integrados em mercados cada vez mais dependentes do setor internacional – gerando novas fragilidades econômicas e sociais aos agricultores – não são expropriados da terra, utilizada, agora, para a expansão da produção primária para a exportação, mediado por cooperativas e multinacionais. É a colonização da agricultura familiar pelo mercado internacional influenciada, em muitos casos, por cooperativas nacionais. A crítica, entretanto, não deve se voltar aos agricultores ou cooperativas que participam desse processo, nos quais muitas vezes não possuem a intenção direta dessa expansão, mas o veem como saída e estratégia de sobrevivência. Mas sim, ao modo de produção vigente que utiliza de estratégias para sua crescente expansão desigual, porém combinada, integrando os mercados através de estratégias de subordinação. No caso sul mineiro, como intentado demonstrar nesta pesquisa, essa mudança nos paradigmas cooperativistas acaba, por fim, afetando a forma de como o espaço é produzido e utilizado, criando verdadeiros territórios “familiarmente commoditizados”.

Como já discutido nesta pesquisa, as multinacionais do setor acabam monopolizando os territórios através de empresas de comercialização e processamento industrial controlando, através de mecanismos de subordinação, produtores do campo sem ao menos deter a posse das terras. Devido suas estratégias e formas de funcionamento, influenciam diretamente os processos pré-produtivos e os elementos necessários para a (re)produção dos agricultores inseridos nessa lógica produtiva, dominando as vendas de insumos, sementes, maquinários, ferramentas e agrotóxicos necessários para a produção. Os agricultores, tornam-se subordinados a essas relações de comercialização se querem produzir, principalmente se o objetivo for alcançar os mercados internacionais. Além desse controle à montante, elas também são, em muitos casos, responsáveis pelo controle à jusante da produção, através do beneficiamento, comercialização e processamento industrial (Oliveira, 2012).

Esse padrão parece ter sido incorporado por diversas cooperativas agrícolas,

que reproduzem o papel das multinacionais nos territórios, possibilitando, através da solidariedade econômica, que os agricultores incapazes de o fazer por si só, sejam também monopolizados pelas cooperativas e pelas multinacionais. Entretanto, como veremos, essa reprodução dos valores empresariais e controle dos territórios é apenas parcial, pois elas mesmas são, também, monopolizadas pelas multinacionais. A questão da escala aparece novamente no problema. Podemos dividir a equação da seguinte maneira: os agricultores familiares integrados nesses mercados internacionais são a base social e fundante da produção agrícola que alcançará os mercados externos, subordinados em todos os níveis por cooperativas que controlam parcialmente os territórios, pelas multinacionais, pela demanda inalcançada por políticas públicas e pelos ditames do mercado internacional; as cooperativas com forte viés empresarial, por sua vez, são cooptadas e monopolizadas por multinacionais, pois também dependem delas para a compra dos elementos necessários para os processos pré produtivos e não raro, são o caminho principal para a venda dos estoques armazenados na cooperativa; as multinacionais, mesmo com o poder econômico que possuem, ainda dependem dos Estados nacionais e das vantagens econômicas que estes podem lhe oferecer; ao passo que os Estados nacionais se subordinam – não é uma regra – ao mercado internacional, promovendo políticas públicas e estratégias para que seus atores alcancem cada vez mais o espaço global (gráfico 24).

Gráfico 24 - Pirâmide econômica de subordinação dos atores responsáveis pela produção do espaço agrícola na produção para o mercado exterior



Organização: Guiari (2024)

A visão empresarial de cooperativas de comercialização tende a criar territórios de tensão entre agricultura familiar e empresarial, recriando relações de desigual participação no mercado e de acesso a bens e serviços. Pode ocorrer, como já mencionado, a subordinação da agricultura familiar pelas cooperativas, reproduzindo o papel de monopolização do território que as multinacionais exercem no campo brasileiro. A agricultura familiar acaba sendo, de uma forma diferente, mas com o mesmo resultado final, subordinada em seus processos pré e pós produtivos, perdendo boa parte da autonomia de produção.

Não é sobre tirar ou criticar a importância das cooperativas na vida desses agricultores, até porque elas são, em muitos casos, a única forma ou o melhor caminho, entendendo a realidade atual, para que esses agricultores permaneçam produzindo no campo e para que não sejam expulsos da terra. É, sem dúvidas, um pilar imprescindível para a agricultura familiar, principalmente àquelas famílias

inseridas em regiões altamente integradas ao mercado internacional, como no caso da cafeicultura sul-mineira. Porém, como crítica construtiva de melhor funcionamento dessas cooperativas e que vise a melhoria da qualidade de vida de seus associados, principalmente da base social que é a agricultura familiar, torna-se urgente revisitar os preceitos do cooperativismo como uma associação unificada pelos direitos dos agricultores locais onde a renda, o lucro e os interesses econômicos sejam uma consequência do processo cooperativo e não seu objetivo primaz. Uma gestão democrática, a participação social, os interesses em manter o tripé da sustentabilidade ambiental, econômica e social devem servir como guias para uma “outra” gestão das cooperativas, valorizando as particularidades locais e a autonomia dos agricultores familiares.

É entendendo essa possível realidade em algumas cooperativas no território brasileiro que os próximos capítulos se deleitarão. Em uma realidade onde a produção de uma *commodity* – o café – é produzido, majoritariamente – em relação quantitativa de agricultores – pela agricultura familiar, qual é a intenção, o papel e como se dá o funcionamento e as estratégias de uma cooperativa de café em uma cidade pequena localizada em uma região altamente integrada ao mercado internacional? Como essa organização tem contribuído ou pode contribuir para o desenvolvimento rural regional? Qual sua relação com a agricultura familiar? Como ela é responsável pelas relações em rede, horizontais e transversais que ligam o local ao regional e ao global? São algumas questões que serão ponderadas no próximo capítulo.

A maior parte dos resultados discutidos a partir daqui, são dados primários oriundos de trabalhos de campo e entrevistas, visando entender e problematizar os atores sociais e organizações envolvidas na produção familiar de café do município e em como o espaço é apropriado e utilizado por eles, enquanto produtores de espaço e de café.

6.1 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PARA O COOPERATIVISMO AGRÍCOLA EM CAMPOS GERAIS

Já mencionado, são duas as cooperativas agrícolas situadas no município de Campos Gerais. Uma delas é uma filial da, atualmente considerada a maior cooperativa agrícola de comercialização de café do mundo, a Cooxupé. Com sede

em Guaxupé e criada na década de 1930, a cooperativa conta atualmente com mais de 20 mil agricultores cooperados, sendo – segundo dados da própria cooperativa – mais de 97% considerados nos padrões políticos e jurídicos atuais como agricultura familiar. A cooperativa atua em mais de 330 municípios envolvendo a região do Sul de Minas, Cerrado Mineiro, Matas de Minas e Vale do Rio Pardo, esta última no estado de São Paulo (COOXUPÉ, 2024).

A proporção dimensional que a cooperativa alcançou fez com que a organização crescesse não apenas em tamanho e alcance espacial, mas também na prestação de serviços e na sua atuação no mercado agropecuário. Atualmente, atua não apenas na comercialização de insumos, ferramentas e maquinários agrícolas para os agricultores e na comercialização da produção, mas também possui torrefação própria, agregando valor ao produto, além de auxiliar na produção e comercialização de outros produtos, como o milho e soja e possuir uma fábrica de rações. Além do mais, possui laboratórios para análise pedológica e áreas voltadas para o geoprocessamento. Ademais, nos últimos anos, a cooperativa tem buscado ampliar seus nichos de mercado através de cafés especiais e certificações (idem), o que corrobora com a ideia discutida no início da pesquisa sobre a influência da espacialização do meio técnico-científico-informacional e o maior acesso e disseminação das tecnologias produtivas e de informação, ampliando as dinâmicas de consumo hodiernas.

Outro ponto que diz respeito ao tamanho da cooperativa se vincula às problemáticas do empresariamento dessas organizações. Atendendo mais de três centenas de municípios e mais de duas dezenas de milhares de cooperados, torna-se difícil discutir sobre uma organização pautada mais na solidariedade organizacional do que em uma organização empresarial. Isso é reforçado pelo aumento dos tipos de prestação de serviços disponibilizados por ela. Além de controlar a venda de produtos pré -produtivos e a própria comercialização da produção, ela ainda controla serviços antes prestados por outras instituições, como as análises pedológicas e de geoprocessamento. Aspectos que permitem uma monopolização do território agrário, subordinando os agricultores ao controle à montante e à jusante pela cooperativa. Ademais, os poderes de decisão podem acabar centralizados, dando pouca ou nenhuma voz aos mais de 20 mil cooperados.

A outra cooperativa presente aqui é a Coopercam. Esta é uma cooperativa do próprio município, fundada na década de 1980. O conselho de Administração da

cooperativa é composto por nove cooperados, votados através de Assembleia Geral, sendo sete efetivos e dois suplentes. Além da sede municipal no espaço urbano de Campos Gerais, a cooperativa possui uma filial no distrito Córrego do Ouro, no próprio município, inaugurada em 2024 (fotografia 6).

Fotografia 6 - Filial da COOPERCAM no distrito do Córrego do Ouro



Fonte: COOPERCAM (2024). Arquivo disponibilizado online: <https://coopercam.com.br/institucional/>.

São duas importantes cooperativas voltadas para a produção do café localizadas em uma cidade com menos de 30 mil habitantes, o que reforça, mais uma vez, a importância dessa rubiácea para os campos-geraienses. O cooperativismo mostra-se importante, inclusive, representado pelas próprias leis municipais. A Lei orgânica do município de Campos Gerais, promulgada em 12 de dezembro de 1996, traz em suas disposições a intencionalidade de apoio ao cooperativismo. No título V: da ordem econômica e financeira; Capítulo I: da atividade econômica; e no Artigo 182, jaz o seguinte parágrafo:

§1º - O município, por Lei, apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo. (Lei Orgânica do Município de Campos Gerais, 1996).

Torna-se claro que o cooperativismo, enquanto organização econômica e

social é importante para os agricultores locais, mas tanto quanto, é intenção do próprio município seu funcionamento e manutenção. Por esse motivo, buscamos realizar uma entrevista com funcionários da Coopercam, buscando entender sua principal forma de funcionamento e relação com a agricultura familiar cafeeira, com razão de contribuir para melhores formas de cooperativismo no campo que valorizem a agricultura familiar.

6.2 COOPERCAM E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO NA PROMULGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

A entrevista foi realizada com um representante técnico, funcionário da cooperativa, que auxiliou a entender como a organização funciona e qual sua relação com o mercado internacional, as multinacionais presentes no território e com a agricultura familiar de Campos Gerais.

A Coopercam foi criada no dia 8 de dezembro de 1980 e atualmente possui uma média de 3.500 cotas cadastradas. Dentre essas cotas, segundo o entrevistado, cerca de 1.900 estão realmente ativas e participando da rede cooperativista. As outras aproximadas 1.600 cotas precisam ser melhor analisadas, porém a hipótese central é que são ou de agricultores que decidiram trocar de cooperativa ou abandonar o cooperativismo, ou mesmo daquelas propriedades em que os agricultores faleceram e seus sucessores resolveram não continuar as atividades agropecuárias, em muitos casos, vendendo sua parte das terras. Em meio às 1.900 cotas ativas, mais de 70% são agricultores classificados como familiares segundo os parâmetros do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), segundo as normativas políticas e jurídicas vigentes até o ano de 2024.

Para se tornar um cooperado, o agricultor deve apresentar uma documentação pedida pela cooperativa além de pagar uma cota simbólica de R\$700,00. Esse valor, segundo perguntado, fica retido na cooperativa, assim como uma poupança, rendendo juros proporcionais. Assim que o agricultor decide sair, seja para outra cooperativa ou deixando de ser associado, é devolvido o valor monetário recalculado. Ainda, esse valor serve como forma de confiança à cooperativa e de apoio aos primeiros cooperados.

A associação cooperativa em análise é especializada na produção, armazenamento, comercialização e distribuição do café, tanto em território nacional

como para os mercados internacionais, alcançando, principalmente países da União Europeia e mais recentemente, expandido seu mercado para o Japão. Como mencionado, o produto comercializado pela cooperativa por enquanto limita-se ao café. Segundo o entrevistado, os cereais – como a soja e milho – ainda possuem uma produção tímida se comparados à rubiácea. Enquanto, na soma das propriedades dos agricultores cooperados, os cereais chegam a totalizar próximo a 1.000 hectares, o café ultrapassa os 19.000. Porém, nos últimos anos, a cooperativa tem instruído e estimulado a produção frutífera nas propriedades agrícolas em áreas pouco favoráveis para o café, como em vales ou áreas propensas a geadas, mesmo que não seja para a comercialização a partir da cooperativa. As principais frutas indicadas por eles para o cultivo nesses espaços são o abacate, o maracujá e a banana. Ponto esse que nos ajuda a entender o aumento da produção de abacate no município, assim como enunciado pelos dados secundários da Produção Agrícola Municipal do IBGE. Ademais, demonstra a capacidade da cooperativa em influir na produção do espaço agrícola, estimulando a produção de determinados cultivos agrícolas.

A maior quantidade de produção de café comercializado pela cooperativa advém da agricultura familiar, como aponta o entrevistado. Entretanto, mesmo a agricultura familiar totalizando mais de 70% de todos os agricultores associados, a quantidade produzida por eles não alcança o mesmo percentual. Fenômeno que reflete a diferença de capacidade produtiva entre agricultores familiares e grandes produtores com finalidades exclusivamente empresariais para o campo. Ademais, remonta problemáticas anteriormente discutidas, como a má distribuição de terras, tecnologias, investimentos e acesso a políticas públicas.

A cooperativa aponta que uma das formas e estratégias de aumentar a capacidade de inserção dos agricultores ao mercado internacional, são as certificações e os selos de certificação das propriedades rurais. No ponto de vista econômico, os selos e certificações cumprem ao menos duas agendas, uma para os agricultores certificados e outra para a cooperativa. Atualmente existem 96 agricultores com a certificação associados à cooperativa, todos eles certificados com os selos “RAIN FOREST”; IMPACT; 4C; ou NUCOFFEE. Este último, inclusive sendo um selo certificado pela empresa Syngenta (que possui uma filial em Varginha), uma das principais empresas de tecnologia agrícola do mundo, com mais de 250 anos de história e atuando em mais de 100 países (Syngenta, 2024).

Ao nível do agricultor, a principal diferença em se ter ou não a certificação está no preço final do produto e nos parâmetros de produção e cuidados com a propriedade. Para cada selo e certificação, o agricultor deve seguir um conjunto de critérios envolvendo os de sustentabilidade ambiental, como o não desmatamento da propriedade e de áreas protegidas, assim como padrões de produção específicos para cada certificação. Para aqueles agricultores certificados, há uma bonificação no produto final que é repassado pela cooperativa e posteriormente comercializado à instituição promotora da certificação. Esta também é uma forma das multinacionais monopolizarem os territórios a partir de novos nichos de mercado. A produção proveniente de agricultores certificados é comercializada diretamente para a própria empresa certificadora, que comercializa essa produção nos mercados mundiais, concentrando a renda nessas empresas multinacionais.

No caso da cooperativa, esses selos e certificações possibilitam uma maior facilidade nas trocas e no comércio internacional. Segundo o entrevistado, principalmente nos países que fazem parte da União Europeia, as certificações são um meio de facilitar a comercialização, pois estes países não compram café de propriedades rurais que não seguem alguns princípios, como o da sustentabilidade ambiental, por exemplo. Propriedades com índices de desmatamento também têm seu café devolvido ao país de origem e não são comprados por estes países.

Essas imposições internacionais influenciam em como o espaço é utilizado pelos agricultores e em como as cooperativas devem agir para manter a organização do território para o funcionamento do setor agropecuário regional que visa alcançar mercados globais. Por isso, como mencionado pelo entrevistado, a cooperativa visa, cada vez mais o aumento quantitativo de agricultores que possuam certificações e cita que um dos planos de gestão para o ano de 2025 é influenciar para o aumento dessa quantidade, alcançando, ao menos, duzentos cooperados certificados até o fim do mesmo ano.

Ainda sobre questões de sustentabilidade, o entrevistado reforça a influência da gestão cooperativista para o desenvolvimento regional sustentável. Cada cooperativa é uma corporação distinta da outra, assim como cada agricultor se difere em nível de indivíduo. Por isso, a cooperativa e como ela vai agir sobre o território dependem, antes de mais nada, da gestão e dos seus interesses primeiros. Atualmente, a cooperativa A tem buscado revisitar o tripé da sustentabilidade nas unidades associadas. Por alguns anos, a gestão seguiu por caminhos pautados em

ideais neoliberais, principalmente buscando aumentar sua capacidade de alcançar mercados cada vez mais distantes. Esse intuito causou um “empresariamento” da unidade cooperativa, que buscou mais lucros do que cooperação, deixando em segundo plano, a sustentabilidade da produção. Com a troca recente da gestão, aumentaram-se as preocupações com tais questões e mudou-se o foco da cooperativa, agora buscando a valorização da agricultura familiar e da integração da sociedade. Tornou-se intuito primeiro atentar-se para as necessidades dos agricultores familiares e pequenos produtores de café pensando, em primeiro lugar, no tripé da sustentabilidade: a preservação ambiental para a manutenção da vida e da produção futura; a valorização da sociedade enquanto agentes ativos dos processos de produção do espaço; e a sustentabilidade econômica, entendendo que a produção deve ser financeiramente rentável para a cooperativa e para os agricultores familiares e não familiares associados.

Entretanto, a mudança de gestão ainda é recente e os projetos integradores ainda não entraram em vigor, estando ainda em etapas de planejamento. Uma ação importante e que vale a menção é que está em planejamento ideias de associação entre cooperativa e sociedade, visando integrar, através de eventos sociais (cursos, palestras, encontros, etc.), agricultores e familiares. A ideia central é poder ajudar na superação da problemática de sucessão geracional no campo e incentivar os jovens a permanecer produzindo e se manterem na profissão de agricultor.

A maior preocupação recente com a agricultura familiar e os intentos de inserir a sociedade rural, através de associações, palestras e cursos, demonstra o remonte da solidariedade dentro da instituição cooperativa. Mesmo que algumas dessas ações tenham como objetivo o aumento da produtividade, elas também significam a manutenção da cooperativa em uma realidade onde a agricultura familiar prevalece. Intenta, ainda, a superação de alguns problemas econômicos e sociais dessa categoria social, como a sucessão geracional e o menor endividamento dessas famílias.

Enquanto cooperativa, a corporação oferece alguns serviços e incentivos aos sócios agricultores, porém, em sua maioria, esses serviços se resumem a aspectos técnicos e econômicos, ainda precisando avançar em planejamentos sociais, culturais e socioambientais.

Um destes serviços é a assistência técnica gratuita a todos os agricultores cooperados, que são realizadas a partir da demanda dos agricultores. Ou seja, não

há visitas regulares a todos os cooperados, apenas quando são solicitados. Porém – e consequência –, aqui também há uma dificuldade. São aproximadamente 1.900 cotas ativas e apenas 6 técnicos agrícolas disponíveis na cooperativa. Esse fato dificulta o atendimento satisfatório de todos os agricultores. Pensando nisso, a cooperativa realizou uma parceria técnica com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), aumentando o escopo de técnicos disponíveis e auxiliando no suporte prestado aos agricultores. Além da parceria com o SENAR, a cooperativa também possui parceria direta com a Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu Ltda (COOMAP) de Paraguaçu-MG, voltada para a troca de saberes e informações, realizando reuniões para discutir o sucesso de certos planos e projetos e o planejamento conjunto para futuros planos.

Outro serviço prestado pela cooperativa é a de venda e financiamento de insumos, fertilizantes, ferramentas e maquinários agrícolas aos cooperados. A compra desses produtos da cooperativa pelos associados não é obrigatória, mas é estimulada visando o crescimento da cooperativa e o movimento de capital dentro da própria instituição. Essa transação ocorre de duas formas, à escolha dos agricultores: compra direta por dinheiro ou por estocagem do produto. O agricultor pode optar pela compra e financiamento direto ou “trocar” pelo café produzido no momento da colheita. A chamada “trava” do café funciona da seguinte forma: o agricultor separa parte da produção como moeda de troca para realizar essas transações com a cooperativa. É uma negociação pautada no princípio da confiança. A cooperativa “vende” os insumos, fertilizantes ou maquinários antes da produção em si, sem que haja o pagamento no ato da compra. Em contrapartida, o agricultor deve cumprir com sua parte do acordo, “travando” parte da produção para o pagamento das dívidas.

Esse ponto merece atenção. Por um lado, possibilita que os agricultores tenham condição de produzir e de comprar os elementos necessários para a produção, mesmo que no momento não possuam capital o suficiente para o investimento inicial. Conquanto, a “trava” da produção, consequentemente, diminui a renda por parte dos agricultores, já que essa deve ser destinada ao pagamento do investimento inicial. Isso, aliado a outros tipos de financiamentos e de solicitação de créditos para a produção, pode deixar o agricultor em situação de fragilidade econômica e social devido ao constante aumento de dívidas para manter a produção e dificultar o investimento para a produção seguinte.

Esse ponto, se relaciona, inclusive, com uma das dificuldades da produção familiar de café comentadas pelo entrevistado. As principais problemáticas da produção familiar de café citadas pela cooperativa gira em torno, principalmente, da gestão das propriedades, dos custos da produção e da sucessão geracional. A dificuldade em gerir a propriedade rural, a falta de instrução tecnológica e a fragilidade financeira de alguns agricultores familiares é um obstáculo, que segundo o entrevistado, precisa ser superado se almejamos um desenvolvimento rural pleno e sustentável. A falta de controle entre custos, gastos e lucro da produção por parte dos agricultores familiares pode os levar a situações de fragilidade econômica e social. Aqui, segundo ele, a importância de a cooperativa investir em planos de associações sociais que ministrem cursos e palestras para os agricultores e familiares, visando a melhor gestão da propriedade familiar.

Todavia, há de se tomar cuidado com afirmações que relegam a culpa apenas a dificuldade de gestão das unidades familiares de produção pelos agricultores familiares a fim de não cair em um discurso de viés neoliberal sobre a meritocracia e diminuição da agricultura familiar. A dificuldade de gestão, a incipiência de saberes tecnológicos e o mal planejamento da produção nessas propriedades são fatos que merecem atenção. Entretanto, isto é, também, consequência da maior fragilidade agrária da agricultura familiar, da má distribuição de terras e de renda, da dificuldade e discrepância de acesso de crédito e políticas públicas e diversos outros problemas que essa categoria social tem que enfrentar diariamente. É, ainda, resultado da modernização seletiva da agricultura brasileira e da valorização da agricultura exportadora em detrimento do intencional esquecimento das questões agrárias brasileiras.

Outro problema citado pela cooperativa e importante na discussão dessa categoria social é em relação à sucessão geracional e maus investimentos na propriedade rural pelos sucessores da terra. Um problema citado na entrevista diz respeito à intenção de modernização da propriedade rural sem o capital necessário para o fazê-lo. Muitas vezes os filhos dos agricultores, ao substituir os pais na gestão da propriedade, anseiam modernizá-la seguindo os padrões impostos socialmente e na mídia para o agronegócio brasileiro. Volta-se, aqui, na hipótese sobre a supra valorização cultural do agronegócio como campo modernizado e riqueza acumulada, inseridas na ideia do brasileiro, principalmente por agentes políticos e midiáticos, já bem discutido por Pereira (2023). No nível do real, o que

ocorre é o aumento dos gastos e o consequente endividamento do agricultor. Esse problema muitas vezes leva até mesmo a venda da propriedade e ao êxodo rural.

Quando perguntado sobre se a cooperativa trabalha ou incentiva o uso de políticas públicas pelos agricultores familiares, este disse que há sim o incentivo, mas principalmente em relação ao PRONAF. O município não é atendido pelo PAA e como o foco da cooperativa é a produção de café, por enquanto não se enquadra nos pressupostos do PNAE.

Voltando a produção do café, imagina-se, como commodity, que a maior parte da produção se destina diretamente para o mercado exterior. Entretanto, o entrevistado aponta que essa não é necessariamente a realidade da cooperativa. Nem sempre a comercialização para o mercado externo é rentável para a corporação, visto que os preços internos às vezes superam os do mercado externo. As vendas diretas da cooperativa para o mercado externo giram em torno de 20% das vendas totais, sendo o restante comercializado com empresas situadas em território nacional. Porém, as vendas internas são, geralmente, para empresas multinacionais com filiais no Brasil, ou empresas brasileiras voltadas para a exportação. Em suma, o provável destino final da produção é majoritariamente para exportação. Tal fenômeno remonta a ideia discutida sobre as pequenas cidades como lugares do fazer a agricultura para o mercado internacional, mas com pouca influência ou participação ativa nas tomadas de decisões e na participação com o exterior. Esse papel de articular a produção regional com os mercados globais fica com empresas situadas em centros urbanos maiores, no caso do Sul de Minas, nas cidades médias que polarizam serviços, principalmente voltados à comercialização, logística e distribuição da produção. Ademais, demonstra, ainda, a relação hierárquica das cooperativas e multinacionais, como discutido anteriormente.

A cooperativa em destaque, seguindo a disposição de Christoffoli (2015), se encaixa como uma cooperativa de comercialização e prestação de serviços. Seus principais serviços giram em torno da venda de insumos, ferramentas e maquinários; da prestação de assistência técnica; e da comercialização da produção de café, sendo um meio para que os agricultores se tornem capazes de participar de mercados que antes eram distantes demais para essa categoria social, assegurando preços mais justos à produção. Porém, alguns elementos de outros tipos de cooperativismo se mesclam na sua estrutura, como a disponibilidade de crédito e a redistribuição dos excedentes. Todos esses elementos corroboram com a ideia de

que o cooperativismo no século XXI, em muitos casos, tornou-se uma “nova” forma de monopolização do território agrícola e de subordinação da agricultura familiar. As cooperativas acabaram reproduzindo os elementos de controle das grandes empresas, controlando processos antes da produção, durante e após.

Assim, entendendo a realidade sul mineira – e brasileira – de um país que intenta, incessantemente, revisitar os padrões coloniais de produtor de matérias primas, tornando-se cada vez mais subordinado a relações internacionais, as cooperativas servem como um apoio, de um lado imprescindível para a permanência e manutenção da agricultura familiar no campo brasileiro. Em um país onde se procura, cada vez mais, a especialização da produção para a exportação, as cooperativas auxiliam na não expropriação desses agricultores, entretanto, o caminho tem sido os inserir em tais mercados. A gestão, como discutido neste capítulo, parece ser um pilar imprescindível para ditar quais caminhos a cooperativa e conseqüentemente os agricultores familiares de toda uma região vão seguir. Uma gestão empresarial tende a aumentar as fragilidades econômicas, sociais e mesmo culturais dos agricultores familiares, visto a perda de autonomia produtiva, das características historicamente culturais desses atores sociais e da contradição enquanto categoria social incluída desigualmente em um mercado altamente competitivo. Além do mais, aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental, social e econômica são negligenciados nesses casos em prol do maior alcance mercadológico e do aumento do lucro.

Em contrapartida, uma gestão democrática, que busca entender a realidade local dos agricultores associados e das necessidades produtivas e sociais, pode ser uma estratégia de superar diversas dificuldades que tais agricultores enfrentam. Torna-se urgente revisitar os preceitos do cooperativismo como uma associação unificada pelos direitos dos agricultores locais onde a renda, o lucro e os interesses econômicos sejam uma consequência do processo cooperativo e não seu objetivo primaz. Uma gestão democrática, a participação social, os interesses em manter o tripé da sustentabilidade ambiental, econômica e social devem servir como guias para uma “outra” gestão das cooperativas, valorizando as particularidades locais e a autonomia dos agricultores familiares.

Principalmente a geografia deve entender que essas questões não se limitam à aspectos econômicos, mas são capazes de remodelar todo um espaço regional, não apenas no campo produtor, mas também nas cidades e suas articulações com

outros espaços. É urgente a valorização das análises espaciais e das consequências socioespaciais dessas decisões se intentamos pensar em estratégias de um desenvolvimento rural e urbano pautado na equidade de suas relações.

Ainda, outra questão precisa ser pontuada antes de entendermos a realidade dos agricultores familiares produtores de café em Campos Gerais. Historicamente, o papel que o Estado exerceu no campo brasileiro teve a capacidade de construir caminhos específicos para o progresso da agropecuária brasileira, tracejando direções para o futuro do setor no país. Mais recentemente na história, uma importante política pública parecia remediar as consequências desiguais da também desigual modernização do campo brasileiro. O PRONAF, enquanto política pública voltada à agricultura familiar, foi um marco importante de valorização das lutas dos movimentos sociais no campo brasileiro e uma luz para o futuro do que hoje é conhecido como agricultura familiar. Entretanto, o caráter creditício da política pode ter cumprido uma dupla agenda. Se por um lado permitiu a persistência dessa categoria social fragilizada, por outro, pavimentou um outro caminho para a agricultura familiar. Dessa forma, se tratando da atual cidade de Campos Gerais, como essa política pública tem sido utilizada? A histórica produção de alimentos vindos dos agricultores familiares foi realmente fortalecida através da citada política?

7. PRONAF EM CAMPOS GERAIS: DA AGRICULTURA FAMILIAR À COMMODITIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Antes da análise, é importante destacar que a intenção aqui não é de discordar da importância do PRONAF para a sobrevivência e produção da agricultura familiar. Intenta-se, analisar de maneira crítica de que forma o PRONAF tem sido utilizado na produção agrícola da agricultura familiar, com o recorte em Campos Gerais. Essa análise crítica parte de dois pontos distintos, mas que se relacionam. O primeiro diz respeito à própria realidade de Campos Gerais. Foi visto que a produção de alimentos tem diminuído no município ao longo dos últimos anos. Coincidentemente, o aumento dessa diminuição marca a temporalidade da institucionalização do programa no território brasileiro. O que não quer dizer que o PRONAF seja causa direta ou única desse processo, mas ao menos corrobora a importância desse aspecto ser discutido. O segundo ponto é que grandes autores têm discutido, principalmente datando a década passada, a utilização do PRONAF pela agricultura familiar e a baixa utilização de seus créditos para o cultivo de alimentos em prol da produção de *commodities* e de produtos com alto interesse no mercado internacional.

Em 2023, no município de Campos Gerais, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), havia um total de 876 propriedades familiares com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e sendo beneficiadas pelo programa. A renda média do total dessas unidades somava R\$167.038,36. Entretanto, são dados gerais que combinam a renda de diversos e diferentes agricultores, englobando aqueles mais capitalizados e com, conseqüentemente, uma maior renda junto aos agricultores com maior fragilidade econômica e capacidade de capitalização.

Um dado interessante, é que a média total da área dessas unidades não alcançava 1 módulo fiscal nos padrões municipais. Sendo o módulo fiscal o valor de 26 hectares para o município, a média das propriedades beneficiadas pelo PRONAF era de 0,31 módulos fiscais, ou seja, 8,06 hectares. Lembra-se de que para poder ser considerado agricultura familiar no Brasil, a propriedade não deve ultrapassar 4 módulos fiscais. Esse valor, na realidade municipal, equivale a 104 ha. Se comparado, o valor total de hectares ultrapassa em muito o visto na realidade dos agricultores que, em sua maioria, utilizam o programa.

Mas dados gerais como a média, tendem a mascarar a realidade e permitir interpretações equivocadas dos objetos propostos para a análise. Separando por módulos fiscais as 876 unidades familiares que compõem o programa no município de Campos Gerais, observa-se que 95,09% de todas essas DAP's são compostas por propriedades de um ou menos módulos fiscais (tabela 12).

Tabela 12 – Tamanho das propriedades com PRONAF em Campos Gerais (2023)

Tamanho em módulo fiscal	Quantidade	Percentual
Até 1	833	95,09%
Entre 1 e 4	43	4,91%

Fonte: MAPA (2023).

Apenas 43 (4,91%) dessas unidades podem possuir até quatro módulos fiscais. Isso ajuda a entender a discrepância do acesso à terra e os problemas de estrutura fundiária encontrados no município, principalmente relacionados aos agricultores que precisam de créditos para a produção.

Dentre esses 876 agricultores pronafianos, existem dois tipos de enquadramento no programa: PRONAF grupo “B” e do tipo “variável”. O grupo “B” do programa, visa atingir um grupo mais fragilizado da agricultura, mas que não se enquadram como assentados. Esses agricultores, normalmente foram bastante prejudicados pelos processos modernizadores do século passado, sendo o programa, um importante caminho para a melhoria da vida econômica dessa população (Grisa; Wesz Junior; Buchweitz, 2014). Entretanto, sua participação é bastante pequena no município, alcançando apenas 3 contratos, de todos os DAP's. O outro grupo presente no município é o chamado de variável. Neste grupo são disponibilizados diferentes valores de financiamento, com diversas taxas de juros, o que permite o uso do recurso por agricultores mais capitalizados (idem). Esse tipo de enquadramento é majoritário em Campos Gerais, como demonstram os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (tabela 13).

Tabela 13 – Enquadramento dos contratos do PRONAF em Campos Gerais (2023)

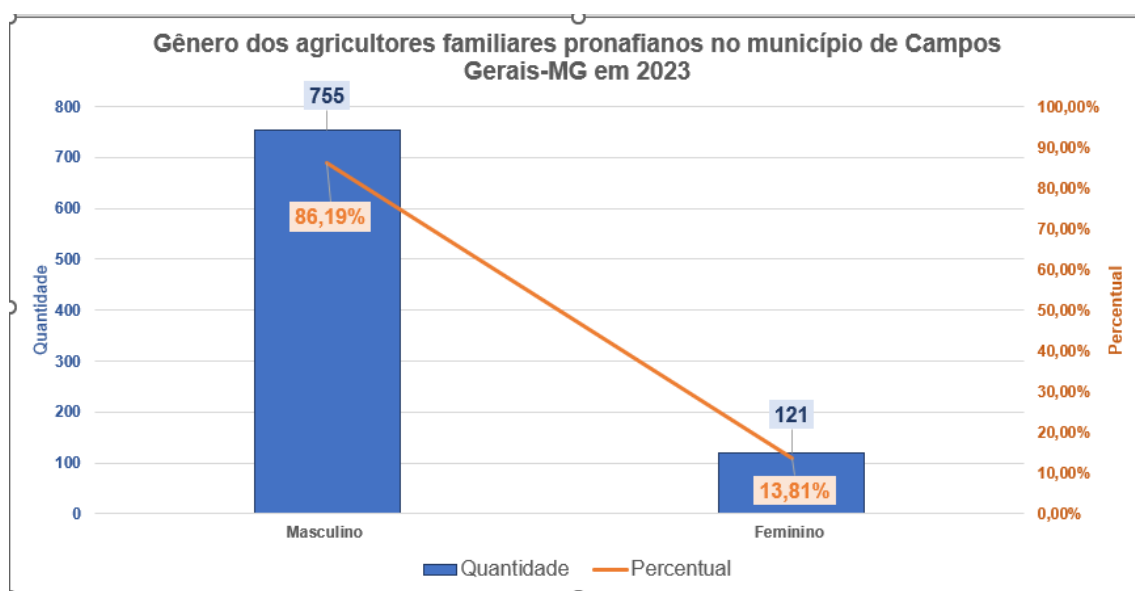
Enquadramento	Quantidade	Percentual
PRONAF B	3	0,34%
Variável	873	99,66%

Fonte: MAPA (2023).

O caráter cafeeiro do município pode ser um determinante importante para o tipo de enquadramento majoritariamente encontrado em Campos Gerais. O custeio de produção e os valores de investimentos na produção da rubiácea tendem a ser consideravelmente altos, demandando grandes valores de financiamento através da contratação do programa, o que não se enquadraria no grupo “B”, que possui contratos com valores menores disponíveis.

Dentre todos os contratos ativos até o ano de 2023, percebia-se uma grande participação masculina no PRONAF de Campos Gerais, como demonstra o gráfico 25. Reforçando não apenas a masculinização do campo, mas também do acesso às políticas públicas, sendo uma consequência do primeiro fenômeno.

Gráfico 25 - Gênero dos agricultores familiares que utilizaram o PRONAF em Campos Gerais – 2023

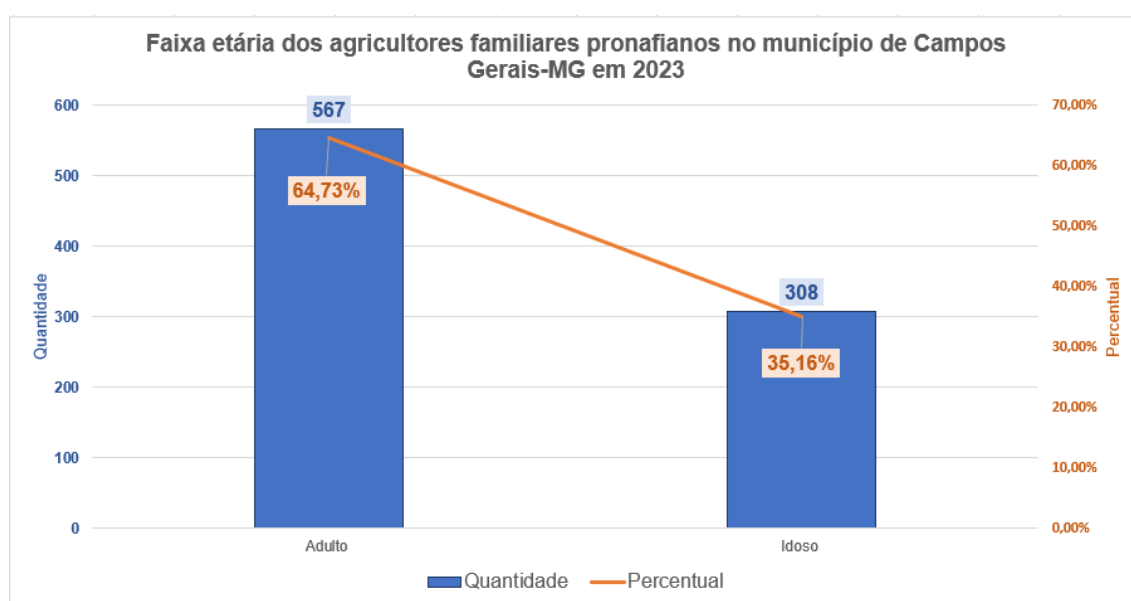


Fonte: MAPA (2023).

Do total de contratantes, apenas 121 são mulheres, representando 13,81% do total. Problemas como sucessão geracional e a falta de oportunidades para as mulheres na produção agrícola são fenômenos que precisam, ainda, de atenção e

devem ser melhor analisados, não só neste contexto local, mas como uma problemática que envolve todo o espaço agrário do país. Mesmo que isso não signifique que há, necessariamente, um esvaziamento do campo pelas mulheres – o que provavelmente também ocorre --, mas que a concentração dos poderes econômicos e de decisão da propriedade ainda permanece majoritariamente em mãos masculinas. Aliado a isso e a questão da sucessão geracional, percebe-se em Campos Gerais a não participação de jovens na utilização do programa (gráfico 26).

Gráfico 26 - Faixa etária dos agricultores familiares que utilizaram o PRONAF em Campos Gerais – 2023



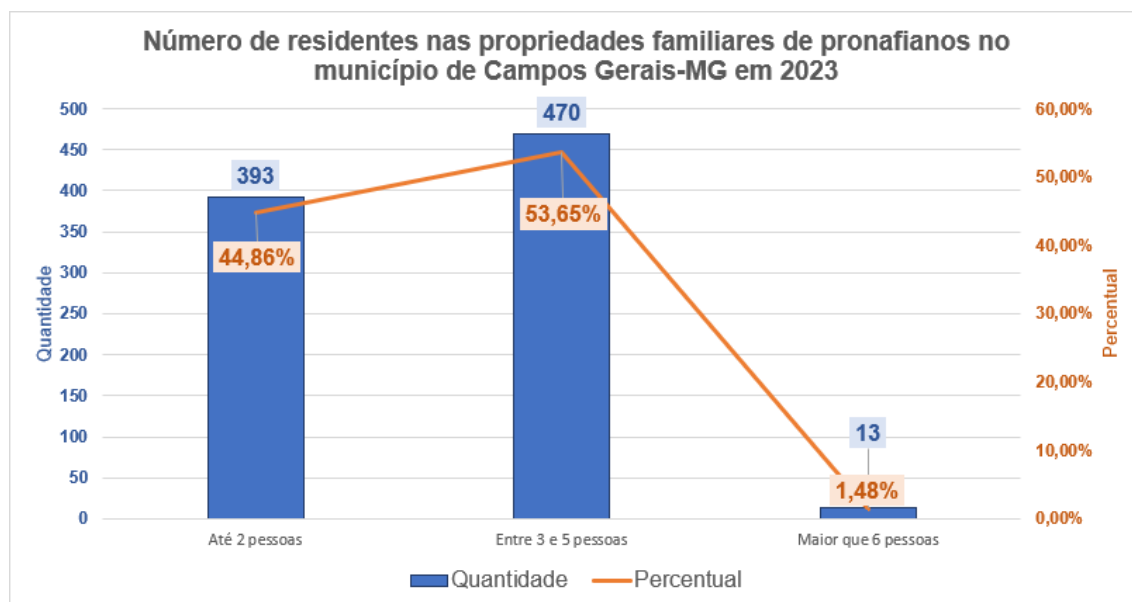
Fonte: MAPA (2023).

Volta-se para a questão do envelhecimento populacional no campo brasileiro, fenômeno também apontado pela cooperativa do município como um problema real a ser enfrentado pelos agricultores familiares locais. O gráfico demonstra não só o envelhecimento da população que busca os financiamentos do PRONAF para a produção, mas também – e questão central aqui – a completa ausência dos jovens na contratação do programa. Apenas adultos e idosos utilizaram do programa no ano de 2023, sendo ainda 308 (35,16%), considerados agricultores idosos. Valora-se, aqui, o papel da cooperativa nas famílias produtoras de café no município e a importância de criar associações de jovens visando o mantimento da produção agropecuária e agrícola por estes indivíduos, caso o desejem.

Ainda sobre o envelhecimento da população e a sucessão geracional, observa-se que parte significativa das unidades familiares contratantes possuem

apenas dois residentes na propriedade, provavelmente sendo o marido e a esposa ou os cônjuges, enquanto os filhos migraram para as cidades (gráfico 27).

Gráfico 27 - Número de residentes nas propriedades familiares que utilizaram o PRONAF em Campos Gerais – 2023

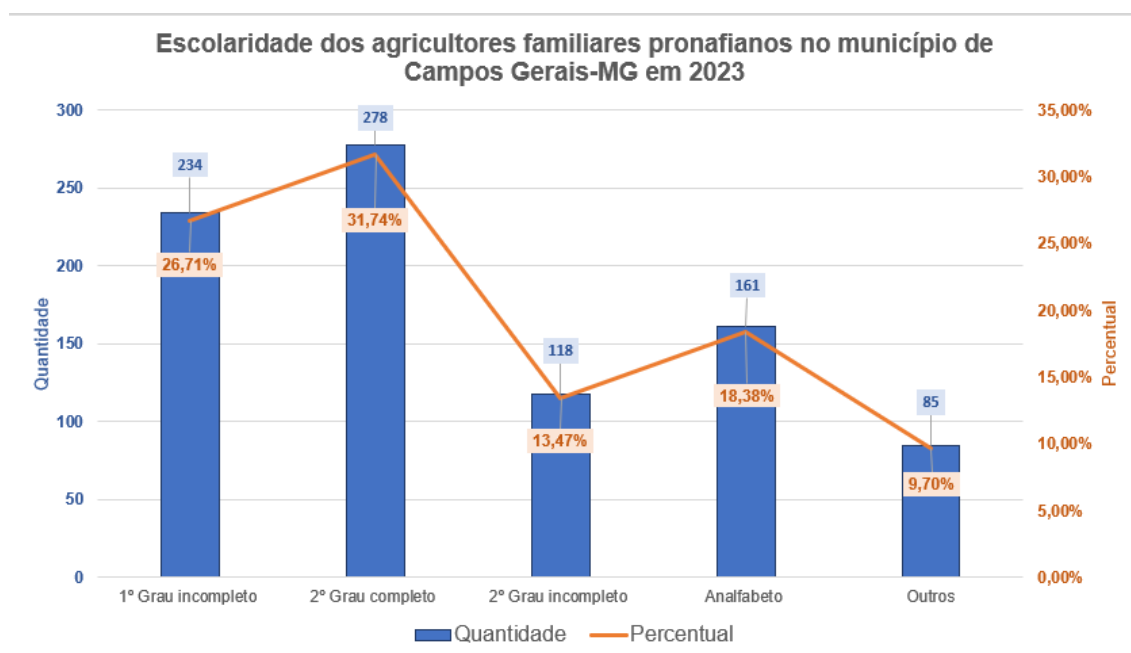


Fonte: MAPA (2023).

Entre todos os participantes do programa, 393 (44,86%) unidades familiares são compostas por até duas pessoas residindo na propriedade ou próximo dela. Isso pode reforçar o esvaziamento do rural em Campos Gerais pelos jovens, que buscam em outros espaços e nas cidades, melhorias de qualidade de vida. Todavia, mesmo com essa parcela significativa, ainda a maioria dos casos no município (53,65%) é composta por uma realidade onde o grupo familiar é composto de três a cinco pessoas, realidade onde os filhos ou alguns deles – ainda – permanecem no campo.

Questões como escolaridade também são apresentados nos dados disponibilizados no MAPA (gráfico 28). Essa variável, à nível primeiro, pode não parecer tão importante a olhos leigos, entretanto, é um fenômeno de grande importância se entendemos a realidade atual concreta. O irrefreável aumento tecnológico e as constantes inovações e mudanças nas técnicas de produção e de comunicação são parte da realidade que circunda essa população. A plena, ou não, utilização desses “novos” elementos, depende também – mas não só disso – da capacidade desses agricultores de entenderem essas novidades.

Gráfico 28 - Escolaridade dos agricultores familiares que utilizaram o PRONAF em Campos Gerais – 2023

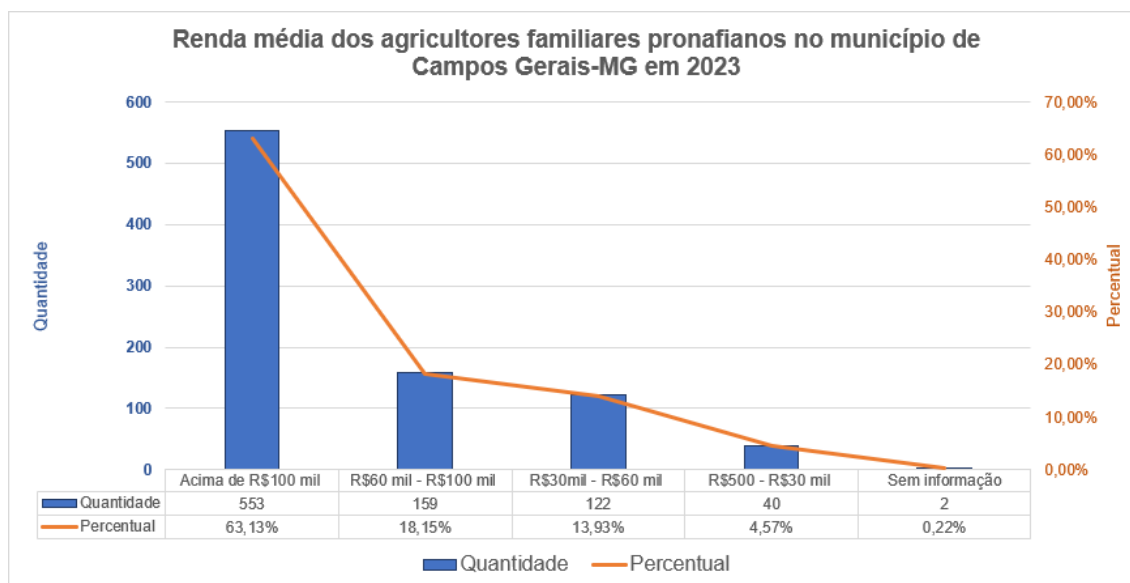


Fonte: MAPA (2023).

Percebe-se que a maior parte dos agricultores não possuem o 2º grau da educação básica completo. Se somados os analfabetos e os que não concluíram o 1º e o 2º grau do ensino fundamental e médio, há um total de 513 (58,56%) pronafricanos. Porém, cabe destacar que 278 (31,74%) concluíram o 2º grau e que 85 (9,7%) iniciaram ou concluíram o ensino superior. O nível de escolaridade dos agricultores pode, não apenas os limitar a novos usos e recursos técnicos e tecnológicos, como também pode ser um fator determinante para que eles alcancem e usufruam de determinadas políticas públicas com consciência de quem são e de quais seus direitos. Aqui, também, a importância da cooperativa em auxiliar na conscientização desses agricultores, principalmente através de associações, reuniões e palestras sobre a temática e as diferentes políticas públicas que são de seu direito.

Partindo para aspectos econômicos, é perceptível que a renda anual dos agricultores com PRONAF em Campos Gerais não é significativamente alta, na maioria dos contratos, como observável no (gráfico 29).

Gráfico 29 - Renda média dos agricultores familiares que utilizaram o PRONAF em Campos Gerais – 2023



Fonte: MAPA (2023).

De todos os DAP's até o ano de 2023, 63,13% obtiveram renda anual superior a R\$100.000. Pode parecer um valor significativo, contudo, dois pontos devem ser mencionados. O primeiro é que renda não significa lucro. Dessa forma, os valores obtidos por eles devem levar em conta a sobrevivência da família, os custos de produção e os investimentos para as próximas produções. Ademais, o valor de R\$100.000 se dividido em meses do ano, equivale a pouco mais de R\$8.000 mensais. Isso se considerarmos apenas a maioria quantitativa de DAPs no município. Se analisados os outros valores de renda, a situação parece ainda mais complicada. Há 159 (18,15%) agricultores com renda anual entre R\$60.000 e R\$100.000; 122 (13,93%) entre R\$30.000 e R\$60.000; e 40 entre R\$500 e R\$30.000. Neste último caso, observando a melhor das hipóteses, a renda de R\$30.000 anual refletiria em R\$2.500 mensais. Se considerado os valores para se manter uma produção de café, a situação parece piorar. Esse cenário merece maior atenção pois esses valores remontam apenas a renda obtida através do produto financiado pelo programa. A pluriatividade no campo é não apenas uma característica da agricultura familiar, mas também uma necessidade para sua (re)produção e sobrevivência. Como os dados secundários criam a hipótese, a renda obtida apenas pela venda do café, por aqueles agricultores que necessitam dos financiamentos do PRONAF para a produção, é insuficiente para o mantimento da propriedade, a sobrevivência da família e o investimento na propriedade e no plantio

das terras no ano subsequente. É preciso pesquisas empíricas para se entender como esses agricultores (sobre)vivem e qual o papel da pluriatividade no trabalho dessa população.

Se nos atentarmos para a categoria da propriedade e o tipo principal de atividade agropecuária exercida na contratação do programa, vemos uma baixíssima participação de assentados, aquicultores, extrativistas, indígenas e pescadores (tabela 14).

Tabela 14 - Categoria dos agricultores que utilizavam o PRONAF em Campos Gerais (2023)

Categoria	Quantidade	Percentual
Aquicultor	2	0,23%
Assentado	5	0,57%
Demais agricultores	857	97,83%
Extrativista	5	0,57%
Indígena	1	0,11%
Pescador	6	0,68%

Fonte: MAPA (2023).

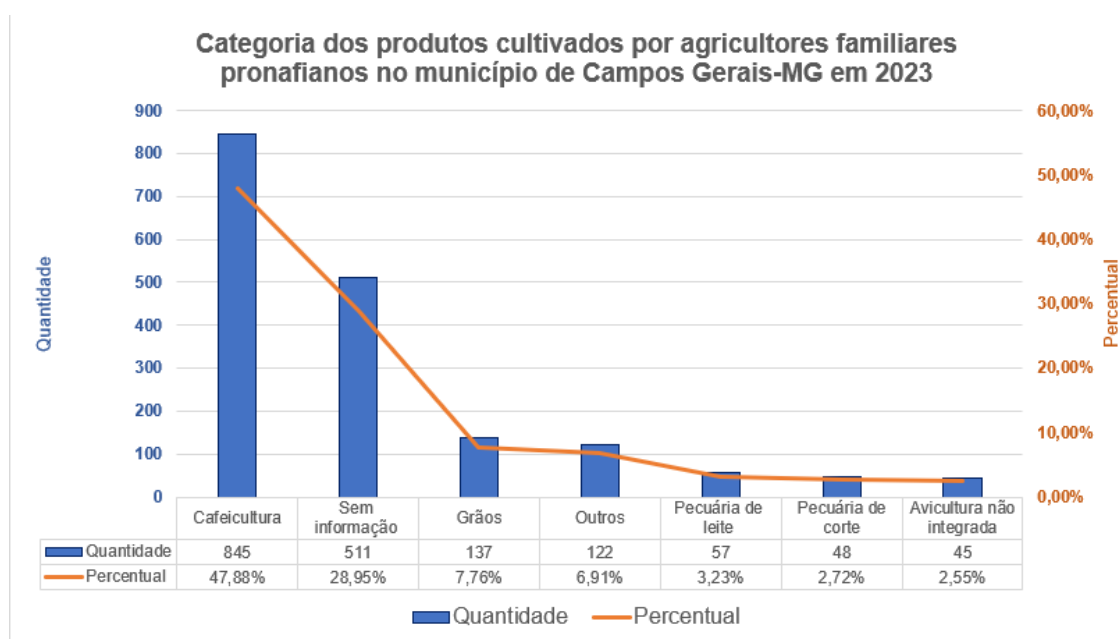
A categoria que mais utiliza o PRONAF em Campos Gerais é denominada, segundo o MAPA, como “Demais Agricultores”. Segundos o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as categorias ou os grupos de agricultores podem ser definidos enquanto: Grupo “A” (assentados pela reforma agrária); Grupo “B” (pobreza rural); Grupo “C” (agricultores familiares descapitalizados); Grupo “D” (agricultores familiares capitalizados); Grupo “E” (agricultores familiares consolidados); e Demais Agricultores (agricultores patronais ou empresariais).

Esse ponto de caracterização da categoria das propriedades beneficiadas pelo programa requer atenção, pois essa denominação de agricultura patronal ou empresarial de uso do PRONAF em Campos Gerais se contradiz com a renda obtida por essa população e pelas próprias características da agricultura familiar. Porém, o café, enquanto commodity incluída em complexos agroindustriais contemporâneos tendo o setor monopolizado por agentes externos, pode criar um cenário de empresariamento das unidades familiares, que se tornam atores do fazer para a agricultura mundializada. O problema é que se mudam os padrões produtivos, as

necessidades para a produção e os meios de comercialização, dotando as unidades de padrões empresariais produtivos, conquanto, mantendo – e agravando -- as fragilidades e falta de oportunidades equitativas para essa categoria social. Em termos de modo de produzir, podem tornar-se bastante parecidas com a agricultura patronal ou empresarial a depender do nível de especialização produtiva, sendo vistos como empresas rurais. Todavia, em termos de renda, acesso aos mercados e às políticas públicas, ainda são – e são assim vistos -- àquela agricultura familiar historicamente prejudicada. Nos parece mais urgente discutir sobre a proletarização da agricultura familiar, do que seu empresariamento.

A análise da categoria dos produtos cultivados com os recursos do PRONAF, reflete, em menor escala, na própria categoria da propriedade antes mencionada, mas ao mesmo tempo, demonstra um caminho alternativo importante e que ainda permanece no campo (gráfico 30)

Gráfico 30 - Categoria dos produtos pela agricultura familiar que utilizou o PRONAF em Campos Gerais – 2023



Fonte: MAPA (2023).

Majoritariamente, os créditos obtidos pelos DAPs na contratação do PRONAF são destinados ao cultivo do café familiar em Campos Gerais. São, no total, 845 (47,88%)⁵ unidades que utilizaram o financiamento para o custeio ou investimento

⁵ As diferenças nos valores percentuais devem-se ao fato de que boa parte das propriedades de agricultura familiar não são completamente especializadas em uma única produção monocultora.

na produção da *commodity*. A produção de grãos (principalmente o milho, como será mostrado), da pecuária de corte e de leite, da avicultura não integrada aos complexos agroindustriais e de outros tipos de cultivos é baixa se comparada ao do café, entretanto ainda existe na realidade familiar de produção em Campos Gerais, demonstrando a capacidade e a importância da pluralidade de atividades agropecuárias dentro das unidades familiares.

A importância da pluralidade produtiva para a sobrevivência e subsistência das famílias é reforçada pela análise da quantidade de DAPs e de suas produções e se são voltadas ou não para o consumo familiar (tabela 15).

Tabela 15 - Produções custeadas pelo PRONAF em Campos Gerais (2023), divididas em consumo familiar e comercialização

Produtos - quantidade de DAPs	Quantidade	Percentual
Avicultura não integrada	14	0,75%
Avicultura não integrada - consumo familiar	29	1,55%
Bovinos - carne	47	2,52%
Bovinos - leite	48	2,57%
Bovinos - leite - consumo familiar	9	0,48%
Café	845	45,31%
Feijão	22	1,18%
Feijão - consumo familiar	22	1,18%
Milho	102	5,47%
Milho - consumo familiar	16	0,86%
Frutas - lavoura permanente	10	0,54%
Outros	639	34,26%
Ovos	7	0,38%
Produtos Olerícolas em geral	8	0,43%
Produtos Olerícolas em geral - consumo familiar	17	0,91%
Soja	8	0,43%
Suinocultura não integrada - consumo familiar	22	1,18%

Fonte: MAPA (2023).

Mesmo o café sendo, em muito, o cultivo mais presente nas propriedades

Produz-se em uma mesma propriedade uma variedade de cultivos, o que altera os valores percentuais dos dados secundários.

familiares, sendo plantado em 845 das 876 unidades que utilizaram o PRONAF em 2023 em Campos Gerais, é possível observar que há diversos outros produtos, incluindo alimentos importantes para a soberania alimentar, cultivados por esses atores sociais, em muitos casos, inclusive utilizados para o consumo dentro das famílias.

A criação de galinhas não vinculada a complexos agroindustriais, representada na tabela por “Avicultura não integrada”, aparece presente em 43 propriedades. Em 29 delas, ou seja, na maioria dessas unidades, a criação dessas aves se deve ao uso exclusivo do consumo familiar, sendo outras 14, também voltadas para a comercialização. A criação de bovinos para a produção do leite também aparece como parte do consumo familiar em 9 propriedades. O milho, por sua vez, também é utilizado para subsistência das famílias, mesmo que em escala menor. O grão é cultivado em 118 unidades familiares. Destas, 16 o utilizam apenas para o consumo interno à propriedade. O milho é, além do café, um importante cultivo para a agricultura familiar no município. Dentre aqueles que também o utilizam para comercialização estão não apenas os que comercializam o grão em natura para os mercados internos e externos, mas também aqueles que o processam em agroindústrias, normalmente informais, e vendem os produtos resultantes em feiras locais e regionais através de pamonhas, bolos, pães e curais, fortalecendo as feiras locais e possibilitando o consumo de alimentos mais saudáveis à população com preços justos e acessíveis.

Ainda na criação de animais é possível identificar a criação de suínos fora das cadeias de complexos agroindustriais. Diferentes de outros casos, o uso desse recurso para criação de suínos é exclusivamente para o consumo na propriedade, aumentando o escopo de possibilidade alimentar e de consumo de proteínas de origem animal aos agricultores. Outro consumo importante para a soberania alimentar da população e dos agricultores é o feijão. A leguminosa é cultivada em 44 estabelecimentos familiares em Campos Gerais, sendo 22 voltadas apenas ao consumo da família e 22 também voltadas para a comercialização. Uma produção que merece atenção é a da soja. A oleaginosa tem ganhado espaço na produção agrícola regional como demonstrado em outros estudos (Correia, 2022; Correia, Alves e Freire; 2023). Com caráter ainda mais intenso de mercantilização e comercialização voltada ao mercado externo, a soja tem aparecido e mudado a paisagem sul mineira nos últimos anos, principalmente a partir do início da década

de 2010. Necessitando de mais mecanizações e possuindo uma maior dependência de insumos e fatores externos à propriedade, esse cultivo tende a – ao menos a longo prazo – precarizar ainda mais a produção familiar devido aos altos níveis de dependência e de gastos de investimento para o mantimento da cultura. Entretanto, o maior número de safras e os retornos iniciais da produção da soja, pode ser um elemento atrativo para diversos agricultores, principalmente após os diversos problemas ambientais que ocorreram nos últimos anos, como as secas e as geadas, que erradicaram diversos pés de café da região. Ponto que merece bastante atenção, pois pode significar o início de um novo paradigma agrícola no Sul de Minas.

Lembrando que esses valores são provenientes apenas das propriedades que contrataram o PRONAF para a produção, lembra-se de que apenas 3 dessas propriedades ultrapassam 1 módulo fiscal. Assim, mesmo que o cultivo ainda esteja sendo produzido por agricultores com maior capacidade de capital, boa parte do que foi produzido de soja utilizando o crédito do PRONAF, foi cultivado em propriedades pequenas, que não ultrapassam 8 hectares. Corroborando com a rentabilidade inicial da soja, mesmo com apenas 8 propriedades destinando os recursos do PRONAF para sua produção, os valores provenientes dela superam, em muito, o da maioria dos outros cultivos familiares (tabela 16).

Tabela 16 - Valores produzidos pelas culturas creditadas pelo PRONAF em Campos Gerais (2023)

(Continua)		
Produção	Valor	Percentual
Café	R\$ 121.089.869,00	82,75%
Outros	R\$ 14.579.935,00	9,96%
Milho	R\$ 3.037.320,00	2,08%
Bovinos - leite	R\$ 2.226.563,00	1,52%
Bovinos - carne	R\$ 2.198.270,00	1,50%
Soja	R\$ 980.448,00	0,67%
Avicultura não integrada	R\$ 428.920,00	0,29%
Feijão	R\$ 308.360,00	0,21%
Tomate	R\$ 275.000,00	0,19%
Produtos olerícolas em geral	R\$ 246.714,00	0,17%

Tabela 16 - Valores *produzidos pelas culturas creditadas pelo PRONAF em Campos Gerais (2023)*

Produção	(Conclusão)	
	Valor	Percentual
Frutas - lavoura permanente	R\$ 218.100,00	0,15%
Psicultura	R\$ 150.000,00	0,10%
Outros produtos da agroindústria familiar	R\$ 142.600,00	0,10%
Frutas - lavoura temporária	R\$ 114.000,00	0,08%
Sorgo	R\$ 100.000,00	0,07%

Fonte: MAPA (2023).

Mesmo com apenas 8 unidades a produzindo, a soja somou R\$980.448,00 de valor de produção no ano de 2023. Quase 1 milhão de reais, ficando à frente de importantes alimentos para a população, como a avicultura (R\$428.920,00), o feijão (R\$308.360,00), produtos olerícolas (R\$246.714,00), produtos de pesca (R\$229.506,00) e as frutas (R\$332.100,00). Acima da soja, é possível observar apenas a produção de commodities agrícolas e pecuárias, como os bovinos de carne e leite, somando R\$4.424.833,00, o milho R\$3.037.320,00 e o café, com o valor incondicionalmente maior, alcançando R\$121.089.869,00 (82,75%) de toda a produção, apenas considerando aquilo que foi cultivado a partir de recursos provenientes do PRONAF.

Algumas considerações devem ser feitas antes de prosseguir. As características plurais da agricultura familiar ainda permanecem visíveis em Campos Gerais quando observamos os recursos do PRONAF e sua utilização pelos agricultores locais. Entretanto, os valores, tanto em quantidade de unidades que os produzem, quanto em quantidade monetária de comercialização dos produtos alimentares são significativamente menores se comparados à produção de *commodities* agrícolas, principalmente a do café. É um cenário de *commoditização* do território pela agricultura familiar, em prol da diminuição constante da produção de alimentos, mesmo que isso não signifique seu total desaparecimento. Quando se trata de mercado, a maioria dos cultivos plantados com recursos do programa governamental giram em torno, principalmente dos mercados internacionais. A produção agrícola de alimentos e a criação de animais voltados à alimentação é majoritariamente para a subsistência, com poucos elementos remanescentes para o abastecimento alimentar local e regional.

Atenta-se para a problemática já anunciada por Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014); e Trentin (2019), assim como diversos autores sobre a nova reprodução de velhos valores importados da intencionalidade creditícia brasileira em modernizar de forma desigual o rural nacional. Como bem pontuam os primeiros autores, será o PRONAF uma política que realmente valora a agricultura familiar e suas especificidades enquanto o são, ou apenas uma política de crédito que reproduz esses velhos padrões que visam a modernização do campo e o aumento das trocas comerciais internacionais? Ao nível apenas do recorte de Campos Gerais essa pergunta não pode ser respondida. Mas se reforça tais inquietações. De forma majoritária, esses recursos têm sido utilizados no município como forma de internacionalização da produção local. Outros grupos do PRONAF, tem pouco ou nenhum alcance no município talvez por sua própria realidade construída ao longo do século passado e deste, com a presença massiva do café na vida social e econômica da população. Ademais, os incentivos municipais e cooperativistas influem na propagação do cultivo, o que por si só, não é – ou não deveria -- ser um problema. O problema central é o inverso. É na falta de valorização produtiva e econômica da produção de alimentos, fenômeno que desde o início caracterizou a agricultura familiar. Assim, concorda-se parcialmente com Trentin (2019), que em algumas regiões brasileiras o programa tem servido mais como uma forma de valorização dos produtos apropriados pelo agronegócio, do que de (re)produção da agricultura familiar, valorizando uma burocratização familiar de produção, em prol do desaparecimento da historicamente construída produção familiar de alimentos.

Cabe, por fim, entender agora a realidade da agricultura familiar de Campos Gerais descrita por eles mesmos. Intentar-se-á, no próximo e último capítulo de dados, construir a partir de uma amostra de agricultores os saberes necessários para entender qual é a realidade produtiva desses atores sociais e a importância do café – e de outras culturas – para sua sobrevivência enquanto indivíduos historicamente alijados.

8. AGRICULTURA FAMILIAR EM CAMPOS GERAIS: da realidade ideal à realidade concreta

O capítulo a seguir é referente à produção primária de dados vindos de entrevistas semi-estruturadas feitas a agricultores familiares no município de Campos Gerais. Pretendeu-se valorizar as entrevistas feitas *in-loco*, na própria unidade familiar, visando obter não apenas informações vindas das falas dos agricultores, mas também vindas da observação da paisagem, de como o espaço foi e está sendo construído por essa categoria social. Intentou-se ainda, entre outros aspectos, entender as dinâmicas produtivas desses agricultores, o que é cultivado, sua relação com as cooperativas, agências de crédito e políticas públicas para entender como a realidade de produção familiar de café no município se espacializa e quais as condições de vida e de produção desses agricultores.

Como afirmam Ferreira e Fernandes (2020), a agricultura familiar se distingue pela sua lógica interna, contrastando com a dinâmica do mercado. Indo além de um simples arranjo de trabalho, a agricultura familiar é um sistema complexo, que inclui a organização produtiva centrada na família, a propriedade individual da terra, relações comunitárias, tradições agrícolas e a produção destinada tanto ao consumo próprio quanto ao mercado. O modelo também abraça um coletivismo interno, onde todos os membros da família participam nas atividades agrícolas, preservando assim uma cultura fundamental para o desenvolvimento rural.

Quando se discute a agricultura familiar, é crucial considerar sua complexidade e suas interações com as esferas sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais. A família desempenha um papel central nesse sistema, com suas dinâmicas internas influenciando diretamente nas práticas agrícolas e nas relações sociais mais amplas.

Mesmo com a intencionalidade de manter todas as entrevistas realizadas na propriedade, em uma delas, foi necessário realizar a pesquisa por telefone, devido a inviabilidade de ir até a propriedade rural. Dessa forma, realizou-se um total de onze entrevistas, com onze famílias diferentes residentes de zonas rurais das quais denominam de “Grupiara” e “Pinhal 2”. Essas entrevistas foram realizadas através de indicações no estilo bola de neve, onde um agricultor indicava o próximo a ser entrevistado.

Para manter o anonimato, optamos por designar os nomes dos agricultores

através de tipos de café, inspirados na pesquisa de Costa (2023). Isso permite manter a fidedignidade da pesquisa sem comprometer as falas dos entrevistados. Assim sendo, a lista de entrevistados pode ser representada da seguinte forma (tabela 17):

Tabela 17 - Idade e qualificação dos agricultores entrevistados

Entrevistados	Idade dos entrevistados
Bourbon	34
Mundo Novo	48
Obatã	48
Acaiá	52
Catuaí Vermelho	54
Catuaí	60
Catuaí Amarelo	62
Topázio	62
Arara	63
Caturra	65
Kona	75

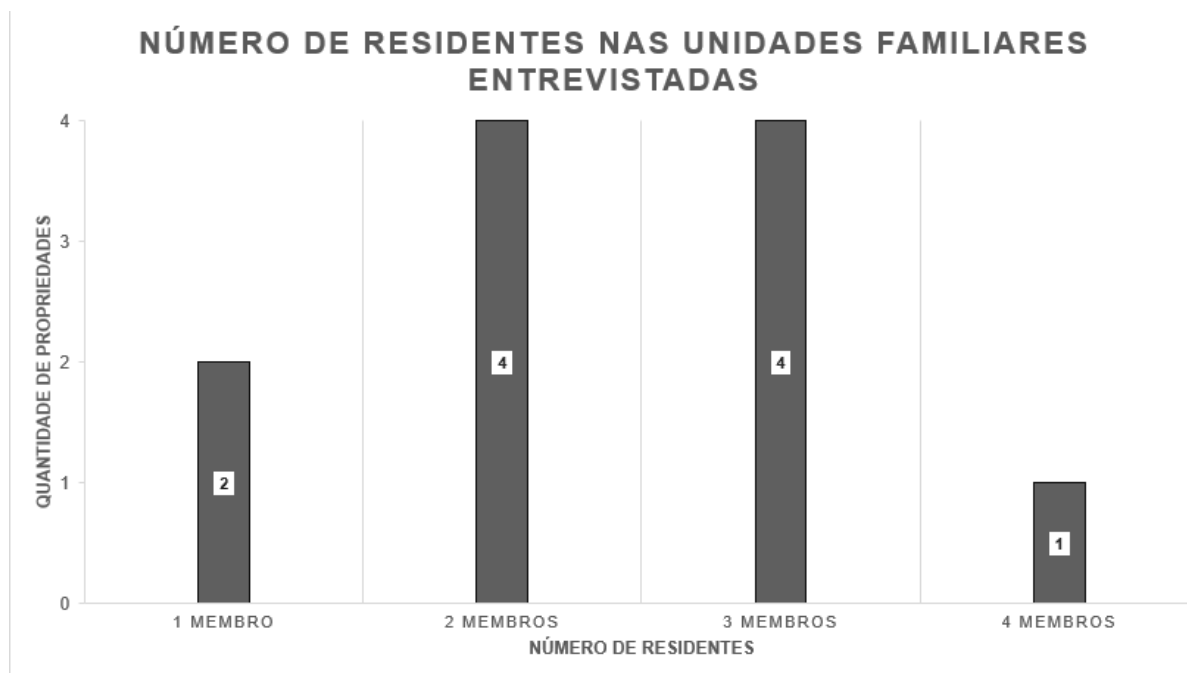
Fonte: Trabalho de campo.

Percebe-se a ausência de jovens dentre os entrevistados, sendo o mais novo um agricultor adulto de 34 anos. Em geral, a média de idade entre todos os agricultores que fizeram parte da amostra é de 57 anos, sendo o mais velho deles um agricultor de 75 anos ainda produzindo no campo. Dinâmica que será retomada posteriormente, mas que se relaciona ao esvaziamento do campo pelos jovens e pelas dificuldades relacionadas à sucessão geracional, fenômenos que muitas vezes estão inter-relacionados.

Quando se discute unidades familiares de produção é necessário voltar-se ao elemento primeiro: a família. Por isso, uma das questões abordadas na entrevista foi o número de residentes nas propriedades rurais familiares, buscando entender se é possível observar algum padrão de ordenamento familiar entre os agricultores da

amostra. O gráfico 31 nos ajuda a entender melhor tal ordenamento.

Gráfico 31 - Número de residentes nas propriedades familiares entrevistadas



Fonte: Trabalho de campo.

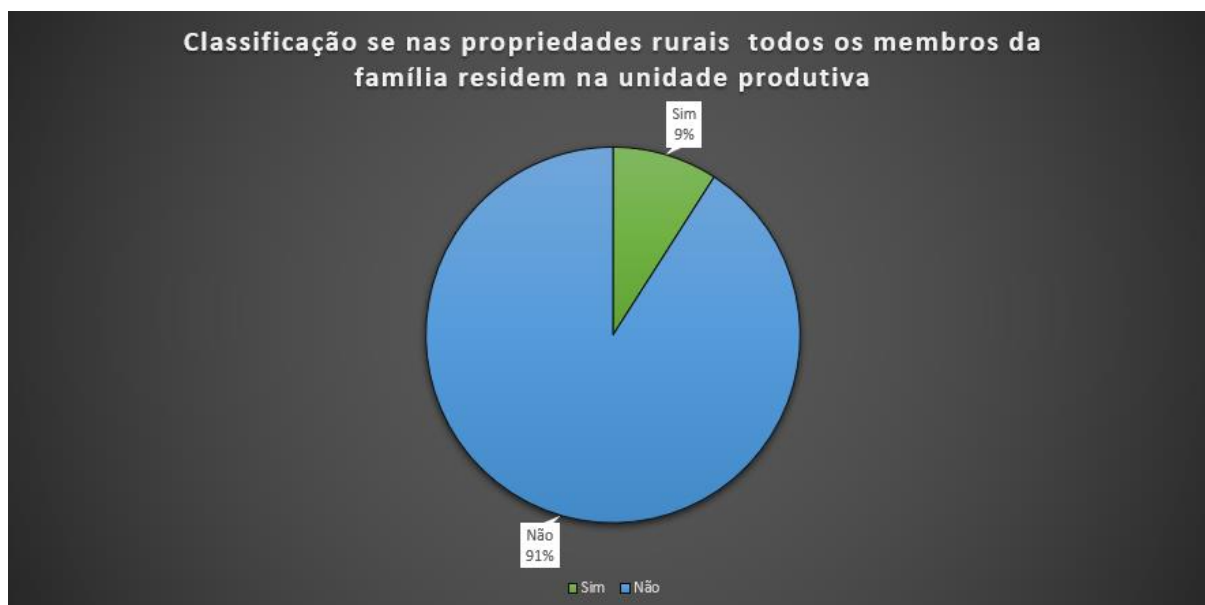
Na maior parte dos entrevistados, é possível observar que nem todos os membros da unidade familiar, como há é conhecida – pais, mães, filhas e filhos –, residem na propriedade. Inclusive, foi possível identificar duas propriedades nas quais remanescem apenas um dos membros da família. Em um dos casos, o agricultor é divorciado e sua antiga esposa e suas filhas se mudaram da propriedade para residir e estudar na cidade de Alfenas. No outro, o agricultor saiu da propriedade do pai ainda jovem para se graduar em agronomia. Após o término do curso, ele retornou à terra, agora como arrendatário do próprio pai, morando em uma outra residência. Diferente do afirmado por Ferreira e Fernandes (2020), no início dessa análise, nem todos os membros residem na propriedade e em consequência trabalham nela. A própria realidade hodierna pautada em um capitalismo segregador, com espaços cada vez mais seletivos e relações cada vez mais velozes, além das próprias relações sociais e familiares e suas complexidades, muitas vezes criam situações onde o melhor caminho para sobrevivência seja migrar do campo, ou buscar outras formas de reprodução econômica e social. Isso não os desvaloriza essas famílias como agricultura familiar, mas demonstra essa outra ordem, também natural no sistema capitalista – mesmo que não devesse ser – de busca de estratégias para a (re)produção das pessoas e das famílias. Em ambos os

casos, a vida solitária no campo não os desqualifica enquanto agricultores familiares, mas remonta essa “nova” realidade no campo de uma estrutura familiar difusa, bastante comum atualmente.

Ademais, há uma tendência de um ou mais filhos viverem na cidade, ainda ajudando, ou não, nas atividades agropecuárias. Em alguns casos e ainda, os filhos desses agricultores acabam seguindo profissões que possuem pouca ou nenhuma ligação com o ambiente agrário, como foi apontado pelos entrevistados. Dentre os exemplos, estão assistentes de consultório, vendedores, lojistas, prestadores de serviços, *influencer*, *designer* gráfico e ainda aqueles mais jovens que estão estudando e se graduando nas cidades próximas como Alfenas.

Entretanto, isso não significa que naquelas propriedades onde residem três ou mais pessoas, todos os membros ainda permaneçam na propriedade. Foi comum encontrar casos onde o filho mais jovem ainda reside na propriedade, seja pela idade ou pela intenção de continuar as atividades dos pais, enquanto o mais velho, ou não raro, a filha, passou a morar em cidades próximas, principalmente em Campos Gerais. Como demonstra o gráfico 32, dentre as onze entrevistas realizadas, apenas em uma família todos os membros ainda residem juntos.

Gráfico 32 - Qualificação se todos os membros da família residem na propriedade

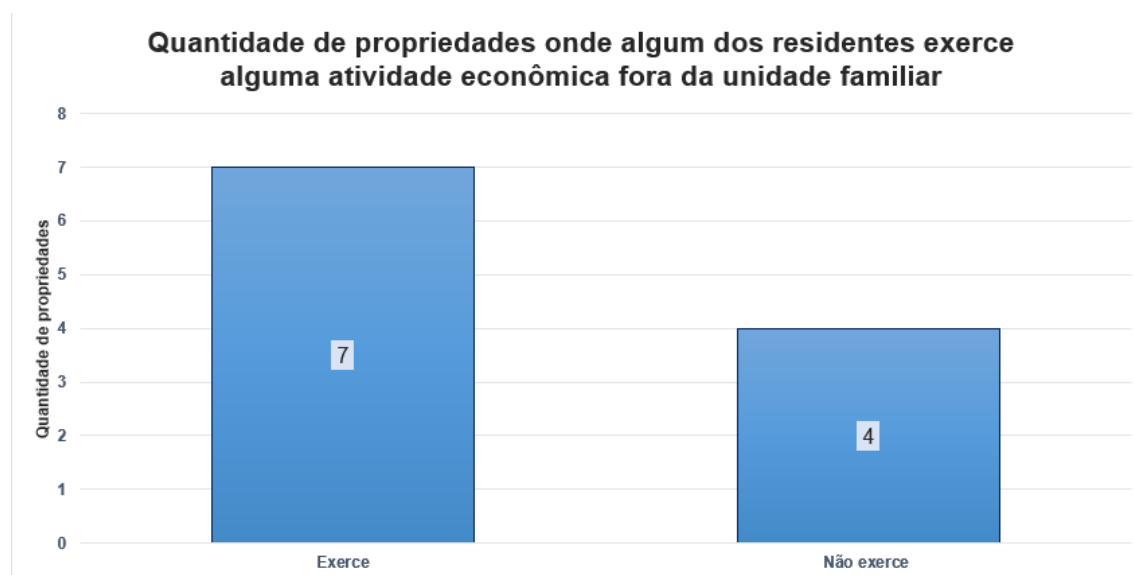


Fonte: Trabalho de campo.

Entre aqueles que permanecem residindo, ou ao menos trabalhando com a agricultura e a pecuária, houve uma grande participação de filhos que trabalham em outras propriedades para complementar a renda familiar, principalmente em épocas

de desbrota do café e como tratoristas contratados pelas propriedades próximas. Essa dinâmica de buscar novas formas de obtenção de renda em épocas em que o trabalho na propriedade é menos árduo, não se limita aos filhos, mas também há outros membros da família. A pluriatividade para a agricultura familiar, sempre foi um caminho necessário, em muitos casos, para a sobrevivência familiar e a complementação da renda. Dentre os entrevistados, é possível observar que essas funções também se reproduzem em Campos Gerais, mesmo que em menor proporção dentro da amostra analisada (gráfico 33). Foi possível identificar três agricultores – pais, porém de diferentes famílias – que nas horas vagas e de precisão trabalham como tratoristas e um agricultor que também é agrônomo e que trabalha nas horas vagas com consultorias a outras propriedades. Ademais, há também um que é contratado por outras unidades familiares vizinhas em épocas de desbrota do café. Tanto no caso dos tratoristas, como no caso do trabalhador na desbrota, esses serviços ora servem como forma de aumentar a renda, ora como troca de favores entre os agricultores vizinhos, possibilitando a ajuda mútua entre vários agricultores.

Gráfico 33 - Propriedades onde algum dos residentes exerce atividades fora da propriedade



Fonte: Trabalho de campo.

Esses casos são importantes para se entender como esses agricultores utilizam o espaço ao seu redor para sua (sobre)vivência diária e sua (re)produção social e econômica. Em todos os casos, a justificativa para a busca de outros trabalhos ou serviços foi unânime: o aumento da renda familiar. Mas isso vai além

disso, representa como os agricultores familiares produzem e se reproduzem no e pelo espaço que os circunda, criando e recriando tipos específicos de territorialidades no tensionamento do espaço. Ademais, há um caso onde tanto o marido, quanto a esposa, trabalham constantemente fora da propriedade, em feiras livres aos finais de semana nas cidades de Boa Esperança (aproximadamente há 34 km de Campos Gerais) e em Alfenas (aproximadamente 35 km). O casal mencionado cultiva, além do café, milho e cria frangos e galinhas para a comercialização nessas feiras. O chamado “frango caipira” é vendido por eles nesses locais a partir da encomenda prévia. Porém, os principais produtos comercializados por eles nas feiras são os derivados do milho, produzidos em agroindústria informal dentro da própria propriedade. Dentre os alimentos comercializados estão o curau, o bolo de milho, a pamonha e o “pau-a-pique” (espécie de broa de milho ou fubá enrolado em folhas de bananeira), uma comida típica regional (fotografia 7). O caráter anual da colheita faz com que eles busquem estratégias ao longo do ano para gerar rendas extras.

Fotografia 7 - Café da tarde em uma das propriedades entrevistadas



Fonte: Trabalho de campo (janeiro de 2025). Arquivo pessoal.

Legenda: Café da tarde em uma das propriedades entrevistadas. A mesa é composta por bolo de milho, curau, pamonha, bolo de milho cremoso e o “pau-a-pique”. Todos alimentos produzidos na propriedade pela família. O feijão tropeiro posto à mesa foi adquirido pelo casal através de um amigo, também feirante em Boa Esperança.

Como aponta Cruz (2020), a produção agroindustrial familiar, mesmo que

informal, cumpre ao menos duas agendas importantes: geração de receita e renda para o país e para as famílias produtoras. Além do mais, é um fator determinante para a subsistência dos agricultores familiares, para o abastecimento de alimentos de qualidade para a população local e regional e uma forma de gerar renda extra para os agricultores (idem).

Esses alimentos, além de contribuir para a subsistência da própria família, ainda auxiliam na soberania alimentar da população possibilitando o consumo de alimentos saudáveis a preços justos e de fácil acesso às pessoas. Para além das questões alimentares, essa prática comercial local e regional é, segundo eles, essencial para a sobrevivência da família. Dessa forma, procuram fora da propriedade, outras atividades para complementar a renda e pagar os custos de vida em períodos fora de safra. Entretanto, ainda é o café a principal fonte de renda da propriedade, e segundo suas próprias palavras “Ele quem paga as contas grandes, a feira é mais pro gasto do dia a dia” (Caturra). Ademais, um ponto interessante é que existe uma relação de troca, não necessariamente comercial, mas de produtos entre eles e outro feirante de Boa Esperança. Em troca de alguns produtos do milho, outro feirante oferece bolachas artesanais. Essas bolachas são incluídas na venda de domingo em Alfenas, aumentando assim a variedade de produtos que é vendido pelo casal.

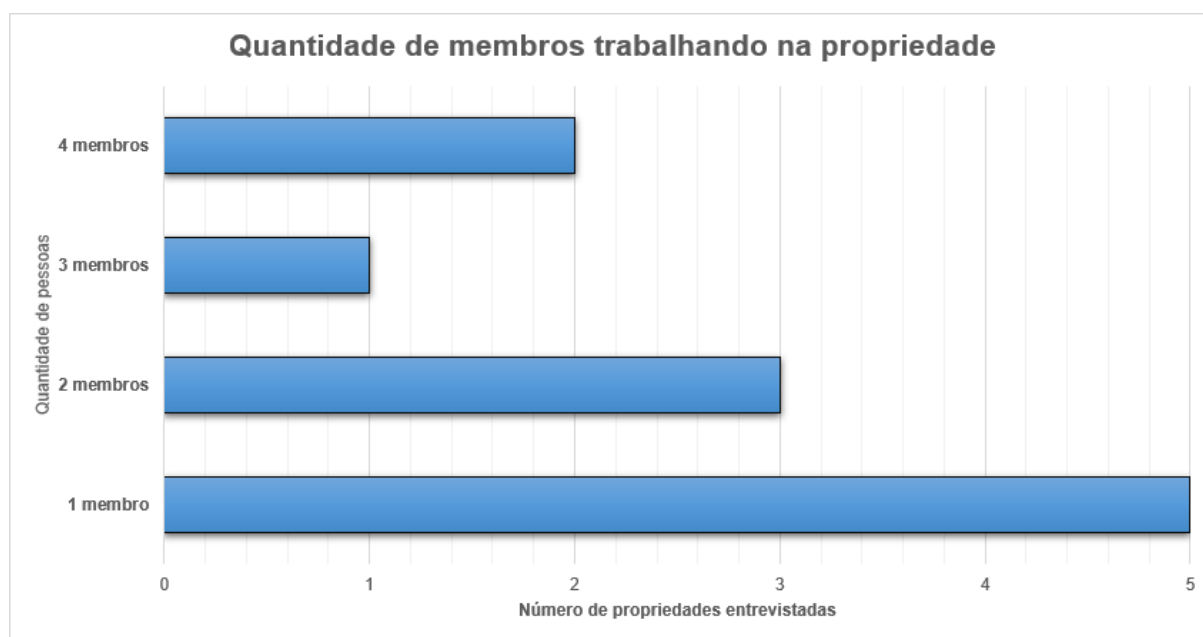
Esse multifuncionalidade da agricultura familiar presente nesse exemplo, remonta uma ideia já discutida por Sabourin (2005), sobre dois dos três elementos relacionais fundamentais da multifuncionalidade do campo⁶: relações de intercâmbio e de reciprocidade. Às relações de intercâmbio podem ser resumidas a esferas de trocas essencialmente mercantis, mediadas e instrumentalizadas pelo modo de produção capitalista. Nesse contexto, ela ocorre majoritariamente pelo café. O outro, seria em relação as relações de reciprocidade, aquelas partidárias dos próprios agricultores e atores do território em relação à solidariedade orgânica, como venda direta aos consumidores, valorização dos circuitos de trocas locais e territoriais e trocas não mercantis de produção agrícola e práticas sociais. A venda do milho e dos produtos derivados diretamente aos produtores exemplifica essa questão, tanto quanto a prática social de troca de produtos entre os feirantes, não necessariamente

⁶ Sobre os elementos relacionais da multifuncionalidade, ver Sabourin (2005), p. 161-189, onde o autor discute o reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura.

mercantis. Como o mesmo autor bem pontua, essas lógicas vezes se misturam na realidade holística da agricultura. Relações de redistribuição e de reciprocidade mesclam-se na totalidade, da mesma forma que o intercâmbio mercantil está presente em ambas outras lógicas socioeconômicas. Esses aspectos e a própria multifuncionalidade são fundamentais para a cognoscência do que é a agricultura familiar, devendo ser irremediavelmente incorporadas às políticas públicas que visem o desenvolvimento rural.

Em boa parte das famílias entrevistadas apenas o pai ainda continua trabalhando de forma ativa na produção agrícola. Porém, uma questão interessante, é que mesmo dentre aqueles filhos que não residem mais na propriedade, há casos onde em momentos de precisão na propriedade, como na época de desbrota, plantio e colheita, alguns retornam para ajudar no trabalho do campo. Isso fica mais claro quando observamos os dados de quantos membros da família trabalham na propriedade (gráfico 34).

Gráfico 34 - Quantidade de membros que trabalham na propriedade

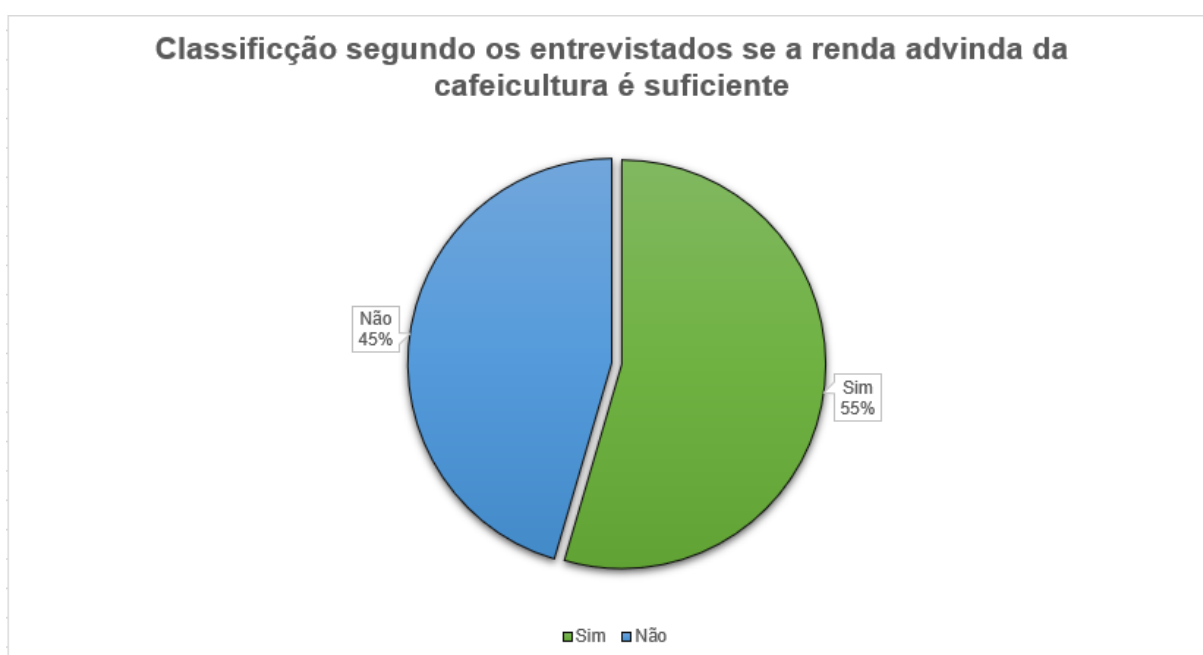


Fonte: Trabalho de campo.

Em cinco das onze famílias apenas o pai continua trabalhando no campo, algumas vezes contratando pessoas ou maquinários em momentos de necessidade, como posteriormente será retomado. Entretanto, em duas das propriedades, trabalham quatro membros da família, alguns já residindo em Campos Gerais. Essa dinâmica auxilia na diminuição dos gastos por parte dos agricultores e contribui para o aumento da renda da agricultura.

Mesmo que para boa parte dos agricultores, a renda vinda da cafeicultura seja suficiente para o mantimento da propriedade, da próxima produção e da família (gráfico 35), alguns pontos parecem coincidir em boa parte das respostas dos entrevistados. São ao menos alguns elementos que foram mencionados por vários dos agricultores, entre eles: gastos excessivos na produção, dificuldade com a mão de obra, problemas ambientais, volatilidade no preço do café e necessidade de trabalho excessivo. Mesmo dentre aqueles que apontam que a renda é suficiente, é apontado que é necessário “saber economizar” (Kona), ou mesmo que “a renda é boa, mas às vezes a gente precisa buscar outros trabalhos para ajudar a se manter” (Catuaí Vermelho).

Gráfico 35 - Qualificação sobre a renda da cafeicultura segundo os agricultores entrevistados



Fonte: Trabalho de campo.

Segundo o entrevistado “Mundo Novo”, apenas a renda da cafeicultura não é suficiente para sustentar a família, por isso seus filhos foram trabalhar na cidade. Além disso, o próprio entrevistado trabalha em propriedades rurais vizinhas para complementar a renda, principalmente com a desbrotada do café. O entrevistado “Topázio”, ainda diz que mesmo em meio às dificuldades financeiras e a volatilidade do café, a renda da cafeicultura é suficiente para sustentar ele e sua família. Porém, segundo ele, é necessário controle financeiro e pé no chão, muito devido a

volatilidade dos preços e o caráter bienal do café. “Catuaí Vermelho”, acha que apenas a cafeicultura não é suficiente para o mantimento econômico da família, devido a volatilidade dos preços. Por isso, diz que trabalhar com mais de uma cultura é essencial para a sobrevivência da família. Ademais, não apenas a pluralidade produtiva, mas também a necessidade da pluriatividade dos membros da família. Por isso, enquanto ele trabalha na propriedade, o filho mantém um hortifruti na cidade.

Essa dinâmica relacionada à pluriatividade é também mencionada pelo entrevistado “Topázio”. Mesmo que a renda da cafeicultura seja suficiente para manter a família, ele presta serviços para outras propriedades como tratorista para ocupar o tempo livre. Essa segunda função, serve tanto para auxiliar na renda como também funciona como troca de favores entre ele e outros agricultores. Hora ele ajuda na propriedade dos vizinhos, hora os vizinhos o ajudam, principalmente em épocas de plantio e colheita. Isso elenca ao menos um ponto importante. A vivência da agricultura e sua historicidade enquanto uma estrutura cooperativa, de associação e ajuda mútua. Fenômeno que pode ter se perdido na agricultura patronal, mas permanece ativo e vivo na agricultura familiar.

Os grandes valores nos gastos da produção foram um tema em pauta nas entrevistas, segundo um dos entrevistados: “o gasto é muito grande para pouco retorno” (Obatã). Esse assunto será retomado no momento em que for discutido o acesso ao crédito, mas remonta a ideia de que a produção de commodities e as cadeias agroindustriais cada vez mais mundializadas e dependentes de insumos e implementos, muitas vezes externos ao próprio país, acabam fragilizando a categoria dos agricultores familiares que possuem pouca capacidade de capital de investimento. Não é um problema recente, mas como parece, ainda não foi superado. Isso, inclusive, pode ser um dos fatores que justificam outra das dificuldades apontadas pelos agricultores, em relação a mão de obra e a necessidade de trabalho excessivo. Com os gastos muito elevados no processo produtivo e de manutenção da produção, os recursos diminuem nos momentos de desbrota, plantio e colheita, demandando mais trabalho das famílias que cultivam o café, visando diminuir os gastos para aumentar a renda. Esses fenômenos aliados à volatilidade do preço do café, ditado por mercados externos à produção e aos problemas ambientais que assolam a região, dotam a produção de café familiar uma prática difícil para a agricultura familiar. É necessário pensar estratégias para que

diminuam os riscos na produção desses agricultores e, conseqüentemente, melhorem a qualidade de vida e renda dessas famílias.

Dois pontos também discutidos com os agricultores foram em relação a qual membro decide sobre as atividades a serem realizadas na propriedade e se existe algum membro da família responsável pelo controle da renda familiar. Essas questões, apontadas nas tabelas 18 e 19, merecem também destaque.

Tabela 18 - Membro(s) responsável(s) pela tomada de decisões em relação às atividades a serem realizadas nas propriedades entrevistadas

Membro da família que decide sobre as atividades a serem realizadas	Número de propriedades entrevistadas
Marido	7
Esposa	-
Ambos	3
Filhos/filhas	-
Outros	1

Fonte: Trabalho de campo.

Tabela 19 - Membro(s) responsável(s) pela renda familiar nas propriedades entrevistadas

Existe responsável pela renda familiar?	Número de propriedades entrevistadas
Marido	4
Esposa	-
Ambos	6
Filhos/filhas	-
Outros	1

Fonte: Trabalho de campo.

Ao invés de construir gráficos com apenas aqueles atores responsáveis tanto pelas decisões na propriedade quanto pelo controle da renda familiar, foi preferível manter os dados em tabelas, justamente para demonstrar o contrário: a ausência de determinados indivíduos nesses processos de decisão. Em relação à escolha do que

será produzido na propriedade, houve uma majoritária participação do marido no processo de tomada de decisão. Apenas em três entrevistas, foi apontado que tanto marido quanto esposa eram responsáveis por tais escolhas. No caso da renda familiar, há uma inversão do mesmo fenômeno. Aqui, a maioria dos entrevistados (6) aponta que o controle da renda familiar é feito por ambos, mesmo com significativa participação apenas masculina nesse processo.

Porém, o que merece atenção é que mesmo em alguns casos ambos serem os responsáveis por tais processos, a participação unicamente feminina é inexistente. Percebe-se que ainda há uma masculinização, não apenas na produção agrícola, mas também no poder de decisão e de controle dentro da propriedade rural. Na mesma linha, o envolvimento dos filhos aqui também é nulo. Aspecto que pode estar diretamente relacionado às problemáticas da sucessão geracional, onde os filhos só vão possuir tais direitos de gestão da propriedade após o falecimento dos pais, o que corrobora, ainda mais, para o esvaziamento do campo pelos jovens e para a falta de perspectiva desses filhos em se manterem produzindo no campo.

Outro ponto interessante ainda nessa questão, é que em uma das propriedades, nem o marido nem a esposa são responsáveis por ambas as decisões. Esse caso é de um agricultor (Mundo Novo) que mora junto do sogro e da sogra, ainda proprietários, mas que não mais produzem no campo. Na unidade, ainda não ocorreu a sucessão para a filha. Mesmo o sogro não mais trabalhando na propriedade, é ele e a sogra que decidem quais atividades serão desenvolvidas na propriedade assim como são responsáveis pela renda familiar. Ainda assim, é a filha e o marido que produzem, auxiliados por um dos filhos, o café na propriedade. Hipotetiza-se que o fato de a sucessão ser para uma mulher, pode ainda ser um agravante para que ela consiga administrar a propriedade antes do falecimento dos pais.

Tanto em relação ao controle do que é produzido, quanto da renda e da sucessão geracional, pode ser um reflexo do historicamente construído patriarcado no espaço rural brasileiro. Brumer e Anjos (2008, p. 9), discorrem como as mulheres geralmente são excluídas das atividades agrícolas com a proposição de serem “poupadas” do trabalho, reservando-as às atividades tidas como “domésticas”. Nesses trabalhos ditos domésticos estão inclusos “[...] tarefas de limpeza, preparo dos alimentos, cuidado das crianças, trabalhos da horta e do quintal [...] e transformação artesanal de produtos alimentícios para consumo dos membros da

família”. Entretanto, mesmo a produção para o autoconsumo é muitas vezes visto como trabalho doméstico. Ou seja, o trabalho da mulher no campo não é visto por si como trabalho, não entra na conta como mercado de bens e serviços e não envolve movimentos monetários. Todavia, na falta de mão de obra, podem trabalhar ainda em atividades agrícolas, mesmo que visto, majoritariamente, como “ajuda”, dentro das próprias relações familiares. Paulilo (2004) já salientava sobre a discriminação que é não considerar os trabalhos exercidos pela mulher nas propriedades familiares como trabalho em si. Esse trabalho invisível, como aponta a autora, é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família” (Paulilo, 2004, p. 235).

Visto isso, essa exclusão das mulheres nas atividades “produtivas”, reflete diretamente na sucessão dessas propriedades e para quem essa sucessão será destinada. Não raro, esse processo de sucessão tende a excluir a participação das mulheres na disputa. Não são, ao mesmo tempo, reconhecidas como prováveis chefes da propriedade e entram na unidade produtiva através do casamento. São várias formas de levar as mulheres à desistência das terras familiares “considerados equivalentes a mecanismos de exclusão feminina da chefia de estabelecimentos agrícolas” (Brumer; Anjos, 2008, p. 13). Essa exclusão, como destacado por Paulilo (2004), reflete não apenas desafios institucionais, mas também barreiras culturais e estruturais que perpetuam a marginalização das mulheres no campo. Daí parte a importância de tentar superar tais fenômenos patriarcais mascarados de tradição.

Outra questão é em relação aos agricultores aposentados ou não, dentro da amostra de entrevistados. A aposentadoria, além de um direito, pode ser um caminho essencial para a sobrevivência da família, principalmente nos casos de envelhecimento dos pais e onde os filhos migraram para as cidades. Com o envelhecimento dos produtores, diminui-se a capacidade produtiva, principalmente da agricultura familiar, aumentando as fragilidades econômicas e os riscos de saúde devido ao sobretrabalho. Esses dados são representados pela tabela 20:

Tabela 19 - Membro(s) das famílias aposentado(s)

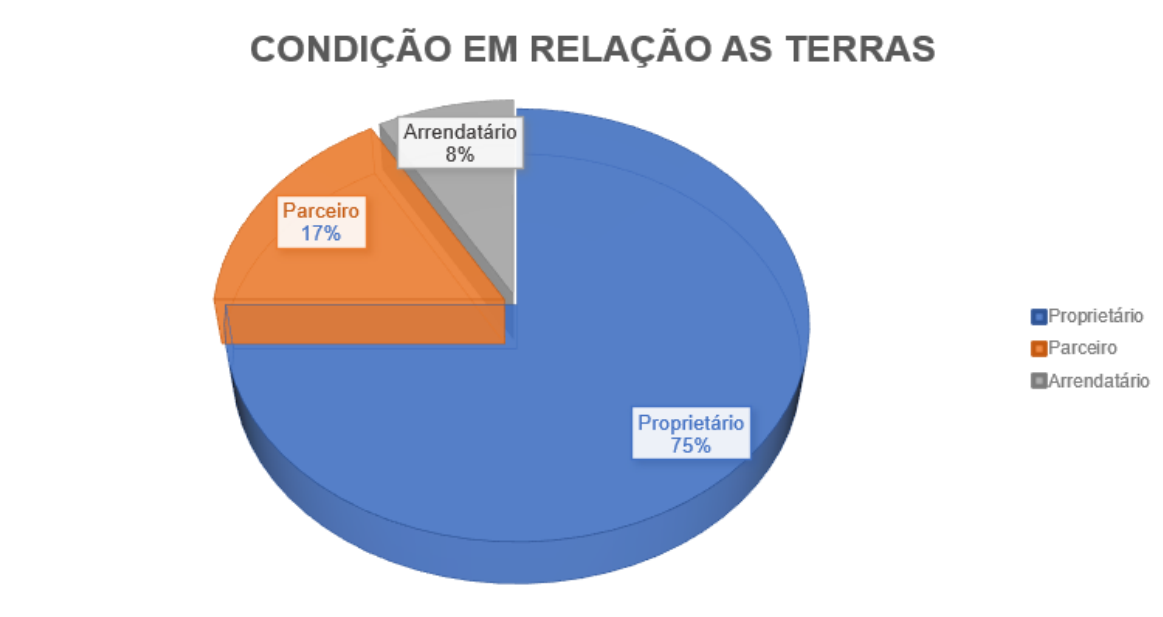
Existem membros da família aposentados?	Número de propriedades entrevistadas
Marido	2
Esposa	-
Ambos	4
Outros	1
Não há	4

Fonte: Trabalho de campo.

Percebe-se que em seis dos onze casos, há pais aposentados, seja apenas o marido, ou mesmo marido e esposa. A categoria “outros”, é utilizada para representar o caso do agricultor “Mundo Novo”, onde o sogro e a sogra são aposentados. Entretanto, ainda há quatro casos onde nenhum dos membros é aposentado e dependem totalmente da agricultura e pecuária para a sobrevivência familiar.

Em relação à condição dos agricultores às terras em que produzem, a maioria dos entrevistados é proprietário das terras, herdadas de seus antepassados, como pode ser observado no gráfico 36:

Gráfico 36 - Condição dos agricultores entrevistados em relação às terras

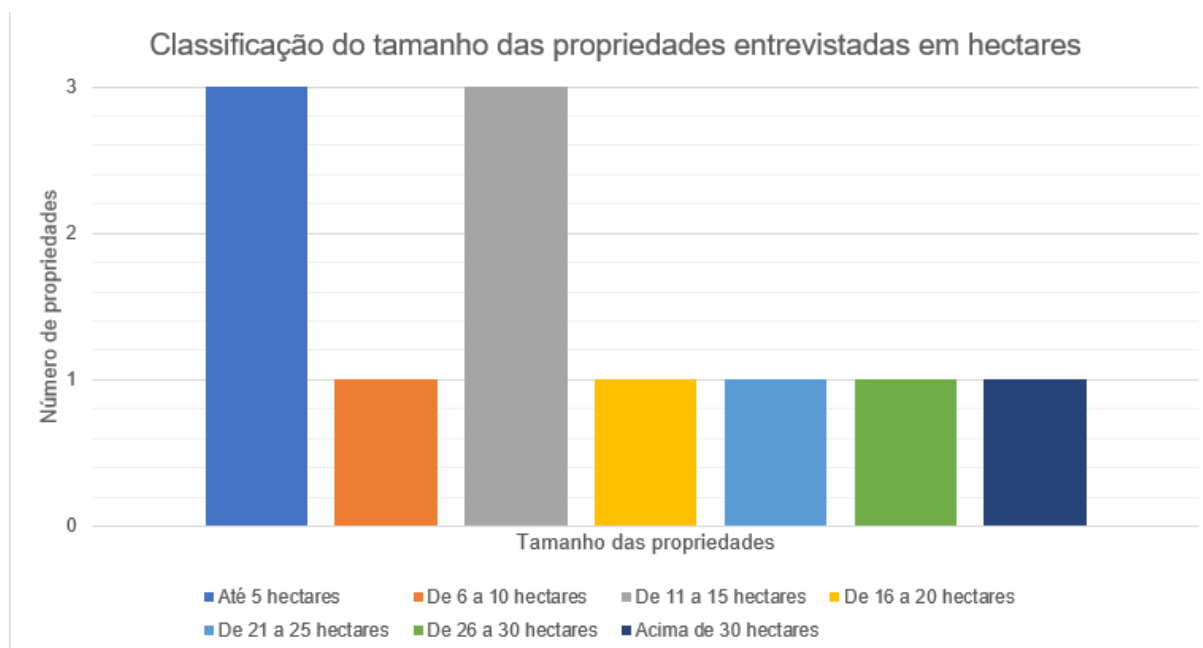


Fonte: Trabalho de campo.

Em valores absolutos, seriam nove agricultores proprietários, dois parceiros e um arrendatário. As diferenças nesses valores totais para o número total de entrevistados ocorrem, pois, um dos casais entrevistados além de possuir seu próprio pedaço de terra, é também parceiro de um irmão em outro espaço, herdado do pai e dividido por ambos na produção agrícola. O caso do outro agricultor parceiro se assemelha ao primeiro. As terras foram herdadas do pai, porém devido à dívidas ele precisou vender sua parte da herança ao irmão, residente no estado de São Paulo, e como acordo tornou-se parceiro dele. Além do mais, seu irmão não seguiu a profissão de agricultor, detendo a terra apenas por especulação. Dessa forma, o acordo aconteceu como forma de ajuda mútua, mantendo o uso social da terra e possibilitando que o entrevistado continuasse na profissão de agricultor.

O tamanho das propriedades variou significativamente, porém a maioria pode ser considerada como pequena se levado em conta os limites determinados pelo INCRA para ser caracterizado como agricultura familiar. Lembra-se que em Campos Gerais, o módulo fiscal é determinado em 26 hectares, podendo ser considerado agricultores familiares aqueles que possuírem terras até um limite de quatro módulos fiscais, ou seja 104 hectares. De todas as propriedades, apenas duas ultrapassaram um módulo fiscal. Uma delas ultrapassando em 0,5 hectares um módulo fiscal e outra ultrapassando em 4 hectares, dois módulos fiscais (gráfico 37).

Gráfico 37 - Tamanho das propriedades dos agricultores entrevistados



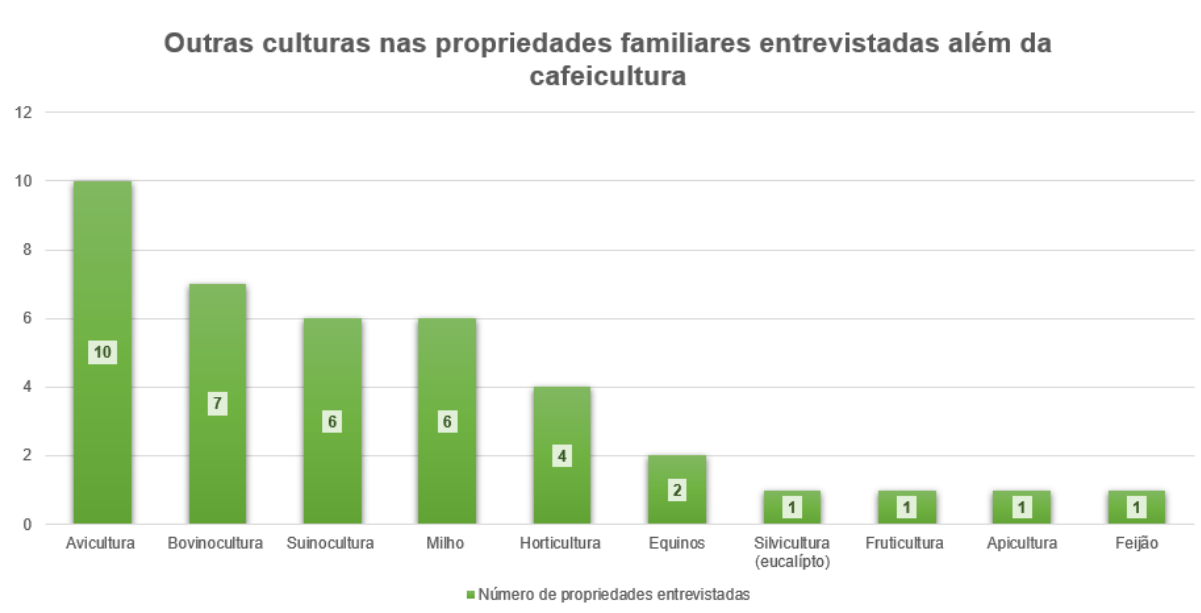
Fonte: Trabalho de campo.

A menor das unidades entrevistadas foi uma propriedade de 3 hectares (Topázio), o mesmo agricultor parceiro que precisou realizar a venda de suas terras por conta de uma dívida com o café. De maneira geral, três propriedades rurais não ultrapassam os 5 hectares. A propriedade representada no elemento gráfico pela cor verde é um caso particular. Ela é a soma das áreas de propriedade particular e da parte arrendada pelo agricultor “Acaiá”, sendo dono de 12 hectares e parceiro em 14,5ha. A maior propriedade se destoa bastante em tamanho das demais, totalizando 57 hectares (Kona). Mesmo com essa diferença de tamanho observa-se que o tamanho médio das unidades familiares é bastante distante do limite estabelecido pelo INCRA. Essa pequena amostra não permite afirmações contundentes, porém demonstra e cria hipóteses de que a realidade da estrutura fundiária da agricultura familiar é um tanto quanto distante da idealização proposta por órgãos governamentais e pelas políticas públicas, ao menos na região estudada. Mesmo sendo necessário novos estudos trabalhando com esse recorte de análise, essa delimitação de terras para o acesso de políticas para a agricultura familiar pode acabar permitindo que outros grupos e categorias se beneficiem dos programas que intentam ajudar esses agricultores. Talvez estudos locais e regionais pudessem auxiliar em novas reflexões e apontamentos sobre a categoria, respeitando a ordem local e as características desses agricultores. Esse elemento é corroborado pelos próprios agricultores e mesmo agrônomos. Ao apontar que as entrevistas iriam

ocorrer com agricultores que possuíam até 104 hectares, muitos se mostraram surpresos pelo tamanho estabelecido e por estarmos relacionando esse tamanho de propriedade com agricultura familiar. Na fala de um dos agrônomos: “104 hectares já é um grande produtor”.

Como já demonstrado nesta pesquisa, a agricultura familiar possui bastante presença na produção do café municipal, sendo a commodity parte da vida econômica, social e cultural não só dos agricultores, mas da própria população do município. Todavia, essa produção de café, mesmo que signifique uma especialização produtiva familiar que acabe *commoditizando* o território, não significa exclusividade produtiva. A produção de alimentos para subsistência e comercialização dos excedentes, faz parte do dia-dia dessa população, como observado no gráfico 38:

Gráfico 38 - Outras culturas cultivadas nas propriedades dos entrevistados



Fonte: Trabalho de campo.

O café, sem dúvida, é a produção que se destaca, tanto na paisagem, quanto na comercialização por parte desses agricultores. Mas seja por insegurança quanto a produção do café, seja a produção para o autoconsumo ou venda de excedentes, ou mesmo àquelas culturalmente enraizadas na agricultura familiar, é possível identificar algumas outras produções por parte desses agricultores (fotografia 8), como a criação de frangos e galinhas, bovinocultura para corte e para o leite, suinocultura, produção de milho, hortaliças, cavalos e burros (principalmente para

auxiliar na produção), produção de frutas, feijão e criação de abelhas. Foi observado, também, a produção de eucaliptos para venda pelo “Kona”. Essa produção, inclusive, causou problemas com os agricultores vizinhos. As árvores foram plantadas em uma área de serra, próximo a nascentes. Devido à grande necessidade hídrica dessas plantas, boa parte da água do solo e subterrânea foi drenada pelos eucaliptos, secando a água que antes era usada por vários agricultores em poços artesianos.

Fotografia 8 - Outras culturas e criações nas propriedades dos entrevistados



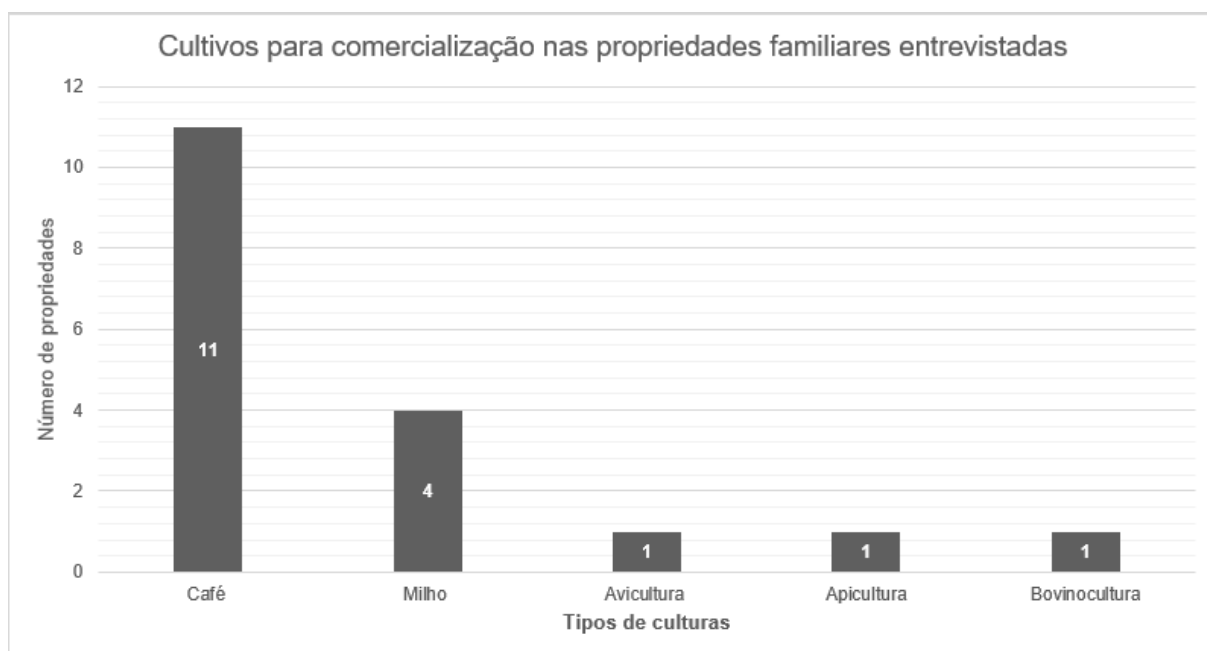
Fonte: Trabalho de campo (dezembro de 2024). Arquivo pessoal.

Legenda: a) criação de pintinhos.
b) criação de bovinos.
c) paisagem dividida entre o cultivo do café e do milho em uma mesma propriedade entrevistada.

Alguns desses cultivos são utilizados como forma de agregar renda através da venda, sendo uma alternativa à produção do café. Outras são unicamente

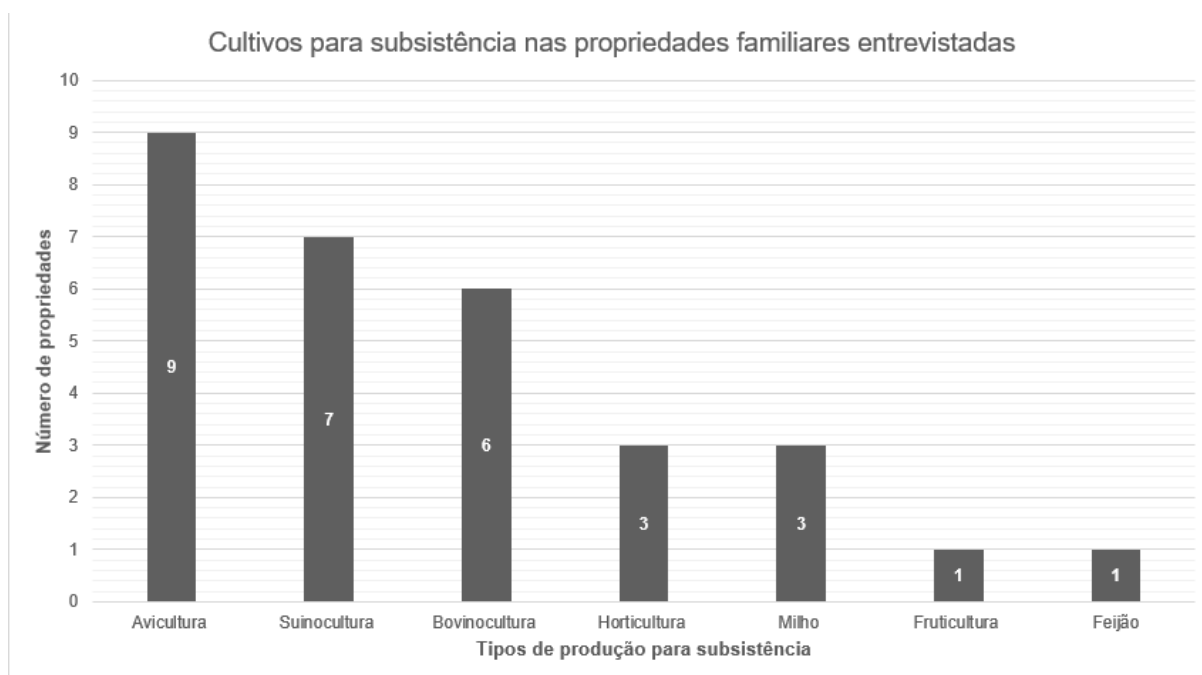
destinadas à subsistência dessas famílias. Para deixar lúdico, foram criados dois gráficos distintos, um demonstrando produções que também fazem parte da comercialização das famílias e outro mostrando àquelas que são exclusivas para a subsistência, ou que eles mesmo denominam, para o “gasto” (gráficos 39 e 40).

Gráfico 39 - Cultivos voltados para comercialização produzidos nas propriedades dos entrevistados



Fonte: Trabalho de campo.

Gráfico 40 - Cultivos voltados para a subsistência produzidos nas propriedades dos entrevistados



Fonte: Trabalho de campo.

Os gráficos estão divididos da seguinte forma: Para cada valor de cada barras, estão representados a quantidade de famílias que produzem tal produto com determinada finalidade. Ou seja, como demonstrado no gráfico 39, das onze famílias entrevistadas, onze cultivam o café exclusivamente para a comercialização. Isso ajuda a demonstrar que mesmo existindo outros tipos de cultivares, há uma especialização produtiva pela agricultura familiar, produzindo *commodities* exclusivamente para a comercialização. Outros produtos comercializados, em menor escala, são o milho, em natura ou processado em alimentos, frangos e galinhas, mel de abelha e bovinos, para corte e para produção de leite.

Ao analisar as produções exclusivas para o “gasto”, é interessante perceber a grande participação na criação pecuária de galináceos e suínos (fotografia 9). Quando questionados sobre o porquê limitarem essa produção apenas ao gasto, as respostas foram praticamente unânimes. O gasto e o trabalho para criar esses animais não condiz com o valor que ele é comercializado, não compensando o trabalho exercido pela renda obtida. A horticultura parece ter perdido algum espaço em Campos Gerais, mesmo para subsistência. É presente apenas em três das propriedades entrevistadas. Entretanto, outras três também afirmaram que possuíam hortas para o consumo, mas que a criação de galinhas atrapalha, pois elas acabam

se alimentando da horta e atrapalham o crescimento das hortaliças e vegetais. Ademais, andando pelas propriedades foi possível observar também alguns pés de frutas (fotografia 10), que também são consumidos por eles e “doados” a vizinhos e amigos, como abacate, manga, banana, maracujá e jabuticaba. Essas plantações parecem ser cultivos “invisíveis”, que não entram na conta dos agricultores quando perguntados, pois não são comercializados. Entretanto, são importantes também para sua reprodução econômica e social, diminuindo gastos extra-propriedade com a compra de alimentos.

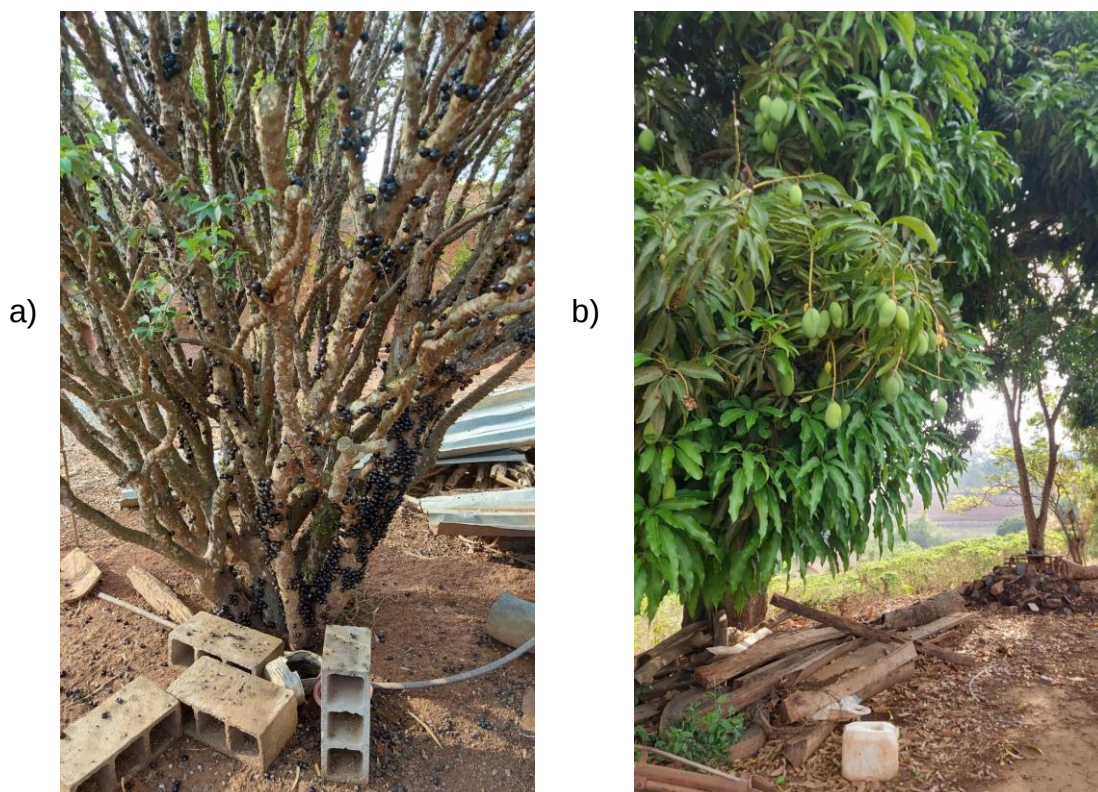
Fotografia 9 - Criações de animais nas propriedades entrevistadas



Fonte: Trabalho de campo (dezembro de 2024). Arquivo pessoal.

Legenda: a) Área de criação de galinhas.
b) criação de suínos.

Fotografia 10 - Árvores frutíferas nas propriedades dos entrevistados



Fonte: Trabalho de campo (dezembro de 2024). Arquivo pessoal.

Legenda: a) Pé de jaboticaba.
b) Pé de manga.

Mesmo essa produção ainda sendo existente nas propriedades, fica clara a majoritária mercantilização da produção e a diminuta variedade de cultivares para a subsistência e para o suprimento da alimentação local e regional. De acordo com os estudos de Gazolla e Schneider (2007), a mercantilização do consumo de alimentos está em curso, com a transferência da produção animal e vegetal das pequenas áreas de cultivo próximo às residências e às lavouras comerciais, para dar lugar a cultivos em maior escala e com foco comercial. Esse fenômeno é impulsionado pelo avanço de culturas lucrativas, como a soja, que têm alcançado preços atrativos no mercado nacional e internacional, substituindo as culturas de autoconsumo. A mercantilização produtiva, ainda, afeta diretamente a produção destinada ao autoconsumo, levando muitos agricultores familiares a direcionar uma proporção cada vez maior de sua produção para o mercado. Esse fenômeno pode resultar em maior vulnerabilidade alimentar, especialmente em áreas com solos desfavoráveis ou em famílias com baixos níveis de autoconsumo. Um dos principais impactos da

mercantilização é a perda de autonomia e identidade dos agricultores. À medida que a produção é direcionada para o mercado, os agricultores muitas vezes se veem subordinados às demandas comerciais, afastando-se de práticas tradicionais e modos de vida rurais (Gazolla; Schneider, 2007).

Essa mercantilização tende levar à homogeneização da produção, com uma ênfase crescente em cultivos de maior rentabilidade financeira em detrimento da diversidade agrícola. Isso reduz a resiliência dos sistemas agrícolas e também ameaça a segurança alimentar das famílias rurais, que muitas vezes dependem de uma variedade de cultivos para sua subsistência. Consequentemente a essa homogeneização da produção, aumenta-se a vulnerabilidade dos agricultores familiares às flutuações do mercado. Que passam a depender de fatores como preços e demanda e podem vir a enfrentar dificuldades financeiras e instabilidade econômica, exacerbando as disparidades socioeconômicas no campo (Gazolla; Schneider, 2007).

A área destinada pelos agricultores ao cultivo do café é igualmente importante para a reflexão de como a agricultura familiar utiliza esse espaço. O agricultor que menos dedica área à sua produção, é também aquele que menos possui área. O “Topázio”, parceiro da propriedade de 3 ha, dedica praticamente toda sua área ao cultivo do café. Em contrapartida, aquele que mais dedica área à rubiácea não é o que mais possui terras, mas sim o que além de possuir sua própria propriedade, também é parceiro em outra área com seu irmão, totalizando 14 hectares de café (Acaiá). Em geral, a maioria dos entrevistados cultivam menos de 5 hectares do grão (gráfico 41).

Gráfico 41 - Área destinada ao cultivo do café nas propriedades dos entrevistados



Fonte: Trabalho de campo.

Assim como dito, poucos agricultores produzem apenas o café em seu espaço agrícola, muitas vezes a paisagem é dividida em outros cultivos, principalmente com o milho, em relação aos cultivos da terra. Somam-se quatro agricultores que plantam o café entre 5 e 10 hectares e apenas dois que ultrapassam esse último valor. Isso é condizente, inclusive, com o tamanho da propriedade, que pode limitar a quantidade plantada de café. Mesmo não sendo uma quantidade muito grande de café cultivado nessas propriedades, devido, principalmente, à falta de mão de obra familiar, às vezes é necessária a contratação de trabalhadores temporários. Como mencionado por eles, normalmente essas contratações acontecem em períodos onde os cultivos exigem mais trabalho, principalmente em épocas de desbrota e de colheita do café (gráfico 42).

Gráfico 42 - Origem da mão de obra nas lavouras das propriedades que fizeram parte da entrevista



Fonte: Trabalho de campo.

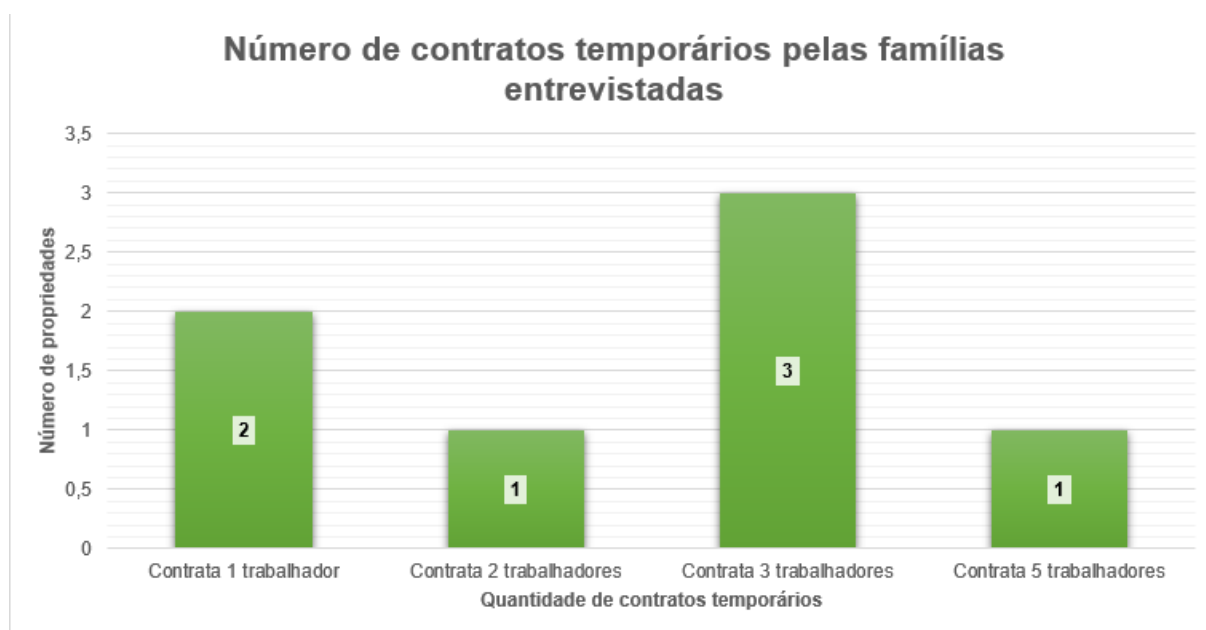
A necessidade de contratação, além de vinculada à própria agricultura familiar e ao esvaziamento do campo pelos jovens, relegando os trabalhos manuais às vezes unicamente aos pais, pode também ter relação com a própria estrutura geomorfológica local. Os relevos, muitas vezes acidentados, não permitem a total mecanização dos processos de produção, desbrota e colheita, demandando o trabalho de mais pessoas, muitas vezes de formas convencionais e utilizando o trabalho manual. Mesmo assim, várias famílias conseguem permanecer sem contratar mão de obra externa, mantendo o trabalho apenas dentro do grupo familiar. Ademais, em áreas de relevo mais ameno, a mecanização está presente e é um dos motivos da pouca necessidade de mão de obra fora da família.

Um caso emblemático, dentro da amostra, é o do agricultor “Kona”. Sua propriedade, possuindo 57 hectares, permite que existam não apenas áreas em relevo, como a que utilizou para o cultivo dos eucaliptos, mas também áreas mais planas que permitem uma maior mecanização e automatização dos processos, nas quais seu café está plantado. Normalmente, trabalha sozinho na propriedade, utilizando os maquinários dos filhos, também agricultores que cultivam café. Em épocas de necessidade de maior trabalho, os três se ajudam e revezam as máquinas. A questão do maquinário será melhor discutida em outro momento, porém

esse caso merece a menção. Diferente de muitos dos outros entrevistados, seus filhos decidiram continuar produzindo no campo, em terras doadas pelo pai. Contudo, o pensamento empresarial fez com que investissem na propriedade para automatizar a produção. Atualmente, se somados os três membros da família, possuem no total: 8 tratores, 1 caminhão, 2 roçadeiras, 1 adubadeira, 3 grades rotativas, 1 pulverizador, 3 derriçadeiras, 1 lavador-separador mecânico, 1 descascador e despulpador mecânico, 2 secadoras de café, 1 abanadora de café e 1 beneficiadora de café. Ademais, ainda há armazéns para o armazenamento da rubiácea na própria propriedade. Ou seja, possuem todos os equipamentos necessários para a produção, manutenção da produção, beneficiamento e armazenamento do café dentro da própria propriedade, mesmo que isso não os desapropriem como agricultura familiar.

Voltando aos contratados temporários, outros agricultores com menos maquinários disponíveis necessitam contratar, como já mencionado, pessoas para ajudar na produção. Essa ajuda, contudo, não se limita a contratados, acontecendo com frequência a ajuda mútua entre vizinhos. A maioria dos entrevistados, diz precisar contratar cerca de cinco pessoas anualmente para manter a produção (gráfico 43).

Gráfico 43 - Contratos temporários para trabalhos na lavoura entre as propriedades entrevistadas



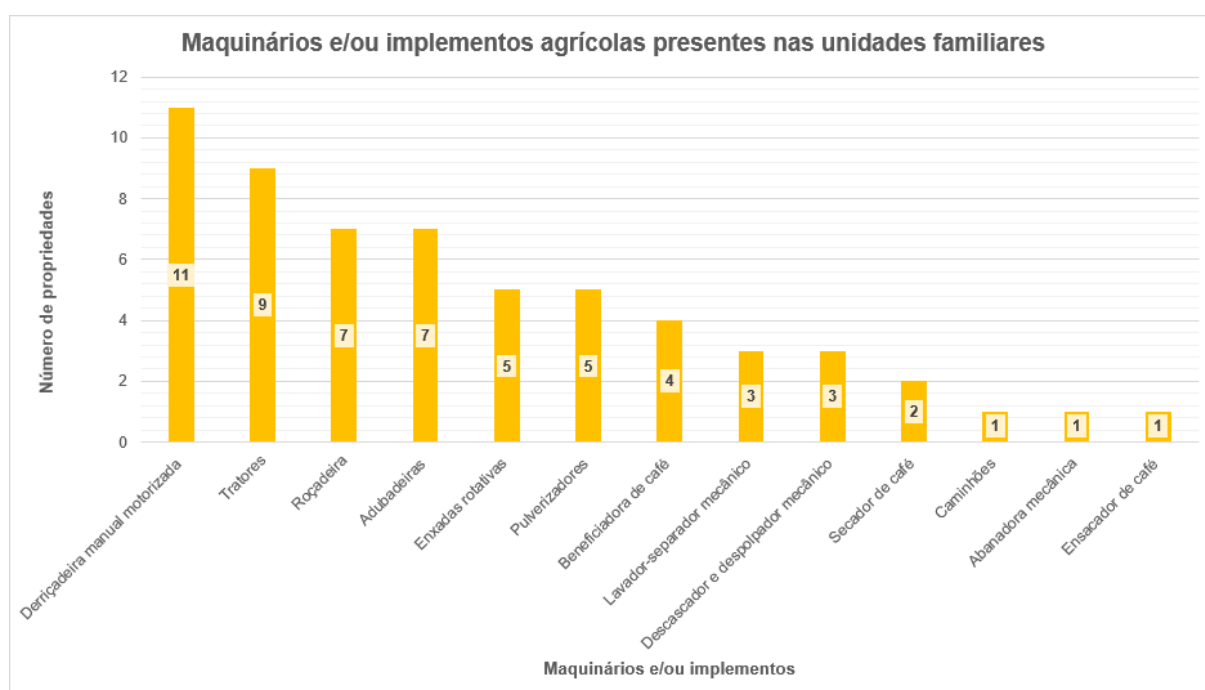
Fonte: Trabalho de campo.

Àqueles que contam com a ajuda dos filhos, residentes ou não da

propriedade ou dos vizinhos, precisam contratar menos pessoas anualmente, sendo duas famílias contratando uma pessoa e uma família contratando dois trabalhadores temporários. Apenas um dos entrevistados, “Obatã”, precisa contratar cinco anualmente, visto que reside sozinho na propriedade devido ao divórcio.

Voltando aos maquinários, foi questionado aos entrevistados, utilizando uma tabela de exemplo previamente produzida, quais implementos e máquinas esses agricultores possuíam e utilizavam em suas rotinas agrícolas (gráfico 44).

Gráfico 44 - Maquinários e/ou implementos presentes nas propriedades dos agricultores entrevistados



Fonte: Trabalho de campo.

A derriçadeira manual ou motorizada, conhecida pelos agricultores como “mãozinha”, esteve presente em todas as propriedades rurais entrevistadas. Ela é bastante utilizada para a colheita do café, auxiliando na “panha” manual e visando preservar o máximo possível os grãos. Tratores, roçadeiras e adubadeiras também apareceram com frequência nas respostas (fotografia 11). Além desses elementos, percebe-se que a capacidade de maquinários da agricultura familiar entrevistada em Campos Gerais é incipiente. Todos os outros implementos ou máquinas só apareceram em menos da metade de todas as propriedades familiares. Porém, há um movimento interessante de cooperação entre os próprios agricultores. O agricultor “Catuaí Vermelho”, informou que existe na zona rural do Grupiara, em Campos Gerais, uma associação autônoma entre os agricultores e agricultoras que

visa o uso comunitário de equipamentos, maquinários e implementos agrícolas, assim como a ajuda mútua em momentos de necessidade de maior mão de obra em alguma propriedade rural. Até o momento da pesquisa, a associação contava com vinte associados e possuía tratores, adubadeiras, além de algumas ferramentas de uso comum. Esses elementos de ajuda comunitária e associativa diminuem os custos da produção a partir da ajuda e do investimento conjunto, reforçando a importância da solidariedade para o rural e, majoritariamente, para a agricultura familiar.

Fotografia 11 - Maquinários e infraestruturas nas propriedades entrevistadas



Fonte: Trabalho de campo (dezembro de 2024). Arquivo pessoal.

Legenda: a) grade rotativa.
b) infraestrutura para descascar e despolpar o café.
c) tratores, maquinários e ferramentas.

É importante entender os elementos internos à propriedade rural para se

entender a concreta realidade desses atores sociais. Mas tão importante quanto, é entender aspectos externos à propriedade que se relacionam direta ou indiretamente com a produção familiar no município. Por isso, visamos identificar com os agricultores a necessidade de utilização de créditos, participação de políticas públicas e relação com o cooperativismo regional.

Em relação ao crédito, a maioria precisa adquiri-lo em instituições bancárias ou cooperativas para produzir, principalmente para a compra de insumos agrícolas, adubos, ferramentas e investir na propriedade através de novos maquinários (gráfico 45).

Gráfico 45 - Utilização de crédito financeiro para a produção entre as famílias entrevistadas



Fonte: Trabalho de campo.

De acordo com os onze entrevistados, oito deles necessitam constantemente de crédito para continuar produzindo e sobrevivendo no campo. Número alto, que ajuda a representar os perigos de endividamento dessas famílias frente aos altos custos de se produzir *commodities* para o mercado externo. A demanda por elementos pré-produtivos e de manutenção da produção possui um valor elevado. O excessivo uso de agências de crédito pode levar a dívidas contínuas e mesmo à necessidade de venda da propriedade, como aconteceu com o agricultor “Topázio”. Dentre as instituições que financiam a produção para os agricultores familiares que fizeram parte da pesquisa, destaca-se o SICOOB, com majoritária participação nas

falas dos agricultores (gráfico 46).

Gráfico 46 - Bancos e organizações utilizadas na obtenção do crédito pelos agricultores entrevistados



Fonte: Trabalho de campo.

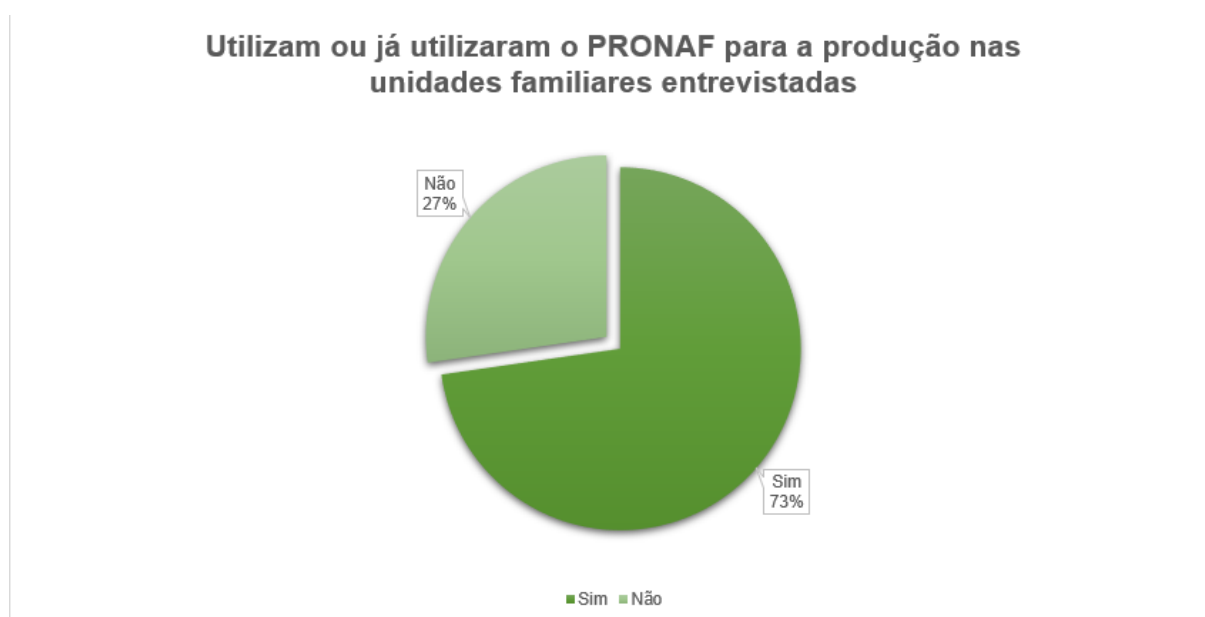
Entre todos os oito entrevistados que precisam de crédito para produzir, oito utilizam o SICOOB. Há diferenças nos valores totais de famílias que recebem crédito àquelas entrevistadas. Isso acontece pois em mais de um caso, uma família adquire esse crédito através de mais de uma instituição. São os casos do “Mundo Novo” (SICOOB e cooperativa), “Caturra” (SICOOB e Banco do Brasil), “Arara” (SICOOB e SICREDI) e Bourbon (SICOOB, Banco do Brasil e cooperativa).

Ainda sobre o acesso ao crédito, o agricultor “Obatã” disse que mesmo utilizando, a burocracia para o agricultor familiar utilizá-lo é muito superior se comparado ao grande produtor. Segundo ele: “a gente chega no banco e faz de tudo para conseguir 10, 20 mil reais, dá todo um trabalho. Enquanto isso, o grande chega e o gerente joga 100 mil na mão dele sem nem perguntar nada. É difícil.” Por mais simples que essa sentença pareça, ela mostra e reforça a importância das políticas públicas, não só de crédito – mas também elas –, para a agricultura familiar. As agências privadas, se baseiam nos giros de capital das contas, valorizando mais os números do que a qualidade – leia-se no sentido de qualitativo humano –, o que dificulta o acesso à esses serviços por pessoas que possuam baixa movimentação

financeira, perpetuando uma política de valorização do “grande” e de fragilidade econômica do “pequeno” – leia-se como quantitativo produtivo –.

Outra linha de crédito importante para o agricultor familiar é o PRONAF. Esse programa, permite adquirir créditos para diversas linhas, a custos mais baixos. Mesmo, como já descrito por Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), o PRONAF tenha se tornado mais um programa de crédito do que de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, como era proposto, ele ainda é essencial para a manutenção econômica de diversas famílias no meio rural brasileiro. Dentre os entrevistados, a maioria ou já utilizou ou ainda utiliza o programa, todos, para o cultivo do café (gráfico 47).

Gráfico 47 - Agricultores, dentre os entrevistados, que utilizam ou já utilizaram o PRONAF



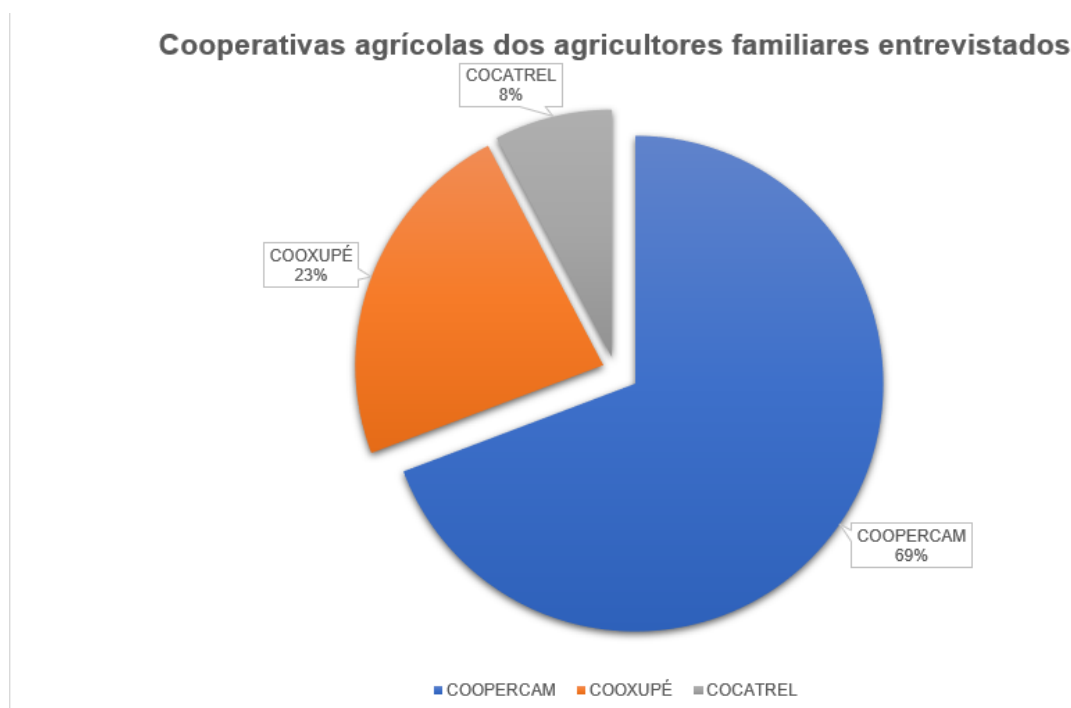
Fonte: Trabalho de campo.

São oito os agricultores que já utilizaram ou ainda utilizam o PRONAF na produção. Entretanto, no ano de 2024, apenas cinco deles estavam com o programa e o crédito ativos. Isso se deve ao fato, segundo eles, de que a utilização do programa não é, ou não precisa ser, constante. Eles o utilizam em momentos de necessidade como ajuda financeira em anos subsequentes às produções não tão rentáveis, ou mesmo quando precisam do dinheiro para compra de implementos ou para investimentos na propriedade. Dessa forma, boa parte deles pretende voltar a utilizar o programa futuramente, quando precisarem. Dentre esses agricultores, todos se dizem satisfeitos com o funcionamento do programa, visto que a

contratação do PRONAF é menos burocrática que a utilização de créditos por outras instituições. Outro ponto mencionado por todos é em relação aos baixos juros do programa, o que permite uma melhor organização financeira dentro da propriedade e para a produção. “Bourbon”, um dos entrevistados, ainda afirma: “o PRONAF não é satisfatório, ele é essencial”. Reforçando a importância do programa. Porém, segundo ele, nos últimos anos as taxas de juros do programa têm aumentado, o que é um empecilho para os produtores.

Uma outra instituição, nesse cenário de produção de café familiar, imprescindível para a agricultura familiar são as cooperativas agrícolas. São elas as responsáveis, muitas vezes, pelo crédito, pelo acesso aos implementos, ferramentas e maquinários agrícolas, além de ser um dos principais locais de armazenamento e via de escoamento e comercialização da produção familiar. A cooperativa do próprio município parece exercer maior presença na realidade agrícola dos entrevistados (gráfico 48).

Gráfico 48 - Cooperativas agrícolas das quais os agricultores entrevistados são associados



Fonte: Trabalho de campo.

Alguns dos entrevistados, trocaram de cooperativa recentemente, por acharem que não eram assistenciados de forma satisfatória, ou mesmo para buscar melhores prestações de serviços em outra cooperativa, baseado em suas

necessidades produtivas, sendo eles: “Catuaí Amarelo” (associado da COOPERCAM por 38 anos, passando a se associar à COOXUPÉ nos últimos 3 anos) e “Caturra” (associado da COOPERCAM por 35 anos, passando a se associar à COOXUPÉ nos últimos 3 anos). Importante mencionar, que mesmo o “Caturra” se associando há apenas 3 anos à COOXUPÉ, sua esposa já era sua cooperada há 15 anos. Dentre os motivos para a mudança, ambos elencaram questões relacionadas à assistência financeira e a busca por melhores serviços. A maioria dos entrevistados é cooperado há mais de 20 anos, como demonstra a tabela 21. Interessante ressaltar que entre aqueles que são cooperados a menos tempo, ou ainda não ocorreu a sucessão das terras pelos pais ou esta aconteceu recentemente, como no caso do “Acaiá”, onde a passagem das terras para seu nome ocorreu exatamente na data em que se tornou cooperado.

Tabela 20 - Tempo e por qual cooperativa os agricultores entrevistados são associados

Entrevistado	Cooperativa	Tempo cooperado
Bourbon	COOPERCAM	10 anos
Mundo Novo	COOPERCAM	16 anos
Obatã	COOXUPÉ	30 anos
Acaiá	COOPERCAM	8 anos
Catuaí Vermelho	COOPERCAM	20 anos
Catuaí	COOPERCAM	28 anos
Catuaí Amarelo	COOPERCAM	38 anos
Catuaí Amarelo	COOXUPÉ	3 anos
Topázio	COOPERCAM	25 anos
Arara	COOPERCAM	20 anos
Caturra	COOPERCAM	35 anos
Caturra	COOXUPÉ	3 anos
Kona	COCATREL	38 anos

Fonte: Trabalho de campo.

Alguns pontos merecem, aqui, serem mencionados. Segundo o entrevistado

“Kona”, cooperado pela COCATREL, ele precisa comprar os insumos e implementos da própria cooperativa caso queira comercializar a produção através deles, caso não o faça, fica impedido de vender seu café à cooperativa. Além disso, o lucro que deveria ir para os cooperados ao fim do ano não pode ser sacado em dinheiro, é necessário comprar novos insumos ou ferramentas da própria cooperativa. Ou seja, o lucro dos cooperados vem em formato de crédito e precisa ser gasto comprando da cooperativa. Mesmo sendo um planejamento interno da cooperativa, com seus próprios intuitos e razões para o fazê-lo, essa dinâmica acaba reproduzindo aspectos de uma monopolização do território por essa instituição, ditando que o produtor agrícola adquira seus insumos da cooperativa, venda pela cooperativa e o lucro de associados que deveria ser igualmente distribuído pelos cooperados no fim do ano é convertido em crédito para aquisição de mais insumos, implementos e maquinários. Aos olhos do agricultor entrevistado, isso é uma vantagem. Entretanto, à nível da realidade concreta de tensão territorial, isso pode ser visto como uma estratégia de cooptação dos agricultores, criando uma eterna dependência da agricultura familiar com a própria cooperativa, parecido com que o faz o capital agropecuário internacional e as grandes multinacionais do setor.

Essa questão do repasse do lucro final para os agricultores cooperados também foi citado pelo “Caturra”, mas em relação à COOPERCAM. Disse, inclusive, que no ano em que deixou a cooperativa, o lucro do final do ano que deveria ser repassado aos agricultores, foi utilizado na compra de veículos para a cooperativa, sem sua participação na votação. Esses pontos merecem atenção tanto por parte dos pesquisadores, quanto das cooperativas e de seus agricultores cooperados. A gestão democrática deveria ser parte imperecível do sistema cooperativista, assim como a solidariedade entre os agricultores, à consequência de se transformar a cooperativa em uma mera empresa agropecuária, em prol da melhoria de qualidade de vida e da produção dos agricultores familiares.

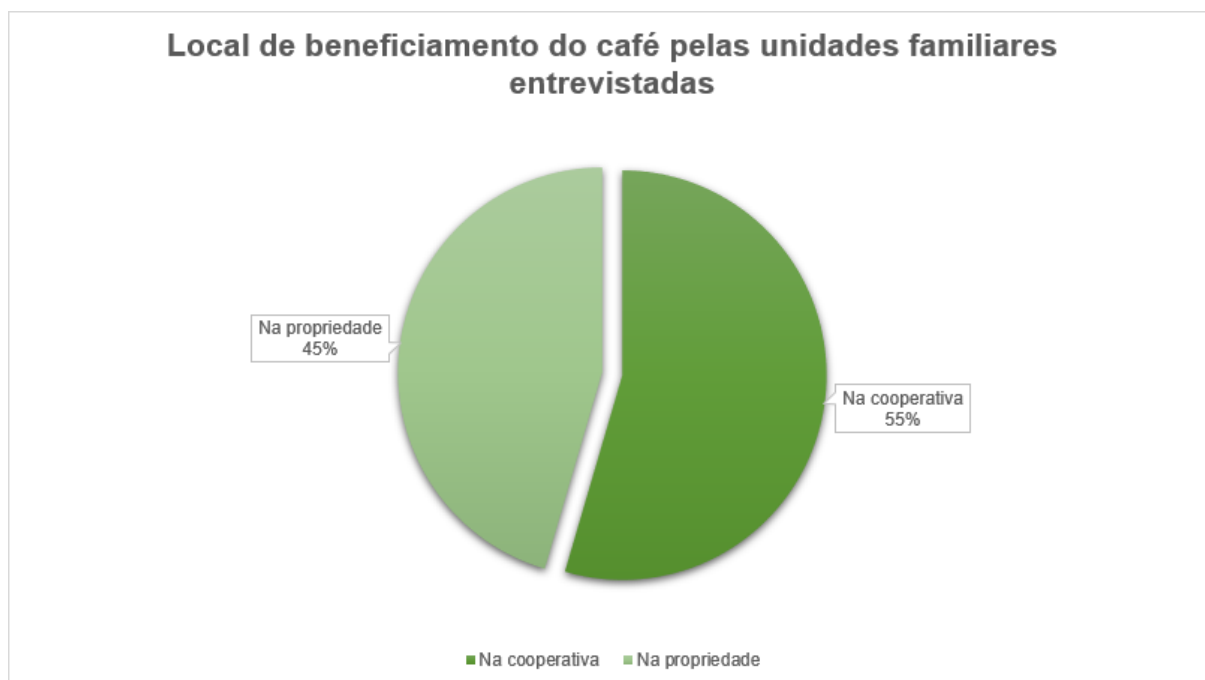
Conquanto, os demais agricultores cooperados pela COOPERCAM, apontam em sua maioria estarem satisfeitos com os serviços prestados pela cooperativa, mesmo que haja pontos a serem melhorados. A fala do agricultor “Bourbon” é esclarecedora nesse quesito. Segundo ele, mesmo com uma boa assistência, a cooperativa de Campos Gerais é limitada enquanto aos serviços prestados aos agricultores se comparados a outras cooperativas. Como ele mesmo aponta, há cooperativas que possibilitam a contratação de planos de saúde por preços mais

acessíveis, questão importante para os trabalhadores rurais. O mesmo em relação a descontos em produtos que se relacionam indiretamente à produção agropecuária, como o óleo diesel, também com importância significativa na produção e na utilização das máquinas, caminhões e tratores. Ele aponta que os serviços prestados pela cooperativa se limitam à venda de implementos e insumos, ao armazenamento e a comercialização da produção e que, ainda assim, poderiam melhorar, principalmente relacionado à burocracia para se comprar. Em suas palavras: “O produtor que vai na cooperativa comprar um insumo, precisa dele para produzir, muitas vezes naquele momento. O tempo que a gente fica lá dentro e a burocracia para comprar é algo que atrapalha, precisava ser mais rápido”.

Há, outrossim, dois serviços prestados pelas cooperativas que parecem imprescindíveis para a produção do café pela agricultura familiar entrevistada. Esses dois fenômenos se ligam diretamente à insuficiência de infraestrutura empresarial nas unidades familiares, sendo a capacidade de beneficiamento da produção e de armazenamento do produto antes de ser comercializado. Como já mencionado, apenas um dos agricultores entrevistados (Kona), possui um armazém na propriedade para o armazenamento. Mesmo com tal infraestrutura, normalmente beneficia e comercializa o café direto para a cooperativa, esta que exerce a tarefa de armazenar a produção. Nessa questão, todas as respostas foram unânimes, sendo a cooperativa um importante objeto no espaço para realizar tal ação, prestando esse serviço a todos os cooperados entrevistados.

Em relação ao beneficiamento, a maioria dos entrevistados também o fazem a partir e através da cooperativa (gráfico 49). Destacam-se os casos do “Kona” e do “Catuí Amarelo”, que beneficiam o café em suas propriedades, com maquinários próprios e após esta etapa vendem seus cafés à cooperativa, que vai o armazenar e comercializar posteriormente. Ademais, há ainda os entrevistados: “Bourbon”, “Obatã”, “Acaiá” e “Catuaí”. Essas quatro famílias, mesmo não possuindo infraestrutura própria para o beneficiamento, contratam pessoas e maquinários em épocas de necessidade, realizando esse processo em suas propriedades através de serviços terceirizados.

Gráfico 49 - Local de beneficiamento do café produzido pelos agricultores entrevistados



Fonte: Trabalho de campo.

Tanto a partir das falas já mencionadas dos agricultores em sobre os serviços das cooperativas, quanto a partir desses dados quantitativos de participação desses serviços no cotidiano da cafeicultura familiar em Campos Gerais, percebe-se que mesmo o assistencialismo cooperativo sendo um caminho que ainda precisa ser melhor desenvolvido no município, essas organizações são importantes para a produção desses agricultores e marcam momentos críticos da produção, principalmente de uma *commodity* agrícola. Elas são, tanto o caminho mais acessível para a obtenção de implementos, quanto um dos poucos caminhos viáveis para o armazenamento, escoamento e comercialização do que é produzido por essas famílias. Há muitos aspectos que precisam de atenção, incluindo o próprio ideal do que é uma cooperativa. Mas isso não significa negar que a ausência dessas organizações pode comprometer toda cadeia produtiva da agricultura familiar cafeeira em Campos Gerais.

Indiretamente relacionado à capacidade de armazenamento e de escoamento da produção, entretanto, diretamente vinculado à capacidade capital e de infraestruturas nessas propriedades, os problemas ambientais que ocorreram nos últimos anos afetaram de forma significativa a produção e consequentemente a qualidade de vida dessas famílias. Ocorreu, em 2021, uma época de geada que

acabou com grande parcela dos pés de café no município e na região. Dois anos depois, em 2023, a escassez hídrica advinda de um período de seca, “contribuiu” para a pouca produção do grão, fenômenos esses que afetaram toda a agricultura local, mas principalmente a das propriedades rurais familiares, que possuem pouco ou nenhum capital de investimento para garantir sua segurança financeira. Falas emblemáticas são as do “Arara”: “Perdi toda produção por conta da geada”; “Mundo Novo”: “Eu tinha planos de colher 90 sacas de café, colhi só 10”; “Bourbon”: “Por conta disso tudo perdi umas 250 sacas de café”; e do “Catuaí”: “Perdi muito café, depois disso fiz até um seguro no banco pra proteger a produção”.

Essa última fala precisa ser destacada. Por causa desses problemas ambientais e do quanto eles afetam os cafezais na região, alguns bancos, como o SICOOB, criaram linhas de seguro para a produção agrícola. Segundo o entrevistado, ele paga um valor fixo mensal que garante a segurança da produção em casos de eventos climáticos extremos, envolvendo problemas de seca e de geadas. Isso garante um valor fixo de ressarcimento por hectare plantado, em caso de ocorrência desses fenômenos. É, por um lado, uma forma de segurança do agricultor, mas por outro, aumenta os gastos mensais e anuais da família, reforçando a necessidade de apoio financeiro para a manutenção de culturas com altos gastos produtivos, como o café.

Preocupantemente, as problemáticas ambientais lembram muito a realidade da cafeicultura paranaense em meados e fim do século passado. Endlich (2006), já discute como essas questões ambientais – mas não só elas – influenciaram no desaparecimento da cultura do café na região. Ademais esses fenômenos corroboram como o espaço físico e humano na geografia devem ser entendidos como um sistema único e complementar, capaz de se afetarem dialeticamente, conformando novos contornos a produção do espaço local e regional e de todo um padrão de produção de bens, de movimento de pessoas e de produção espacial. A especificidade da cafeicultura sul mineira, em especial de Campo Gerais, de ser, em grande parte, produzida pela agricultura familiar, complexifica ainda mais essa questão, devido às fragilidades econômicas e as poucas opções de mantimento da produção em casos climáticos e ambientais extremos.

Por fim, foi questionado às famílias se é possível encontrar em Campos Gerais todos os consumos produtivos para a manutenção da produção de café, assim como serviços mais especializados ou se há a necessidade de buscar tais

elementos em outras localidades. Uma questão unânime foi em relação aos serviços hospitalares. Dizem que em momento de necessidade, muitas vezes se deslocam à cidade de Alfenas, pois a estrutura de saúde de Campos Gerais é mais voltada para o atendimento imediato, não possuindo serviços mais especializados. Porém um ponto importante e que merece, no recorte desse estudo proposto, maior atenção, se liga diretamente a produção agrícola e pecuária.

Em relação aos elementos mais básicos da produção agrícola, todos disseram encontrá-los em Campos Gerais, principalmente através das cooperativas, mas também de lojas de ferramentas, insumos e implementos agrícolas que se encontram no espaço citadino. Todavia, alguns serviços mais especializados, muito citado as peças e a manutenção dos tratores para a lavoura, não são encontrados no município. O ponto interessante é que estes serviços também não são buscados em Alfenas, município que é polarizador da Região Geográfica Imediata. Esses serviços são buscados na cidade de Boa Esperança. “Bourbon” ainda diz que precisa ir para Boa Esperança para achar peças de trator, pois mesmo em Alfenas é muito difícil encontrar. Tal necessidade demonstra uma outra polarização ainda não discutida, de um município por outro que não faz parte de sua região de influência.

Essa etapa de análise baseada nas falas dos agricultores familiares e em suas próprias opiniões e vivências, mesmo partindo de uma amostra pequena se comparada a quantidade desses atores sociais no município, permite aproximar a realidade idealizada à realidade concreta. Percebe-se que estamos frente a uma agricultura essencialmente familiar, historicamente construída, com pouca capacidade de capitalização e baixa mecanização, mas que continua produzindo o café para o mercado externo, articulados principalmente pelas cooperativas locais e regionais. Por mais que a produção seja especializada em uma commodity agrícola, isso não significa o desaparecimento – mesmo que signifique uma diminuição – da produção agrícola plural e para a subsistência. Nenhuma das propriedades entrevistadas produz apenas o café, mesmo que a variedade produtiva em cada unidade familiar seja, da mesma forma, variável. Há muitos cultivos que podem ser considerados “invisíveis” por esses agricultores por não comporem diretamente a balança comercial da renda familiar. Conquanto, essa mesma produção invisível de frutas, hortaliças e criação de animais para o que chamam de “gasto”, é parte de dois lados complementares. Faz parte da vivacidade da agricultura familiar. É tanto parte do seu modo de vida, quanto como eles produzem seu próprio espaço, muitas

vezes de forma inconscientemente cooperativa.

Analisando suas falas, vivências e experiências, pode-se afirmar que a produção do café por essa população não é apenas uma forma de obter renda da terra. Em sua maioria, não o veem como uma forma empresarial de reprodução do capitalismo no campo, mas sim, como parte cultural e histórica de produção, muitas vezes continuando o trabalho de seus antepassados. Apesar das problemáticas quanto às cooperativas e a utilização de políticas públicas para a commoditização do território por parte da agricultura familiar, ambas – tanto cooperativas quanto políticas públicas –, são também formas desses agricultores não serem expropriados de suas terras. Conquanto, a produção convencional de café acaba, muitas vezes, não sendo sustentável, em termos ambientais, sociais e econômicos, agredindo o meio ambiente e fragilizando, principalmente economicamente as famílias que o produzem. Cabe, então e longe de ser um fim, partir dessa realidade sensível, do concreto real e das possibilidades dentro dessas proposições, pensar, também de forma cooperativa, como podemos melhorar a qualidade de vida e de produção dessas famílias, propiciando um ambiente de autonomia produtiva e de melhores condições de produção e maior renda para essa categoria social que compõe a maior parte da população rural de Campos Gerais, possibilitando que continuem produzindo seu espaço, da maneira como o quiserem produzir.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título dessa pesquisa já carrega em si parte fundamental dos objetivos propostos à reflexão crítica da realidade da cafeicultura familiar no município de Campos Gerais. Foi buscado entender quais são os “atores” que se interrelacionam de forma dialética, contraditória, porém complementar que conformam a “dinâmica” dessa realidade a partir de um “processo” historicamente construído. A agricultura familiar, ator aqui em ênfase na discussão, mostrou ser uma categoria, um ator social, ou preferencialmente um conjunto de indivíduos que tem sua realidade refletida em uma história de construção social, cultural, política e econômica influenciados e subordinados por diversas escalas de comando, de relações interpessoais e inter corporativas onde o café existe como parte fundante dessas quatro instâncias de relações humanas.

A cafeicultura, para essas famílias, é ao mesmo tempo a forma de se viver o campo e de reproduzir os fazeres acumulados durante as gerações passadas, muitas vezes, de pais para filhos, de mães para filhas, demonstrando essa relação social e cultural com o fazer no campo, com o produzir e com o cultivar o café. Conquanto, isso não se deve apenas ao fato social cultural, mas também, às indiretas e diretas imposições políticas e econômicas que influenciam no produzir o espaço rural brasileiro, impostas pelo Estado e pelo setor privado em uma incessante intencionalidade em transformar a produção agrícola nacional em mercadoria para o mercado externo, evitando a expropriação dos agricultores, ao passo que expropria a própria produção.

A produção – leia-se não apenas do café, mas do próprio espaço geográfico – é resultado da interação dialética entre diversos atores e agentes, que competem e cooperam entre si, utilizando técnicas e objetos de forma desigual no espaço, influenciando e sendo influenciados por políticas públicas, pelo setor privado e pelas dinâmicas do mercado internacional. Dentro dessas intensas relações de reciprocidade desigual para o funcionamento de um todo péfido, a agricultura familiar compõe a base da pirâmide social da produção agrícola para o mercado internacional, ao menos na realidade estudada. Acaba por ser subordinada pelos interesses do mercado internacional ao visar sua (re)produção social e econômica, que deveria ser direito humano inerente a qualquer indivíduo e desmascara mais uma das falácias dos discursos da hegemonia política atual.

Comercializam sua produção por alheios, através de outrem e para outros. O cultivo dessa commodity pela agricultura familiar acaba sendo mediado, possibilitado e em muitos casos ditado por cooperativas e multinacionais que tem em sua primogênita intenção a expansão de suas escalas mercadológicas e a pouca preocupação com o lugar, instâncias essas, ocupando espaços acima nas cadeias de comando e mediação da produção agrícola nacional. Tais realidades são possibilitadas, por sua vez, pelo próprio Estado e suas políticas de expansão do que ficou conhecido como agronegócio, influenciadas em muito por ideais de aumento da escala internacional de comercialização.

Como corroborado pelas entrevistas, trata-se, ao menos em parte da realidade produtiva de Campos Gerais, de agricultores com baixa capacidade tecnológica, pouco capital e altamente dependentes de créditos e políticas públicas para a manutenção da propriedade e da própria produção, competindo de forma cooperativa com outros agricultores em realidades grandemente dissimilares, perfilando como o espaço e as técnicas são usadas de forma heterogênea pelos atores, formando diferentes ações sobre e com o espaço.

A cafeicultura em Campos Gerais não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim como parte de um processo histórico-geográfico. Desde meados do século XIX, sua expansão tem sido impulsionada por melhorias tecnológicas, desenvolvimento logístico e ações do Estado. A transição do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional, especialmente a partir do século XX, consolidou a região como a principal produtora nacional do grão. Esse processo foi fortemente influenciado pela modernização desigual da agricultura, que reforçou a lógica da commoditização do espaço e a crescente dependência dos agricultores em relação a agentes externos.

A década de 1990 marcou um novo paradigma para a cafeicultura do Sul de Minas, com a intensificação da mundialização da agricultura e a adoção de políticas neoliberais. Essa conjuntura favoreceu a expansão do capital internacional e aumentou a interdependência entre os mercados locais e globais. Como consequência, a especialização da produção cafeeira resultou na redução da produção de alimentos essenciais para a soberania alimentar, como arroz, frutas e hortaliças, dando espaço para o milho e a soja, culturas que passaram a ocupar um papel crescente até mesmo entre os agricultores familiares. A produção de alimentos, em maioria, entra na conta como cultivos para a subsistência, ou como

eles mesmos mencionam, “para o gasto”. Porém, a baixa mercantilização dessa produção não desvaloriza tais cultivos, pelo contrário, demonstra a importância dessa produção para as famílias como formas de menor dependência de aquisição de alimentos por dinheiro. É parte, muitas vezes, invisível da produção, mas que auxilia na sobrevivência dessas famílias e no menor gasto com a reprodução delas.

O PRONAF desempenha um papel central na reconfiguração da produção agrícola municipal, ao mesmo tempo que favorece a modernização da agricultura, também incentiva a inserção da agricultura familiar no circuito das commodities globais. Essa dinâmica reflete a continuidade das estratégias históricas do Estado brasileiro, que prioriza a mercantilização da produção agrícola em detrimento de políticas voltadas à segurança alimentar e à autonomia dos pequenos produtores. A política acaba cumprindo uma dupla agenda na vida desses agricultores. É, por um lado, essencial para sua manutenção, como corroborado pelos entrevistados, sendo uma forma de não expropriação dessas famílias, que continuam produzindo no campo. Entretanto, e por outro lado, o funcionamento de tal política possibilita o quase exclusivo uso desse recurso para o cultivo de commodities agrícolas, que a nível primeiro auxiliam na obtenção de renda das propriedades, porém ao preço de retirar sua autonomia produtiva e diminuir a produção de alimentos. A realidade se mostra contraditória mais uma vez, pois especializa-se a produção familiar para o mercado internacional. Essa, historicamente conhecida por ser a maior responsável pela produção de alimentos de qualidade para os mercados locais e regionais.

As cooperativas locais também possuem um papel ambíguo nesse contexto. Criadas para fortalecer a agricultura familiar, acabam por reproduzir, em parte, as lógicas do mercado global, subordinando os agricultores a uma dinâmica que limita sua autonomia produtiva. No entanto, também podem representar uma possibilidade de resistência, ao oferecer alternativas para a valorização da produção alimentar local e regional. A diversificação da produção, com foco na comercialização de alimentos nos mercados internos, pode ser uma estratégia para equilibrar as demandas do mercado internacional com a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar enquanto categoria social fundamental para o campo brasileiro.

Mesmo sendo, em 2024, um dos maiores produtores de café em Minas Gerais, a cidade apresenta uma incipiente quantidade e qualidade de consumos produtivos que por si só são incapazes de atender todas as demandas da cadeia produtiva do café atualmente. A maioria desses consumos limitam-se a

atendimentos imediatos à própria produção agrícola, como lojas de ferramentas e insumos. Serviços como logística, armazenamento e comercialização para o mercado internacional são escassos no espaço de Campos Gerais, se limitando ao papel que as cooperativas exercem no município. Deveu-se isso ao fato de que a própria realidade atual se pauta em uma organização espacial de fazeres compartilhados e fragmentados ao mesmo tempo. É uma divisão territorial do trabalho para conformar o todo globalizado. Tais papeis de logística e comercialização ficam em responsabilidade de centros urbanos maiores que fazem parte e polarizam a região, especialmente os municípios de Alfenas e Varginha. Esses acabam centralizando capital, principalmente internacional, possuindo uma maior dinamização e “qualidade” de consumos produtivos. Tais espaços, ainda e por causa desse fenômeno, são responsáveis pela articulação da produção regional, conectando o local ao global e se tornando “lugares do articular”. Cidades pequenas como Campos Gerais, mesmo com a alta produção agrícola, limitam-se, pela pouca influência na rede urbana e pelo baixo interesse do capital internacional em se territorializar em tais espaços, ao fazer a agricultura em si. Tornando-se mais “lugares do fazer” a agricultura. Ambos lugares, por sua vez, são subordinados aos lugares do mando, ou “lugares do comandar”, geralmente cidades nacionais ou globais que decretam direta ou indiretamente o que será feito e articulado aos mercados internacionais. Dinamizar suas atividades produtivas e fortalecer a autonomia econômica local são estratégias essenciais para evitar a drenagem de recursos e consolidar um modelo de desenvolvimento rural mais equilibrado.

Dessa forma, a produção do espaço em Campos Gerais reflete as tensões territoriais historicamente construídas, onde atores, agentes e instituições interagem em um campo de disputa entre a especialização produtiva e a necessidade de manutenção da autonomia da agricultura familiar. Valorizar essa categoria social e sua capacidade de gerar alternativas sustentáveis é essencial para garantir um desenvolvimento rural mais equitativo e resiliente, pautado não apenas pela lógica do mercado global, mas também pelo fortalecimento da segurança alimentar e da identidade territorial. Aqui, o papel das cooperativas é essencial. Pensar em um desenvolvimento de baixo para cima ou de dentro para fora, pode ser o caminho mais próximo para a superação de algumas problemáticas que assolam o campo brasileiro. A desespecialização de algumas cooperativas agrícolas e a pluralização da comercialização de seus produtos pode contribuir tanto para o aumento da escala

de mercado dessas organizações, como para aumentar a produção de alimentos e reviver a gênese da agricultura familiar. Cooperativas que comercializem tanto o café, mas também grãos, leguminosas ou frutas para os mercados regionais tendem a ser um caminho de melhor possibilidade de desenvolvimento, auxiliados por políticas públicas e por ações sociais. Aqui, a importância também das universidades e da academia em ações que possibilitem essa mudança de paradigma produtivo.

O recorte espacial, assim como a incipiência de um grande número de entrevistados é em primeiro lugar uma fragilidade dessa pesquisa, pois abarca apenas uma parte pequena da realidade rural brasileira. Mas por outro lado, pode também ser a porta de entrada para outras pesquisas que componham o mosaico concreto do que é atualmente esse rural. Assim, nada se conclui dessa pesquisa a não ser a necessidade de continuar as reflexões sobre esses atores, essas dinâmicas e esse processo em constante construção e reconstrução espacial, reforçando o papel da ciência geográfica em cognoscer a realidade enquanto a é e criar caminhos para um desenvolvimento mais equitativo e humano.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 36, p. 69–95, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/426>. Acesso em: 06 ago. 2024.
- ALVES, F. D. O agronegócio do café e a territorialização no sul de Minas Gerais. In: ALVES, F. D. et al (org.). **A Dimensão política no espaço**: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas, MG: Ed. Universidade Federal de Alfenas, 2019. p. 306-323. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/wp-content/uploads/sites/125/2020/05/11-A-Dimens%C3%A3o-pol%C3%ADtica-no-esp%C3%A7o-conflitos-e-desigualdades-territoriais-na.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2024.
- ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/54246>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- ALVES, F. D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas –Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 1, n. 2, p. 129-150, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia/article/view/1776>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- ALVES, W. R.; SOUZA, J. G. de. A Geografia e o materialismo histórico dialético. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 54, p. 923–961, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1641>. Acesso em: 06 ago. 2024.
- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. **RAIMED - Revista de Administração IMED**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5061341.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.
- ANDRADE, A. C.; ALVES, F. D. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. (org.). **Geografia das pequenas cidades**: estudos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Libroe, 2021. p. 62-92.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **PRONAF**. Brasília, DF: MAPA, [ca. 2024]. Disponível em: <https://observatorio.agropecuaria.inmet.gov.br/>. Acesso em: 02 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Dados estatísticos das exportações e importações brasileiras**: COMEXSTAT. Brasília, DF: MDIC, 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Ambiental Rural**: Consulta pública. Brasília: MMA, 2024. Disponível em: <https://www.car.gov.br/#/>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, [S. l.], v. 11, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: 16 maio 2024.

CAÇÃO, C. M. Os anos iniciais da cafeicultura no Sul de Minas: apontamentos da imprensa regional (1870-1890). *In*: XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-MG, 2012, Mariana, MG. **Anais [...]**. Mariana: ANPUH-MG, 2012, p. 1-11. Disponível em: https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340757484_ARQUIVO_OsanosiniciaisdacafeiculturanoSuldeMinasapontamentosdaimprensaregional_1870_1890_2.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

CAMPOS GERAIS. Portal do Município. **Prefeitura Municipal de Campos Gerais**. Campos Gerais, MG: Prefeitura Municipal de Campos Gerais, [201-?]. Disponível em: <https://www.camposgerais.mg.gov.br/portal/paginas-dinamicas-categoria/2/o-municipio>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CARNEIRO, P. A. S.; PEREIRA, M. F. V. Território da desigualdade: pobreza, fome e concentração fundiária no Brasil contemporâneo. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 255–269, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/656>. Acesso em: 18 maio 2024.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 5–20, 2004.

CAVALCANTI, M.; FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista Nera**, [S. l.], n. 13, p. 16–25, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1387>. Acesso em: 17 maio 2024.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. *In*: NOVAES, H.; MAZIN, D. A.; SANTOS, L. (ed.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (BRASIL). **Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (SICARM)**. Brasília, DF: CONAB, 2024. Disponível em: <https://sisdep.conab.gov.br/consultaarmazemweb/>. Acesso em: 26 out. 2024.

COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ. **Quem somos?**. Guaxupé, MG: COOXUPÉ, 2024. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE CAMPOS GERAIS E CAMPO DO MEIO. **Institucional**. Campos Gerais, MG: COOPERCAM, 2025. Disponível em: <https://coopercam.com.br/institucional/>. Acesso em: 02 jan. 2025.

CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, [S. l.], v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12795>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/695555615/CASTRO-Ina-GOMES-Paulo-Cesar-CORREA-Roberto-Lobato-Orgs-Exploracoes-Geograficas>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CORRÊA, R. L. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2004, p. 65-78.

CORREIA, G. G. S. **Cafeicultura e especialização produtiva na Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG: as dinâmicas rurais e urbanas na commoditização do território**. 2022. 106f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Instituto de ciências da natureza, Curso de Geografia Licenciatura Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/wp-content/uploads/sites/141/2022/12/TCC-FINAL-GUILHERME-1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

COSTA, T. M. M. **Cafeicultura e transformações socioespaciais no município de Alfenas-MG pós-inundação pelo lago de furnas**. 2023. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de ciências da natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/2246>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CRUZ, F. T. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.], v. 58, n. 2, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/SgJJgFpm3hYySw4jfXYg9dH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2024.

DEMATTEIS, G.; GIORDA, C. Territorial Values and geographical education. **Journal of Research and Didactics in Geography (J-READING)**, v. 1, n. 2, Jun., p.17-32, 2013. Disponível em: <http://www.j-reading.org/index.php/geography/article/view/22>. Acesso em: 05 ago. 2024.

DIOCESE DE CAMPANHA. Portal. **Paróquia Nossa Senhora do Rosário**. Córrego do Ouro, MG: Diocese de Campanha, 2024. Disponível em: <https://diocesedacampanha.org.br/paroquia-nossa-senhora-do-rosario-corrego-do-ouro-mg/>. Acesso em: 15 maio 2024.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. **Revista de Geografia**, Recife, v. 39, n. 2, p. 290–305, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/254811>. Acesso em: 01 dez. 2023.

ELIAS, D. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 26, n. 2, p. 1003–1019, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2929>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, p.13-32, 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1937/1225>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/182640>. Acesso em: 02 set. 2023.

ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 144–164, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/63811>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 9, n. 1, maio, p. 25-39, 2007. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/168/152>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/c2f200d9-b6ae-46a3-830c-126704349dcd/full>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FAJARDO, S. A territorialidade das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012. **Anais: Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**. Uberlândia, 2012. p. 1-19. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1270_1.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

FERREIRA, D. A. O.; FERNANDES, S. A formação conceitual do campesinato e da produção familiar no Brasil. In: MARAFON, G. J.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. **Temas em geografia rural**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

FILETTO, F.; ALENCAR, E. Introdução e expansão do café na região sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, [S. l.], v. 3, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/278#:~:text=A%20expans%20do%20café>

[C3%A3o%20do%20cafeeiro%20no,predominavam%20as%20tropas%20de%20burr](#)
[os](#). Acesso em: 05 fev. 2024.

FILETTO, F. **Trajetória histórica do café na região Sul de Minas Gerais**. 2000. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/10389>. Acesso em: 05 fev. 2024.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p. 5–23. jan./jul. 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1933/1813>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FREDERICO, S. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 35 p. 68-94, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13729/8929> . Acesso em: 01 mar. 2024

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (MG). **Mapa de solos de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: FEAM, 2010. Disponível em: <https://dps.ufv.br/software/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Estudo da economia de Minas Gerais: ano de 2021**. Belo Horizonte, MG: FJP, 2022. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/produtos/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GABOARDI, S. C., CANDIOTTO, L. Z. P. Agronegócio e a demanda por agrotóxicos no paraná: panorama de utilizao no estado e na Mesorregião Sudoeste. **Campo-Terrrio: Revista de Geografia Agrária**, [S. l.], v. 16, n. 43, p. 197-228, dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/62617/33455> . Acesso em: 15 mar. 2024

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Apresentao com presença de debatedor: desenvolvimento territorial e ruralidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006. **Anais**: Questões Agrárias, Educao no Campo e Desenvolvimento. Fortaleza, CE, 23 a 27 jul. 2006. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/31098284/anais-do-xliv-congresso-da-sociedade-sober>. Acesso em: 28 maio 2025.

GHIZELINI, A. A. M.; ARAGUO, L. Campesinato e agricultura familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais**, Vitória, n. 23, v. 1, p. 90–111, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/28030>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366 p.

GÓMEZ LÓPEZ, J. D. **Las cooperativas agrarias**: instrumento de desarrollo rural. Alicante, Espaa: Publicaciones Universidad de Alicante, 2004. 304 p.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 36–50, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/37>. Acesso em: 03 dez. 2023.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, [S. l.], v. 14, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5589>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232475/000975245.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 dez. 2023.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323–346, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/FfGVnNCzyTK6JgDCrqFfGg/>. Acesso em: 28 maio 2024.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ: Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7–19, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049>. Acesso em: 05 ago. 2024.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, 1., 2004, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2023.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 05 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: série histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 17 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça cidades e estados do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal**: PPM. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**: PPM. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: INCRA, 1996.

INPE. Topodata. **Banco de dados geomorfométricos do Brasil**. [S. l.]: INPE, 2008. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/acesso.php>. Acesso em: 24 jun. 2024.

KATO, K. Y. M.; LEITE, S. P. Land Grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: Velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16. n. 29, p. 458 - 489, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12506>. Acesso em: 27 out. 2023.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969. 230 p.

LEMONS, T. C. S.; ALVES, F. D. As cooperativas no processo de mundialização da agricultura: a monopolização do território pela COOPFAM em Poço Fundo-MG. **Caderno de Geografia**, [S. l.], v.33, Número Especial 1, p. 538-563, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/31325>. Acesso em: 27 out. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.

MATOS, P.; MARAFON, G. A modernização da agricultura no Brasil e as tramas do agronegócio. *In*: MARAFON, G. J. et al. (org.). **Temas em Geografia Rural**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. p. 319–336. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2020/03/PDF-TEMAS-EM-GEOGRAFIA-RURAL.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MELO, R. V.; ALVES, F. D. Mundialização da agricultura e o uso de agrotóxicos no município de Guaranésia -MG. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, [S. l.], Edição especial, p. 199-229, jul. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/52183.11/09/2023>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MENDONÇA, L. C. U.; LIMA, M. E. P. Formação de redes de distribuição para o sucesso das cooperativas de agricultura familiar. **Ideias & Inovação**, Aracaju, v. 5, n. 3, p. 27-34, jun. 2020.

MESQUITA, C. M. *et al.* **Manual do café**: implantação de cafezais Coffea arábica L. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2016. 50 p. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/livro_implantacao_cafezais.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

MOREIRA JUNIOR, O. As cidades pequenas na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 17, n. 35, p. 19-33, dez. 2013.

MOREIRA JUNIOR, O. Cidades pequenas em regiões não-metropolitanas: cidade pequena ou campo grande? *In*: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 2011, Vitória da Conquista, BA. **Anais [...]**, Vitória da Conquista: UESB, 2011. Disponível em: <https://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/3624>. Acesso em: 20 maio 2024.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. *In*: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. **Anais**: Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Bogotá, p. 1–15, 7 a 11 maio 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geousp – Espaço e Tempo**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102776>. Acesso em: 19 out. 2023.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229–252, 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

PEREIRA, M. F. V. A hegemonia do agronegócio brasileiro: tecnosfera, psicosfera e o poder da informação. In: SILVA, L. P. D.; FRANK, B. J. R. (org.). **Psicosfera: contribuições teóricas a partir de investigações geográficas**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Totalbooks, 2023. p. 143–168. Disponível em:

<https://doi.org/10.52632/978.65.88393.43.7.6>. Acesso em: 28 mar. 2025.

PLOEG, Jan D. V., der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006. p.13-54. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232207/000717534.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 out. 2023.

PORTO SECO SUL DE MINAS. **Porto Seco Sul de Minas - quem somos**.

Varginha, MG, 2024. Disponível em: <https://portosecosuldeminas.com.br/>. Acesso em: 26 out. 2024.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 7.1 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. São Paulo, SP: MAPBIOMAS, 2023. Disponível em:

<https://brasil.mapbiomas.org/downloads/>. Acesso em: 20 maio 2023.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

ROSA, R; SANO, E. E. Uso da terra e cobertura vegetal na bacia do rio Paranaíba.

Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, [S. l.], v. 9, n. 19, p. 32-56, out., 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/24277>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MOREIRA, R. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, p. 7–32, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/760>. Acesso em: 08 ago. 2024.

SANTOS, M. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Geosul**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 85–100, 1988. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12685>. Acesso em: 09 out. 2023.

SANTOS, M. **Natureza do espaço**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2008. 392 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176 p.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, [S. l.], v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 09 out. 2023.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (ed.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados; Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, p. 989-1014, 2008. Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAC-2010/29491/1/faleiro-01.pdf>.

Acesso em: 07 out. 2023.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação da agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 85-130, mar. 2010.

Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16832>. Acesso em:

02 dez. 2023.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. A agricultura familiar no Brasil. Documento nº 145, Grupo de Trabajo: **Desarrollo con Cohesión Territorial**, [S. l.], p. 1–90, set. 2013.

Disponível em: [https://www.rimisp.org/wp-](https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf)

[content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf](https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf). Acesso em: 01 dez. 2023.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 16, n. 1/2, p. 100–112, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/Xy7BmyrV8tHfwKNVhmSXFyw/>. Acesso em: 15 set.

2024.

SOJA, E. W. Globalization, Regionalism, and the Postmetropolitan Transition. *In*: HOUTUM, H.; KRAMSCH, O.; ZIERHOFER, W. (org). **Bordering Space**. England: Ashgate Publishing Limited, 2005. p. 33-46. Disponível em:

<http://ernste.ruhosting.nl/wp-content/uploads/2016/05/Van-Houtum-Kramsch-Zierhofer-Ernste-was-contributor-2005.-Border-identities-and-the-regional-economics-of-difference.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 57–72. Disponível em:

<https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SOUZA, M. A. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate.

Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 3, n. 10, p. 50–72, jan./abr.

2019. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/5814>. Acesso em:

01 nov. 2023.

SOUZA, S. T. Relação campo–cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. *In*: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador, BA: SEI, 2010. 250 p.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4817>. Acesso em: 29 out. 2023.

TRENTIN, I. C. L. Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura familiar: Promoción de la Agricultura Familiar o Agronegocio en Brasil?. **Revista Verde**, [S. l.], v. 14, n. 4, p.554-561, out.-dez. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7185356> . Acesso em: 12 dez. 2023

VALE, A. R.; CALDERARO, R. A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **Campo-Terrítório: Revista de Geografia Agrária**, [S. l.], edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26933>. Acesso em: 28 out. 2023.

VALE, A. R. A agricultura familiar no contexto do agronegócio do café no Sul/Sudoeste de Minas: variações sobre o mesmo tema. *In*: FERREIRA, Marta Marujo; VALE, Ana Rute. (org.) **Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018. p.17-48.

VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M.; MIYAZAKI, V. K. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino De Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 29, p. 135-156, 2020.

VILAS BOAS, L. G. A Cafeicultura no Sul de Minas e em Nepomuceno-MG entre as décadas de 1950 e 1990. **Geografia**, Londrina, v. 30. n. 1, p. 129 - 148, jan. 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/40067>. Acesso em: 09 abr. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES FAMILIARES

Nome da propriedade:

Nome do entrevistado:

Idade: _____

GRUPO FAMILIAR

1. Quantas pessoas residem na propriedade:

	Grau de Parentesco	Sexo		Idade	Estado Civil
.					
.					
.					
.					
.					
.					
.					
.					
0.					
1.					
2					

2. Todos os membros da família residem na propriedade?

() Sim

() Não

Onde:

3. Todos os membros da sua família residem na mesma casa?

() sim.

() não.

Onde:

4. Quantos membros trabalham na propriedade?

5. Acredita que a renda na cafeicultura seja suficiente?

() Sim.

() Não

Porque?

6. Algum membro da família que reside na propriedade exerce alguma outra atividade fora da propriedade ?

() Sim

() Não

o	Membr	Profis	Renda	Camp
		são		o/Cidade

Se sim, qual motivo levou a realização de atividades para além da propriedade?

7. Que membro da família decide sobre as atividades a serem desenvolvidas na propriedade?

() Todos () Somente Marido () Somente Esposa () Filhos () Outros

8. Existe um responsável pelo controle da renda familiar?

() Sim

() Não

Quem?

9. Existem membros da família aposentados?

() Sim. Quem:

() Não.

PROPRIEDADE RURAL

10. Condição em relação às terras:

() Proprietário

() Arrendatário

() Parceiro

() Ocupante

() Outro:

11. Tamanho da propriedade?

12. Além da cafeicultura, quais são as atividades rurais desenvolvidas na propriedade?

() Agrícola. Quais?

() Pecuária

() Atividades não agrícolas. Quais?

13. As atividades são:

() Comercializadas. Quais ?

() Para subsistência. Quais?

() Ambas. Quais?

14. Tamanho das áreas destinadas às produções agrícolas:

Atividade	Área

15. Na lavoura trabalham:

- () Somente os membros da família
 () Membros da família e trabalhadores contratados
 () Somente trabalhadores contratados

16. Que tipos e quantos trabalhadores são contratados na propriedade para a lavoura?

() Trabalhador rural permanente (formal). Quantos? _____. Para quais atividades?

Qual a origem desses trabalhadores?

() Trabalhador rural temporário. Quantos? _____. Para quais atividades? _____. Qual a origem desses trabalhadores?

17. Quais e quantos maquinários e/ou implementos agrícolas existem na propriedade?

Maquinários e/ou implementos agrícolas	Quantidade	Situação de pertencimento	
		Próprio	Empréstado
Tratores			
Caminhões			
Colheitadeiras			
Roçadeiras			
Adubadeiras e/ou distribuidoras de			

calcário			
Grades e/ou enxadas rotativas			
Pulverizadores e/ou atomizadores			
Grades e/ou enxadas rotativas			
Pulverizadores e/ou atomizadores			
Derriçadeira manual motorizada			
Abanadora mecânica			
Lavador-separador mecânico			
Descascador e despulpador mecânico			
Secador de café			
Beneficiadora de café			
Ensacador de café			
Outros:			

18. Adquire créditos para financiar os custos de sua produção?

() Sim. Qual?

() Não. Por quê?

19. Está inscrito em algum programa governamental de ajuda financeira que auxilia no desenvolvimento de alguma atividade?

() Não.

() Sim. () Pronaf. () Outro.

_____ Qual
atividade? _____

_____ É satisfatório?

CAFEICULTURA

20. Quantos pés de café existem aproximadamente?

21. Quantas sacas de café foram colhidas na safra de 2023?

22. Qual foi a produtividade média neste ano (em sacas/hectare)?

23. As geadas e seca que ocorram nos últimos anos, afetaram as colheitas?

() Sim. Como?

() Não.

24. Há quantos anos possuem lavouras de café?

25. Força de trabalho na lavoura de café:

Tipo	Nº de pessoas	Fases de utilização		
		Plantio	Colheita	Outros
Familiar				
Empregados Permanentes				
Empregados Temporários				
Parceiros				

26. O beneficiamento do café é feito:

- () Na propriedade com maquinários próprios
 () Na propriedade com serviço terceirizado
 () Na cooperativa
 () Outra forma.

() Não faz beneficiamento (vende café em coco)

27. O armazenamento do café é feito:

- () No barracão existente na propriedade
 () No barracão em outra propriedade rural
 () No barracão do armazém geral
 () No barracão da cooperativa
 () Outra forma.

28. A quanto tempo é cooperado? _____

29. A cooperativa tem oferecido boa assistência técnica e/ou financeira?

- () Sim
 () Não. Em quais aspectos?

30. Já possui um sucessor, para dar continuidade às atividades agrícolas?

() Sim

() Não.

Se sim, qual membro?

31. Como você classificaria sua qualidade de vida e de trabalho atualmente?

32. Qual a relação de vocês com a cidade de Campos Gerais (estudos, trabalho, compras e comercialização)? É possível encontrar tudo que precisam nela ou às vezes é necessário buscar certos serviços em outras cidades maiores?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COOPERATIVA

1. Quando a cooperativa foi criada? Com qual intuito?
2. Quantos são os cooperados atualmente?
3. Quantos desses cooperados são classificados como agricultura familiar?
4. Quais são os suportes que a cooperativa oferece para os agricultores cooperados?
5. Há a venda de ferramentas, insumos e fertilizantes para os cooperados? Como ela ocorre?
6. Quais são os requisitos para se tornar um cooperado?
7. Existe algum tipo de parceria entre vocês e outras cooperativas? Quais?
8. Existe parceria com a EMATER? Quais?
9. Vocês trabalham ou incentivam o uso de políticas públicas pelos agricultores? PRONAF, PAA, PNAE?
10. A cooperativa age pensando nos fundamentos da sustentabilidade ambiental e econômica? De quais formas?
11. São feitas visitas técnicas para todos os agricultores?
12. Existem dificuldades nas etapas de produção pelos agricultores familiares? (tecnologias, créditos...)
13. Existem outros produtos agrícolas que vocês trabalham, ou só o café?
14. Existem agricultores certificados e não certificados? Quais são essas certificações? O que muda no produto final e para o agricultor?
15. A maior parte da produção comercializada pela cooperativa vem de agricultores familiares ou de grandes produtores?
16. A maior parte da produção é destinada para o mercado externo?
17. Para quais países e lugares o café de vocês é comercializado?
18. As decisões são tomadas em grupo? Representantes dos agricultores? Como funciona? É satisfatório?